

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação

Otavio José Klein

A midiatização no telejornalismo em rede
As reportagens da Rede Brasil Sul de Televisão sobre os indígenas
caingangues no Rio Grande do Sul

São Leopoldo - RS
Fevereiro/2008

Otavio José Klein

A midiatização no telejornalismo em rede

**As reportagens da Rede Brasil Sul de Televisão sobre os indígenas
caingangues no Rio Grande do Sul**

Tese apresentada à banca de avaliação como requisito parcial para obtenção do título de doutor no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Orientador: Dr. Prof. Jairo Getúlio Ferreira.

Co-orientador: Dr. Prof. João Carlos Correia

São Leopoldo - RS

Fevereiro/2008

Resumo

Nesta tese busca-se compreender a midiatização dos indígenas caingangues nos produtos do telejornalismo da Rede Brasil Sul de Televisão, pertencente ao Grupo RBS, uma instituição midiática em rede do Rio Grande do Sul. Parte-se do conceito de midiatização nos processos midiáticos e de dispositivo multidimensional para compreender, de forma ampla, na perspectiva triádica relacional, o processo de midiatização dos caingangues nos dois principais telejornais da rede. A metodologia da pesquisa consiste na análise do processo de produção nas marcas encontradas em oito reportagens e de observação participante. A pesquisa realiza a descrição e análise quantitativa e qualitativa do material empírico, considerando diferentes gêneros discursivos, mas com o foco central no dispositivo midiático, onde se analisam as operações que ocorrem em cada uma das suas dimensões (técnico-tecnológica, semiolinguística e socioantropológica) em espaços produtivos e tempo de midiatização, através das quais se observam a tematização e a protagonização dos caingangues no telejornalismo da RBS TV. O estudo conclui que é a instituição midiática que protagoniza no dizer e no mostrar, tematizando nos diferentes espaços produtivos do telejornalismo em rede, ao passo que os indígenas, por sua diferença étnico-cultural e pela sua capacidade de sintonizar com os valores notícia, influencia-m-na protagonizando principalmente em imagens.

Palavras-chave: RBS TV. Indígenas caingangues. Telejornalismo. Midiatização. Dispositivos. Tematização. Protagonismo.

Abstract

Through the present thesis one searches to understand the mediatization of the Brazilian indigenous peoples from the Caingangue tribes in the products of Rede Brasil Sul de Televisão, which belongs to RBS company, a media network from Rio Grande do Sul. The concepts of mediatization in the media processes and multidimensional dispositive are used to reach a broad comprehension, though the triadic relational perspective, the very process of mediatization of the Caingangues in the two main news programs of the network. The methodology consists in analyzing the signs of the production process found in eight news pieces, and the observation of the researcher as a participant. The present research is based on the quantitative and qualitative analyses of the empiric material, considering different discursive genres, although the main focus remains the media dispositive, where the operations which occur in each of its dimensions are analyzed (technical-technological, semiolinguistic, socioantropological) in productive spaces and mediatization, where one can observe the thematization and protagonization of the Caingangues in the televisioned journalism offered by RBS TV. This study conclusion is that the mediatic institution is the one who protagonizes through showing and telling, creating the theme in the different productive spaces of the network televisioned journalism. Meanwhile, the indigenous people, due to their ethnic and cultural differences, and their ability to tune in to the news values, influence it protagonizing, specially through images.

Key-words: RBS TV, Indigenous people, Caingangues, televisioned journalism, mediatization, dispositives, thematization, protagonism.

Folha de Aprovação

Otávio José Klein

A midiaticização no telejornalismo em rede
As reportagens da Rede Brasil Sul de Televisão sobre os indígenas
caingangues no Rio Grande do Sul

Tese apresentada à banca de avaliação como requisito parcial para obtenção do título de doutor no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Orientador: Dr. Prof. Jairo Getúlio Ferreira.

Co-orientador: Dr. Prof. João Carlos Correia

Aprovado em 28 de março de 2008

Banca Examinadora

Dr. Prof. Paulo Carneiro da Cunha Filho (Nome)	-	Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (Instituição)
Dr. Prof. Pedrinho Arcides Guareschi (Nome)	-	Pontifícia Universidade Católica - PUC/POA (Instituição)
Dr. Prof. Antonio Fausto Neto (Nome)	-	UNISINOS – São Leopoldo - RS (Instituição)
Dra. Profª. Beatriz Marocco (Nome)	-	UNISINOS – São Leopoldo - RS (Instituição)
Dr. Prof. Jairo G. Ferreira (Orientador) (Nome)	-	UNISINOS – São Leopoldo - RS (Instituição)

Índice de Quadros, Tabelas e Figuras

1. Quadros

Quadro 1 – Amostra das reportagens.....	20
Quadro 2 – Emissoras de TV da RBS (canal aberto).....	31
Quadro 3 – Jornais impressos da RBS.....	32
Quadro 4 – Emissoras de rádio AM da RBS.....	33
Quadro 5 – Emissoras de rádio FM da RBS.....	34
Quadro 6 – Denominação das partes de uma reportagem conforme os agentes midiáticos na RBS TV.....	84
Quadro 7 – Dispositivo de análise 1.....	137
Quadro 8 – Dispositivo de análise 2.....	139
Quadro 9 – Amostra das reportagens conforme os arquivos.....	152
Quadro 10 – Relação das comunidades e municípios contempladas nas reportagens.....	153
Quadro 11 – Instituições midiáticas da RBS TV envolvidas na produção das reportagens.....	154
Quadro 12 – Amostra das reportagens factuais.....	157
Quadro 13 – Participação das instituições midiáticas no processo produtivo nas reportagens factuais conforme os espaços.....	158
Quadro 14 – Amostra das reportagens temáticas.....	160
Quadro 15 – Participação das instituições midiáticas da RBS TV das reportagens temáticas conforme os espaços.....	161
Quadro 16 – Classificação das reportagens da amostra conforme o gênero discursivo.....	163
Quadro 17 – Temas de Nível 1 nas reportagens de gênero informativo.....	196
Quadro 18 – Temas de Nível 1 nas reportagens de gênero agonal.....	197
Quadro 19 – Temas de Nível 1 nas reportagens de gênero denúncia.....	198
Quadro 20 – Temas de Nível 2 nas reportagens de gênero informativo.....	199
Quadro 21 – Temas de Nível 2 nas reportagens de gênero agonal.....	200
Quadro 22 – Temas de Nível 2 nas reportagens de gênero denúncia.....	200

Quadro 23 – Temas de Nível 3 nas reportagens de gênero informativo.....	201
Quadro 24 – Temas de Nível 3 nas reportagens de gênero agonai.....	202
Quadro 25 – Temas de Nível 3 nas reportagens de gênero denúncia.....	202

2. Tabelas

Tabela 1 – Estrutura da participação das emissoras do interior no <i>Jornal do Almoço</i> e no <i>RBS Notícias</i>	39
Tabela 2– Tempo das reportagens do gênero informativo.....	169
Tabela 3 – Tempo das reportagens do gênero agonai.....	170
Tabela 4 – Tempo das reportagens do gênero denúncia.....	171
Tabela 5 - O tempo de fala dos sujeitos nas reportagens factuais.....	173
Tabela 6 – O tempo de fala dos sujeitos nas reportagens temáticas.....	174
Tabela 7 – Médias agrupadas do tempo de fala dos sujeitos nas reportagens das duas amostras.....	175
Tabela 8 - O tempo de imagem dos sujeitos nas reportagens factuais.....	180
Tabela 9 - O tempo de imagem dos sujeitos nas reportagens temáticas.....	181
Tabela 10 – Média geral do tempo das imagens nas reportagens das duas amostras.....	182
Tabela 11 – Percentual de fala dos sujeitos nas reportagens conforme o gênero.....	193
Tabela 12 – Percentual de imagem dos sujeitos nas reportagens conforme o gênero.....	193
Tabela 13 – Temas que caracterizam os indígenas nas reportagens.....	203
Tabela 14 – Relação entre espaços midiáticos e gêneros discursivos.....	243

3. Figuras

Figura 1– As emissoras de televisão da RBS no Rio Grande do Sul.....	13
Figura 2 - Logotipo da TV Tupi.....	48
Figura 3 - <i>Slide</i> – Interprogramas da TV Tupi.....	49
Figura 4 – O percentual de fala dos sujeitos nas reportagens factuais.....	173
Figura 5 - O percentual de fala dos sujeitos nas reportagens temáticas.....	174
Figura 6 – Médias agrupadas do percentual de fala dos sujeitos nas reportagens das duas amostras.....	176
Figura 7 – O percentual de imagem dos sujeitos nas reportagens factuais.....	180
Figura 8 – O percentual de imagem dos sujeitos nas reportagens temáticas.....	181
Figura 9 – Média geral dos percentuais de imagem dos sujeitos nas reportagens das duas amostras.....	183
Figura 10 - O tempo de fala dos sujeitos conforme o gênero informativo.....	186
Figura 11 – O tempo de imagem dos sujeitos conforme o gênero informativo.....	188
Figura 12 - O tempo de fala dos sujeitos conforme o gênero agonai.....	189
Figura 13 – O tempo de imagem dos sujeitos conforme o gênero agonai.....	190
Figura 14 – O tempo de fala dos sujeitos conforme o gênero de denúncia.....	191
Figura 15 – O tempo de imagem dos sujeitos conforme o gênero de denúncia..	192

Sumário

Introdução.....	11
------------------------	-----------

Primeira parte

Capítulo 1 – A Rede Brasil Sul de Televisão.....	26
1.1. A televisão em rede no Brasil.....	27
1.2. Rede Brasil Sul uma instituição midiática em rede.....	30
1.3. RBS TV, um conceito de televisão em rede.....	35
1.4. O telejornalismo da RBS TV.....	38
Capítulo 2 - Os indígenas caingangues.....	40
2.1. Os aldeamentos.....	43
2.2. A modernização da agricultura.....	45
2.3. A chegada da televisão.....	47
2.4. A tutela dos indígenas.....	50
2.5. A identidade.....	51
2.6. A identidade caingangue.....	53
2.7. Os indígenas na mídia	57
Capítulo 3 – A televisão	60
3.1. Televisão e sociedade.....	61
3.2. Linguagem televisiva.....	66
3.3. Televisão e os interpretantes.....	69
3.4. Televisão como dispositivo.....	70

Capítulo 4 – O telejornalismo	73
4.1. Evolução do telejornalismo.....	73
4.2. Jornalismo regional.....	75
4.3. As notícias e reportagens na televisão.....	76
4.3.1. As imagens.....	76
4.3.2. Os textos.....	81
4.3.3. Questões de produção das reportagens.....	82
4.4. Polifonia de vozes.....	85
4.5. As teorias da notícia.....	86

Segunda parte

Capítulo 5 – A mídiatização em dispositivos.....	95
5.1. Mídiatização.....	95
5.1.1. A mídiatização que constrói novas realidades na sociedade.....	96
5.1.2. A mídiatização que constrói novas realidades em produtos midiáticos no telejornalismo.....	98
5.2. O dispositivo.....	102
5.2.1. A gênese do conceito.....	102
5.2.2. As dimensões do conceito.....	104
5.3. Dispositivos midiáticos.....	107
5.3.1. O telejornalismo enquanto dispositivo	108
5.3.2. Pistas para o estudo das reportagens no telejornalismo em uma emissora...	113
5.4. Dispositivo em rede – o “hiperdispositivo”.....	114
Capítulo 6 – A tematização no telejornalismo.....	117
6.1. A linguagem.....	118
6.2. Os temas.....	119
6.3. A tematização.....	122
6.4. Pistas para o estudo da tematização no telejornalismo.....	123
Capítulo 7 – O protagonismo midiático.....	128
7.1. O protagonismo social.....	128
7.2. O protagonismo midiático.....	129
Capítulo 8 – Um dispositivo de análise.....	136
8.1. Os gêneros discursivos em reportagens	137
8.2. As dimensões do dispositivo.....	138
8.2.1. Operações na dimensão técnico-tecnológica - os espaços de produção no telejornalismo em rede.....	138
8.2.2. Operações na dimensão semiolinguística – os níveis de tematização.....	143
8.2.3. Operações de produção na dimensão socioantropológica – a protagonização dos diferentes sujeitos.....	144
8.3. Análises empíricas	145

Terceira Parte – A pesquisa

Capítulo 9 - Configuração do <i>corpus</i> empírico.....	149
9.1. Critérios de seleção da amostra	149
9.2. A composição da amostra.....	152
9.3. Organização da amostra conforme os acontecimentos ou temas.....	155
9.3.1. Reportagens factuais.....	156
9.3.2. Reportagens temáticas.....	159
9.4. A amostra conforme os gêneros discursivos.....	162
Capítulo 10 - Análises descritivas de caráter quantitativo das reportagens ..	165
10.1. Os espaços e técnicas de produção nos gêneros discursivos.....	166
10.1.1. Gênero informativo.....	166
10.1.2. Gênero agonial.....	167
10.1.3. Gênero denúncia.....	168
10.2. O tempo nas reportagens conforme os gêneros discursivos.....	168
10.3. Os sujeitos e seus tempos nas reportagens.....	171
10.3.1. O tempo dos sujeitos nas reportagens da amostra.....	172
10.3.1.1. O tempo de fala nas reportagens	172
10.3.1.1.1. A fala dos indígenas.....	176
10.3.1.1.2. A fala dos agentes da RBS TV.....	178
10.3.1.1.3. A fala dos outros sujeitos.....	178
10.3.1.2. O tempo de imagem nas reportagens	179
10.3.1.2.1. As imagens dos indígenas.....	183
10.3.1.2.2. As imagens dos agentes da RBS TV.....	184
10.3.1.2.3. As imagens dos outros sujeitos.....	185
10.3.2. Tempo de fala dos sujeitos nas reportagens do gênero informativo.....	186
10.3.3. Tempo de imagem dos sujeitos nas reportagens do gênero informativo...	187
10.3.4. Tempo de fala dos sujeitos nas reportagens do gênero agonial.....	189
10.3.5. Tempo de imagem dos sujeitos nas reportagens do gênero agonial.....	190
10.3.6. Tempo de fala dos sujeitos nas reportagens do gênero denúncia.....	191
10.3.7. Tempo de imagem dos sujeitos nas reportagens do gênero denúncia.....	192
10.4. Os temas e as tematizações.....	194
10.4.1. Os temas a partir do mundo da vida	195
10.4.2. Os temas propostos pela instituição midiática	198
10.4.3. Os temas como caracterização dos sujeitos envolvidos	200
Capítulo 11 – A observação de campo.....	204
11.1. Dia do Índio de 2006.....	205
11.2. Dia do Índio de 2007.....	207
Capítulo 12 – A produção de sentidos no hiperdispositivo em rede	213
12.1. Análise das falas e imagens.....	215
12.1.1. As falas dos sujeitos não midiáticos.....	215

12.1.2. A fala dos agentes midiáticos no “boletim”.....	219
12.1.3. A fala dos agentes midiáticos na nota coberta e dos âncoras.....	221
12.1.4. As imagens inseridas nos espaços de produção em rede.....	226
12.2. A tematização.....	228
12.2.1. Gêneros discursivos.....	234
12.2.2. Reportagens factuais e temáticas.....	235
12.3. O protagonismo.....	236
12.3.1. O protagonismo conforme reprotagens factuais e temáticas.....	237
12.3.1.1. Análise das falas	237
12.3.1.2. Análise das imagens	238
12.3.2. Protagonismo conforme o gênero discursivo.....	239
12.3.2.1. Protagonização através da fala conforme o gênero discursivo	239
12.3.2.1.1. Fala no gênero informativo.....	239
12.3.2.1.2. Fala no gênero agonial	240
12.3.2.1.3. A fala no gênero denúncia.....	240
12.3.2.2. Protagonização através da imagem conforme o gênero discursivo.....	241
12.3.2.2.1. As imagens no gênero informativo.....	241
12.3.2.2.2. As imagens no gênero agonial.....	241
12.3.2.2.3. As imagens no gênero denúncia.....	242
12.3.3. Relação entre o tempo de fala, os espaços de produção e o gênero discursivo.....	242
Conclusões.....	246
Referências	253

Introdução

Na televisão, antes de chegar à tela, uma informação passa por dezenas de mãos; ela é cortada, fragmentada, para, finalmente, não ser mais identificada com uma pessoa. O autor desapareceu. Isso é importante porque, nesse contexto, ninguém mais é responsável diretamente pela informação (KAPUSCINSKY, 2008).

A pesquisa inscreve-se na “Área de Concentração dos Processos Midiáticos”, na linha de pesquisa “Midiatização e Processos Sociais”¹, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, de São Leopoldo. Teve como orientador o Prof. Dr. Jairo Getúlio Ferreira e, como co-orientador, o Prof. Dr. João Carlos Correia, da Universidade Beira Interior (UBI), de Covilhã - Portugal, onde realizamos estágio de doutoramento com apoio da Capes, durante os últimos quatro meses no ano de 2006.

¹ “Pesquisa as interações sociais e os processos interpretativos relacionados às mídias que ativam uma circulação midiática caracterizada por determinações mútuas entre produção, recepção e crítica social. Entende midiatização como as incidências da mídia contemporânea sobre questões de sociedade que, por sua vez, dirigem à mídia expectativas e desafios. Elaborar, a partir de tais questões, uma reflexão continuada sobre o próprio campo de conhecimento em Comunicação” (www.unisinos.br/ppg/comunicação).

O nosso objeto de investigação é a midiaticização dos indígenas caingangues nos produtos do telejornalismo da Rede Brasil Sul de Televisão (RBS TV), um dispositivo midiático em rede. Para a definição deste objeto fizemos diversas escolhas e recortes. O primeiro deles é a opção de estudar os processos comunicacionais num dispositivo midiático, ou seja, aquelas operações que midiaticizam acontecimentos e temas através da televisão. A escolha recaiu sobre a televisão pelo seu destaque no contexto midiático brasileiro, por meio da audiência, das receitas publicitárias, da produção de sentidos e da sua influência sobre todas as camadas sociais.

O gênero televisivo que escolhemos para situar o objeto de nossa investigação é o telejornalismo informativo, ficando, portanto, excluídos outros gêneros de grande importância da televisão, tais como o ficcional e os *reality shows*. O formato telejornalístico que estudamos é o da notícia, que se apresenta por meio de reportagens ou notas. Para facilitar a denominação do material dos telejornais analisado utilizamos o conceito reportagem², que inclui também a nota e a notícia. Estão também excluídos deste estudo os outros formatos do telejornalismo, ou seja, o documentário e as diversas formas do jornalismo opinativo. Não faz parte deste estudo o telejornal como um todo.

O outro recorte do objeto de investigação delimita o estudo na produção telejornalística. Fazemos esta opção partindo dos produtos que circularam na rede, não interessando a recepção. João Carlos Correia (2004, p. 35) afirma que “é no interior do próprio processo de produção noticiosa, incluindo as respectivas rotinas, normas orientadoras e práticas discursivas, que advém uma certa forma de abordar a realidade social” pela mídia.

O objeto de estudo situa-se social e geograficamente na televisão da RBS no Rio Grande do Sul e no seu telejornalismo. A RBS TV é uma instituição em rede que possui doze emissoras espalhadas no território gaúcho³ (Figura 1). No telejornalismo destacamos as notícias produzidas em rede, ou seja, aquelas que envolvem no mínimo duas instituições midiáticas em seus dois principais telejornais diários, o *Jornal do Almoço* e o *RBS Notícias*, onde existe uma participação efetiva das emissoras da rede no processo de produção do material telejornalístico.

² O material do jornalismo informativo possui várias formas e várias denominações, como nota, notícia, reportagem, grande reportagem, etc. Buscando um conceito que contemple esta multiplicidade de formas, denominamos o material, genericamente, de “reportagem”.

³ A RBS TV também possui uma rede de televisão em Santa Catarina, composta de seis emissoras, que se localizam nas cidades de Florianópolis, Joinville, Blumenau, Chapecó, Criciúma e Joaçaba.

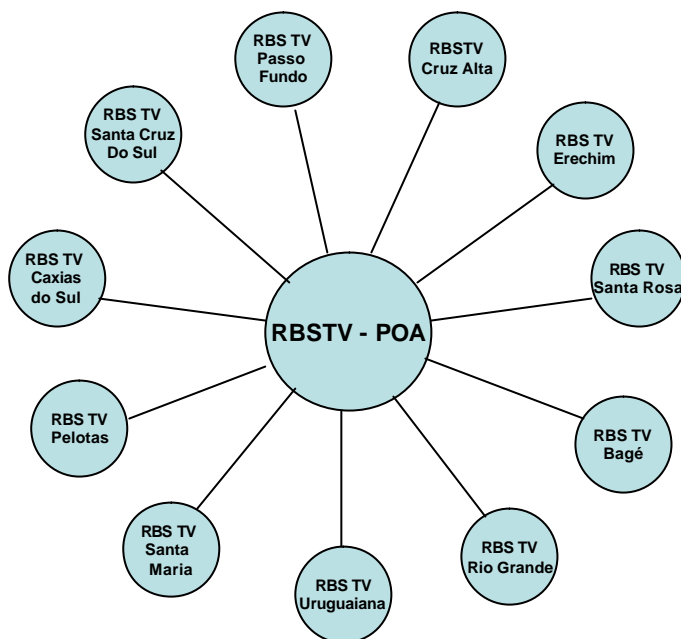


Figura 1– As emissoras de televisão da RBS no Rio Grande do Sul

O presente trabalho volta-se para um dos temas de cobertura telejornalística da RBS TV no Rio Grande do Sul. Trata-se do tema “índios caingangues”, já enunciado no título da tese. Os indígenas da etnia caingangue do Rio Grande do Sul somam 22.173 habitantes e ocupam diversos territórios, denominados “reservas indígenas”. Não integram este estudo as reportagens que somente se referem a eles nem aquelas que se voltam para os poucos e pequenos grupos indígenas guaranis remanescentes, que em algumas reservas dividem os territórios com os caingangues. Recentemente, os caingangues foram também objeto de produção televisiva ficcional na RBS TV, na série “Histórias Extraordinárias”, com os episódios *O massacre dos bugres* e *Maria bugra*. Esta também não faz parte deste estudo.

A delimitação do objeto de estudo revela em seu percurso boa parte das condições de produção⁴ da midiáticação que pretendemos estudar, ou seja, a midiáticação dos indígenas caingangues tem marcas que provêm do dispositivo midiático televisivo da RBS TV no Rio Grande do Sul na produção do seu telejornalismo informativo em rede.

O objetivo da pesquisa é compreender a midiáticação dos indígenas caingangues no processo de produção do telejornalismo da RBS TV como dispositivo midiático em rede no Rio Grande do Sul. São objetivos complementares e que contribuem para a especificidade do nosso estudo: analisar o processo de produção do telejornalismo sobre os indígenas caingangues com base nos produtos e na observação participante; analisar a produção do telejornalismo de acordo com as operações de produção nas dimensões técnico-tecnológicas, semiolinguísticas e socioantropológicas, que ocorrem no dispositivo midiático; e compreender a tematização e a protagonização dos indígenas caingangues no telejornalismo da RBS TV.

As razões das escolhas para delimitar o objeto de investigação são, sobretudo, o pequeno número de estudos existente sobre o telejornalismo informativo que consideram o conceito de dispositivo. Há também uma lacuna teórico-epistemológica sobre os processos produtivos na televisão em rede. Os estudos existentes voltam-se para a produção em instituições onde acontece todo o processo produtivo, sem considerar que, na atualidade, a maior parte do telejornalismo brasileiro é produzida e circula em rede.

Desejamos, com este trabalho, participar do debate acadêmico sobre telejornalismo e, assim, contribuir, de um lado, para a formação de novos profissionais e para a continuidade da investigação científica e, de outro, com os profissionais da comunicação e os concessionários de televisão, que têm o telejornalismo como um dos principais gêneros. Também esperamos contribuir com os telespectadores, aqueles que consomem diariamente as notícias assistindo aos telejornais, com reflexões que os conduzam a ver e ouvir com maior proveito os telejornais.

O caminho de nossa pesquisa encontra na obra de Mauro Wolf (2003) uma indicação segura. O autor afirma que há diferença entre os paradigmas de pesquisa em comunicação atuais e aqueles mais utilizados no passado, na medida em que os

⁴ Para Eliseo Verón (2004), sua conceitualização toma forma de um conjunto de decisões metodológicas que deixam suas marcas no produto final.

procedimentos investigativos de hoje estão mais voltados para a cobertura global de todo o sistema da mídia, focalizando determinadas temáticas, realizada por meio de metodologias integradas e complexas, visando à reconstrução do processo pelo qual o indivíduo modifica a própria representação da realidade social (WOLF, 2003, p. 138).

A definição do caminho da pesquisa passa pela construção do problema, das hipóteses, do método e das técnicas de investigação.

Problematização

Em torno do objeto de investigação pairam as inquietações, dúvidas e questões que buscamos responder na consecução dos objetivos propostos, sem perder a especificidade do objeto. O problema de nossa pesquisa foi construído levando em conta a metáfora do eixo⁵. O eixo central do qual não pretendemos nos afastar é a midiatização dos indígenas caingangues no telejornalismo num dispositivo midiático em rede, em torno do qual giram as questões, temáticas e reflexões teóricas que ajudam a compreender o objeto na sua especificidade. A problemática constitui-se de questões que se aproximam mais ou menos do eixo, sem, no entanto, perder ou se afastar demasiadamente da sua especificidade. Interessam-nos, especialmente, as questões de primeira ordem, porém, eventualmente, são consideradas questões de segunda ou terceira ordens, por contribuírem na discussão. São evitados deslocamentos para questões que gravitem em torno de outros eixos.

Um primeiro conjunto de questões envolve a midiatização e a possibilidade de utilização do conceito de dispositivo midiático para a sua compreensão: Que conceito de dispositivo contribui para compreendermos a midiatização? Que dimensões operam na produção e como acontece a midiatização?

Outro elenco de questões que se apresentam é aquele que diz respeito às operações técnicas de produção que ocorrem no dispositivo midiático, mas com destaque para as operações de produção num dispositivo televisivo em rede, no qual diversas instituições e diferentes equipes de profissionais (reportagem e edição) estão envolvidos. Como se processa a midiatização num dispositivo em rede? Como podem

⁵ Conforme apontamentos em Seminário de Pesquisa coordenado pelo Prof. Dr. José Luiz Braga.

ser caracterizadas as matérias telejornalísticas produzidas num processo de rede? Onde acontecem as operações no dispositivo midiático?

No processo produtivo das mensagens no telejornalismo, na dimensão semio-lingüística interessa-nos a tematização dos indígenas. Estão em jogo as operações de linguagem na construção dos temas que freqüentam as notícias sobre os indígenas. Qual a importância da tematização na mediação? Quem opera e como são construídas as operações de tematização? Que tipo de temáticas são encontradas e quais os significados que revelam? Que imaginários estão presentes nas notícias da RBS TV sobre os indígenas?

Outra dimensão que nos interessa é a socioantropológica, por meio da qual buscamos compreender a participação de diferentes sujeitos no processo de mediação no telejornalismo, ou seja, a protagonização midiática. Quem protagoniza na mediação? Como se dá o deslocamento do protagonismo social dos indígenas para o telejornalismo? Qual é o lugar dos indígenas na mediação dos acontecimentos protagonizados por eles? A protagonização dos indígenas nas reportagens modifica-se em relação às temáticas propostas pela instituição midiática?

Diante da multidimensionalidade do dispositivo midiático e das diversas questões já relacionadas, ainda podemos elencar outras questões que buscam respostas a partir das correlações que podem ser estabelecidas entre as dimensões que operam no dispositivo. Que operações técnico-tecnológicas e socioantropológicas interferem na tematização que ocorre nas reportagens sobre os indígenas caingangues? Que operações técnico-tecnológicas e de linguagem interferem na protagonização dos sujeitos envolvidos no processo produtivo do telejornalismo sobre os indígenas?

Hipóteses

As hipóteses são uma tentativa de resposta, ou seja, uma aposta de risco em relação ao problema de pesquisa explicitado. Visam também garantir a especificidade do objeto, permitindo que o debate permaneça próximo ao eixo principal da pesquisa, e estão centradas nas principais questões propostas.

A primeira hipótese diz respeito à midiática, que só pode ser compreendida por meio de um olhar à complexidade das operações que ocorrem nas diversas dimensões implicadas no dispositivo midiático: a técnico-tecnológica, a semiolinguística e a socioantropológica. Não podemos compreender os produtos do telejornalismo sem levar em conta a mídia e os profissionais que ali atuam, a linguagem e a sociedade que ali atua.

A outra hipótese refere-se à midiática em uma rede de televisão. O processo da construção do material do telejornalismo na televisão em rede percorre um caminho mais longo entre o acontecimento e a enunciação, envolvendo duas ou mais emissoras e um maior número de agentes dessas instituições da mesma rede. O processo produtivo em rede, ao mesmo tempo em que aumenta a presença da instituição midiática, diminui o espaço dos sujeitos do acontecimento nos produtos do telejornalismo.

A terceira hipótese que formulamos para este trabalho diz respeito ao tema caingangue, que participa dos telejornais da RBS TV disputando espaço na pauta com outras temáticas de interesse da sociedade e, portanto, também dos pauteiros do jornalismo de televisão. A presença dos indígenas torna-se visível conforme o interesse das instituições midiáticas, mas também conforme os processos que ocorrem em sua cultura. No mundo dos indígenas são múltiplas as possibilidades temáticas para a produção de material jornalístico. A nossa hipótese, em relação a isso, é que há uma disputa para a midiática de acontecimentos e temáticas segundo o interesse de cada grupo de sujeitos que participam do processo de construção das reportagens; os que se sobressaem na maioria das vezes são aqueles de interesse da instituição midiática.

A hipótese seguinte que procuramos verificar em nosso trabalho gira em torno do protagonismo dos diferentes agentes e instituições. Quem protagoniza na cena do acontecimento ao ser deslocado para a cena midiática, por meio das operações de produção, perde grande parte de sua força protagonizadora. Isso acontece porque é a instituição midiática que comanda o espaço midiático, que autoriza e concede dizeres e visibilidades aos agentes não midiáticos. Essas práticas vão se instituindo quase automaticamente, operando dentro de uma lógica que interessa à instituição. O conhecimento adquirido pelos indígenas, principalmente por experiências acumuladas, opera em suas ações tornando-as facilmente midiaticáveis, pela protagonização de cenas que envolvem, por exemplo, pintura no corpo, número expressivo de pessoas envolvidas nas suas manifestações, localização da cena, etc.

O método

O presente trabalho insere-se nos estudos de produção da notícia em televisão, considerando o jornalismo uma prática discursiva. Buscamos, por um lado, fugir de uma simples análise de conteúdo, mas, por outro, também não cair na tentação de uma sociologia da notícia realizando uma simples caracterização sociológica das rotinas produtivas no jornalismo televisivo. O método dedutivo é construído a partir do conceito de dispositivo, com o qual procuramos compreender as diferentes dimensões implicadas no processo produtivo e enunciativo das notícias em televisão. Destacamos a dimensão técnico-tecnológica, onde se situam diversas operações produtivas, mas também a dimensão semiolingüística, bem como a dimensão socioantropológica.

As análises são realizadas a partir dos Quadros 7 e 8, onde se encontram em destaque os gêneros discursivos no telejornalismo, as dimensões do dispositivo e as operações técnicas de produção em diferentes espaços. Nesse processo analítico o material empírico é organizado conforme os gêneros discursivos, que, por sua vez, são analisados em cada uma das dimensões conforme as operações técnicas realizadas em cada espaço de produção, os diferentes níveis de tematização e a protagonização dos sujeitos envolvidos. Indutivamente, esse percurso permite buscar relações para análise dos produtos e processos de produção em rede de telejornais.

As técnicas da pesquisa

a) A principal técnica de pesquisa utilizada é a análise de produtos do telejornalismo informativo. A análise dos produtos é realizada em uma amostra selecionada e a observação participante, durante a cobertura de acontecimentos ou temas indígenas por equipes de reportagem da RBS TV. A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem quantitativa e qualitativa. Enquanto os procedimentos quantitativos buscam aprender dos fenômenos a região visível, ecológica, morfológica e concreta, os qualitativos visam dar conta do mundo dos significados das ações e relações humanas, esses não perceptíveis e não captáveis em equações, médias e estatísticas (MINAYO, 1994).

b) A observação participante no telejornalismo envolve, por um lado, o acompanhamento do processo de produção nos locais da ação produtiva, que consiste na observação direta, por meio da qual “é possível reunir e obter sistematicamente as informações e os dados fundamentais sobre as rotinas de produção que atuam” (WOLF, 2003, p. 191), e, por outro lado, a observação das regularidades dos telejornais exibidos pela rede. O acompanhamento das equipes de televisão aos locais dos acontecimentos foi feito em duas ocasiões para onde fomos munidos de máquina fotográfica, gravador e dispostos a realizar uma observação aguçada de todos os movimentos dos agentes midiáticos. A observação da cobertura televisiva aconteceu em 19 de abril de 2006, Dia do Índio, na reserva do Guarita, localizada no município de Tenente Portela – RS, e no dia 17 de abril de 2007, antes do Dia do Índio daquele ano, na reserva do Ligeiro em Charrua – RS.

c) A pesquisa documental e bibliográfica foram também utilizadas no desenvolvimento da tese.

A amostra selecionada

O *corpus* empírico da pesquisa é constituído por oito matérias do telejornalismo da RBS TV sobre os indígenas caingangues, obtidas em arquivos, pessoal e da RBS TV de Porto Alegre (Quadro 1). Algumas delas são feitas com videoteipes (VT), outras são simplesmente notas informativas. Cada matéria ou VT é uma unidade de análise autônoma em relação ao telejornal como um todo e traz a representação de uma estória completa, incluindo em sua estrutura narrativa início-meio-fim.

A amostra é constituída por reportagens produzidas pela RBS TV sobre os indígenas caingangues entre 19 de abril de 2004 e 19 de abril de 2005 e veiculadas nos principais telejornais da rede: o *Jornal do Almoço* e o *RBS Notícias*. A amostra foi selecionada com base em critérios objetivos⁶, de modo que o material escolhido pudesse representar o universo da produção jornalística da instituição midiática sobre os indígenas caingangues.

⁶ Esses critérios se encontram explicitados na terceira parte da tese, onde nos referimos à configuração do *corpus* empírico da pesquisa.

	Data	Programa	Temática
1	11 de maio	RBS Notícias	Condições de atendimento no posto de saúde
2	31 de maio	RBS Notícias	Conflito (arma, tiro, liderança)
3	08 de junho	RBS Notícias	Operação de desarmamento
4	06 de julho	Jornal do Almoço	Morte de vereador
5	20 de novembro	Jornal do Almoço	Treinamento de agentes de saúde
6	07 de dezembro	Jornal do Almoço	“Invasão” da Funai
7	19 de abril de 2004	Jornal do Almoço	Dia do Índio
8	19 de abril de 2005	Jornal do Almoço	Dia do Índio

Quadro 1 – Amostra das reportagens

O período em que se situa a amostra foi selecionado durante o curso de doutoramento e pode ser considerado um período normal para o telejornalismo, no qual não existiram campanhas eleitorais ou eventos esportivos concentrados, como a Copa do Mundo ou as Olimpíadas, que ocupam boa parte das pautas do telejornalismo e modificam significativamente as temáticas tratadas. Um outro critério levado em conta foi o cuidado de não repetir temáticas nas reportagens escolhidas.

A amostra foi classificada conforme os gêneros discursivos “informativo”, “agonal” e “denúncia”, mas também em dois tipos, que denominamos de “reportagens factuais”, constituído de seis matérias selecionadas no ano de 2004, e de “reportagens temáticas”, com duas reportagens. Essas duas classificações possibilitam-nos uma

análise mais completa daquilo que acontece na produção do telejornalismo da RBS TV em relação aos indígenas.

Estrutura do trabalho

A presente tese é apresentada em três partes. Na primeira buscamos fazer uma leitura dos diferentes contextos implicados no objeto de pesquisa. Trata-se de um alongamento da introdução ajudando a situar o leitor no universo da pesquisa. Esta parte contém quatro capítulos, dos quais no primeiro destacamos o contexto institucional/empresarial da RBS TV. O capítulo é fruto de pesquisa bibliográfica e documental, reunindo as contribuições dos que nos antecederam, complementadas com informações documentais. A RBS TV é a primeira rede regional de televisão no Brasil e a maior rede privada de televisão no sul do país, por isso o texto relata sua trajetória e sua posição no cenário midiático gaúcho e brasileiro.

No capítulo dois descrevemos o contexto dos indígenas caingangues, que são atualmente o maior grupo indígena do Rio Grande do Sul. São remanescentes de uma aproximação tardia com o Estado e o modo de produção capitalista a partir dos primórdios do século XIX. O povo caingangue quase desapareceu nos primeiros 150 anos de contato, mas retomou os rumos de suas comunidades e hoje possui uma visibilidade expressiva, graças a sua capacidade de articulação e graças à televisão, especialmente a RBS TV. A sua trajetória remete ao problema da identidade, que também será objeto de discussão neste capítulo, bem como uma revisão de literatura trazendo presentes os estudos mais recentes sobre a midiaticização dos indígenas no Brasil.

No terceiro capítulo nossa atenção volta-se para a mídia de maior destaque dos últimos quarenta anos: a televisão. A preocupação deste capítulo é reunir informações sobre a televisão, principalmente como produtora de sentido numa sociedade de consumo, não só de produtos anunciados por meio da publicidade, mas também de simbolismos, o que tem levado a homogeneizar significados, valores e, especialmente, sentidos.

No quarto capítulo da primeira parte trazemos presentes aqueles aspectos que contribuem para a compreensão do telejornalismo na perspectiva deste estudo. São

destacadas algumas questões que envolvem a produção das notícias na televisão e retomadas as principais teorias do jornalismo que nos possibilitam contribuir na formulação de conhecimento sobre o telejornalismo.

Na segunda parte da tese destacamos os conceitos teóricos implicados que nos ajudam a compreender o objeto de estudo e os caminhos epistemológicos da pesquisa. No capítulo quinto, por meio de pesquisa bibliográfica, buscamos compreender os conceitos de midiatização e dispositivo e os seus usos nos estudos comunicacionais. Com base nessa revisão bibliográfica, optamos por um dos significados do conceito de midiatização e também de dispositivo midiático, bem como por uma proposta de sua utilização para o estudo da televisão e do jornalismo nesta importante mídia. É também objeto deste capítulo o conceito de dispositivo midiático em rede que denominamos de “hiperdispositivo”.

No sexto capítulo retomamos um conceito presente nos estudos midiáticos, que é o da tematização, onde construímos diferentes níveis do processo de construção dos temas, que nos ajudarão na compreensão da tematização em torno dos indígenas no material em análise. No sétimo tratamos das questões relacionadas à dimensão socioantropológica, onde se destacamos o conceito de protagonismo, que passa a integrar o debate nesta tese na perspectiva da compreensão da midiatização dos indígenas.

No último capítulo desta parte oferecemos uma perspectiva de análise que serve para descrever, analisar e interpretar os produtos dos telejornais, ou seja, as reportagens. Trata-se de um instrumento de análise do processo produtivo do material dos telejornais. Esse dispositivo de análise contempla os gêneros discursivos do telejornalismo e as dimensões presentes no dispositivo midiático. Na dimensão técnico-tecnológica, os espaços de produção e as operações realizadas em cada um; na dimensão semio-lingüística, as operações de tematização nos diferentes níveis propostos e, na dimensão socioantropológica, os diversos sujeitos envolvidos quando verificamos os protagonistas.

A parte final, a pesquisa propriamente dita, consta de quatro capítulos. O capítulo nove refere-se à configuração do *corpus* empírico, apontando os critérios para as escolhas realizadas, buscando adequá-las à problemática da nossa pesquisa. No capítulo dez predominam as análises quantitativas dos tempos de falas e imagens, mas também dos temas presentes nas reportagens nos diversos níveis de tematização. O

décimo primeiro capítulo está voltado para a descrição da observação participante e, finalmente, no capítulo doze realizamos a análise qualitativa do processo de tematização e protagonização.

Os estudos sobre o telejornalismo são ainda poucos e não deram conta da complexidade que é a sua produção e veiculação nas instituições televisivas em rede. Ao enfrentar esse desafio, propusemo-nos fazê-lo utilizando o conceito de dispositivo aplicado aos estudos midiáticos. Temos consciência de que a compreensão do telejornalismo como dispositivo midiático já se apresenta como um grande desafio, por estarem nele implicadas diversas dimensões, que interagem em cada um dos espaços onde acontecem as ações produtivas do telejornalismo (FOUQUIER; VERÓN, 1985). Porém, no caso do telejornalismo em rede, encontramos-nos diante da mesma multidimensionalidade ampliada, com a entrada em cena de outros atores no processo, mas, também, com a complexificação das operações em alguns espaços produtivos, pois envolvem mais de uma emissora na produção de uma mesma reportagem.

Primeira parte – Contextos

Introdução

A primeira parte da tese é constituída pelos contextos implicados na midiatização dos indígenas caingangues nos produtos do telejornalismo da RBS TV, um dispositivo midiático em rede. Esse contexto influencia no processo de produção do telejornalismo em análise. Destacamos a RBS e a sua televisão em rede, o povo indígena caingangue no Rio Grande do Sul, a televisão e o telejornalismo. Buscamos compreendê-los basicamente de acordo com uma revisão de literatura e a consulta a fontes primárias e documentais. Os contextos aparecem aqui em capítulos que destacam cada um, porém temos consciência da inter-relação existente entre eles.

Capítulo 1

A Rede Brasil Sul de Televisão

A pesquisa situa-se no contexto sociocultural, econômico e político delimitado geograficamente ao Rio Grande do Sul. Neste contexto nos interessam os processos midiáticos que envolvem a televisão da RBS, uma televisão em rede no estado.

Apesar da presença marcante das grandes redes de televisão em nível nacional, há no Brasil também uma forte presença de redes regionais, que na maioria dos casos integram uma das grandes redes nacionais⁷. Nelas os telespectadores têm acesso a publicidade, serviços e informações regionais que raramente podem ser encontrados em uma rede mais ampla. Aos poucos, a televisão, que se consolidou nacionalmente como instrumento de integração nacional, volta-se ao local/regional, onde sempre se mantiveram o rádio e o jornal impresso. Porém, esse fenômeno é ainda pouco estudado pelas Ciências da Comunicação.

⁷ Os principais grupos regionais de mídia no Brasil são controlados por seis famílias: família Sirotsky que controla a RBS, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina; família Daou, com influência no Acre, Amapá, Rondônia e Roraima; família Jereissati, presente no Ceará e em Alagoas; família Magalhães, com o domínio na Bahia; família Zaharan, no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; e família Câmara, em Goiás, Distrito Federal e Tocantins (GUARESCHI; BIZ, 2005, p. 47).

1.1. A televisão em rede no Brasil

Quando a televisão brasileira transmitiu, oficialmente, o seu primeiro programa, no dia 18 de setembro de 1950, o seu sinal não foi além da cidade de São Paulo, palco da estréia da TV no Brasil. Foram diversos os avanços tecnológicos que possibilitaram à televisão chegar a várias capitais regionais e depois, a várias cidades do interior brasileiro. Todavia, um marco que revolucionou a TV brasileira nas primeiras décadas foi a possibilidade da transmissão do sinal gerado no centro do país para os mais longínquos rincões. Esse sistema, no seu formato atual, contempla o local, o regional e o nacional, além de estar interligado ao sistema de satélite, que permite a conexão com a televisão no mundo inteiro.

Esse formato de televisão em rede para a distribuição do sinal acabou também criando um formato de recepção, produção e administração na televisão brasileira. Do ponto de vista da recepção, a televisão em rede permitiu em alguns momentos históricos que os brasileiros pudessem ver um mesmo canal, uma mesma emissora e um mesmo programa, obtendo altíssimos índices de audiência. Do ponto de vista da produção, o centro do país, eixo Rio de Janeiro-São Paulo, passou a dominar a produção da programação televisiva. Contudo, do ponto de vista das concessões, acentuou-se muito cedo a concentração da televisão brasileira em mãos de poucos concessionários, mesmo quando esses canais tinham endereços afastados dos grandes centros urbanos.

A partir do final da década de 1960, começou a ser experimentado o que é hoje uma das características mais expressivas do sistema televisivo brasileiro em funcionamento, que são as redes de televisão. O modelo tem sua origem nos Estados Unidos da América do Norte, onde funciona desde a década de 1940. Conforme Squirra (1995, p. 26), trata-se de um modelo no qual há uma programação conjunta, ou grade fixa de programação, para ser transmitida por todas as emissoras da rede. Este modelo de rede possui um centro ou cabeça, à qual todas as demais emissoras estão ligadas.

Na década de 1960, a televisão do eixo Rio de Janeiro-São Paulo distribuía a sua programação para emissoras de outras capitais por meio de videoteipes, ou da exibição local de programas de auditório com a participação dos apresentadores das emissoras do centro do país. Assim, os mesmos programas iam ao ar em dias diferentes nas diversas capitais dos estados brasileiros. Nessa época, nenhuma instituição midiática televisiva

constituía propriamente uma rede, pois não existiam as condições tecnológicas e operacionais para transmitir o mesmo sinal, ao mesmo tempo, para diferentes regiões.

O telejornalismo, nas primeiras duas décadas, foi local ou regional, alimentado com informações das agências de notícias. Porém, com a implantação do sistema de televisão em rede nacional, protagonizado pela TV Globo, com uma ajuda significativa do governo militar por intermédio da Embratel, no dia 1º de setembro de 1969 o telejornalismo estreou em rede nacional. O *Jornal Nacional*, da Rede Globo, teve a sua primeira edição nesse dia, passando a ser o marco de uma nova fase da televisão em rede, mas, sobretudo, do seu telejornalismo. Esse sistema de rede foi interligado com o mundo inteiro por satélite, o Intelsat III, que entrara em funcionamento no início daquele mesmo ano.

A transmissão do *Jornal Nacional* para diferentes regiões do país foi possibilitada pelo sistema de microondas. Sobre isso temos o seguinte relato:

Em março de 1969, a Embratel inaugurou o Tronco Sul, rota terrestre de sinais de TV que permitiu, por um sistema de microondas, a integração de Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Curitiba – por meio de uma seqüência de postos repetidores, distantes quase 50 quilômetros um do outro. Cada um captava sinais do posto anterior, amplificava e enviava para o seguinte. Essa rede proporcionou à TV Globo a capacidade técnica de colocar no ar o primeiro programa verdadeiramente de alcance nacional (GLOBO, 2004, p. 28).

Além da rede da Embratel, que contemplava as principais rotas que interligavam as capitais dos estados brasileiros, a Rede Globo

investiu na construção de rotas próprias não só para interligar suas emissoras como também para conduzir os sinais dos grandes centros até cidades menores, onde foram instaladas estações retransmissoras. Ao dispor dessas rotas e dessa malha de repetidoras e retransmissoras, que lhe permitiam alcançar o interior do país, a Globo se colocava numa posição muito superior às suas concorrentes (GLOBO, 2004, p. 50).

Posteriormente, vieram os investimentos para a utilização do satélite, também em território nacional, que tornou possível a substituição do sistema de microondas, o que somente aconteceu a partir de 1981, quando a Embratel recebeu autorização do governo para instalar e operar o seu próprio sistema de satélites, ainda integrado ao Intelsat. Esta nova tecnologia foi oferecida às redes de televisão e aceita de imediato pela Rede Bandeirantes e pela Rede Globo.

A Globo entrou na era do satélite para transmissões em território nacional em 1982, época em que já contava com um significativo número de emissoras espalhadas pelo país.

Não houve interesse de outras redes de televisão porque o uso do *Intelsat* exigia um investimento alto, com a implantação de uma infra-estrutura cara, como antenas parabólicas de sete metros de diâmetro.

O Intelsat trouxe ganhos significativos de qualidade nas operações da Globo. Primeiro, porque permitiu que comerciais e toda a sua programação nacional fossem exibidos simultaneamente por todas as emissoras que compunham a rede. Segundo, porque imprimiu grande agilidade ao jornalismo ao possibilitar a divulgação das notícias importantes, de forma imediata e instantânea, para todo o país. Além disso, a operação por satélite era muito mais confiável do que a por microondas (GLOBO, 2004, p. 96).

O primeiro satélite doméstico lançado pela Embratel foi o Brasilsat, em 1985, com o qual se inaugurou a utilização dos satélites na comunicação em território nacional.

A televisão brasileira está hoje organizada predominantemente em redes, o que atestam as denominações das grandes emissoras do país ou de regiões específicas: Rede Globo, Rede Record, RedeTV, Redevida, Rede Band, Rede Brasil Sul, Rede Pampa, etc. Um sistema de televisão em rede não opera somente na circulação dos seus produtos, mas também na produção, que passa a integrar esforços em diferentes pontos da rede.

1.2. Rede Brasil Sul, uma instituição midiática em rede

A Rede Brasil Sul de Televisão é a pioneira como rede regional na televisão brasileira e, atualmente, é considerada um dos maiores grupos midiáticos regionais do Brasil. Concentra, horizontalmente, diversas outras mídias, que também estão estruturadas em rede, além de outros investimentos no setor das comunicações e imobiliário. A televisão aberta, em rede, é o carro-chefe desta empresa de comunicação.

A RBS, nos últimos quinze anos, foi objeto de diversos trabalhos de pesquisa. O primeiro deles é de Dulce Márcia Cruz (1996), que analisou as estratégias culturais, políticas e econômicas que a empresa de mídia utiliza para conquistar o mercado televisivo catarinense. O segundo trabalho é de Paulo Scarduelli (1996), o qual analisou as emissoras de TV da RBS em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul como alternativa de TV comercial para as redes nacionais de televisão e, também, como alternativa, através da programação local, de informação comunitária, fazendo o contraponto do regional/local com o global. Valkari Garcez (1998) analisou o telejornalismo local produzido pela afiliada da rede em Bagé, no Rio Grande do Sul. A autora parte da presença da RBS no interior do estado e busca compreender o seu discurso no telejornalismo local.

Outro estudo é de Souza (1999), o qual mostra que as emissoras regionais não têm independência para desenvolver projetos autônomos de comunicação. Afirma que, para “subsistirem no mercado, as emissoras regionais necessitam da afiliação às grandes redes nacionais de televisão, que dominam a comunicação eletrônica no Brasil” (SOUZA, 1999, p. 227). Bueno (1999) investigou as relações entre a RBS e os demais agentes políticos e econômicos e como elas interferem no discurso jornalístico que ela produz e Santos (1999) estudou a RBS no caminho da convergência da TV a Cabo com as telecomunicações.

A RBS é muito mais que televisão. Essa é a idéia que fica clara nos estudos de Pedrinho Guareschi e Osvaldo Biz (2005), que analisam as concessões e a estrutura dos grupos midiáticos brasileiros. Segundo os autores, a pouca democracia que existe na mídia sustenta-se pela falta de informação dos usuários sobre o papel que os meios de

comunicação eletrônicos devem cumprir na sociedade⁸. Chegando a essa conclusão com base numa pesquisa empírica, Guareschi e Biz propõem como caminho para a democratização da comunicação uma educação técnica e crítica da população.

São diversos os empreendimentos que esta instituição midiática mantém, principalmente no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Há uma diversificação muito grande da ação comunicacional, que acontece, principalmente, em televisão, jornal e emissoras de rádio.

O Grupo RBS possui 18 emissoras de televisão aberta em rede, nos dois estados, doze operando no Rio Grande do Sul e seis, em Santa Catarina. Tanto em Santa Catarina como no Rio Grande do Sul, a RBS TV constituiu redes de televisão que mantêm as mesmas características na programação, porém produzida e apresentada de forma independente em cada estado, especialmente no telejornalismo.

Data	Rio Grande do Sul	Data	Santa Catarina
29.12.62	Porto Alegre	01.05.79	Florianópolis
22.02.70	Caxias do Sul	07.12.79	Joinvile
30.04.71	Erechim	31.03.80	Blumenau
05.07.72	Pelotas	23.04.82	Chapecó
13.12.72	Santa Maria	01.09.95	Criciúma
02.04.74	Uruguaiana	2005	Joaçaba
18.01.77	Bagé		
26.10.77	Rio Grande		
01.07.79	Cruz Alta		
28.05.80	Passo Fundo ⁹		
28.09.88	Santa Cruz do Sul		
28.02.92	Santa Rosa		

Fonte: RBS (www.rbs.com.br)

Quadro 2 – Emissoras de TV da RBS (canal aberto)

⁸ “Pela constituição Brasileira, a rádio e a televisão são serviços outorgados, isto é, não podem ter donos, são concessões dadas por um determinado período de tempo, e esses veículos de comunicação devem prestar serviços à população como educação, arte, cultura (nacional e regional), respeitando os valores éticos e sociais (Art. 221 da Constituição). Além disso ‘os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio’ (Art. 220, § 5º)” (GUARESCHI; BIZ, 2005, p. 70).

⁹ No telejornalismo da RBS TV de Passo Fundo, em abril de 2007, trabalhavam dez agentes entre repórteres, editores, cinegrafistas e apresentadores. Eles produzem os 11 minutos locais de telejornalismo e participam da produção do material para os telejornais da rede.

Além das duas redes de televisão em canal aberto, a RBS possui no Rio Grande do Sul duas outras emissoras que integram o sistema de TV a cabo: o Canal Rural e a TV COM. Esta última se define como a “TV comunitária” da RBS, que também transmite em canal aberto na Grande Porto Alegre e em Santa Catarina.

O número de emissoras de televisão da RBS em relação ao total de concessões comerciais no Rio Grande do Sul configura um monopólio no estado: “das 19 concessões comerciais, 12 pertencem ao grupo familiar, representando 64% dos veículos” (GUARESCHI; BIZ, 2005, p. 53). Esse panorama não se modificou com a recente transferência da TV Guaíba para a Rede Record. O estudo dos autores lembra que, apesar de que

a legislação estabelece que nenhuma entidade ou pessoa pode ter participação em mais de 10 emissoras de televisão em todo o país, das quais cinco em VHF e, duas por Estado, seja VHF ou UHF e, uma por município. (...) é possível burlar essa determinação recorrendo ao registro dos canais em nome de empresas diferentes, que podem estar em mãos de membros de uma mesma família (2005, p. 36).

Outro segmento muito importante da RBS são os jornais impressos. A empresa possui hoje os jornais de maior circulação de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, além de jornais em cidades importantes no interior destes estados (Quadro 3).

Jornal	Rio Grande do Sul	Jornal	Santa Catarina
Zero Hora	Porto Alegre	Diário Catarinense	Florianópolis
O Pioneiro	Caxias do Sul	Jornal de Sta. Catarina	Florianópolis
Diário Gaúcho	Porto Alegre	A Notícia	Joinville
Diário de Sta. Maria	Santa Maria	Hora de Sta. Catarina	Florianópolis

Fonte: RBS (www.rbs.com.br)

Quadro 3 – Jornais impressos da RBS

Outra frente de atuação da RBS é a radiodifusão. Ao todo são 26 emissoras de rádio operando em Amplitude Modulada e Frequência Modulada nos dois estados do sul, que são classificadas, segundo a RBS, em quatro segmentos diferentes: as emissoras AM estão voltadas para o radiojornalismo e o comunitário, ao passo que as emissoras FM são classificadas conforme o público, adulto ou jovem. Algumas das emissoras também constituem rede de rádio. Em FM a rede de rádio de destaque é a Rede Atlântida, que veicula somente através de emissoras de sua propriedade; em AM é a Rede Gaúcha Sat, que veicula sua programação de jornalismo e esportes¹⁰ por meio de emissoras de outros concessionários (Quadros 4 e 5).

AM	
Jornalismo	Comunitário
Rádio Gaúcha – Porto Alegre CBN Rádio Diário – Florianópolis CBN – Porto Alegre	Rádio Farroupilha – Porto Alegre Rádio Rural – Porto Alegre

Fonte: RBS

Quadro 4 – Emissoras de rádio AM da RBS

¹⁰ No dia 16 de setembro de 2007, durante o campeonato brasileiro de futebol, a Rádio Gaúcha anunciava a sua 139ª emissora parceira nas transmissões jornalísticas e esportivas. Essa informação consta também no endereço eletrônico do Grupo RBS – www.rbs.com.br. Acesso em dez. 2007.

FM	
Adulto	Jovem
Rádio Gaúcha – Porto Alegre	Rádio Cidade – Porto Alegre
Rádio Itapema – Florianópolis	Rádio Metrô – Porto Alegre
Rádio Itapema – Porto Alegre	Rádio Atlântida – Porto Alegre
Rádio Itapema – Joinvile	Rádio Atlântida – Santa Cruz
Rádio Itapema – Caxias do Sul	Rádio Atlântida – Santa Maria
Rádio Itapema – Santa Maria	Rádio Atlântida – Passo Fundo
	Rádio Atlântida – Caxias do Sul
	Rádio Atlântida – Tramandai
	Rádio Atlântida – Rio Grande
	Rádio Atlântida – Pelotas
	Rádio Atlântida – Florianópolis
	Rádio Atlântida – Criciúma
	Rádio Atlântida – Blumenau
	Rádio Atlântida – Joinvile
	Rádio Atlântida – Chapecó

Fonte: RBS

Quadro 5 – Emissoras de rádio FM da RBS

Além da presença marcante em televisão, jornal e rádio, a RBS é associada na distribuição de TV a cabo. A empresa Net Sul da RBS atua no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina em parceria com a Net Brasil, da qual também participam as Organizações Globo. Possui, ainda, investimentos em áreas como discos, informática, vídeo, imobiliária, administração de *shopping centers* e já possuiu investimentos na área da telefonia. Recentemente o Grupo RBS partiu para uma nova aventura no mercado, ingressou na Bolsa de Valores¹¹ para captar recursos de investidores.

Os projetos da RBS não se restringem aos dois estados do sul do Brasil, uma vez que são visíveis as iniciativas em televisão e rádio que visam ir além do local, do regional e do estadual. Em matéria de televisão, a RBS coloca o sinal do Canal Rural e da TV COM no satélite, o que possibilita a sua distribuição para todo o Brasil por meio da Net Brasil. Em rádio, a RBS está no satélite por meio da Rádio Gaúcha de Porto

¹¹ O Grupo RBS e a Editora Abril são as duas empresas de comunicação que fizeram esta opção de negócios. “As empresas de São Paulo e do Sul poderão melhorar seus recursos tecnológicos, aprimorar estruturas e até lançar novas publicações ou ainda adquirir empresas e títulos que não vão bem, por falta de recursos como estes de investidores de bolsa” (DUARTE, 2006a).

Alegre, o que possibilita sintonizar o seu sinal em qualquer parte do país pelas emissoras conveniadas.

Ao mesmo tempo em que a RBS opera regionalmente, está de “olho no mundo”, mantendo contatos, buscando inspiração para novos negócios, qualificando seus agentes e, sobretudo, participando de entidades corporativas ligadas aos setores em que atua. Nos últimos anos, mantém a hegemonia nas entidades de classe, associações, sindicatos de jornais e emissoras de rádio e TV do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Porém, sua presença não se limita apenas ao sul do Brasil, pois marca presença também em entidades nacionais e internacionais, como a Associação Nacional de Jornais (ANJ), Associação Brasileira de Emissoras e Rádio e Televisão (Abert), Conselho de Auto-Regulamentação Publicitária (Conar), American Newspaper Publisher Association (ANPA) e Newspaper Advertisin Bureau (NAB) (SCARDURELLI, 1996, p. 121-122).

A RBS já ocupou a presidência da Associação Nacional dos Jornais em vários mandatos, bem como da Federação Mundial de Jornais. Recentemente, representando a Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, Jaime Sirotsky ocupou a vice-presidência da primeira gestão do Conselho Nacional de Comunicação, órgão auxiliar do Congresso Nacional.

1.3. RBS TV, um conceito de televisão em rede

Com essa configuração, o Grupo RBS, mas principalmente a RBS TV, mantém há vários anos a hegemonia estadual, regional e local de televisão, ao mesmo tempo em que, como afiliada à Rede Globo, participa da hegemonia televisiva nacional¹². Essa posição decorre de várias ações de seus agentes, entre as quais (CRUZ, 1996) o fato de fazer da televisão um negócio, um empreendimento comercial, que visa ao lucro e é administrado em termos profissionais; a racionalização do processo de produção; a

¹² A Globo é “o grupo de maior abrangência no Brasil (...), aglutinando 227 veículos, entre os próprios e seus afilhados. É a única que possui todos os tipos de mídia, a maioria dos principais grupos regionais e a única presente em todos os estados. Com tal estrutura, a Globo detém a maior audiência nacional, com 54%” (GUARESCHI; BIZ, 2005, p. 46).

participação ativa no momento político; a criação de rede (nacional e regional); a concentração de capital, favorecida pela prática de televisão em rede; a constante renovação tecnológica, possível pela concentração de capital, e a eficácia do seu produto.

O conceito de rede, para a RBS, baseia-se nas idéias defendidas pelos militares em nível nacional para o setor das telecomunicações, ou seja, com o fim de integração. Nessa perspectiva, cumpre um papel importante nos dois estados do sul, integrando grande parte das comunidades entre si e também ao sistema nacional. Essa tendência se concretiza e caracteriza o Grupo RBS, apesar da onda globalizadora que atinge o mundo das comunicações. Em outras palavras, pode-se dizer que a forma de o grupo se integrar no processo de globalização é por meio do sistema de rede, que não deixa de valorizar o local e que ali tem uma de suas principais fontes de informação e de mercado.

A RBS TV completa a ligação do local com o regional, o estadual, o nacional e o global:

- a) por meio da programação nacional da Globo, (o público) informa-se sobre o país e o mundo e os produtos de abrangência nacional; b) por meio da programação estadual, retransmitida pelas emissoras da rede, tem contato com o restante do seu Estado e os produtos e serviços oferecidos no âmbito estadual; c) com a emissora regional, sabe o que acontece na sua proximidade e se informa sobre produtos e serviços específicos de sua região (SCARDUELLI, 1996, p. 3).

A RBS TV depende da Rede Globo, concessionária de emissoras que produzem a programação em nível nacional (SOUZA, 1999). Grande parte da audiência e, conseqüentemente, do faturamento da RBS provém da sua parceria com a Globo; outra parte provém da rede que mantém no interior dos estados. A RBS TV detém a supremacia de audiência nos dois estados (SCARDUELLI, 1996) graças à aliança com a Globo, mas também em razão de três caminhos trilhados pelas emissoras da rede: o jornalismo, o comercial e o institucional.

O telejornalismo da RBS TV é o carro-chefe da programação produzida pela rede, que ocupa todos os espaços de programação concedidos pela Rede Globo. A RBS TV é uma das poucas redes regionais que ocupa o espaço do meio-dia, quando apresenta o *Jornal do Almoço*; outras afiliadas da Globo neste horário continuam

transmitindo programação de nível nacional. São destaques do telejornalismo diário da RBS TV: *Bom Dia Rio Grande*, *Jornal do Almoço*, *RBS Notícias*. Além desses, há um programa de jornalismo semanal, o *Tele Domingo*, que oferece uma síntese da semana, no domingo à noite, próximo da meia-noite. No *Jornal do Almoço* e no *RBS Notícias* a RBS TV possibilita também a veiculação de jornalismo nas emissoras do interior para suas regiões de cobertura.

O outro caminho trilhado pela RBS TV para configurar a sua rede é o comercial. Com a descentralização da produção do telejornalismo, seguiu-se a descentralização do departamento comercial.

Por trás da informação local, há uma questão subjetiva que atrai o anunciante e em cima da qual pode se resumir a característica da RBS, que é desenvolver mercados regionais. Ou seja: se eu sou um cliente do varejo local e estou tendo noticiário local que abranja a minha comunidade, eu vou acreditar mais naquela emissora, me identificar mais com ela (SCARDUELLI, 1996, p. 129).

O terceiro caminho é o institucional, ou seja, são as campanhas e os eventos das próprias emissoras, bem como aqueles apoiados por elas.

Há um percentual dos intervalos comerciais que são destinados para a veiculação do lado institucional da emissora. Ou seja, divulgar eventos e campanhas que a RBS está participando. E, lógico, toda vez que um anúncio institucional aparece, vem junto as marcas da RBS e da empresa que o patrocina. (...) Não há dúvida que o espaço reservado para fazer o institucional cria na emissora um elo de ligação com a comunidade. E a identificação com o local, que é obtida através da divisão do sinal estadual em várias emissoras, permite efetuar negócios que seriam muito difíceis, se existisse apenas uma emissora (por Estado) (SCARDUELLI, 1996, p. 132).

As três últimas campanhas institucionais de destaque foram organizadas pela RBS e veiculadas por todas as mídias da empresa. A primeira foi veiculada em 2004 e

tinha como lema “Cuide das crianças”; a segunda, em 2005, continha um apelo educacional com o lema “Educar é tudo”; mais recentemente, foi criada a campanha institucional denominada “Portal Social”, por meio do qual a RBS disponibiliza num portal eletrônico projetos de organizações não governamentais e intermedeia doações feitas por empresas ou pessoas físicas para essas instituições.

1.4. O telejornalismo da RBS TV

Na RBS TV o telejornalismo diário é o principal produto da grade de programação nos horários cedidos pela Rede Globo. Os principais espaços são pela manhã, meia hora antes do *Bom Dia Brasil* (6h30min – 7h), ao meio-dia antes do *Globo Esportes* (12h – 12h45min), e no final da tarde, entre a novela das seis e das sete, no horário em que a Rede Globo veicula em suas emissoras o telejornal local (19h – 19h15min). Ao mesmo tempo que reparte o espaço midiático com a rede maior em nível nacional, a RBS TV possui espaços para que cada emissora do interior produza seu telejornalismo em dois de seus telejornais.

A RBS TV produz os seus telejornais com a participação das suas instituições presentes nas principais regiões do estado, cada uma cobrindo uma região delimitada do território gaúcho, que denominamos “local/regional”. Todo o processo é coordenado pela instituição cabeça-de-rede, que é a RBS TV de Porto Alegre. A forma de efetivação da participação das diversas emissoras na produção se dá por meio de telerreuniões que acontecem em três momentos do dia: a primeira às 8h, para constituição da pauta e a distribuição das tarefas para o *Jornal do Almoço*; a segunda, às 12h45min, após o JA, para acertar o que será o *RBS Notícias*; e, próximo das 19h30min, acontece a reunião que prepara a pauta do *Bom Dia Rio Grande* para o dia seguinte. Participam dessas reuniões um agente de cada uma das emissoras da rede.

Nos dois telejornais da rede dos quais foram extraídas as matérias que constituem o *corpus* de nossa análise, o *Jornal do Almoço* e o *RBS Notícias*, o tempo é repartido entre a transmissão em rede e a transmissão de cada emissora para a sua região.

O *Jornal do Almoço* é um programa que possui diferentes formatos jornalísticos, envolvendo reportagens, entrevistas e comentários. No ar de segunda-feira a sábado, é constituído por sete blocos, cinco dos quais transmitidos em rede (75% do tempo) e dois com programação local em cada uma das emissoras da rede (25% do tempo)¹³.

O *RBS Notícias* é um telejornal, síntese do dia, com três blocos inteiramente de notícias, em forma de reportagens, que vai ao ar também entre segunda-feira e sábado, às 19h. Os dois últimos blocos são transmitidos para toda a rede, e o primeiro bloco é destinado à programação local/regional. A distribuição do tempo segue os percentuais do *Jornal do Almoço* (Tabela 1).

Tabela 1 – Estrutura da participação das emissoras do interior no *Jornal do Almoço* e no *RBS Notícias*

	Horário de exibição	Duração	Estrutura	Transmissão em rede estadual	Transmissão local/regional
<i>Jornal do Almoço</i>	12h	30min	7 blocos	5 blocos (75% do tempo)	2 blocos (25% do tempo)
<i>RBS Notícias</i>	19h	13min	3 blocos	2 blocos (75% do tempo)	1 bloco (25% do tempo)

A nossa observação recai somente sobre os produtos telejornalísticos da RBS TV com o tema caingangue, que tenham sido produzidos por duas ou mais emissoras e que tenham circulado no espaço dos telejornais em rede. Ficam, assim, excluídas todas as matérias produzidas e veiculadas pelas emissoras do interior sobre os cainganges, o que é muito comum na RBS TV de Passo Fundo, de Erechim e de Santa Rosa, onde se encontra a maior parte da população indígena no Rio Grande do Sul.

¹³ A distinção da programação em rede e de cada uma das emissoras não é tão fácil de ser percebida pelo telespectador que sintoniza a emissora cabeça-de-rede, mas fica bem evidente em cada uma das emissoras situadas no interior do estado.

Capítulo 2

Os indígenas caingangues

Os caingangues integram o objeto de investigação como sujeitos da midiatização no telejornalismo da RBS TV. Neste capítulo procuramos compreendê-los na sua trajetória dos últimos dois séculos, sua identidade e o processo de transformação identitária no Rio Grande do Sul, bem como fazer uma revisão de literatura sobre a representação dos indígenas em jornais, revistas e televisão no Brasil, conforme os estudos mais recentes. Assim, iniciamos a busca de respostas às nossas dúvidas, como: O que faz os caingangues serem midiatizados? O que se destaca nesse processo de televisionamento da temática caingangue?

Destacamos três fases da história recente desses indígenas desde que mantêm contato direto com outros grupos sociais: a fase dos aldeamentos, a da modernização da agricultura e a da chegada da televisão. Essas fases não contemplam a totalidade da história dessa relação, porém destacam importantes elementos que nos permitem compreender a forma como os indígenas estão presentes na mídia.

Com a extinção dos Sete Povos das Missões¹⁴ no território do Rio Grande do Sul no século XVII, os indígenas não desapareceram do solo gaúcho, apesar do massacre da maioria deles. Uma parte dos sobreviventes do povo guarani passou para o outro lado do rio Uruguai, ocupando territórios argentinos e paraguaios, mas outros se aculturaram em diversos ambientes, tais como as periferias das cidades ou as fazendas, principalmente nas lides com o gado. No entanto, a história indígena no Rio Grande do Sul não acabava aí. Alguns grupos de descendentes guaranis reuniram-se aos caingangues nas reservas e recentemente outros, fazendo o caminho de volta, estão regressando da Argentina e buscando territórios na região das Missões, como é o caso do município de São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul. Contudo, o povo indígena mais expressivo no Rio Grande do Sul não é mais o guarani¹⁵, mas, sim, o caingangue, que passou a habitar as terras gaúchas a partir do século XVIII, vindo do Paraná, da região de Guarapuava, onde a cobiça dos pecuaristas sobre as suas terras, no século XVIII, os fez migrar para o sul (MARCON, 1994).

Atualmente a população indígena do Rio Grande do Sul é de 23.924 habitantes. O maior grupo existente é o dos indígenas caingangues com 22.173 hab, cujas aldeias tradicionais localizam-se na região Norte do território gaúcho¹⁶. A denominação “caingangue” foi-lhes atribuída a partir do final do século XIX¹⁷. Além das aldeias

¹⁴ Na época das reduções jesuíticas, os indígenas guaranis foram considerados estorvo nos acordos e tratados entre portugueses e espanhóis, primeiramente no Tratado de Tordesilhas, que não possuía limites muito claros, e depois no Tratado de Madrid, a partir de 1750. No primeiro tratado, os portugueses faziam suas incursões em território guaraní, que se encontrava sob a tutela castelhana, para aprisionar gado, que era levado até Sorocaba em São Paulo. Mas foi o Tratado de Madrid que estabeleceu a extinção das reduções dos Sete Povos Guaranis. A partir dele, os portugueses trataram de formular políticas de ocupação do território da Província de São Pedro. “A hipótese da geopolítica lusa, que pretendia assegurar a posse dos territórios no extremo sul do país para seus domínios, é fundamental para se compreender o processo da colonização no sul do Brasil e as implicações, daí decorrentes, para os povos indígenas” (MARCON, 1994, p. 56).

¹⁵ A população guarani aldeada no Rio Grande do Sul conta com 1.751 habitantes (SECRETARIA DA SAÚDE, 2006).

¹⁶ Os municípios onde existem aldeias indígenas caingangues são os que possuem áreas indígenas demarcadas, em processo de demarcação, ou, ainda, onde os indígenas reivindicam territórios que já teriam sido deles. As principais áreas e os municípios aos quais pertencem são: Ventarra (Getúlio Vargas); Caseiros (Caseiros); Nonoai (Nonoai); Serrinha (Ronda Alta, Três Palmeiras, Engenho Velho e Constantina); Cacique Doble (Cacique Doble); Votouro (São Valentim); Ihnacorá (Santo Augusto); Carreteiro (Água Santa); Ligeiro (Charrua); Guarita (Tenente Portela, Miraguaí e Redentora); Iraí (Iraí); Pinhalzinho (Planalto). Conforme dados da Secretaria da Saúde são 46 áreas indígenas demarcadas e 42 municípios com população indígena no estado.

¹⁷ Antes eram denominados de “coroados”, provavelmente pelo corte de cabelo, em forma de coroa, que os homens usavam. Depois de uma redução acentuada de sua população e da perda de muitos territórios em meados do século passado, os caingangues, nos últimos anos, retomaram o crescimento populacional, estão buscando o resgate de valores de sua cultura tradicional e reconquistando terras de reservas já demarcadas que lhes foram tiradas.

tradicionais, existem núcleos indígenas temporários em outras regiões, nas periferias de cidades, como Porto Alegre, São Leopoldo, e outros em acampamentos provisórios ao longo de rodovias. A principal atividade econômica tradicional dos caingangues é a fabricação e a comercialização de seu artesanato de taquara. Essa atividade econômica permite compreender, em parte, a sua itinerância e a sua presença em algumas cidades, onde comercializam os seus produtos. Hoje a agricultura sobressai-se como atividade econômica nas reservas, apesar das dificuldades de adaptação a sua cultura.

Os primeiros contatos de outros grupos culturais com os caingangues no Rio Grande do Sul aconteceram no século XVIII, quando da passagem de tropeiros pelas matas na região em busca de gado remanescente das reduções dos Sete Povos. A pressão sobre as terras indígenas aumentou com a colonização dos campos e em seguida, das matas, a partir do século XVIII e primeiros anos do século XIX. As duas práticas comuns de ocupação dos territórios indígenas eram a doação de sesmarias e a colonização açoriana, que iniciou pelo litoral e pela região mais ao sul e estendeu-se para o norte a partir do século XVIII.

Em 1824 iniciou-se a colonização alemã no Rio Grande do Sul, com a qual foram se constituindo colônias a partir de São Leopoldo e avançando rumo ao norte, para a região da mata. Posteriormente, fez-se a colonização italiana, que a partir de 1875 avançou ainda mais sobre o espaço territorial indígena. Concomitantemente ao processo de colonização a partir do sul, iniciou-se outro processo a partir do norte. Tratava-se da ocupação de territórios, como já havia acontecido em anos anteriores na região de Guarapuava no Paraná, para a criação de gado por estancieiros provenientes de São Paulo e Laguna. “Estes apropriaram-se de extensas áreas de terra, doadas em forma de ‘sesmarias’, dedicando-se à pecuária. O estabelecimento de grandes propriedades no Planalto Médio e Alto Uruguai marcou uma forma peculiar de apropriação do espaço” (MARCON, 1994, 66-67) nesta região.

Assim, os novos ocupantes dos territórios outrora ocupados pelos indígenas passaram a disputar o espaço com eles. Essa presença possibilitou o fracionamento de boa parte das terras em pequenas propriedades, e a diversidade populacional levou a que o relacionamento entre os vários grupos étnicos sempre fosse tenso e complexo na região¹⁸.

¹⁸ O conflito pela terra sempre existiu, porém se agudizou com a modernização do campo. Nessa nova realidade surgiram os novos sujeitos sociais, a partir da década de 1960, que são os movimentos de luta

Apontamos agora as formas da relação que se estabeleceram entre os novos ocupantes das terras e os indígenas caingangues através dos aldeamentos, da modernização da agricultura e da chegada da televisão.

2.1. Os aldeamentos

Com a Lei de Terras de 1850, iniciou no Brasil, ainda monárquico, a política de aldeamento dos indígenas, que resistiam à ocupação de suas terras. Esta lei definiu, no artigo 12º, “que o governo deveria reservar, das terras devolutas, as que fossem necessárias para a ‘colonização indígena’. A regulamentação da Lei de Terras, decreto n. 1.318 de 30 de janeiro de 1854, definiu no seu artigo 72º, que: ‘serão reservadas terras devolutas para a colonização e aldeamento dos indígenas nos distritos, onde existirem ordas selvagens’” (MARCON, 1994, p. 72-73). A partir daí, os povos indígenas, privados de sua liberdade na região, passaram a ser submetidos e tutelados pelo Estado brasileiro.

Os aldeamentos significaram a primeira grande ruptura sofrida pelos indígenas caingangues em seu modo de vida. A mudança imposta influenciou diretamente no significado das formas simbólicas caracterizadoras de sua cultura. Os aldeamentos constituídos foram fruto da política governamental implementada pela Lei de Terras, a qual visava, segundo Marcon (1994) liberar terras para serem colonizadas por imigrantes europeus; aldear os índios para evitar a continuidade ou o agravamento dos conflitos com os colonos e fazendeiros e inserir o indígena no mundo da produção dos colonizadores, de tal modo que os investimentos realizados pelo governo provincial tivessem um retorno econômico.

Para implantar essas políticas a respeito dos indígenas, especialmente a superação dos conflitos, o governo da Província de São Pedro tratou de lhes impingir a catequese, por meio do envio de missionários às aldeias, os quais traziam uma concepção de trabalho, de religião, de educação e de propriedade. Entre os caingangues,

pela terra. Os mais significativos são o Master (Movimento dos Agricultores Sem Terra), surgido no período anterior à ditadura militar e o MST (Movimento dos Sem Terra) a partir do final da década de 1970.

contudo, a catequese não vingou, e os ínfimos resultados nos primeiros anos fizeram o governo recuar da idéia de utilizar os religiosos para viabilizar os aldeamentos.

Para os caingangues, povo nômade que tradicionalmente vivia da coleta, a terra era livre e nela viviam em liberdade, alternando a sua localização para caçar, pescar e coletar frutos da natureza. Nesse sentido, os aldeamentos foram uma violência que deixou marcas profundas na vida desse povo. As condições de sobrevivência, antes baseadas na caça, pesca e coleta realizadas na mata, foram substituídas pela prática da agricultura, que lhes exigia vida sedentária, além de provocar rupturas socioculturais e religiosas advindas do novo modo de vida. O aldeamento foi, sem dúvida, a ruptura mais profunda no modo de ser caingangue¹⁹.

Junto com a constituição dos aldeamentos foram abertos os caminhos, rodovias e a ferrovia, por onde cada vez mais os colonizadores foram chegando e ocupando as terras na região. Em 1910, o governo federal criou o Serviço de Proteção do Índio (SPI), que coordenou durante muitos anos as políticas indígenas e os serviços públicos prestados a essa população. Este órgão federal teve sua atuação também voltada para a demarcação de terras ocupadas pelos índios e a implementação de políticas de preservação cultural e territorial dos grupos já aldeados e pacificados. No Rio Grande do Sul, o órgão governamental demarcou terras indígenas a partir de 1911, tarefa que foi também assumida pela Diretoria de Terras e Colonização do estado. No ano de 1963, o SPI administrava quatro reservas no Rio Grande do Sul (Nonoai, Ligeiro, Cacique Doble e Guarita), totalizando mais de 40 mil hectares; as demais áreas permaneceram sob a administração do governo do estado.

A avaliação do primeiro diretor nacional do SPI, Cândido Rondon, apontou sérios problemas surgidos a partir das políticas oficiais. Dizia ele que “a integração do indígena na sociedade cria-lhe graves problemas de desajustamento, pois ao abandonar sua cultura tribal e passar para o estado da civilização, em vez de constituir um progresso, representa uma forma de pauperamento, o sacrifício de um modo mais genuíno de ser homem”. Rondon avaliou criticamente a prática do SPI e propôs que, ao invés da nacionalização do indígena, o que deveria ser feito era a preservação da sua cultura, uma forma legítima de expressão da natureza humana. Outros pesquisadores confirmam essa denúncia ao registrar que, após a euforia da pacificação, surgiram

¹⁹ Os aldeamentos ocorreram sem, porém, haver a demarcação dos territórios. Com o avanço da colonização, aumentam os conflitos entre colonos e índios.

surtos de doenças contagiosas que levaram a um grande extermínio dos grupos pacificados. A contradição entre pacificação e proteção acompanhou a trajetória histórica deste órgão, que foi extinto, sendo criada em seu lugar a Fundação Nacional do Índio (Funai), em 5 de dezembro de 1967 (MARCON, 1994, p. 151-152). A Funai é atualmente o braço do Estado para a gestão das políticas para os povos indígenas.

2.2. A modernização da agricultura

O modelo de desenvolvimento da agricultura de mercado, ou também denominado de “modernização da agricultura”, implantado na região Norte do Rio Grande do Sul teve grande influência sobre a população e a cultura indígenas. A pressão sobre as terras e as riquezas foi cada vez maior, por um lado, pelos excluídos do processo de modernização, descendentes de migrantes europeus, caboclos e negros remanescentes da escravidão, que buscavam nestas terras um lugar para viver, e por outro, pelos interesses do grande capital, que procurava arrendar terras indígenas.

Neste contexto econômico e político, situam-se as novas orientações e projetos dos órgãos oficiais que atuam junto às reservas. A atuação do SPI ocorre no sentido de implementar estas novas orientações políticas. (...) a partir dos anos cinquenta, ocorreram mudanças substanciais na orientação do SPI, quando a perspectiva humanista foi suplantada por uma orientação modernizante e desenvolvimentista (TEDESCO, 1994, p. 178).

Com essa visão, o órgão governamental passou a ver nas terras indígenas um potencial de produção de grãos para exportação. Essa nova prática possibilitou a entrada de novas tecnologias e a adequação da região às novas políticas governamentais, principalmente a partir da década de 1960, com a “revolução verde”.

Nessa nova realidade, aumentou a pressão pela modernização da produção nas reservas, ao mesmo tempo em que estas terras deveriam absorver parte dos contingentes expropriados das terras e das atividades agrícolas em consequência das mudanças nas relações de produção. Deu-se, assim, a entrada de colonos nas áreas, os quais passaram a arrendar as terras indígenas. Foi nessa perspectiva que algumas terras indígenas se tornaram uma nova fronteira agrícola e agrária com respaldo do Estado (MARCON, 1994).

Nesse novo contexto, a Funai assumiu o papel de administrar as rendas do patrimônio indígena e atuou procurando transformar os índios em empresários e as reservas, em empresas rurais: “A idéia básica era a transformação dos índios em agricultores capitalistas” (TEDESCO, 1994, p. 183), o que aumentaria ainda mais a pressão sobre as terras reservadas e demarcadas para os indígenas. A Funai respaldou e deu cobertura às práticas de invasão por colonos sem conflitos, pois a presença deles nas áreas indígenas era parte das políticas oficiais. Inclusive existem documentos que evidenciam a opção do órgão oficial de manter os colonos dentro das reservas (TEDESCO, 1994).

Entre os indígenas sempre houve movimentos de resistência em relação a essas práticas de utilização de suas terras, porém não tinham ainda surgido as condições ideais para uma reação explícita. Os grupos que resistiam à invasão, e às políticas da Funai de arrendar terras eram, em geral, minoritários e suas manifestações não tinham ressonância. Contudo, a presença dos intrusos nas reservas indígenas foi aumentando até se tornar insuportável. Assim, tornou-se muito grave a situação, especialmente em Nonoai, pois havia na reserva 974 famílias de colonos, das quais 682 eram intrusas e 288, arrendatárias, além de algumas sem especificação e de um grande proprietário, que ocupava em torno de mil alqueires de terra (2.400 ha)²⁰. Diante dessa situação, em 1978 os indígenas articularam um movimento contra a Funai e os colonos ocupantes de suas terras e os expulsaram²¹.

O modelo de agricultura implantado nas reservas indígenas contribuiu para a devastação de grandes parcelas das matas ali existentes e do solo, que também teve as

²⁰ Conforme relatório do levantamento feito em 1976 na área de Nonoai pelo Estado, pela Funai e Incra. Este relatório é citado por Tedesco e Marcon (1994, p. 191).

²¹ Os agricultores expulsos organizaram-se e constituíram grupos organizados que em 1978 ocuparam duas áreas públicas de terra, remanescentes da Fazenda Sarandi, a Granja Brilhante e a Granja Macali, onde mais tarde foram assentados.

suas riquezas exauridas. Essas práticas deixaram um rastro de destruição e de empobrecimento do solo, dificultando enormemente a sobrevivência das comunidades indígenas. Desse modo, alguns indígenas favorecidos com o modelo de arrendamento passaram a submeter os demais, transformando-os em seus empregados.

A racionalidade capitalista, na qual os indígenas foram inseridos, com sua lógica de acumulação, fez com que alguns índios conseguissem incorporar estes princípios básicos e se capitalizassem. Desta forma, transformaram parcelas de terras das reservas em áreas mecanizadas. Em geral, as terras mais favoráveis à mecanização foram apropriadas por estes índios capitalizados, que continuaram cultivando-as dentro da mesma dinâmica da sociedade envolvente. Nesse processo, criaram-se relações de trabalho e de produção muito complexas, como a da exploração da própria força de trabalho dos índios não capitalizados. Assim, as contradições sociais da sociedade regional reproduziram-se internamente nas reservas (TEDESCO, 1994, p. 196).

Os aldeamentos e a implantação da agricultura capitalista em terras indígenas trouxeram mudanças acentuadas em sua vida. Diante do risco de perder o restante dos seus territórios e de desaparecer como povo, foi se consolidando entre eles um “movimento de reconquista das terras”, que veio acompanhado da idéia de “resgate da cultura do povo caingangue”. Esses são os “dois núcleos básicos para se compreender as comunidades indígenas no sul do Brasil na atualidade” (MARCON, 1994).

2.3. A chegada da televisão

O advento da televisão pode ser considerado como a terceira expressão da dominação estabelecida pela sociedade moderna sobre a cultura indígena em geral. A televisão estreou no Brasil enfocando a temática indígena, e o primeiro programa,

exibido no dia 18 de setembro de 1950, foi *TV na taba*, no qual foi cantado o hino da televisão brasileira²², que lembra os indígenas. Foram, ainda, representados por uma menina de cinco anos, ornada com um cocar e algumas penas na cabeça, pronunciando as primeiras palavras e possibilitando as primeiras imagens televisivas. O nome da primeira emissora lembra o povo indígena tupi; o seu logotipo e o *slide* interprogramas²³ mostram o rosto de um pequeno indígena (Figuras 2 e 3).



Figura 2 - Logotipo da TV Tupi

²² “Vingou, como tudo vinga no teu chão Piratininga, a cruz que Anchieta plantou; pois dir-se-á que ela hoje acena por uma altíssima antena, em que o cruzeiro pousou e te deu, num amuleto, o vermelho, o branco e o preto das contas do teu colar, e te mostra num espelho o preto, o branco e o vermelho das penas do teu cocar” (Letra de Guilherme de Almeida e composição de Marcelo Tupinambá).

²³ Os primeiros programas da televisão brasileira eram, necessariamente, feitos ao vivo. O mesmo acontecia com a publicidade entre os programas ou blocos de programas. Quando não havia mensagem comercial nos espaços entre blocos ou entre programas, a emissora colocava no ar o *slide* interprogramas, que permanecia ocupando a tela até o retorno da programação.

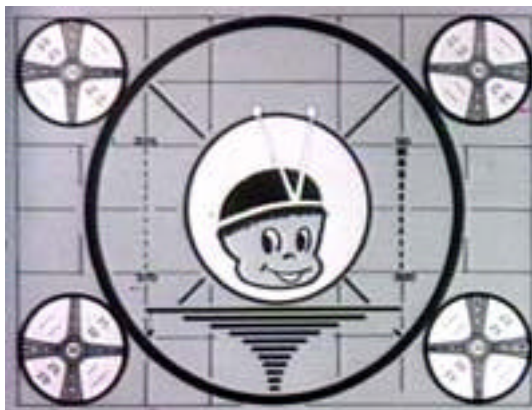


Figura 3 - *Slide* – Interprogramas da TV Tupi

Na década de 1950, era muito difícil mostrar o indígena na televisão em seu habitat, o que reforçava o tipo de representação utilizado, principalmente pela literatura, que o mostrava em desenhos de artistas e pela idealização dos romances indianistas. Essa década e o início da década de 1960 foram o período em que os povos indígenas brasileiros encontravam-se nas piores condições de sua história, coincidindo com os últimos anos da administração do SPI, quando a crise se aprofundou. Predominava nessa fase um discurso de senso comum sobre os indígenas como um povo que vivera no passado e que poderia ser lembrado no nome de emissora, no nome de programa, em imagens-símbolo, no hino, etc.

Os avanços tecnológicos posteriores beneficiaram, especialmente, o telejornalismo, que, com o surgimento do videoteipe, possibilitou a ida da televisão até os indígenas, tornando possível a cobertura com imagens diretamente do seu mundo da vida. Hoje são comuns as reportagens, os documentários e também outras inserções dos indígenas no meio televisivo com imagens de suas aldeias.

Em nível nacional, a televisão destaca principalmente indígenas do Centro-Oeste, por terem tido maior presença na literatura, no cinema, mas também por serem em grande número e serem considerados empecilho para o desenvolvimento capitalista, especialmente voltado para a exploração dos recursos naturais (ARAÚJO, 2001). De modo geral, a temática dos indígenas está mais presente no telejornalismo da televisão regional, e no Rio Grande do Sul o maior grupo indígena tem freqüentado as pautas do telejornalismo produzido pela RBS TV.

Com a evolução tecnológica, a distribuição do sinal televisivo também chegou às comunidades indígenas. No Rio Grande do Sul, a televisão chegou a algumas aldeias indígenas na década de 1970, quando a maioria das comunidades se encontrava em condições de miséria, fruto da exploração de suas terras, bem como do processo de escravidão impingido pelo SPI. Nesse contexto, a chegada da televisão foi considerada como um dos benefícios a que os indígenas tiveram acesso²⁴. Entretanto, ainda hoje existem lares indígenas²⁵ que não têm acesso à energia elétrica, o que dificulta a recepção da televisão.

2.4. A tutela dos indígenas

Os indígenas, em suas comunidades, só podem ser compreendidos de acordo com sua relação com o Estado e a sociedade. No Rio Grande do Sul predominou a visão da necessidade da tutela dos povos indígenas, prática que anulou em grande parte a sua capacidade protagonizadora nos conflitos acontecidos no processo de colonização de suas terras. Por parte da sociedade e do modelo de produção hegemônico, predominaram as práticas da exploração e da exclusão, as quais foram as causas principais do desaparecimento de muitos povos e do enfraquecimento dos que ainda continuam existindo.

A Constituição Federal de 1988 considerou os indígenas povos de direitos e deveres, tais quais os demais que constituem a nação brasileira. No entanto, os resquícios da tutela ainda continuam presentes tanto entre os agentes do Estado, responsáveis pelas políticas indigenistas, quanto nos próprios indígenas, que, diante de dificuldades, recorrem ao Estado para que interceda por eles. Apesar dessa dependência

²⁴ Segundo depoimento de Velozo, a Funai passou a atuar numa perspectiva diferente do extinto SPI, ou seja, buscando fortalecer as comunidades indígenas, criando condições para que pudessem se sustentar, ter sua organização e fazer o seu caminho com base nas características de sua cultura. Relata ainda que uma das ações naquela época foi a construção da rede elétrica para a Reserva do Ligeiro, no tempo do prefeito José Maria de Tapejara. Outro fato relatado foi a devolução das terras por parte dos agricultores para os indígenas, fato que foi celebrado numa Festa do Índio na qual os agricultores presentearam a comunidade com o primeiro televisor Philco, que foi instalado num espaço para que a comunidade tivesse uma alternativa de lazer nos finais de semana.

²⁵ No Rio Grande do Sul, no Dia do Índio de 2006, o presidente da República, em ato solene na reserva do Guarita, em Redentora, inaugurou, dentro do programa Luz para Todos, a instalação de energia elétrica nas residências indígenas da reserva.

histórica que lhes foi imposta, nos últimos tempos os indígenas fortalecem as suas organizações nas comunidades e criam movimentos de pressão, articulando diferentes comunidades e povos indígenas, nos moldes dos principais movimentos sociais, especialmente os rurais. Essas são as novas formas de organização dos indígenas para continuar a sua luta histórica na busca da “terra sem males”²⁶. Além dessas ações protagonizadas pelos indígenas, pouco midiáticas, há as promovidas por sujeitos ou comunidades indígenas que dizem respeito ao seu cotidiano e sua cultura tradicional no interior das comunidades, as quais possuem destaque especialmente nos telejornais.

2.5. A identidade

Pensar o protagonismo de povos ou comunidades indígenas leva-nos ao conceito de identidade e ao processo identitário do povo caingangue do Rio Grande do Sul. Trata-se, antes de mais nada, de um debate filosófico cujo ponto de partida reconhecemos em Hegel, ao afirmar que cada um “se reconhece como reconhecendo-se reciprocamente” (1992, p. 127), ou seja, o indivíduo só pode tornar-se o que é e ter consciência de si por meio de outro indivíduo que o reconhece. Os interacionistas aprofundaram essa questão dizendo que “o indivíduo não se entende a si próprio a não ser tomando em conta as atitudes do outro em relação a si no interior de um contexto social onde eles estão mutuamente envolvidos” (MEAD, 1969, p. 135). Portanto, a afirmação de uma identidade só é possível com o reconhecimento dos outros, o que se dá

no contexto de uma determinada tradição e de significados deixados pelos antecessores e objectivados pelos contemporâneos, mediados por uma racionalidade crítica que insistentemente prossegue o seu trabalho de impedimento da hipostasiação da tradição, como uma espécie de ponto de fuga inscrito na nossa tradição iluminista, impeditiva de que o mundo da vida se reduza a um horizonte estático espécie de base de dados culturalmente sedimentados, que se desenvolve a tipificação que permite a formação de significados novos e a compreensão e transformação dos contextos de interpretação existentes (CORREIA, 2004, p. 19).

²⁶ Mito indígena presente em diversos povos indígenas.

As identidades são construção social, na medida em que os indivíduos e agrupamentos humanos constroem a sua identidade. Nas sociedades pré-modernas isso se dava especialmente, com base num campo de saber e estruturas de poder. Assim, constituíram-se certas ordens e estabilidades que eram reconhecidas como sendo a identidade de um e outro grupo. Em cada época são criados diferentes dispositivos que contribuem para a constituição das diferentes identidades.

As identidades são dinâmicas, por isso se modificam no tempo, o que nos leva a concluir pela impossibilidade de um retorno a identidades pré-modernas descritas por historiadores e antropólogos. Assim, fica claro que das identidades do passado somente é possível encontrar alguns traços entre as que existem atualmente.

As identidades constroem-se como verdadeira tarefa humana a partir do diálogo intersubjetivo, o que implica a relação, a interpretação, a mediação e a exposição ao Outro (cf. FERREIRA, 2003). Nos agrupamentos humanos em que o diálogo só acontecia no interior do grupo étnico a identidade que cimentava a união e mantinha a estabilidade era constituída pelo diálogo na própria comunidade. Algumas delas possuíam as metades clânicas que contribuía para a expressão da alteridade e o diálogo intersubjetivo em seu interior. Características como essas foram perdendo seu espaço especialmente com o surgimento da mídia massiva, que ultrapassa fronteiras identitárias, aumentando as possibilidades de novos interlocutores e, portanto, de novas identidades. Por isso, cremos que numa comunidade indígena podem ser encontradas diversas identidades ao mesmo tempo.

Entretanto, a partir dos recentes processos de globalização e seus reflexos sobre as identidades culturais, “la cultura se há convertido para los grupos en un importante recurso identitario y mobilizador. Eligir la etnicidad como recurso cultural es una característica de muchos grupos marginados y excluidos” (SMITH, 1998, p. 321). Com a diminuição da força da classe social como sujeito histórico, reforça-se nos tempos atuais a identidade de grupos com base na sua etnicidade. Mesmo que tardiamente, a chegada do pensamento ilustrado possibilitou a muitos grupos sociais étnicos converterem elementos da modernidade em pistas para buscar e reafirmar sua identidade. Um exemplo disso são os relatos étnicos (SMITH, 1998, p. 325). João Carlos Correia chama a atenção para a importância dos recursos lingüísticos e comunicacionais para a afirmação da identidade dos grupos sociais. Nesse sentido, “a

linguagem torna-se o *medium* que torna possível a identidade, a intersubjetividade, a socialização e a transmissão geracional” (2004, p. 22). O autor destaca a linguagem também como reveladora das visões de mundo dos grupos sociais, dizendo que por meio dela “uma determinada comunidade de linguagem consegue partilhar saberes e, assim, consegue um entendimento sobre determinados temas da sua vida social e pessoal” (2004, p. 24). Há também reações que expressam resistência a esse processo homogeneizador da globalização. São diversas as manifestações notadas em diferentes grupos étnicos, tais como “a recuperação do artesanato, a música tradicional e a música étnica, a insistência na autenticidade e na diferença” (2004, p. 125).

2.6. A identidade caingangue

A televisão não problematiza a questão da identidade indígena caingangue, que somente encontra espaço no material telejornalístico na perspectiva de um elemento de identificação ou de adjetivação deste povo. Nem o idioma, como componente conflitual, aparece na informação midiática. Não notamos uma estratégia para tratar a questão da identidade indígena caingangue por ocasião de nossa pesquisa.

Compreender a midiaticização dos indígenas na RBS TV exige que busquemos conhecê-los em sua trajetória de contatos com a sociedade não indígena nos últimos duzentos anos. Para compreender a sua identidade no início do século XIX é preciso fazer o caminho de retorno às origens. Destacamos três perspectivas: a primeira delas é a identidade na perspectiva étnica; outra diz respeito às novas identidades que surgem a partir da racionalidade moderna, ou seja, com o surgimento do Estado moderno e da racionalidade econômica; na terceira perspectiva, compreender o que seja identidade a partir da fragmentação do sujeito na pós-modernidade, quando se constituem novas formas de identidades ou comunidades.

Não pretendemos aqui aprofundar todas essas perspectivas, mas destacar os aspectos necessários para compreender o processo identitário em andamento entre os indígenas caingauges no Rio Grande do Sul. No nosso entender, esse povo ainda preserva traços pré-modernos, ao mesmo tempo em que luta como movimento social

por seus direitos; contudo, também já se percebe nele uma crescente dispersão dos sujeitos, especialmente o seu acesso aos modernos meios de comunicação social.

Os caingangues são os principais remanescentes indígenas no Rio Grande do Sul. Na época das reduções jesuíticas guaranis, no século XVII e XVIII, habitavam as matas sul-brasileiras, onde permaneceram até meados do século XIX, o que lhes possibilitou continuar sua vida sem a influência externa da sociedade modernizante.

Segundo Sousa Santos, as identidades culturais não são rígidas nem, muito menos, imutáveis; na verdade, são o resultado de processos de identificação.

Mesmo as identidades aparentemente mais sólidas, como a de mulher, homem, país africano, país latino-americano ou país europeu, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida a tais identidades. Identidades são, pois, identificações em curso (2002, p. 119).

Partimos da hipótese de que a identidade caingangue descrita nos primeiros relatos sobre eles não existe mais e que, no percurso que fizeram de meados do século XIX até os dias atuais, a sua identidade foi sendo modificada e, de certa forma, reinventada com a mudança de diversos sentidos em sua vida.

Buscando compreender o processo identitário caingangue, fazemos o percurso por diferentes temporalidades da sua história. Um é o período anterior ao contato com outras sociedades, “período pré-moderno”, que, no caso do povo caingangue vai até o início do século XIX, estendendo-se, em alguns casos, até meados do século. A questão da identidade não era uma preocupação nas sociedades pré-modernas, nem precisava ser procurada nem construída, pois era dada pelos mecanismos institucionalizados e havia uma certa estabilidade sobre o que cada um era e o que tinha de fazer (SERRA, 2005). Além disso, no dizer de Gil Ferreira (2005), a identidade pressupõe reconhecimento, que, no caso caingangue, vinha somente da outra metade clânica. Por isso, a questão da identidade não era preocupação da comunidade na sua fase pré-moderna, anterior ao contato com outras civilizações. O indígena desse período foi descrito por antropólogos

e historiadores com base em sua religião, idioma, nos papéis do homem, da mulher e dos idosos, na sua organização interna, nos cuidados com a saúde, etc. Apesar do processo identitário em acelerada mudança, ainda hoje é possível encontrar alguns desses traços identitários.

A modernidade, a outra temporalidade, para os indígenas inicia-se com os aldeamentos e a sua adequação às exigências do Estado e do mercado, no qual vão, violentamente, sendo inseridos. Os primeiros contatos com a sociedade não indígena foram conflituos. Muitos indígenas foram massacrados pela sociedade invasora, que, com sua mentalidade de superioridade, eliminou aqueles que persistiam em impedir a colonização das terras. O conflito foi amenizado com a intervenção do Estado, que constituiu os aldeamentos indígenas, onde foram reunidos os remanescentes do massacre inicial. Sob a coordenação do Estado, os indígenas ficaram reduzidos a alguns territórios, liberando o restante das terras para serem colonizadas. Assim, ao mesmo tempo em que o Estado buscava ocupar as terras de mata com colonos descendentes de europeus, estabeleceu políticas indígenas, que foram sendo introduzidas nas aldeias para ali manter os indígenas remanescentes. A partir de então, os indígenas caingangues passam a ser identificados e a identificar-se como aqueles que vivem nas aldeias e sob a tutela do Estado.

A modernidade, segundo Sousa Santos, assenta-se sobre dois pilares:

o pilar da regulação e o pilar da emancipação. (...) O pilar da regulação é constituído pelo princípio do Estado (...); pelo princípio do mercado(...); e pelo princípio da comunidade (...). Por sua vez, o pilar da emancipação é constituído por três lógicas de racionalidade: a racionalidade estético-expressiva da arte e da literatura; a racionalidade moral-prática da ética e do direito; e a racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e da técnica (2002, p. 71).

A modernidade, para os indígenas, significou a ruptura radical de sua cultura e, portanto, de sua identidade. O seu modo de vida anterior foi substituído por uma regulação externa advinda do Estado, que lhes impôs nova forma de vida. Eles, que não eram dados ao trabalho, foram obrigados a prover seu sustento pelo seu esforço produtivo nas terras, que aos poucos foram sendo devastadas, ficando sem as suas matas

nativas, seu hábitat anterior. Para os indígenas, desse ponto de vista, a modernidade significou sofrimento, diminuição da população, trabalho forçado, submissão e morte. Para eles, a regulação significou a perda da sua autonomia e da sua organização, essas substituídas pela tutela e pelo controle do Estado. Foram também obrigados a deixar de viver em sua economia de solidariedade a partir da natureza e passaram a ser inseridos na economia de mercado. Nesta fase alguns traços da sua cultura anterior foram preservados, especialmente pela possibilidade de manter alguns laços comunitários nas aldeias e por meio de práticas ritualísticas que foram mantidas longe do controle dos agentes externos.

Se, por um lado, a modernidade se fez sentir entre eles pela regulação, por outro, não se fez sentir pelo pilar da emancipação, que somente passou a encontrar tardiamente espaço entre os indígenas quando da mudança das políticas indígenas por parte do Estado, especialmente a partir da Constituição Federal de 1988. Nessa época diversas aldeias já haviam sido extintas pelo Estado, sob a alegação da diminuição da população indígena.

A luta emancipatória nos últimos anos expressa-se simbolicamente na organização do “Movimento de Resistência Indígena”, do qual participam as lideranças constituídas das aldeias e que busca, nomeadamente, a reconquista de seus antigos territórios demarcados, a preservação do seu idioma e o resgate da sua cultura tradicional. Para isso existe uma clara determinação percebida no aumento da população indígena e na pressão exercida pelas comunidades, obrigando o Estado a atendê-las. Porém, isso vem acontecendo com muitos problemas, especialmente porque para a realização tardia de uma das promessas da modernidade são muitos os conflitos, pois algumas características da pós-modernidade já se fazem sentir em seu meio.

Além das marcas pré-modernas e modernas presentes na identidade dos caingangues no Rio Grande do Sul, existem também traços identitários que são resultado do que é, por alguns, designado de “pós-modernidade”. As características mais destacadas desse novo período, conforme João Carlos Correia (2004), são descritas como um acentuado subjetivismo, que se expressa no descentramento e da fragmentação do sujeito; a recusa de qualquer tirania com fluidez no que toca ao compromisso emancipatório do ponto de vista político; em relação à ética surgem problemas associados a um relativismo axiológico e, do ponto de vista estético, prevalecem os usos de fenômenos triviais e fugazes, como a moda e outras formas de

indústria cultural. Alguns efeitos da pós-modernidade foram lembrados por Boaventura Sousa Santos, citando Hassan: “(...) indeterminações; fragmentação; descanonização; descentração e superficialização; irresponsabilidade; ironia; hibridização; carnavalização no sentido de Bakhtin; desempenho (performance) e participação; construcionismo; imanência” (2002, p. 92).

Diante dessa constatação, percebemos um conflito de identidade no interior das comunidades, o que leva, naturalmente, a um conflito de sentido. Enquanto a parte hegemônica busca manter ou resgatar traços da identidade indígena caingangue, existem parcelas das comunidades que buscam benefícios individualizados, por meio da regulação do Estado e do mercado, e ainda outras, mais influenciadas pelos meios de comunicação, desejam usufruir os produtos e valores oferecidos pela indústria cultural. Entretanto, “el soporte más persistente y poderoso de la identidad es la etnicidad” (SMITH, 1998, p. 325).

2.7. Os indígenas na mídia

A presença dos indígenas na mídia brasileira já foi objeto de estudos recentes, como os que se voltam à apropriação da tecnologia do vídeo e das técnicas de produção de material audiovisual pelos indígenas. Todavia, os estudos que nos interessam são os que se referem às representações dos indígenas e às imagens construídas sobre eles na mídia impressa e televisionada, como os de Freire (2000), Lima (2001), Bittencourt (2004) e Araújo (2001). Os três primeiros referem-se ao indígena na mídia impressa, principalmente em jornais, e o último, à presença indígena na televisão.

Freire (2000) faz uma análise do tratamento dado pela imprensa brasileira (principais jornais e revistas) à acusação de estupro feita ao índio caiapó Paulinho Payakã em junho de 1992, caso que foi amplamente explorado pela imprensa. A autora analisa os textos publicados, seu conteúdo informativo e opinativo. As imagens que aparecem na mídia provêm, segundo ela, da sociedade, especialmente da escola, produção intelectual, mídia, literatura, cinema, museu, práticas do Estado e da Igreja. Os jornais e revistas apresentam um indígena culpado e que às vezes é mostrado como rico, por ter muita terra, e privilegiado, por possuir uma situação jurídica especial.

Contudo, também aparece como violento, ameaçador, sedutor, perigoso e poderoso, enfim, alguém que inspira medo e ameaça.

Lima (2001) pesquisou sobre a construção da imagem do índio na mídia impressa em Roraima. O estudo é feito com base em charges e fotorreportagens de três jornais de Boa Vista, analisando as imagens construídas em torno de três eixos temáticos: demarcação da reserva indígena Raposa Terra do Sol, o massacre do Haximú e os conflitos de terra. Em conclusão, o autor afirma que as imagens que prevalecem são as do silvícola como indefeso, incapaz e necessitado, preguiçoso, criminoso ou marginal e, também, reivindicador.

Bittencourt (2004), em *Diálogo parcial – uma análise da cobertura da imprensa para a questão indígena brasileira*, afirma que o diálogo é parcializado pelo jornalismo, porque acontece numa perspectiva não indígena. Isso fica bem evidente quando o autor cita as fontes referidas nos textos publicados. Entre os textos que fazem referência às fontes, somente 34% indicam-nas como sendo os indígenas; os outros 66% possuem fontes não indígenas. Portanto, os indígenas não contam muito no que se escreve sobre eles, pois tomam-se como base principalmente outras fontes e o papel do jornalista.

Araújo (2001), em sua análise sobre “televisão e indianidade”, mostra que em nosso tempo a TV tem uma contribuição marcante na construção do imaginário social. Este meio veio substituir as grandes narrativas míticas, que organizavam a percepção do mundo e dos seres humanos. Assim, diversas imagens sobre os índios existentes na sociedade são ampliadas pela mídia, mas, especialmente, pela televisão. A autora fala da imagem mais difundida na literatura, no cinema e na televisão, que é a “imagem do índio primitivo”. Outras imagens que também tiveram e continuam tendo destaque no meio social, e, conseqüentemente, na mídia, são as do “índio falsificado”, do “índio transgressor”, do “índio em perigo” e do “índio ecologista”.

Todos os autores citados referem-se à construção do imaginário social dos indígenas. Freire (2000) e Araújo (2001) concordam que o imaginário, antes de circular na mídia, circula na sociedade. Os jornais, as revistas e a televisão representam os indígenas com base em imagens que estão presentes no senso comum. A mídia, nesse sentido, reforça um imaginário já existente. Lima (2001), em contrapartida, afirma que é o jornalismo que constrói o imaginário social por meio das charges e fotorreportagens.

Para os diferentes autores, os indígenas encontram-se num lugar social e a respeito deles prevalece um discurso exógeno na mídia. O indígena não participa da

construção do material jornalístico, sua voz não conta para o jornalista, assim como pouco conta a ação protagonizada por ele. O protagonismo indígena somente aparece, segundo Freire (2000), quando o indígena é visto como culpado sem ter havido um julgamento e, conforme Lima (2001), quando por meio do fotojornalismo revela-se indígena reivindicador.

Nenhum dos autores analisou os produtos do jornalismo na perspectiva do dispositivo midiático. Freire (2000) não está preocupada com o dispositivo jornal ou revista, porém se refere a algumas estratégias utilizadas para construir as verdades sobre o evento e o seu entorno. A autora fala do tom e da retórica das notícias, das suas repetições, ênfases e minimizações, do léxico escolhido, da *framework* de análise dentro da qual são apresentadas e dos fatos que as acompanham e que lhe dão sentido. Lima (2001) não analisa o dispositivo jornal nem o dispositivo imagem. Bittencourt (2004) não atenta para os grandes jornais do Brasil como dispositivos midiáticos, nem Araújo (2001), que se preocupa especialmente com o imaginário social, focalizando a televisão e a produção da representação dos indígenas na perspectiva do dispositivo.

Apesar da expressiva visibilidade dos indígenas caingangues na televisão, essa realidade ainda não foi objeto de pesquisa comunicacional²⁷, contudo, diversos estudos na perspectiva histórico-antropológica foram realizados nos últimos anos, sobre as comunidades caingangues no sul do Brasil²⁸.

²⁷ A ausência de estudos sobre televisão e caingangues foi confirmada também na oficina sobre Comunicação e os Povos Indígenas, durante o Fórum Internacional de Povos Indígenas na PUCRS, em Porto Alegre, realizado entre os dias 11 e 14 de agosto de 2005.

²⁸ Os principais estudos realizados para compreender a cultura e a história do povo caingangue no Rio Grande do Sul são: Marcon (1994), que organizou uma significativa produção de um esforço conjunto da Universidade de Passo Fundo (UPF) e do Instituto de Teologia e Pastoral de Passo Fundo (Itepa) em compreender os indígenas; Becker (1995), que, num trabalho de fôlego, fruto de muita garimpagem documental e bibliográfica, vasculhou com acuidade antropológica a vida dos caingangues no perpassar de cinco séculos, destacando os aspectos culturais deste povo e detalhando informações sobre cultura material, organização tribal, migrações, assentamentos, relacionamento interétnico; Nascimento (2001), cujo trabalho de mestrado buscou desfazer a idéia muito difundida entre as comunidades não indígenas de que não existem mais índios de verdade, procurando compreender os remanescentes indígenas caingangues que povoam as reservas no norte do estado, mas também perambulam nos caminhos e cidades da região; Nonnenmacker (2000) e Carini (2004), que tratam das idas e vindas na constituição dos aldeamentos e da demarcação das reservas e dos conflitos decorrentes da cobiça dos não-indígenas em relação às terras demarcadas para esses povos; um último estudo diz respeito às “Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos *kaingang*” (TOMMASINO et al., 2004), que é um esforço para publicar as pesquisas e debates recentes na perspectiva antropológica, sobre os caingangues.

Capítulo 3

A televisão

Depois de aproximadamente seis décadas de existência, a televisão continua sendo um desafio para os investigadores das Ciências da Comunicação. Ela já foi objeto de estudo na ótica de diferentes visões teóricas, que destacaram múltiplos aspectos dos processos que a envolvem. Uns a estudaram na sua relação com a sociedade, destacando aspectos econômicos, políticos, culturais e ideológicos; outros destacaram questões relacionadas à evolução e à importância da tecnologia. Outros, ainda, buscaram compreendê-la com base na produção e na recepção, e há também aqueles que se interessaram pelas questões de conteúdo, discurso, linguagem, etc. Enfim, vários foram os esforços realizados buscando, por meio de pesquisa, desvendar a televisão.

Em diferentes fases do desenvolvimento das pesquisas sobre o tema estiveram em evidência determinadas linhagens teóricas que orientaram os esforços de investigação. Pretendemos, aqui, revisar os estudos mais recentes e buscar neles as contribuições na perspectiva do nosso objeto de investigação. Destacamos a relação da televisão com a sociedade, as questões de linguagem, seus interpretantes e, finalmente, algumas aproximações da televisão como um dispositivo.

3.1. Televisão e sociedade

A relação entre mídia e sociedade na pesquisa comunicacional vem de longa data. Ela esteve presente nos primeiros estudos norte-americanos sobre comunicação, especialmente, buscando compreender suas funções e seus efeitos. Nas correntes teóricas comunicacionais originárias do Velho Mundo, essa relação passou a ser destaque com as teorias sociais que sustentavam os debates nas primeiras décadas do surgimento da televisão.

Uma das visões teóricas que marcaram os estudos comunicacionais nas últimas décadas foi a da Escola Crítica, de origem européia e que encontrou muitos seguidores, especialmente na América Latina. Trata-se dos estudos comunicacionais na perspectiva sociológica, ou seja, o ponto de partida era a sociedade, não a mídia ou a televisão propriamente dita. Essa tendência levou a que, nos últimos anos, “a discussão sobre televisão, sobretudo no Brasil, descesse a um nível de ingenuidade lastimável, em razão principalmente da contaminação da área por um subsociologismo repleto de chavões” (MACHADO, 2003, p. 12).

Uma das perspectivas desta visão são os estudos de sociedade nos quais a televisão aparece como algo que faz mal à sociedade, às pessoas e, portanto, às culturas. Esses estudos têm como referência a sociedade, sobre a qual paira a televisão e que a influencia negativamente. Trata-se de um “modelo genérico de produção e recepção, sem conseqüências ao nível dos programas e, pior ainda, sem nenhuma brecha para a ocorrência da diversidade e da contradição no âmbito da prática efetiva” (MACHADO, 2003, p.19). Esses estudos do tipo sociológico em televisão servem para compreendê-la como fenômeno de massa, de grande impacto na vida social moderna, para verificar a extensão da sua influência, mas pouco ou nada contribuem para melhorá-la a partir do que está sendo feito.

Os estudos sobre televisão voltam-se mais para a estrutura genérica do meio, entendida como “tecnologia de difusão, empreendimento mercadológico, sistema de controle político-social, sustentáculo do regime econômico, máquina de moldar o imaginário e assim por diante” (MACHADO, 2003, p.16). Contudo, essa tendência, aos poucos, foi perdendo força, especialmente com o fortalecimento do campo

comunicacional, que passou a propor debates centrados na mídia e a partir da mídia, buscando, desse modo, compreender os processos midiáticos.

Para Pierre Bourdieu, as preocupações “sobre a televisão” vão no sentido de compreendê-la na sua relação com os discursos sociais e da implicação disso em outros campos²⁹. Trata-se de uma visão praxiológica que aponta algumas questões, tais como a importância da televisão para a luta social, sua autonomia relativa em relação à sociedade e o seu poder de simbolização. Sobre a primeira questão, afirma que a televisão não pode ser deixada de lado por quem luta em nossa sociedade, porque “os que ainda acreditam que basta se manifestar sem se ocupar da televisão correm o risco de errar o tiro: é preciso cada vez mais produzir manifestações para a televisão, isto é, manifestações que sejam de natureza a interessar às pessoas de televisão” (1997, p. 29-30). Falando da importância que a televisão atribui aos seus agentes, especialmente aos jornalistas, Bourdieu ressalta que são só aparências, pois eles pensam que são livres, autônomos e têm uma aura extraordinária, porém, na verdade, “são marionetes de uma necessidade que é preciso descrever, de uma estrutura que é preciso tornar manifesta e trazer à luz” (1997, p. 54).

A outra questão apontada diz respeito à autonomia da televisão em relação à sociedade. Para Bourdieu, a televisão possui somente uma autonomia relativa em relação à sociedade, pois depende dela, ou seja, “de suas receitas, que provêm da publicidade, da ajuda do Estado e também pelo grau de concentração dos anunciantes” (1997, p. 102-103). O outro tema aprofundado pelo autor foi a questão do simbolismo. Poder simbólico e violência simbólica³⁰ são conceitos que se aplicam também à televisão. Assinala Pierre Bourdieu que a violência simbólica “se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la” (1997, p. 22). A violência simbólica exercida pela televisão não pode ser compreendida somente com

²⁹ “Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias” (BOURDIEU, 1997, p. 57).

³⁰ A violência simbólica é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la. A sociologia, como todas as ciências, tem por função desvelar coisas ocultas; ao fazê-lo, pode contribuir para minimizar a violência simbólica que se exerce nas relações sociais e, em particular, nas relações de comunicação pela mídia” (BOURDIEU, 1997, p. 22).

base nas práticas dos que a operam, nem somente nos anunciantes e no Estado, que a sustentam, mas, especialmente, por meio de uma série de mecanismos que conduzem a que “a televisão exerça uma forma particularmente perniciosa de violência simbólica”. Para Bourdieu, isso se dá especialmente pelo jornalismo, como veremos mais adiante.

Outros estudos que aproximam a televisão com a sociedade são principalmente aqueles realizados pelos estudos culturais e da recepção. Entre os primeiros podem ser reunidos os de Daniel Dayan (2006b), que discute a questão das audiências e dos públicos, mas também todos os estudos culturais, entre os quais os de Stuart Hall, John Fiske e Roger Silverstone, que se voltam à compreensão dos fenômenos de mediação, mais especificamente, da televisão em situações culturais diversas.

Dayan analisa os conceitos de públicos³¹ e de audiências³² para dizer que são muito grandes as diferenças entre ambos, mas é por meio deles que são ativados os sentidos das mensagens televisivas no momento da recepção. Para o autor, “o sentido de um texto não faz parte integrante do texto. A recepção não é absorção passiva de significações pré-construídas, mas o lugar de uma produção de sentido. (...) O saber sobre um texto, por muito refinado que seja, não permite prever a interpretação que ele vai ter” (DAYAN, 2006b, p. 35).

Sempre que se reconhece a diversidade dos contextos onde a recepção ocorre, e a pluralidade de códigos em circulação no interior do mesmo conjunto linguístico e cultural, não há qualquer razão para que uma mensagem seja recebida, automaticamente, nos termos em que foi emitida. A coincidência da ‘descodificação’ e da ‘codificação’ pode ser freqüente. No entanto, nunca passa de uma coincidência (DAYAN, 2006b, p. 35).

³¹ Os públicos diferem, claro, pelos valores que invocam e pelos assuntos que privilegiam. Mas, para além do conteúdo e dos valores, também diferem pela sua estrutura própria, pela natureza do que podemos chamar os seus “atributos constituintes”. O focar da atenção coletiva gera uma variedade de organismos atentos, reativos ou geradores de respostas (DAYAN, 2006a, p. 24).

³² As audiências variam: algumas são silenciosas, outras falam. “(Elas) não envolvem sociabilidades, performances, sentimentos de identidade, rituais em que o pertencer seja afirmado ou reforçado. São espectadores somados a outros espectadores, espectadores no plural. Se tais espectadores são ditos representativos, a sua representatividade não tem nada de autônomo. Esta representatividade é-lhes atribuída do exterior. É por isso que as audiências não falam nem podem falar, a menos que sejam animadas por ventríloquos. Os sintomas não falam em nome da doença. É o médico que fala” (DAYAN, 2006a, p. 24).

Hall (1996), em seu texto “Encoding/Decoding”, oferece-nos elementos importantes para olhar a televisão e sua relação com os diferentes sujeitos e culturas que decodificam os produtos televisivos na sociedade. Afirma que há uma posição dominante entre os telespectadores, que é a de aceitar pura e simplesmente o que é proposto pela codificação dos produtos televisivos. Contudo, destaca outras duas possibilidades que acontecem: a negociação dos sentidos codificados com a modificação de alguns deles e a substituição dos sentidos por uma atitude oposicional, que fornecerá, quando se trata da informação, uma outra perspectiva dos fatos apresentados.

Fiske (1991), por outro lado, procura demonstrar como na textualidade da televisão são construídos os significados e os gostos, considerando a televisão como um agente cultural, particularmente, um provocador e circulador de significados. A codificação na televisão se dá com base nos códigos de uma determinada cultura, que já possui seus códigos para codificar a realidade, ou seja, a realidade já é o resultado da codificação de acordo com uma cultura. Nesse sentido, afirma que os códigos que operam na televisão são originários de uma cultura e passam a operar ali em três níveis: nível da realidade, onde a cultura dominante da sociedade impõe sua aparência, o modo de vestir, de ser, do ambiente, do comportamento, da fala, dos gestos, da expressão e dos sons; nível da representação, onde dominam as técnicas de representação (câmera, luz, edição, música, som...); e nível da ideologia, onde se destacam os códigos ideológicos do individualismo, do patriarcalismo, de raça, classe, materialismo e capitalismo (FISKE, 1991, p. 5).

Silverstone (1996) reflete teoricamente sobre o processo social a partir da televisão com o objetivo de contribuir no debate sobre ela e seu papel no mundo moderno. O autor parte do considerável poder que a televisão tem sobre nossa vida de todos os dias. Assim, para compreendê-la precisamos levar em consideração as inter-relações de sobredeterminação e subdeterminação deste meio nos diferentes níveis da realidade social onde intervém. “Temos que conceber a televisão não só como uma forma econômica e política, mas também cultural, social e psicológica” (p. 12). Para compreender a estrutura e o processo de uma série de relações complexas e em permanente mudança em nossa sociedade é preciso ver “a televisão como meio, a televisão como tecnologia e a televisão construída e restringida por regras, procedimentos e os ritos do mundo cotidiano” (SILVERSTONE, 1996, p. 13).

A televisão faz parte da medula de nossa vida cotidiana. (...) A televisão não chegou a ser o que é como resultado de uma imposição arbitrária ou política de um meio sobre uma cultura que resistia a ele, mas ocupando progressivamente espaços e tempos particulares de um nível básico da realidade social. (...) Os meios (...) são mediadores tanto do espaço como do tempo, e ademais se produzem e se consomem no espaço e no tempo (SILVERSTONE, 1996, p. 48).

Nesse sentido, a televisão, com suas formas e conteúdo, sustenta uma tendência da cultura e da sociedade; o que acontece na sociedade realiza-se na televisão, “em ambos os casos se negam os limites; em ambos os casos, as diferenças se combinam; em ambos os casos, a esfera pública e a privada se confundem; em ambos os casos, a natureza e a cultura se fundem; em ambos, realidades e fantasias se confundem; e o poder se exerce através de ambas” (SILVERSTONE, 1996, p. 134). Portanto, as dimensões presentes na sociedade estão também presentes na televisão e em seus discursos; entre a sociedade e o discurso televisivo há uma interdependência e uma interinfluência, sendo impossível separar os dois.

A televisão é responsável por uma contribuição marcante na construção do imaginário social em nosso tempo. Para Inesita Araújo (2001), ela veio substituir as grandes narrativas míticas que organizavam a percepção do mundo e dos seres humanos. Porém, o discurso que circula na televisão tem sua origem na sociedade, entre aqueles que têm maior poder simbólico. Nesse sentido, enquanto alguns atores têm os seus discursos contemplados pela televisão, outros raramente o são.

Outro modo de produzir sentidos na TV é o uso de categorias. Araújo (2001) afirma que elas são produzidas pelos atores sociais, mas também aí os dominantes levam vantagem. Na televisão encontram-se preconceitos e estereótipos a respeito de grupos sociais, porque também na sociedade esses existem e se sobressaem.

3.2. Linguagem televisiva

Os estudos de inspiração semiótica têm buscado ir além da simples compreensão da linguagem televisiva enquanto língua da lingüística. Em *Televisão – ensaios metodológicos*, Elizabeth Bastos Duarte (2004) procura refletir sobre questões metodológicas nos estudos da produção televisiva de inspiração semiótica, chamando a atenção para a importância de serem compreendidos os “textos-programas” “em sua textualidade”.

A contribuição da semiótica na análise dos produtos midiáticos deve partir de um “alargamento da noção de texto que inclua nessa textualidade o processo que o engendra como um todo, as condições de produção e reconhecimento dos sentidos produzidos, articulando conjuntos ou sistemas de vários tipos, superpostos uns aos outros por meio de vários tipos de intertextualidades” (2004, p. 24).

A autora destaca diferentes lógicas³³ que presidem a enunciação dos produtos televisivos e que devem ser tensionadas para se pensar a produção televisiva. Uma das lógicas é a econômica, pois a televisão, em nossos dias, é essencialmente um negócio. A outra lógica apontada pela autora é a tecnológica³⁴, que “remete à qualidade e à quantidade de sua difusão, isto é, aos meios técnicos de produção, circulação e consumo de seus produtos” (2004, p. 40). A terceira lógica é a discursiva,

³³ Por lógicas aqui se entende “um conjunto de categorias racionalizáveis que direcionam as deliberações e interferem na escolha das operações comunicativas e discursivas empreendidas na produção de um determinado texto-programa. Lógicas são racionalidades (razões, causas, interesses, justificativas) de diferentes ordens (econômica, tecnológica, discursiva, pedagógica) que interferem nas escolhas discursivas e definem as funções prioritárias (finalidades) dos atos comunicativos propostos pela tevê” (DUARTE, 2004, p. 39).

³⁴ A lógica tecnológica atua sobre as estratégias comunicativas e discursivas e se expressa: a) na seleção de determinados programas e matérias para serem exibidas sob a forma de transmissão direta; b) na opção pela compra de imagens de agências de notícia ou pela instituição de correspondentes próprios da emissora; c) no emprego de técnicas como gravações ao vivo, transmissões diretas em tempo real, edição em ilha; d) na constituição de grupos de experimentação de tecnologias, técnicas e linguagens; e) na exibição de espetáculos esportivos, artísticos ou na produção de seus próprios programas (DUARTE, 2004, p. 44).

que trata da maneira como os produtos televisivos, que são produtos discursivos, se estruturam, enformam as linguagens de que se utilizam para sua expressão, de maneira a construir suas representações e a exprimir os valores subjacentes às práticas sociais que privilegiam, criando e manipulando signos e assim produzindo sentidos (DUARTE, 2004, p. 40).

Cada uma das lógicas encontra-se em tensão com as outras e disso resultam os produtos midiáticos, que dependem, ainda, de estratégias adotadas pelo fato de a televisão ser um negócio e necessitar impor-se ao consumidor. São estratégias comunicativas e discursivas que se expressam de diferentes formas e se manifestam no investimento da emissora na programação, no tipo de patrocínio, nas decisões sobre o tipo de programação, na periodicidade, dia, horário, duração dos programas e no tipo de telespectador que deseja atingir (DUARTE, 2004, p. 43).

A autora refere-se também a algumas macroestratégias que articulam diferentes lógicas e estratégias na televisão. Uma delas é a oferta dos seus produtos no mercado, que se dá por meio da grade de programação (serialização, dias e horários); a outra são os intervalos comerciais e o *merchandising*; a auto-referenciação televisiva, pela qual a instituição midiática se auto-referencia e anuncia os seus próprios produtos; o contrato e a promessa; o gênero e o formato, que são a materialização das promessas; e o entretenimento e a espetacularização (DUARTE, 2004, p. 46-51).

Quanto à questão dos gêneros³⁵, Duarte afirma que a televisão no Brasil possui as funções informativa, pedagógica e político-ideológica, as quais “não se constituem em aspectos distintivos entre os diferentes produtos televisivos, pois todas elas são de certa forma, neutralizadas pela espetacularização que garante a função maior de tais produtos – o entretenimento” (2004, p. 75). Mesmo quando nos referimos aos produtos informativos, estamos diante de um contrato comunicativo que se funda num duplo

³⁵ Por gênero televisivo compreende-se uma macroarticulação de categorias semânticas capazes de abrigar um conjunto amplo de produtos televisivos que partilham umas poucas categorias comuns. “(...) a noção de gênero em televisão deve ser compreendida (...) como um feixe de traços de conteúdo da comunicação televisiva que só se atualiza e realiza quando sobre ele se projeta uma forma de conteúdo e de expressão – representada pela articulação entre subgêneros e formatos, esses, sim, procedimentos de construção discursiva que obedecem a uma série de regras de seleção e combinação” (DUARTE, 2004, p. 67-68).

princípio: “o prazer e a seriedade”. “Se o segundo pretende garantir a confiabilidade das informações transmitidas, o primeiro visa a seduzir o público, garantir sua satisfação e manter a audiência” (DUARTE, 2004, p. 75).

O princípio de realidade, enquanto promessa da televisão, não se realiza nos textos-programa, porque ela não consegue fazer com que sintamos o mundo real, que “se nos apresenta por todos os sentidos” (DUARTE, 2004, p. 80). A midiaticização realizada pela televisão não consegue trazer o mundo real para a tela. Para a autora, a alteração de cores, a mudança de dimensões, a ausência de cheiro, de temperatura constituem-se numa redução muito grande dos atributos do mundo representado; por isso, impedem a representação da riqueza do mundo material. Para Duarte, o que aparece são figuras, não os objetos do mundo; além disso, as parcelas de real não correspondem a seleções arbitrárias realizadas por meio do enquadramento e dos demais movimentos das câmeras, da edição e sonoplastia, que determinam o quê e como vai ser mostrado. Nessa perspectiva, estamos diante de uma construção de linguagens, não mais ao real, mas a uma realidade discursiva (DUARTE, 2004, p. 80). Conforme a autora, a proposição de realidades pela televisão não tem como única origem o mundo exterior, visto que ela constrói realidades de diversas ordens, que são denominadas de “metarrealidade”, de “supra-realidade” e de “para-realidade”.

A metarrealidade é um tipo de realidade discursiva veiculada pela televisão especialmente nos telejornais, documentários e entrevistas.

Tem como referência direta o mundo exterior e natural (...) Neste tipo de realidade discursiva, a televisão fica comprometida com a veridicção – com a verdade e fidelidade aos acontecimentos noticiados, com os atores sociais envolvidos. (...) A gravação ao vivo, a transmissão direta, em tempo real, marcas distintas da tevê, sempre funcionaram como garantia desse tipo de programa, dotando-os dos efeitos de autenticidade e verdade de que carecem (DUARTE, 2004, p. 82-83).

A supra-realidade é aquela realidade veiculada sem compromisso direto com o mundo exterior, como novela, minissérie, seriado, telefilme, e

tem por base a verossimilhança, pautando-se pelas leis, convenções e regras da ficção. Propõe uma suspensão do regime de crença, isto é, das exigências de confronto com o mundo exterior. Seu propósito seria, em princípio, o de construção de uma realidade que não se submete ao confronto com o real, mundo natural (DUARTE, 2004, p. 83).

A para-realidade é um novo tipo de realidade veiculada pela televisão, a qual “não tem referência com o mundo exterior, mas um mundo paralelo, cujos acontecimentos são artificialmente construídos no interior do próprio meio” (DUARTE, 2004, p. 83). Enquadram-se neste tipo de realidade alguns produtos televisivos, tais como *reality shows* e *talk shows*, com a que a televisão propõe uma espécie de jogo, ou seja, um real artificial.

A linguagem de TV foi sendo reinventada no processo de sua consolidação. Nos seus primórdios, ela tinha ainda as características do rádio ou do circo (SOUZA, 1999), mas, com o advento de novas tecnologias, foi construindo uma forma própria de representar o real. Para Sodré (2001), o controle do código de linguagem é que explica, em grande medida, a dominação na produção das significações ocorridas na televisão. Assim, o autor chama atenção para a dimensão da linguagem, destacando três processos onde se dá a construção dos significados que a televisão constrói: individualização – através da simulação do contato; repetição de imagens e a forma como são construídas e a construção do real – a televisão constrói uma realidade.

3.3. Televisão e os interpretantes

Para o autor da “semiose social”, a televisão deve ser compreendida paralelamente com a história dos seus interpretantes. Eliseo Verón (2006) divide a trajetória da televisão em três fases ao tratar dos “públicos entre produção e recepção”.

A primeira fase é aquela que vai do início até a década de 70, na qual a televisão aparece como a janela para o mundo, uma janela nacional, pois as condições

tecnológicas não permitiam que o sinal televisivo pudesse ultrapassar fronteiras nacionais. Nesta fase, a televisão submete-se ao coletivo nação/cidadão, ou seja, é ainda o Estado-nação, no sentido político-cultural, que se impõe em relação à televisão e é o principal interpretante.

Na segunda fase, que vai da década de 80 até o fim do século XX, temos como principal característica uma televisão em transformação. Isso aconteceu principalmente no continente europeu, onde a televisão, que era predominantemente estatal, passou a ser também privada. Outra transformação substancial foi a chegada da TV a cabo e do *zapping*. A instituição interpretante da televisão, nesta fase, passa a ser a própria televisão.

Na terceira fase descrita por Verón encontra-se a televisão do início do século XXI, uma televisão que caminha para o fim da TV generalista. Segundo o autor, os *reality shows* representam o início desta fase; agora, é ela que se volta para coletivos exteriores a ela, que são os interpretantes preferenciais, e para segmentos específicos. Pela primeira vez, portanto, a televisão encena o processo de midiatização, do qual é a fonte e o principal autor.

3.4. Televisão como dispositivo

O caminho preferido de Arlindo Machado para estudar a televisão é na perspectiva de um dispositivo audiovisual por meio do qual uma civilização pode exprimir a seus contemporâneos os seus próprios anseios e dúvidas, as suas crenças e descrenças, as suas inquietações, as suas descobertas e os vôos de sua imaginação. Para o autor, essa é a parte mais importante da televisão que precisa ser estudada. O que chama a atenção deste estudioso é que grande parte das publicações sobre televisão não contribui em nada para melhorá-la, pois não se debruçam sobre ela. Por isso registra: “Perco as estantes das bibliotecas da Universidade de São Paulo onde estão dispostos os livros e revistas que tratam de televisão e me surpreendo com o fato de que a grande maioria das publicações não cita um único programa nem examina uma única experiência de televisão” (2003, p. 16). O viés analítico seguido pelo autor contribui para que os futuros profissionais possam fazer televisão com mais qualidade no futuro do que aquela dos dias atuais.

A televisão deve ser estudada considerando-se as suas experiências, em outras palavras, deve estar em destaque nas análises sobre televisão aquilo que ela faz, sobretudo, a sua qualidade³⁶.

Adriano Duarte Rodrigues (1989 e 1994) compreende a televisão como um “dispositivo televisivo” e de “enunciação”, considerando-a, ao mesmo tempo, um “dispositivo técnico e social” (1989, p. 62). Olhá-la na perspectiva do dispositivo obriga-nos a superar a idéia de televisão como mero instrumento, mesmo que todo dispositivo comporte uma dimensão instrumental. Assinala o autor que a dimensão instrumental da televisão possui a função de dar a ver, de mostrar imagens do mundo, mas “há igualmente no dispositivo uma dimensão activa, a de dispor ou a de tornar disponível, a de pôr as coisas que mostra ao nosso alcance, a de deixar ver aquilo que sem a sua intervenção permaneceria distante e a de nos predispor a ver aquilo que nele está virtualmente visível” (RODRIGUES, 1989, p. 62). Portanto, olhar para a televisão como dispositivo exige que ultrapassemos a ordem da produção e passemos para a ordem da *performance*.

A televisão é um dispositivo já por si performativo, mas é no video que a sua performatividade atinge hoje o seu auge. Se quisermos, no entanto, falar apesar de tudo de produção televisiva, teremos de a considerar, não como uma produção de objectos, de coisas, mas de efeitos, de efeitos de sentido e de efeitos de luz, de luminância. Ao realizar completamente a performatividade televisiva, o video vem revelar inequivocamente a natureza da tecnicidade da televisão, aquilo que no seu funcionamento técnico se trai, esta vontade de ver que permanece no funcionamento do discurso como fundo irreduzível às formas significantes da linguagem (RODRIGUES, 1989, p. 62).

³⁶ Geoff Mulgan apresenta sete diferentes acepções (MACHADO, 2003, p. 24-25):

1. Do ponto de vista técnico (boa fotografia, roteiro coerente, boa interpretação, indumentária de época convincente...)
2. A capacidade de captar demandas da audiência ou da sociedade e fazer produtos adequados.
3. Competência na exploração de recursos de linguagem numa direção inovadora (estética).
4. Destaque as aspectos pedagógicos, os valores morais, os modelos construtivos de conduta.
5. Capacidade de gerar mobilização, participação, comoção nacional...
6. Aquilo que valoriza as diferenças, as individualidades, as minorias, os excluídos, em vez de a integração nacional e o estímulo ao consumo.
7. Aquela que contempla a diversidade e a expressão de uma sociedade plural e multicultural

Para o autor, na televisão ocorreu um processo de autonomização da técnica em relação ao discurso, ou seja, a realização da vontade de ver, resultado da dimensão técnica na televisão, suplantou a vontade de saber, constitutiva da modernidade, o lado referencial da razão. Assim, na televisão se dá um processo de “autonomização da técnica em relação ao discurso, (...) que atinge hoje a sua plena realização ao estender o domínio do discurso ao próprio campo técnico, tendo como resultado a neutralização da antiga dicotomia entre o *logos* e a *techné*” (RODRIGUES, 1989, p. 62).

Capítulo 4

O telejornalismo

O telejornalismo contribui de duas formas para contextualizar o nosso objeto de pesquisa: em primeiro lugar, como um dos mais importantes gêneros da televisão brasileira, com destaque na RBS TV, e, em segundo lugar, como meio de visibilização dos indígenas caingangues no Rio Grande do Sul.

Neste capítulo analisamos algumas das questões ligadas a produção do telejornalismo, porém, por serem ainda poucos os avanços teóricos construídos sobre este importante gênero televisivo, também retornamos às teorias do jornalismo sobre a produção das notícias para compreender melhor o que acontece na produção das notícias em televisão.

4.1. Evolução do telejornalismo

Os noticiários de televisão evoluíram e modificaram-se consideravelmente desde o seu surgimento. As transformações devem-se a diversos fatores, entre os quais a

mudança das condições técnicas e tecnológicas de produção, a crescente desvinculação do radiojornalismo de sua origem e a qualificação dos profissionais.

Eliseo Verón (1989) descreveu a evolução significativa que ocorreu, especialmente em relação às modalidades de discurso. O autor destaca que nos primeiros anos a informação era passada por comunicadores que vinham do rádio e passavam a informação sobre a estratégia da oralidade. A imagem era a do apresentador olhando para a câmera, com grau zero de expressão. Eram também pouquíssimas as possibilidades de “manobras enunciativas no espaço e no tempo da imagem, a credibilidade da informação narrada repousava interiramente no conteúdo, na matéria verbal” (p. 30). Na primeira fase dos noticiários de televisão o espaço-temporal do meio estava reduzido à “restituição oral” do que sucedia “fora”: a matéria icônica que compunha o noticiário vinha essencialmente de fora da instituição midiática; as reportagens, as imagens mostradas, constituíam fragmentos do real “arrancados” do mundo. É sobre esta base que repousa a deontologia da profissão do jornalista: haver estado aí.

Posteriormente, o noticiário televisivo evoluiu colocando em movimento o que nos primórdios ficava praticamente fixo. Agora, trata-se de

um apresentador que nos olha e nos conta a atualidade, e que se encontra em alguma parte, em um lugar pertencendo a instituição midiática. O corpo do apresentador se transforma em suporte da expressão e do contato, através do desenvolvimento de técnicas gestuais; o espaço da tela aumenta, deixando nos ver progressivamente o mobiliário, as salas, as cores, os técnicos, as câmeras, as telas de controle, e tudo isso é invadido pouco a pouco por jornalistas especializados e por convidados (VERÓN, 1989, p. 30).

Nessa segunda fase a realidade é mostrada no noticiário televisivo, porém é encapsulada por um dispositivo dominante. “O real da atualidade chega a esse lugar por migalhas; em alguma parte, fora, ocorrem coisas das quais nós recebemos as imagens” (VERÓN, 1989, p. 32). O autor afirma que, “entre o haver estado ali” da informação televisiva na primeira fase e o “nós estamos aqui” da informação televisiva de hoje, tem se produzido uma inversão na natureza da atividade referencial do discurso informativo.

Falando da evolução, João Carlos Correia afirma que o processo de construção de mensagens jornalísticas pelos meios de comunicação sofreu “transformação da própria narrativa ao nível de um registro de maior abertura à subjetividade, a introdução do texto do autor e reconhecimento dos fatos noticiáveis como elementos de uma intriga jornalística” (2004, p. 174).

4.2. Jornalismo regional

Apesar de o telejornalismo, no Brasil, ter a sua origem delimitada as suas regiões de cobertura, que se resumiam às principais cidades do centro do país, temos hoje um telejornalismo que alcançou abrangência nacional, mas que reserva tempo para o telejornalismo regional e local.

Ainda são escassos também os estudos sobre telejornalismo regional. Encontramos somente alguns, tais como os de Wolfer (1982), Garcez (1998), Soares (2002) e Couto (2005), porém não foram localizados estudos sobre a produção de telejornais, ou sobre o tratamento de temáticas específicas no telejornalismo em rede.

O jornalismo regional é uma comunicação diferente na perspectiva de públicos e interesses em jogo. Perante os interesses nacionais e globais presentes na grande indústria jornalística, o noticiário regional consegue estabelecer um vínculo com o espaço público regional em dois sentidos: “Por um lado, são instância de reforço da identidade das comunidades com que se relacionam. Por outro, são espaços de uma potencial abertura ao mundo” (CORREIA, 2002, p. 157). O autor afirma ainda que “é impossível que públicos caracterizados por uma elevada proximidade em relação às empresas jornalísticas não contaminem a produção informativa com a forma como sentem a sua vivência cotidiana” (CORREIA, 2002, p. 159).

Correia vislumbra a possibilidade de o jornalismo regional contribuir para o fortalecimento do espaço público nas comunidades, diferentemente do que acontece no jornalismo, enquanto indústria de produtos e mercadorias informativas.

4.3. As notícias e reportagens na televisão

As notícias de televisão “ocupam lugares estratégicos na programação das redes (de televisão) e também nos discursos midiáticos contemporâneos” (BECKER, 2006, p. 70). São também a principal fonte de informação de grande parte da população, porém ainda não possuem o mesmo destaque como objeto de investigação. As notícias ou reportagens de televisão, do ponto de vista da produção podem ser estudadas enquanto construção de imagens e de textos que envolvem diversas questões que pretendemos aqui debater.

4.3.1. As imagens

Segundo Santaella (2005), os estudos da imagem na mídia ainda se encontram dispersos em várias disciplinas de pesquisa, por isso, é importante compreender o papel do código visual e da sua diferença em relação ao código verbal na composição dos materiais significativos nos telejornais.

Tratando-se de imagem, torna-se necessário distinguir dois diferentes domínios no mundo das imagens: o primeiro é o domínio das imagens como “representações visuais: desenhos, pinturas, gravuras, fotografias e as imagens cinematográficas, televisivas, holo e infográficas (...). Imagens, neste sentido, são objetos materiais, signos que representam o nosso meio ambiente visual” (SANTAELLA, 2005, p. 15); o segundo diz respeito à imaterialidade das imagens, que aparecem “como visões, fantasias, imaginações, esquemas, modelos ou, em geral, como representações mentais” (SANTAELLA, 2005, p. 15). Para a autora, existe uma relação entre os dois domínios das imagens, razão por que “não há imagens como representações visuais que não tenham surgido de imagens na mente daqueles que as produziram, do mesmo modo que não há imagens mentais que não tenham alguma origem no mundo concreto dos objetos visuais” (SANTAELLA, 2005, p. 15).

Os dois domínios das imagens referidos por Santaella (2005) são aprofundados por Jacques Aumont (1995) e Wilson Gomes (2004). Aumont considera uma variedade de imagens que possuem forma visível, ou seja, as imagens visuais em seu sentido plástico. Para ele, existe um dispositivo produtor de imagens com várias dimensões, entre as quais a espacial, a temporal e a técnica e simbólica. Gomes, por sua vez, considera a imagem como construção mental, uma visão de imagem que vai no sentido figurado, analógico e metafórico.

A produção telejornalística envolve uma série de operações técnicas de suportes tecnológicos que contribuem na construção das imagens visuais. São três os paradigmas da imagem: pré-fotográfico, fotográfico e pós-fotográfico. O pré-fotográfico diz respeito às imagens produzidas artesanalmente: pinturas, esculturas...; o fotográfico, às “imagens produzidas por conexão dinâmica e captação física de fragmentos do mundo visível, isto é, imagens que dependem de uma máquina de registro, implicando necessariamente a presença de objetos reais preexistentes” (SANTAELLA, 2005, p. 157). São incluídas neste paradigma as imagens de cinema e vídeo; imagens de televisão são consideradas, portanto, imagens do paradigma fotográfico. O pós-fotográfico diz respeito às imagens sintéticas ou infográficas, inteiramente calculadas por computação.

Para este estudo, sobre a produção em televisão, interessam, especialmente, aquelas imagens produzidas conforme o paradigma fotográfico. A produção das imagens neste paradigma depende do dispositivo, que é um conjunto de dados materiais e organizacionais que determinam o seu funcionamento (AUMONT, 1995). O dispositivo envolve tecnologia ou suporte, técnicas de operação e subjetividade do operador.

Na perspectiva tecnológica, a imagem, nesse paradigma, “é o resultado do registro sobre um suporte químico ou eletromagnético do impacto dos raios luminosos emitidos pelo objeto ao passar pela objetiva” (SANTAELLA, 2005, p. 165). Contudo, uma boa imagem depende também de técnicas de operação, que exigem conhecimento de um operador e implicam ações práticas para a captura das imagens. As ações são sempre realizadas por um sujeito, que, com sua subjetividade, também contribui para construir significados com as imagens que produz.

Atrás do visor de uma câmera está um sujeito, aquele que maneja essa prótese ótica, que a maneja mais com os olhos do que com as mãos. Essa prótese, por si mesma, cria um certo tipo de enfrentamento entre o olho do sujeito, que se prolonga no olho da câmera, e o real a ser capturado. O que o sujeito busca, antes de tudo, é dominar o objeto, o real, sob a visão focalizada de seu olhar, um real que lhe faz resistência e obstáculo (SANTAELLA, 2005, p. 165).

O agente produtor das imagens fotográficas necessita de capacidade perceptiva e prontidão para reagir, capturar, roubar do real, enquadrando o que lhe interessa.

Tendo por propósito capturar, registrar o visível, as imagens no paradigma fotográfico, menos do que representações, são reproduções por captação e reflexo. Imagens-documento, elas são traços, vestígios da luz, resto que sobrou do corte executado no campo da natureza (SANTAELLA, 2005, p. 171).

As imagens, conforme o paradigma fotográfico, são levadas às últimas conseqüências no processo de difusão pela televisão no telejornalismo, pois, além de poderem ser multiplicadas e reprisadas, podem ser manipuladas no processo de edição. Em virtude de sua importância no meio televisivo, as imagens serão um dos elementos importantes da linguagem televisual que farão parte da análise dos produtos do telejornalismo sobre os indígenas. Em matéria de imagem, interessam-nos os temas que revelam, o tempo de exibição, mas também os seus enquadramentos; por isso, a observação deverá recair também sobre as operações realizadas pelos agentes operadores de tecnologias e técnicas na captação das imagens.

São diversos os mecanismos acionados (tecnologias) ou movimentos realizados (técnicas) pelo operador da câmera e que inscrevem diferentes sentidos nas imagens. Squirra (1990) refere que a linguagem visual em televisão se constitui de dois tipos de códigos, que são definidos como movimentos mecânicos e movimentos óticos. Os

mecânicos são: o panorâmico, em que a câmera faz um giro sobre seu próprio eixo e capta imagens de um ao outro lado, e o *travelling*, que diz respeito ao movimento que o operador faz com a câmera aproximando-se ou afastando-se da imagem, ou quando o movimento se dá de um lado para o outro do objeto. Os movimentos óticos consistem na utilização das lentes da câmera que possibilitam a aproximação (*zoom-in*) ou afastamento (*zoom-out*) da imagem, o que resulta em sete tipos de planos fundamentais para a linguagem telejornalística: geral, de conjunto, médio, americano, próximo, close, detalhe.

Santaella afirma que a “maioria das estratégias manipuladoras da informação pictórica nos meios de comunicação não são falsificações diretas de realidade expressas de maneira assertiva, mas manipulações através de uma pluralidade de modos indiretos de transmitir significados” (2005, p. 208).

A imagem televisual é aquela veiculada, mas que antes foi captada numa determinada perspectiva e enquadrada de alguma forma por alguém que opera uma câmera. Essas imagens são produzidas a partir de imagens que os agentes possuem sobre os sujeitos dos acontecimentos e que geralmente circulam no meio social. A imagem é muito importante na constituição da reportagem, como explica Champagne:

(...) a informação “posta em imagens” produz um efeito de drama que é próprio para suscitar muito diretamente emoções coletivas. Enfim, as imagens exercem um efeito de evidência muito poderoso: mais sem dúvida que o discurso, elas parecem designar uma realidade indiscutível, se bem que elas sejam igualmente o produto de um trabalho mais ou menos explícito de seleção e de construção (1998, p. 64).

O operador de câmera tem um papel importante na produção da notícia, mas também no sentido produzido. As imagens obtidas pelo operador dependem, em parte, do acontecimento, mas, em parte, também, de suas escolhas, sobretudo da imagem que está em sua mente a respeito das pessoas ou do evento.

O objeto filmado possui uma identidade, o flagrante pode bastar para demonstrá-lo. Porém, a informação jornalística vai além. A postura, o comportamento de uma pessoa que é filmada transmite uma mensagem: o olhar enérgico ou irado, os punhos cerrados, os braços cruzados, se está deitado, agachado ou sentado, se a cabeça está erguida insolentemente ou se aparenta submissão. Tais elementos dão mais compreensão à notícia.

A câmera pode valorizar aqueles aspectos. Ao ficar em posição mais elevada que a pessoa empresta-lhe mais fraqueza; se se coloca abaixo, dá-lhe mais força. Um detalhe trazido em *close* reafirma a sua importância (CURADO, 2002, p. 109).

O profissional da câmera, com a sua subjetividade, escolhe e enquadra (AUMONT, 2004) à sua maneira a imagem e empresta-lhe um sentido que vai contribuir para o sentido construído pelo dispositivo midiático.

A televisão veicula imagens indiciais e icônicas. As imagens indiciais, no telejornalismo, são aquelas que revelam a seqüencialidade dos fatos que configuram um acontecimento, ao passo que as icônicas revelam temas, mostram ícones e atribuem significados ao que é mostrado.

Para Verón (2004), a imagem possui uma força muito grande como testemunha do acontecimento, sendo informacional e contendo índices do real. Na televisão dos primeiros tempos as imagens eram muito mais indiciais do que hoje e tinham objetivo informacional; hoje a imagem da televisão perdeu muito do seu peso referencial, em razão de um “procedimento de fundo semântico”, que consiste na colocação de textos opinativos e interpretativos que a acompanham. Outro procedimento que torna as imagens antes indiciais em icônicas é a sua inclusão em outras temporalidades, que não mais aquela que indica atualidade, como é o caso da utilização de imagens de arquivo. No telejornalismo, portanto, podemos estar diante de imagens indiciais ou icônicas, dependendo das ações realizadas no dispositivo de enunciação. Os relatos são a semantização dos fatos e constituem-se de signos icônicos construídos conforme a relação de alguém que interpreta o mundo visível.

A força da imagem conduz a que a televisão mantenha sobre as demais mídias uma hegemonia até agora imbatível. Bourdieu chama a atenção para o poder da imagem e do uso deste mecanismo, a qual

tem a particularidade de poder produzir (...) o *efeito de real*, ela pode fazer ver e fazer crer no que faz ver. Esse poder de evocação tem efeitos de mobilização. Ela pode fazer existir idéias ou representações, mas também grupos. As variedades, os incidentes ou os incidentes cotidianos podem estar carregados de implicações políticas, éticas, etc. capazes de desencadear sentimentos fortes, frequentemente negativos, como o racismo, a xenofobia, o medo-ódio do estrangeiro, e a simples narração, o fato de relatar, *to record*, como *repórter*, implica sempre uma construção social da realidade capaz de exercer efeitos sociais de mobilização (ou de desmobilização) (BOURDIEU, 1997, p. 28).

4.3.2. Os textos

O texto é uma forma direta de orientar a recepção para a compreensão do que se quer passar, geralmente apresentado na forma do *lead*, trazendo de forma sucinta os relatos e narrativas construídos pelos agentes da instituição midiática. É resultado da participação de vários sujeitos, dos quais se destacam os repórteres e editores de texto. Enquanto o repórter constrói o seu texto na rua e no momento da edição (*off*) sobre as imagens disponíveis, o editor “escreve o texto que é lido pelo locutor/apresentador ou propõe textos para o âncora do programa. (...) Ele orienta a equipe de reportagem a respeito do enfoque da cobertura. (...) É a ponte entre a reportagem e o telespectador” (CURADO, 2002, p. 52). Portanto, o texto de uma reportagem depende da ação de diversos agentes.

Em televisão é muito difícil falar de texto ou de imagem sem relacionar esses dois códigos de linguagem. Essa relação, que existe e pode ser percebida na exibição de uma notícia pela televisão, é íntima e variada. Explica-nos Santaella:

A imagem pode ilustrar um texto verbal ou o texto pode esclarecer a imagem na forma de um comentário. Em ambos os casos, a imagem parece não ser suficiente sem o texto (...). A concepção defendida de que a mensagem imagética depende do comentário textual tem sua fundamentação na abertura semiótica peculiar à mensagem visual. A abertura interpretativa da imagem é modificada, especificada, mas também generalizada pelas mensagens do contexto imagético. O contexto mais importante da imagem é a linguagem verbal. (2005, p. 53).

Na linguagem textual, a possibilidade de atribuição de sentidos diferentes pelos telespectadores dos pretendidos pelos editores é menos provável do que com as imagens. “Em comparação com a língua, a semântica da imagem é particularmente polissêmica. Imagens têm o caráter de uma mensagem aberta” (SANTAELLA, 2005, p. 53).

4.3.3. Questões de produção das reportagens

A questão inicial é em relação à categoria tempo e suas diferentes utilizações no processo produtivo das reportagens. A primeira forma em que o tempo aparece é como duração do material noticioso na televisão. As reportagens ou notícias de televisão são geralmente breves, velozes, heterogêneas e amarradas num formato temporal limitado (WOLF, 2003, p. 148). Uma duração inferior a um minuto supõe uma menor importância do fato e uma redução dos elementos destacáveis; por sua vez, uma duração superior a dois minutos “outorga um relevo maior aos fatos e, em consequência, permite uma escolha mais ampla e um tratamento mais profundo, sem dúvida, é mais freqüente a duração inferior que a superior. Essa restrição temporal obriga a uma rigorosidade enorme na seleção dos dados mais importantes do fato e o descarte dos secundários” (HERREROS, 1998, p. 186).

No sistema de televisão em rede há uma diminuição proporcionalmente inversa de tempo disponível para uma reportagem, na medida em que o material passa a freqüentar as redes estadual ou nacional. Uma reportagem produzida para ser veiculada

numa emissora local/regional dentro de uma rede é, geralmente, maior do que quando é veiculada em nível estadual ou nacional.

Duarte (2004) destaca, ainda, a questão do tempo em relação a três articulações que se dão entre “as condições de produção televisivas e o produto; o horário ocupado pelo produto na grade de programação e o tratamento temporal que lhe é referido; e as estratégias e configurações discursivas de tempo adotadas e suas formas de manifestação textual” (2004, p. 108). Em relação à primeira articulação, a autora afirma a importância da novidade e da atualidade das mensagens, pois as notícias lutam contra o tempo, diz ela. A outra configuração temporal é a que diz respeito ao lugar e, portanto, ao horário que o telejornal ocupa na grade de programação da instituição, pois, dependendo do horário em que é apresentado, são utilizadas estratégias e configurações discursivas de tempo em relação aos acontecimentos midiáticos³⁷. Há, ainda, a estruturação em blocos, cada um deles contendo diversas unidades (reportagens), e também uma diferença de sentido para uma notícia, dependendo do bloco em que ela se encontra.

A segunda questão diz respeito a sua estrutura, ou seja, ao modo como são organizadas como uma unidade noticiosa. Em geral, as notícias baseiam-se em imagens em movimento, uma voz *in off* do jornalista e a intercalação de declarações de personalidades portadoras de informação (HERREROS, 1998, p.185). Existe uma certa regularidade nas estratégias de organização do material. Observando os telejornais objeto deste estudo, percebemos que uma série de estratégias é utilizada, entre as quais

³⁷ No caso do telejornalismo da Rede Globo de Televisão, os seus telejornais ocupam diferentes horários: “Os jornais *Nacional* (20h e 15min) e *da Globo* (23h e 50min) operam predominantemente com uma temporalidade de caráter retrospectivo, que vai do presente, representado pelos âncoras, ao passado, referente aos acontecimentos: da realidade e atualidade à virtualização. (...) o telejornal *Hoje* opera com uma temporalidade presente. (...) A maior parte dos acontecimentos estão muito próximos temporalmente do tempo de sua exibição permitindo um primado do presente sobre o presente. O *Bom-dia Brasil* (7h e 15min) (...) opera diferentemente. (...) possui (...) dois cenários. Na tradicional bancada é apresentada uma síntese das notícias ocorridas (...) e já noticiadas na noite anterior. (...) Um segundo cenário que simula uma sala-de-estar com poltronas, mesa de centro e um telão ao fundo é o palco da construção de uma notícia do que ainda não ocorreu. (...) Seu caráter é prospectivo, e, portanto, de certa forma, preditivo em relação ao futuro” (DUARTE, 2004, p. 116-117). “O horário determina o público almejado e influencia diretamente a forma e o conteúdo da edição a ser realizada. O telejornal da 1 h da tarde tem público, e, conseqüentemente, estilo e formato diferentes de um telejornal das 8 ou ainda das 11 da noite. Estes, por sua vez, também são diferentes entre si. O público da televisão é menos homogêneo que o dos outros veículos, sobretudo o do jornal impresso. Isso interfere diretamente na apresentação das notícias, na edição das matérias e na organização dos programas telejornalísticos” (SQUIRRA, 1990, p. 100).

podemos destacar as seguintes: escalada, cabeça da notícia, passagem ou boletim, sonora, nota coberta ou texto em *off*, FQ ao vivo e o sobe som³⁸ (Quadro 6).

Escalada	Chamada das matérias no início do programa ou no final do bloco anterior.
Cabeça	Introdução da matéria feita pelo apresentador do telejornal. Ajuda situar o telespectador sobre a reportagem que segue.
Passagem/boletim	O relato do repórter no local do evento.
Sonora	São as entrevistas ou participações de convidados pela equipe de reportagem.
Nota coberta/ <i>off</i>	Situação em que aparece a voz do repórter ou do âncora, gravada, mas coberta por imagens.
FQ ao vivo	Situação em que aparece a voz do âncora coberta por imagens, porém feita ao vivo.
Sobe som	Situação no final da fala de alguém aparece o som ambiente.

Quadro 6 – Denominação das partes de uma reportagem conforme os agentes midiáticos na RBS TV

A produção das notícias pode também ser analisada conforme os espaços de produção definidos por Herreros (1998, p. 288): o primeiro é o estúdio, considerado como o espaço central; o segundo, o espaço do repórter, subordinado ao primeiro; o terceiro, o espaço das vozes, que se dá no local do acontecimento.

³⁸ Essa terminologia é utilizada pelos agentes midiáticos na RBS TV.

4.4. Polifonia de vozes

Para Bourdieu a produção das reportagens não acontece de forma individualizada, mas é resultado de um processo coletivo. O autor chama a atenção para o coletivo no processo de produção das mensagens televisivas, o qual não se reduz ao grupo constituído pelo conjunto da redação, mas engloba o conjunto dos jornalistas, a sociedade em geral e os sujeitos envolvidos nos acontecimentos (BOURDIEU, 1997, p. 31).

Herreros (1998) reforça a idéia do coletivo de produção dentro da instituição midiática dizendo que o emissor das notícias na televisão não é um indivíduo, ainda que fale em primeira pessoa, mas também não é só a equipe de produção envolvida. São também os “planificadores da ideologia e personalidade da empresa televisiva, que pode coincidir com o poder governamental, parlamentar ou representativo nas empresas estatais, ou com o poder econômico nas empresas privadas” (p. 37).

Arlindo Machado (2003), em seu estudo sobre a televisão, desenvolveu a idéia de polifonia no telejornalismo, assim explicada: “sujeitos falantes diversos se sucedem, se revezam e se contrapõem uns aos outros, praticando atos de fala que se colocam nitidamente como o seu discurso com relação aos fatos relatados” (2003, p. 104). A construção dos enunciados no telejornal segue uma arquitetura de apresentação “baseada em depoimentos dos sujeitos implicados no acontecimento” (p. 105). O telejornal é, nesse sentido “uma polifonia de vozes, cada uma delas existindo de forma mais ou menos autônoma e prescindindo de qualquer síntese global” (p. 107).

Esse conceito já havia sido utilizado anteriormente na literatura por Bakhtin (1970) ao analisar a presença das diferentes vozes nos romances do escritor russo Dostoievski. Para Bakhtin, “a pluralidade das vozes e das consciências independentes e distantes, a polifonia autêntica das vozes o tempo inteiro, constituem em efeito um traço fundamental dos romances de Dostoievski” (1970, p. 35). Segundo o lingüista, “Dostoievski é o criador do romance polifônico. Ele elaborou um gênero romanesco fundamentalmente novo. Isto fez com que a sua obra não se deixasse enquadrar em esquemas já conhecidos e comuns da história literária européia” (p. 35). Essa compreensão, segundo João Carlos Correia, faz parte de um conjunto de investigações que apontam para o recurso a diversos conceitos introduzidos por Bakhtin, como os de dialogismo e heteroglossia (2006, p. 217).

Os agentes da instituição midiática, ao relatar e narrar os acontecimentos, raramente são compreendidos como emitindo a sua opinião sobre o assunto em questão. A sua narração é geralmente impessoal e os comentários, quando acontecem, são manifestados em outros quadros, protagonizados por comentaristas, analistas ou especialistas, os quais interpretam os fatos. Todavia, nem todos os telejornais apresentam quadros de comentários explícitos.

Outra característica apontada por Machado (2003) é que o telejornal é uma colagem de depoimentos e fontes numa seqüência sintagmática que não chega a constituir um discurso unitário, lógico ou organizado, que nos permita saber se isso é verdadeiro ou falso.

4.5. As teorias da notícia

Até os dias atuais foram utilizadas várias explicações em resposta à pergunta sugerida por Nelson Traquina (2005): Por que as notícias são como são?

Entretanto, ainda constatamos a “ausência de uma teoria da notícia, elaborada e completa”, que dê conta “da complexa dinâmica existente entre as fontes e os jornalistas, e, por conseqüente, da teia emaranhada que envolve a relação de forças e a interação crucial entre agentes especializados em torno do bem conhecido como a informação”, bem como inexiste “uma clara conceituação e identificação dos factores que intervêm nas influências mútuas entre as diversas agendas” (TRAQUINA, 2005, p.44). O autor destaca as seguintes teorias utilizadas até hoje como caminho de resposta: a teoria do espelho, do *gatekeeper*, a teoria organizacional, da ação política e o paradigma da construção social das notícias por meio das teorias estruturalista e etnoconstrucionista.

A primeira explicação para compreendermos as notícias como são é a do espelho. Segundo Nelson Traquina (2005), esta é a teoria mais antiga e defende que as

notícias são como são porque a realidade assim as determina. Nesta visão, o jornalista possui a simples tarefa de informar e procurar a verdade, contando o que aconteceu; como trabalhador na produção da notícia, ele é considerado “um comunicador desinteressado, isto é, um agente que não tem interesses específicos a defender e que o desviam da sua missão”. Contudo, essa explicação, conforme o autor, é “pobre e insuficiente, e tem sido posta em causa repetidamente em inúmeros estudos sobre o jornalismo” (TRAQUINA, 2005, p. 68).

A segunda teoria explicativa à pergunta-chave para a compreensão das notícias é denominada de *gatekeeper*, cujo surgimento se deve a uma publicação de David Manning White, em 1950, na revista acadêmica mais antiga desta área científica, *Journalism Quarterly*, onde o conceito foi utilizado pela primeira vez. Segundo esse escrito,

o processo de produção das notícias é concebido como uma série de escolhas, onde um fluxo de notícias tem de passar por diversos “portões”, que são momentos de decisão em relação aos quais o *gatekeeper* (o jornalista) tem de decidir se vai escolher ou não essa notícia, deixá-la passar ou não. O conceito de *gatekeeper* seria altamente influente numa fase do estudo do jornalismo que cobre as décadas de 50 e 60 e continua nos anos 90 a alimentar todo um filão de investigação, embora sem a hegemonia que conseguiu em tempos passados (TRAQUINA, 2005, p. 54).

A teoria do *gatekeeper* revela uma concepção pobre do trabalho jornalístico porque “se baseia no conceito de seleção, minimizando outras dimensões importantes do processo de produção das notícias” (TRAQUINA, 2005, p. 70). Trata-se, pois, de uma visão limitada do processo de produção de notícias.

A terceira explicação para o que são as notícias no jornalismo é a teoria organizacional, visão que contribuiu para um avanço na compreensão do jornalismo como ação de profissionais nas organizações, ou seja, ele deixa de ser algo individual para tornar-se uma atividade em uma organização. Nessa visão, “a ênfase está num

processo de socialização organizacional em que é sublinhada a importância da cultura organizacional, e não uma cultura profissional” (TRAQUINA, 2005, p. 72). No resultado da ação do jornalista passa a pesar muito mais a instituição jornalística do que as suas crenças pessoais³⁹.

Segundo a teoria organizacional, o fator econômico das organizações jornalísticas influencia na atividade jornalística, sendo “determinante na resposta dada à pergunta por que as notícias são como são” (TRAQUINA, 2005, p. 78), pois a lógica do lucro nas empresas impõe constrangimentos ao trabalho jornalístico. É a dimensão econômica que “ênfatiza a percepção da notícia como um produto que deve ser inserido na relação existente entre o produtor e o cliente e satisfazer as exigências do cliente” (p. 79).

Outra explicação para as notícias nos vem das teorias da ação política, também denominadas de “conspiratórias”. Seus formuladores, segundo Nelson Traquina (2005), foram Herman e Chomsky, defendendo que a mídia é vista como uma forma de instrumentalização. Esta visão está muito presente entre os grupos de esquerda, mas também nos de direita, que vêem a mídia como instrumento que põe em causa o capitalismo. Para os seus criadores, cinco fatores explicam a submissão do jornalismo aos interesses do sistema capitalista: a estrutura de propriedade dos mídia; a sua natureza capitalista, isto é, a procura do lucro e a importância da publicidade; a dependência dos jornalistas de fontes governamentais e fontes do mundo empresarial; as ações punitivas dos poderosos; a ideologia anticomunista dominante entre a comunidade jornalística norte-americana.

³⁹ Nessa teoria o que está em destaque é o processo de socialização organizacional, em que é sublinhada a importância de uma cultura organizacional, não uma cultura profissional. O que conforma os jornalistas à política editorial da organização (BREED, 1999, p. 152-166) são: autoridade institucional e as sanções; os sentimentos de obrigação e de estima para com os superiores; as aspirações da mobilidade; a ausência de grupos de lealdade em conflito; o prazer da atividade; as notícias como valor. Esses fatores promovem o conformismo com a política editorial da empresa jornalística. O autor ainda aponta cinco fatores pelos quais o jornalista pode influir e diminuir o controle da empresa: as normas nem sempre são completamente claras; apesar do controle, o jornalista possui muitos espaços para fazer a sua seleção, ou seja, pode decidir quem entrevistar e quem ignorar, que perguntas fazer, que citações anotar, e, ao escrever o artigo, que itens realçar, quais a enterrar e, de um modo geral, que tom dar aos vários elementos possíveis da notícia; embora a política editorial de um jornal possa entender não dar destaque a um determinado assunto, um jornalista-empregado que obtenha uma boa estória sobre esse assunto pode publicá-la num outro jornal através de um jornalista amigo e apresentá-la num outro jornal por intermédio de um jornalista amigo e apresentá-la ao seu próprio editor, alegando que a matéria se tornou demasiado importante para a ignorar; o jornalista tem autonomia para contar certo tipo de histórias; os jornalistas mais notáveis podem transgredir mais facilmente.

A quinta explicação sobre a produção das notícias é denominada de “construção social”⁴⁰. Neste paradigma, “as notícias são resultado de processos de interação social entre jornalistas, entre os jornalistas e a sociedade, e entre os jornalistas e as suas fontes de informação. (...) Os jornalistas não são observadores passivos, mas participantes ativos na construção da realidade” (TRAQUINA, 2005, p. 63). Esse novo paradigma surgiu na década de 1970 e foi marcado por inovações metodológicas na investigação acadêmica que são explicitadas em duas visões teóricas: o estruturalismo e o etnoconstrucionismo. Embora complementares, há divergências em alguns pontos. Os pontos comuns das duas teorias são (TRAQUINA, 2005, p. 85-86): rejeitam a teoria do espelho; criticam o empiricismo ingênuo dos jornalistas; as notícias são o resultado de processos complexos de interação social entre agentes sociais; as duas teorias são microsociológicas e macrosociológicas; aceitam a teoria organizacional, porém, ao contrário dos teóricos da teoria organizacional, ambas as teorias defendem a perspectiva de que o neófito se integra por um processo de osmose não só numa organização, mas numa comunidade profissional, sendo, assim, teorias transorganizacionais; sublinham a importância da cultura jornalística, nomeadamente a estrutura dos valores-notícia dos jornalistas, a ideologia dos membros da comunidade e as rotinas e procedimentos que os profissionais utilizam para levar a cabo o seu trabalho; rejeitam categoricamente uma visão instrumentalista das notícias, rejeitando a teoria conspiratória de Herman e Chomsky; reconhecem que os membros da comunidade jornalística exercem um grau de autonomia; ambas contestam a visão de que os jornalistas são observadores passivos e defendem a posição de que, ao contrário, são de fato participantes ativos na construção da realidade; reconhecem que as notícias são narrativas, estórias, marcadas pela cultura dos membros da tribo e pela cultura da sociedade onde estão inseridos. Ainda:

⁴⁰ “O filão de investigação que concebe as notícias como construção rejeita as notícias como espelho por diversas razões. Em primeiro lugar, argumenta que é impossível estabelecer uma distinção radical entre a realidade e os mídia noticiosos, que devem refletir essa realidade porque as notícias ajudam a construir a própria realidade. Em segundo lugar, defende a posição de que a própria linguagem não pode funcionar como transmissora direta do significado inerente aos acontecimentos, porque a linguagem neutral é impossível. Em terceiro lugar, é da opinião de que os mídia noticiosos estruturam inevitavelmente a sua representação dos acontecimentos, devido a diversos fatores, incluindo os aspectos organizativos do trabalho jornalístico, as limitações orçamentais, a própria maneira como a rede noticiosa é colocada para responder à imprevisibilidade dos acontecimentos” (TRAQUINA, 2005, p. 60-61).

(...) a escolha da narrativa feita pelo jornalista não é inteiramente livre. Essa escolha é orientada pela aparência que a ‘realidade’ assume para o jornalista, pelas convenções que moldam a sua percepção e fornecem o repertório formal para a apresentação dos acontecimentos, pelas instituições e rotinas. (...) Os enquadramentos são sugeridos através de metáforas, frases feitas, exemplos históricos, descrições e imagens (...) símbolos de condensação (TRAQUINA, 2005, p. 87).

Quanto às divergências entre as teorias estruturalista e etnoconstrucionista, (TRAQUINA, 2005), a teoria estruturalista tem em comum com a teoria da ação política a visão de que a mídia reproduz a ideologia dominante como aparelhos ideológicos de Estado, porém reconhece a autonomia relativa dos jornalistas em relação a um controle econômico direto. Por sua vez, para os estruturalistas as notícias são um produto social resultante de vários fatores: da organização burocrática dos mídia, da estrutura dos valores-notícia, do próprio momento de construção da notícia, que envolve um processo de identificação e contextualização no qual mapas culturais do mundo social são utilizados na organização (TRAQUINA, 2005, p. 89).

Para a teoria etnoconstrucionista, “as notícias são o resultado de um processo de produção, definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima num produto” (TRAQUINA, 2005, p. 94). Nesse sentido, os acontecimentos oferecem um universo de matéria-prima, dentro do qual são realizadas as escolhas daquilo que vai fazer parte do produto final, a notícia. Para isso concorrem alguns fatores: o primeiro é a tentativa das empresas de impor ordem no espaço⁴¹; o segundo é a imposição de uma estrutura sobre o tempo⁴². Tuchman, citado por Nelson Traquina (2005), destaca que uma rede noticiosa e a distribuição dos jornalistas em seu interior contribuem para “impor ordem no espaço e no tempo”. Tendo em vista que o processo de produção das

⁴¹ Para cobrir o espaço, Tuchman, citado por Traquina (2005, p. 95-96), “apresenta três estratégias que as organizações jornalísticas utilizam: 1) a territorialidade geográfica (...); 2) a especialização organizacional (...); 3) a especialização em termos de temas – as empresas jornalísticas se autodividem por seções que enchem certas ‘rubricas’ do jornal”. O resto do país é notícia quando há desordem natural, tecnológica, social, moral, etc., ou quando há deslocamento de autoridades institucionais.

⁴² Cada empresa tem o seu biorritmo e, para tanto, espera que as notícias aconteçam em certos dias da semana e em certas horas no dia. Aqueles que escapam desta lógica de organização temporal perdem muito do seu valor-notícia. As empresas organizam uma agenda dos eventos, o que facilita cobri-los, prática que conduz a que sejam objeto de cobertura mais os acontecimentos do que as problemáticas.

notícias é interativo, porque diversos agentes sociais⁴³ exercem um papel ativo no processo de negociação constante, a compreensão da rede é importante para se entender a construção da notícia de acordo com a distribuição dos jornalistas no espaço.

Na perspectiva da construção das notícias existe uma série de questões já abordadas em estudos anteriores e aqui lembradas por Traquina (2005): a predominância do centro sobre a periferia, que tem como consequência a inversão dos acontecimentos, diminuindo o papel do repórter na cobertura; as fontes possuem um peso diferenciado e, portanto, acesso diferenciado ao campo jornalístico, que é um bem estruturado socialmente; as notícias envolvem acontecimentos, não as condições que produzem os acontecimentos; as notícias privilegiam as pessoas, não o grupo; as notícias destacam o conflito, não o consenso; as notícias privilegiam o fato que alimenta a estória, não o fato que a explica; os grupos sociais que atuam fora do consenso são vistos como marginais e a sua marginalidade é tanto maior quanto mais se afastarem do social legitimado; as notícias são um aliado das instituições legitimadas.

As notícias devem ser encaradas como o resultado de um processo de interação social. As notícias são uma construção social onde a natureza da realidade é uma das condições, mas só uma, que ajuda a moldar as notícias. As notícias também refletem 1) os constrangimentos organizacionais; 2) as narrativas que governam o que os jornalistas escrevem; 3) as rotinas que orientam o trabalho e que condicionam toda a atividade jornalística; e 4) as identidades das fontes de informação com quem falam (TRAQUINA, 2005, p. 122-123).

Os fatos tratados pela mídia, “longe de se limitar a registrá-los, (...) fá-los experimentar um verdadeiro trabalho de construção, que depende muito amplamente dos interesses próprios deste setor de atividade” (CHAMPAGNE, 1998, p. 63). No dizer de Meunier (1999, p. 86), o jornalismo é “máquina simbólica” que constrói diferenças significativas nos eventos ao trazê-los para dentro da mídia. Trata-se de uma ação do dispositivo midiático no jornalismo.

⁴³ Os promotores da notícia, aqueles que promovem e organizam os eventos ou acontecimentos que são a matéria-prima para os jornalistas; os *news assemblers*, que são os jornalistas, e os consumidores de notícia, que são os leitores, ouvintes e telespectadores (TRAQUINA, 2005, p. 99).

Essa mesma pergunta sobre a construção das notícias a que Traquina (2005) buscou responder também foi respondida por Fernando Correia (1997). Afirma este que tal resposta deve ser buscada na ação mediadora do jornalista, que se realiza em determinados contextos onde diversos fatores condicionam e constroem o seu trabalho e

fazem com que as notícias tenham um determinado conteúdo, uma determinada forma e assumam, globalmente, um determinado ou determinados modelos. Esses constrangimentos desenvolvem-se na confluência de fatores estruturais relativos à redação (Estatuto de política editoriais, valores-notícias dominantes, públicos-alvo, rotinas produtivas, relações com a administração), relativos à empresa (objetivos estratégicos, posicionamento da empresa, gestão), relativos aos valores profissionais (cultura e ideologia profissionais, normas deontológicas, características do mercado de trabalho, enquadramento jurídico da profissão, características sociológicas do grupo profissional), relativos ao sistema mediático (nomeadamente, as suas relações com o sistema econômico e político, propriedade dos media, nível de concentração e legislação respeitante à comunicação social) e relativos aos sistema social (designadamente, o lugar atribuído aos media na sociedade, níveis de cidadania e participação, níveis de escolaridade, analfabeitismo e literacia, bem como hábitos de consumo dos bens culturais (CORREIA, 1997, p. 23).

Alguns anos mais tarde, João Carlos Correia (2004, p. 166), buscando alargar a resposta a essa basilar questão para compreender as notícias, resumiu dizendo que é preciso levar em conta uma convergência de explicações que são de diversas ordens. Segundo ele, essas passam pela ação pessoal dos jornalistas, pela ação social das práticas profissionais e pela ação cultural, no sentido em que a notícia terá de ser entendida também como situada numa determinada sociedade.

Segunda parte - Fundamentação Teórica

Introdução

Na segunda parte da tese destacamos os conceitos teóricos implicados, que nos ajudam a compreender o objeto de estudo e os caminhos epistemológicos de nossa pesquisa. No capítulo quinto, por meio de uma pesquisa bibliográfica, verificamos a definição dada aos termos “mídia” e “dispositivo” e os seus usos nos estudos comunicacionais. Com base nessa revisão bibliográfica formulamos o conceito de “dispositivo midiático”, bem como uma proposta de sua utilização para o estudo da televisão e do jornalismo nesta importante mídia. É também objetivo deste capítulo compreender o conceito de dispositivo midiático em rede.

No sexto capítulo retomamos o conceito da “tematização”, que neste trabalho é objeto de reflexão como operações de linguagem. No sétimo tratamos das questões relacionadas à dimensão socioantropológica, abrangendo o conceito de “protagonismo”, que passa a integrar o debate nesta tese na perspectiva de possibilitar a compreensão do que de fato acontece na mídia dos indígenas caingangues.

No último capítulo desta parte oferecemos um construto teórico-analítico para descrever, analisar e interpretar os produtos dos telejornais, ou seja, as reportagens. Trata-se de uma elaboração teórico-metodológica que procura compreender o seu processo produtivo. O dispositivo de análise contempla num quadro os gêneros discursivos e as dimensões propostas para a compreensão do dispositivo midiático e, noutro os espaços de produção, as operações de tematização e a protagonização dos sujeitos envolvidos no processo de produção das reportagens.

Capítulo 5

A mediação em dispositivos

O conceito de mediação em dispositivo é aqui estudado para compreendermos a sua utilização na investigação dos processos sociais que decorrem da presença dos dispositivos midiáticos na sociedade, bem como dos processos midiáticos, ou seja, as operações de produção telejornalística. Refletimos sobre a mediação dos indígenas caingangues, principalmente a partir dos produtos construídos em uma sociedade que media temas relevantes e interessantes como a questão indígena. Trata-se, portanto, de compreender a mediação pelos produtos do telejornalismo da RBS TV, um dispositivo midiático em rede.

5.1. Mediação

Entendemos a mediação como a ação da mídia, cuja compreensão se dá em relação a dois âmbitos sociais: à sociedade e seus processos, que ocupa lugar de espectadora diante da mídia, e à própria mídia e processos de comunicação ou

mediáticos, onde acontece a ação por meio de sujeitos e de diversas dimensões produtivas em interação no processo de produção telejornalístico. Para Fausto Neto (2007, p. 6), “o acelerado processo de midiatização afeta não somente a estrutura da sociedade, mas também as operações desenvolvidas pelo trabalho de produção de sentido das práticas midiáticas (jornalísticas) que organizam as operações de produção de referência e de sua própria auto-referência”.

O conceito de midiatização toma importância nos dias de hoje em virtude da centralidade da mídia nos processos socioculturais. A mídia tem a capacidade de transformar a sociedade por meio dos produtos que faz circular, ao mesmo tempo que se transforma e constrói os seus produtos para responder a essa nova realidade.

5.1.1. A midiatização que constrói novas realidades na sociedade

Os estudos sobre midiatização e sociedade encontram-se materializados em grande parte em linhas de pesquisa que se referem à mídia e a processos sociais ou socioculturais.

Sodré, referindo-se à midiatização, entende-a como uma “tendência à virtualização ou telerrealização das relações humanas, presente na articulação do múltiplo funcionamento institucional e de determinadas pautas individuais de conduta com as tecnologias da comunicação” (2002, p. 21). Para o autor, a midiatização é uma ordem de mediações socialmente realizadas no sentido da comunicação entendida como processo informacional, a reboque de organizações empresariais e com ênfase num tipo particular de interação – a que poderíamos chamar de “tecnointeração”, caracterizada por uma espécie de prótese tecnológica e mercadológica da realidade sensível, denominada *médium*. Trata-se de dispositivo cultural historicamente emergente no momento em que o processo da comunicação é técnica e industrialmente redefinido pela informação, isto é, por um regime posto quase que exclusivamente a serviço da lei estrutural do valor, do capital, e que constitui propriamente uma nova tecnologia societal empenhada num outro tipo de hegemonia ético-política.

A midiatização traz, segundo Sodré, um novo modo de estar no mundo, reconfigura a vida das pessoas e o espaço público. A mídia passa a ser o espaço público onde se realizam os debates que outrora aconteciam na política do Estado ou na sociedade civil. Surge, assim, o *éthos* midiatizado, uma ambiência afetiva e sensorial que se institui pela repetição e que chega a confundir-se com a própria vida. Sodré afirma que a prescrição moral está implícita no discurso midiático e que inexistente sanção externa ou explícita para a falha na observância dessa prescrição, mas fica implícita a vergonha, conseqüente à autodesvalorização estética, à inadequação pessoal a um padrão. É o padrão identitário valorizado que vai permitir ao indivíduo atingir um *optimum* de reconhecimento social (2002, p. 53).

A mídia está cada vez mais presente na vida cotidiana da maioria das pessoas. Destacando os seus efeitos e sua “onipresença”, Silverstone conclui que ela faz parte da experiência humana no mundo de hoje. A mídia nos cerca por todos os lados, levando-nos a ler e compreender os fatos e acontecimentos pelo viés midiático (2002). Trata-se de uma presença em todos os lugares, todos os dias, fazendo parte da experiência de nossa vida; nela opera filtrando e moldando “realidades cotidianas, por meio de suas representações singulares e múltiplas, fornecendo critérios, referências para a condução da vida diária, para a produção e a manutenção do senso comum” (SILVERSTONE, 2002, p. 21).

Encontram-se nessa perspectiva estudos recentes de José Luiz Braga (2006) e de Pedro Gilberto Gomes (2007). Para Braga (2006), a “mediatização” trata, por um lado, dos “processos sociais específicos que passam a se desenvolver segundo lógicas da mídia” e, por outro, “da mediatização da própria sociedade”. Neste segundo nível se localizam as preocupações e investigações do autor, que já abordou os “processos de interação social” e, no mais recente estudo, desenvolveu a tese de que existem “processos de interação de referência” que dominam todas as demais interações sociais. Nesse sentido, “os processos sociais ‘da mídia’ passam a incluir, a abranger os demais, que não desaparecem mas se ajustam” (2006, p.1).

Pedro Gilberto Gomes (2007) vê a mediatização como um novo modo de estar no mundo, porém na perspectiva de superar a idéia da mediação. Afirma que o palco e a platéia se juntaram numa coisa só e que tudo passa a ser palco, do qual todos participamos.

Nesse sentido, a sociedade percebe e se percebe a partir do fenômeno da mídia, agora ampliado para além dos dispositivos tecnológicos tradicionais. Por isso, é possível falar da mídia como *locus*⁴⁴ da compreensão da sociedade. Isso é tão imperioso que a posição, antes então revolucionária, do *palco à platéia*⁴⁵ perde seu sentido e é superada. Agora existe um teatro de arena, onde não mais se fala de palco e de platéia, pois é impossível pensar uma realidade sem palco, uma vez que ele abarcou tudo. As pessoas não distinguem mais a sua vida separada do palco, sem ele. Se um aspecto ou fato não é midiaticizado, parece não existir (2007, p. 11-12).

5.1.2. A midiaticização que constrói novas realidades em produtos midiáticos no telejornalismo

A midiaticização pode ser compreendida, também, a partir da mídia, como a ação da própria mídia sobre a realidade, transformando-a em produtos com sentido de realidade. Ela pode ser considerada o resultado de um conjunto de condições sociais do contexto onde se processa, que engloba, principalmente, a produção e a circulação destes produtos.

Uma contribuição significativa nessa perspectiva vem de Eliseu Verón, que compreende a midiaticização como sendo o resultado de um conjunto de condições sociais do contexto onde ela se processa. Para o autor, as condições sociais de produção determinam em grande parte o produto e os sentidos que carregam. Numa das reflexões que realiza em conjunto com Eric Fouquier (1985), destaca aspectos da produção ao estudar a midiaticização de temas científicos na televisão francesa, em *Les spectacles scientifiques télévisés – Figure de la production e de la réception*. O que buscamos nesta fonte é a compreensão do processo de produção de um programa de televisão, na qual atuam diferentes equipes de produção, apresentadores e convidados e, ainda,

⁴⁴ Giovanni Boccia Artieri (2004) trata longamente desse tema, colocando a comunicação como *locus* de análise da sociedade.

⁴⁵ Segundo a conceituação de Maria Cristina Mata.
Obs.: As duas notas anteriores são do próprio autor.

momentos pré-gravados fora do estúdio. Em torno desse conjunto de elementos, segundo os autores, realiza-se um conjunto de operações em diferentes topologias, aos quais denominam “espaços”.

No estudo, Verón e Fouquier afirmam que de operações diferentes realizadas nesses espaços de produção surge o produto final, que é o programa de televisão que veicula temas científicos para os franceses. A conclusão a que chegam com base nisso é que as operações realizadas em diferentes espaços de construção levam a que o discurso científico, ao ser transferido para a televisão, sofra modificações significativas, a ponto de concluir que não se trata de uma tradução, nem de uma traição, mas, sim, da construção de um outro discurso. Tomando por base um discurso científico original, a televisão, em seu processo produtivo, constrói um produto radicalmente diferente (FOUQUIER; VERÓN, 1985, p. 95), o qual, segundo os autores, não é mais um discurso científico, mas um “divertimento científico na televisão”.

Neste estudo destaca-se a importância da topologia no processo de produção, ou seja, os lugares ou espaços onde acontecem as operações produtivas, das quais resulta o produto final, que é o programa televisivo (FOUQUIER; VERÓN, 1985). Segundo os autores, a midiaticização de um tema processa-se em vários espaços produtivos, onde existem diferentes “níveis de realidade” e onde ocorrem operações que configuram um outro discurso, que não é mais o discurso científico. “A produção e a interpretação das mensagens televisuais implicam em uma topologia que comporta quatro níveis ou quatro estratos, que aqui serão chamados de espaços” (FOUQUIER; VERÓN, 1985, p. 77). Em linhas gerais, consideram esses espaços como correspondentes às funções da comunicação, que são representar, enunciar e narrar.

Os espaços considerados são “espaço-mundo”, “espaço-percurso”, “espaço-mediação” e o “espaço-canal”. O “espaço-mundo” é constituído pela realidade tal qual a televisão nos dá a ver, ordenada, limpa (já selecionada) por seus cuidados. O “espaço-percurso” é o ponto de vista pelo qual se desenvolve o produto televisivo; é nele que se propõe ao público uma viagem ao interior do “espaço-mundo”, segundo um percurso formal determinado e onde se encontram os observadores, não mais os observáveis. Aqui a televisão “teatraliza o mundo científico para fazê-lo penetrar nos telespectadores através de histórias, pessoas, enunciados universais, temas de impactos sociais” (1985, p. 79). Por sua vez, o “espaço-mediação” no programa se dá no espaço de atuação do jornalista que entrevista o especialista e se comunica com o telespectador. “Quando ele

assume como comunicador ele olha para o público e a imagem se fecha sobre seu rosto e não mais sobre o mundo exterior” (1985, p. 80). Por fim, o “espaço-canal” são os bastidores da produção, fabricação, de onde se faz a emissão é “onde não agem os atores, mas sim os autores, os responsáveis, onde estão as intenções, os motivos, os princípios, as crenças que os guiam, valores e características segundo os critérios de criatividade, de moral, de operacionalidade, etc.” (1985, p. 81).

Para Eliseu Verón (1997), a midiatização envolve os meios de comunicação social como dispositivos tecnológicos de produção/reprodução de mensagens, porém associados a determinadas condições de produção e a determinadas modalidades (ou práticas) de recepção de tais mensagens. A midiatização engloba, portanto, os meios (instituições midiáticas), as instituições não midiáticas na sociedade e também atores individuais. É na relação que se estabelece entre os meios, as instituições e os atores que podemos compreender a midiatização.

Para o autor, cada suporte de mídia possui uma gramática de produção, que diz respeito às condições de produção e ao conjunto de regras instituídas para o seu funcionamento. Cada meio possui uma processualidade de funcionamento, que é o que marca os seus textos. Diz o autor que “um conhecimento detalhado dos mecanismos técnicos da fabricação é um elemento indispensável para bem compreender o que será encontrado na superfície do texto” (VERÓN, 2004, p. 94). Esses mecanismos técnicos dizem respeito a uma estrutura de funcionamento muito bem organizada e hierarquizada.

No processo de midiatização a realidade passa a ser representada, não apresentada ao telespectador. Isso ocorre especialmente quando nos acontecimentos midiatizados são apagadas as imagens testemunhais, que são os índices do acontecimento real. Os “fatos são uma coisa, as opiniões e as interpretações da mídia são uma outra” (VERÓN, 2004, p. 170). Segundo o autor, o discurso televisivo, de início, acompanhou o modelo clássico da imprensa escrita, que tinha o seu foco voltado para a informação, porém o discurso, tanto da imprensa como da televisão, sofreu transformações que vão além da informação, prevalecendo hoje os procedimentos de fundo semântico. Até as imagens, em muitas situações, perdem o seu peso referencial (indicial), evocando o campo semântico designado pelo texto que as acompanha e tornando-se imagens icônicas, que participam do discurso, reforçando, assim, estereótipos presentes na recepção.

Assim, o processo que ocorre na produção midiática transforma a informação sobre um acontecimento em outra coisa, que não é mais somente informação. Isso acontece especialmente pela qualificação do acontecimento, que se manifesta por meio de operações nas imagens que as transformam de imagens testemunhais em imagens icônicas, da voz testemunhal dos sujeitos do acontecimento em interpretações realizadas pelos agentes midiáticos no processo de produção.

Para Verón, a midiática é o resultado de operações tecnológicas de imagens e operações lingüísticas; logo, uma não pode ser compreendida sem a outra. Assim, a televisão pode ser vista como um aparato tecnológico ao qual se encontram associadas determinadas condições de produção, mas também operações de linguagem que produzem e fazem circular para a recepção os seus produtos midiáticos.

A midiática que interessa para este estudo é o processo de produção e circulação dos produtos do telejornalismo em instituições midiáticas em rede numa sociedade midiática. Faremos isso utilizando o conceito de dispositivo, porém sem ignorar os processos sociais que ocorrem a partir do fenômeno da midiática. Levamos em conta a contribuição de Ferreira (2007), que sugere relações e intersecções entre dispositivos, processos sociais e processos de comunicação.

Nesse sentido, a mídia deixa de ser somente um meio; no nosso caso, o telejornalismo deixa de ser somente representacional. A mídia, mas também o jornalismo, e no nosso caso, o telejornalismo, torna-se um dispositivo, “espécie de sistema regulador que através de suas próprias auto-operações realiza o funcionamento de um novo tipo de trabalho do registro simbólico. (...) (o que) altera substancialmente o estatuto da enunciação midiático-jornalística” (FAUSTO NETO, 2007, p. 8). Assim, diz o autor, o acontecimento midiático não depende mais tanto das fontes e de outras transações discursivas, mas, sim, especialmente, do investimento do trabalho de enunciação, que se transforma num acontecimento.

5.2. O dispositivo

O conceito de dispositivo já é largamente utilizado no campo das ciências e, nomeadamente, nas ciências da comunicação. Nesta seção vamos tratar da gênese deste conceito, não explicitada pelos autores que o utilizam nos estudos comunicacionais.

A utilização do conceito tem, em diferentes campos do conhecimento, uma espécie de véu que cobre a sua gênese. A maioria dos autores nas ciências da comunicação, por um lado, pressupõe a sua origem e não a explicita em suas elaborações; por outro, o conceito é utilizado sobretudo na sua forma unidimensional. Na maior parte dos estudos onde aparece é confundido como sendo algo estritamente técnico ou tecnológico; em outros, o conceito deixa de ser técnico-tecnológico e aparece como sendo unidimensional, destacando uma das outras dimensões, ou seja, ora aparece em sua dimensão socioantropológica, ora se destaca como linguagem. Segundo Ferreira (2006), essas dimensões aparecem isoladamente como dimensões coladas ao operador semântico dispositivos. A perspectiva que queremos propor aqui é uma compreensão multidimensional do conceito, que possibilite sua mais proveitosa utilização nos estudos dos dispositivos midiáticos.

Os mídias não se explicam somente por meio de sua tecnologia, nem somente pela ação dos sujeitos envolvidos, ou tão-somente pela linguagem específica em cada um dos meios de comunicação. Diante disso, buscamos caminhos que possam dar conta de explicar o fenômeno midiático e os seus processos sociais em nossos dias.

5.2.1. A gênese do conceito de dispositivo

Buscamos o ponto de partida para a compreensão do conceito em Michel Foucault, para quem o dispositivo consiste numa rede que pode ser estabelecida entre diferentes elementos, tais como o poder em relação a qualquer formação social, a relação entre o fenômeno social e sujeito e a relação entre discurso e prática, as idéias e ações, atitudes e comportamentos (POSTER, 2000, p. 80-81). Para o filósofo francês,

o dispositivo é um mecanismo de poder com múltiplas dimensões em jogo e que podem ser percebidas no *panopticon*⁴⁶. Deleuze afirma que um princípio geral de Foucault é que “toda a forma é um composto de relacionamentos de forças” (2005, p. 78).

Para Foucault, o dispositivo discursivo é um amálgama que mistura o enunciável e o visível, as palavras e as coisas, discursos e arquiteturas, programas e arquiteturas, formação discursiva e formação não discursiva. Dispositivos são, para ele, articulações disciplinares, formas discursivas que geram sentidos na sociedade (DELEUZE, 2005).

Em relação aos discursos na sociedade, Michel Foucault afirma que existem procedimentos de exclusão e de controle (FOUCAULT, 1997) que só podem ser compreendidos em relação ao meio em que se encontram. Para além disso, existem também os procedimentos internos de seleção e controle, que deixam as suas marcas. Nesse sentido, um determinado discurso, para ser compreendido, necessita que tenha explicitado o dispositivo que envolve os seus contextos e seus códigos de linguagem.

Para Foucault, o mais importante nos discursos é o fato de constituírem os seus objetos, de serem práticas que sistematicamente dão forma aos objetos sobre os quais falam. A linguagem é performativa, além de denotar e conotar⁴⁷. Em relação ao *panopticon*, uma norma é imposta sem ser resultado da imposição da vontade de ninguém. Trata-se de um dispositivo, entendido por Foucault, no qual não contam as ações individualizadas dos sujeitos envolvidos, mas, sim, as ações relacionadas e os resultados do conjunto. Assim, as ações sociais não podem ser compreendidas como dos indivíduos, mas, sim, dos dispositivos, visto que cada um opera uma parte do conjunto de ações que o constituem.

Esse conceito⁴⁸ nos possibilita ir além do que naturalmente é designado como meio de comunicação ou mídia, mas também, segundo Ferreira (2007), ultrapassar falsas antinomias no campo acadêmico, entre aqueles que acentuam diferentes dimensões de um mesmo dispositivo.

⁴⁶ O *panopticon* é, para Foucault, uma metáfora aplicada ao mecanismo de vigilância nas prisões. Para Mark Poster, “o *panopticon* não consiste apenas no guarda da torre, mas na totalidade do discurso/da prática da prisão com vista à constituição do sujeito como criminoso e à sua normalização assente num processo de transformação/reabilitação”. (2000. p. 100).

⁴⁷ Idéia recordada por Poster (2000, p. 104).

⁴⁸ Um conceito é uma síntese entre uma proposição lógica uma historicidade do próprio conceito e uma ontologia. Considerado em sua história, o conceito já ultrapassou as fronteiras da normalização linguística, o senso comum do dispositivo enquanto tecnologia, e atingiu uma configuração mais abstrata (FERREIRA, 2007).

5.2.2. As dimensões constitutivas do dispositivo

O conceito de dispositivo na perspectiva de Foucault aplica-se às formações sociais, como é o caso do discurso social, amplamente estudado por ele, no qual estão implicadas diversas dimensões que devem ser consideradas para a sua compreensão, pois são constitutivas do discurso. Essa visão multidimensional também se aplica ao campo comunicacional ou midiático, onde é preciso levar em conta a multidimensionalidade para compreender os processos que se desenvolvem.

Na história dos estudos comunicacionais manifestam-se diversas linhagens de compreensão, todas constituídas com a pretensão de explicar o fenômeno comunicacional, porém que acabaram destacando alguma das dimensões em detrimento de outras. Buscamos, neste ponto do estudo, por meio do conceito de dispositivo, dar conta de múltiplas dimensões que operam e que devem ser consideradas nas investigações dos processos produtivos na mídia.

Os estudos de Daniel Peraya (1999) apresentam uma perspectiva teórica que ultrapassa a unidimensionalidade do dispositivo midiático, ou seja, acrescentam um passo importante numa perspectiva mais ampla. Sua proposta para os dispositivos midiáticos é triádica, colocando em destaque a sociedade, a tecnologia e a linguagem. O dispositivo aparece como um lugar das interações entre os três universos: uma tecnologia, um sistema de relações sociais, um sistema de representações. A proposta de Peraya, segundo Ferreira (2006), é imitada, pois destaca as diversas dimensões, mas ainda num sentido de fechamento, visto que não reconhece que as operações que se dão no interior de cada uma das dimensões já são uma presença relacional das outras dimensões.

A teoria triádica de Charles Sanders Peirce oferece a base que buscamos para compreender a multidimensionalidade dinâmica do dispositivo. Em sua teoria geral dos signos⁴⁹, o filósofo da lógica apontou diversas tríades como forma de explicar os fenômenos na sociedade. A primeira apresenta três categorias elementares⁵⁰: a primeiridade, ou seja, a qualidade, ou o modo de ser sem referência a nada; a

⁴⁹ Conforme Peirce, citado por Rochberg-Halton (1986), o signo é “algo que toma el lugar de otra cosa para alguien bajo algún aspecto o capacidad. Esto se dirige hacia alguien, esto es, crea en la mente de ésta persona un signo equivalente o quizás más desarrollado. Este signo que se crea es lo que yo llamo interpretante de el primer signo. El signo toma el lugar de algo, su objeto” (CP 2.228).

⁵⁰ Em sua primeira carta a Lady Welby.

secundidade, que é o modo de ser do que é tal como é em relação com um segundo, a terceiridade, como o modo de ser do que é tal como é, colocando em relação recíproca um segundo e um terceiro (mediação, generalidade, representação, interpretação, conhecimento e pensamento). Entre as três existe uma profunda implicação, ou seja, a primeiridade está implicada na secundidade e ambas na terceiridade⁵¹. Para Peirce, um signo é objetivamente vago, deixando sua interpretação mais ou menos indeterminada. Não há comunicação de uma pessoa para outra que possa ser inteiramente precisa. Nesse sentido, a primeiridade é vista como qualificação; a secundidade, com alguma relação; a terceiridade é que seria a aproximação com algo que poderia ser nomeado de conhecimento, mas ainda interpretação.

Uma outra chave da teoria triádica de Peirce é revelada na formulação da semiótica para a teoria social contemporânea, segundo a qual “todo o significado consiste em um contínuo processo sgnico de atos comunicativos orientados para fins últimos (...). Um signo consiste na representação triádica de algum objeto para um signo que interpreta, ou interpretante” (ROCHBERG-HALTON, 1986, p. 6). Verón refere-se a esta chave triádica de Peirce dizendo que há um caráter intercambiável dos três termos: signo, objeto, interpretante. “O termo que, de um certo ponto de vista, é interpretante, torna-se de um outro ponto de vista objeto ou signo, e o mesmo ocorre com os dois outros termos” (VERÓN, 1980, 182). Assim, segundo Verón, a semiose demonstra ser uma rede infinita de posições funcionais que define, a cada momento de sua economia, a relação ternária cujo sentido se faz.

Há ainda outra classificação triádica em Peirce, que são os ícones, índices e símbolos. Os ícones transmitem informação ao incorporar qualitativamente o seu objeto, apresentam um determinado grau de semelhança com aquilo que evocam, como, por exemplo, um desenho de um cigarro aceso. Os índices pertencem ao mesmo domínio de realidade daquilo que evocam e é em razão de um elo de necessidade que designam qualquer outra coisa, seu referente. Um exemplo de índice é a fumaça do cigarro, que indica que ele queima; outro pode ser a biruta, que indica a direção do vento. Os símbolos transmitem significados em razão de uma convenção ou regra, cuja

⁵¹ Rochberg-Halton (1986), em seu artigo “Inmediatez cualitativa y el acto comunicativo”, afirma que, para Peirce, “la inmediatez cualitativa es un elemento esencial de una experiencia, sin embargo el significado de una experiencia no consiste en su inmediatez per se sino en su relación con experiencias pasadas a través de una continua interpretación que depende del futuro”.

generalização aumenta a eficácia do símbolo. Um exemplo disso são os símbolos lingüísticos.

Verón, buscando compreender as tríades de Peirce, afirma que “das três visadas do signo (...) a que distingue ícone, índice e símbolo, tem um ar taxinômico mais acentuado e (...) aí trata-se de modalidades operatórias e não de tipos de signos” (1980, p. 182). Para o autor, há uma imbricação muito grande entre os diferentes níveis, tanto que “há sempre componentes indiciais e icônicos em todo símbolo, há elementos icônicos em todo índice”.

Portanto, a teoria triádica de Peirce é a multidimensionalidade em relação. Ferreira (2006), afirma que com Peirce ela atinge o nível de proposição lógica. A proposta teórica de abordagem que Ferreira faz contempla a multidimensionalidade em relação. As dimensões contingenciam, operando umas sobre as outras, desde o momento que se configuram como sistema (2006, p. 5). Nessa perspectiva, no dispositivo midiático ocorre um conjunto de operações (técnico-tecnológicas, semiolinguísticas e socioantropológicas) que constituem uma rede entre diferentes elementos, ou uma meada num conjunto multilinear.

As dimensões que mencionamos são epistemológicas, isto é, conceituais e teóricas. Para Ferreira (2007, p. 5), são “três grandes agrupamentos que observamos recorrentes nas análises realizadas nas ciências sociais, e no campo acadêmico da comunicação. O desafio teórico permanente é se esses agrupamentos se constituem na melhor forma de categorizar a literatura que analisa os meios”.

Segundo o nosso entender, o conceito de dispositivo triádico aplicado aos estudos midiáticos consegue abarcar melhor a sua complexidade, ou seja, os processos midiáticos só podem ser bem compreendidos em sua complexidade se estudados na perspectiva das diferentes relações que se estabelecem entre as diversas dimensões em jogo.

Na dimensão socioantropológica do dispositivo midiático podem ser compreendidos o que é humano, a natureza e a cultura que se tornam presentes nos processos de produção midiática. Por um lado, encontram-se aí os sujeitos, objeto de midiatização, por outro, também os agentes midiáticos, sua formação, sua cultura e as insituições midiáticas envolvidas.

Na dimensão semio-lingüística do dispositivo são destaque as operações de linguagem que participam da midiatização, as quais oferecem múltiplas possibilidades de articulação ou desarticulação, bem como regras que criam significados por meio da utilização de códigos e símbolos que são organizados com base em enunciadores, mas também nos sujeitos nos eventos sociais.

A dimensão técnico-tecnológica do dispositivo é a mais destacada nos estudos comunicacionais, especialmente quando se refere à produção e circulação de imagens. O dispositivo, como técnica, diz respeito às operações realizadas e, como tecnologia, aos suportes tecnológicos, ou seja, as máquinas, os equipamentos e instrumentos utilizados nos processos de comunicação. Segundo Heidegger, há relação entre eles, pois a tecnologia possui incorporada a técnica (*techné*), ou seja, o conhecimento que tornou possível a sua criação.

Para Ferreira (2006), só uma reflexão teórica e epistemológica multidimensional, que reconheça idênticas proporções entre as diversas dimensões, pode dar conta da tarefa analítica dos movimentos dialéticos e das interações entre diferentes dimensões do dispositivo.

5.3. Dispositivos midiáticos

A mídia comporta vários dispositivos, variedade que pode ser definida de acordo com os diversos meios de comunicação existentes, bem como com o interior de cada um desses meios. Interessa-nos para este estudo a televisão, já descrita anteriormente, e, em seu interior, os dispositivos telejornalísticos, particularmente a reportagem.

A televisão é considerada por muitos autores um dispositivo midiático, ou dispositivo audiovisual. Seu destaque, em grande medida, deve-se a ser o dominante entre os demais meios de comunicação e, como tal, encontrar-se em relação às diferentes esferas da produção cultural, arte, literatura, ciência, filosofia, direito e também, à vida, à política e à democracia (BOURDIEU, 1997), ao mesmo tempo que

estabelece relação com os demais campos, especialmente o econômico, o social e o simbólico-cultural.

Para Pierre Bourdieu, autor do conceito de campo⁵², a televisão não pode ser explicada por um materialismo simplista, como sendo determinada por um fator, como, por exemplo, o econômico, pois muitas outras dimensões estão em jogo. Para Ferreira (2007a), estão em jogo vários sistemas, que na perspectiva luhmaniana se comunicam entre si através de acomplamentos e que constituem o que denominamos de “dispositivo”. Este, situado no campo comunicacional, pode articular entre os diversos sistemas, ou dimensões, a parcela de cada um para compreender o que acontece no campo comunicacional, especialmente na televisão e no telejornalismo.

5.3.1. O telejornalismo enquanto dispositivo

O telejornalismo estava pouco presente nos primórdios da televisão, porém hoje é objeto de programação 24 horas em alguns canais. O telejornalismo pode ser compreendido como um dispositivo muito importante para a informação, mas que não mais é somente informação, pois também atribui sentidos que vão muito além da informação. A análise da produção de sentido só pode ser realizada compreendendo-se os significados investidos em materiais, que, no caso do telejornal, são principalmente os textos e as imagens. Na perspectiva de que toda produção de sentido é social, estão aí implicadas questões da ordem cultural, econômica, ideológica e de poder (VERÓN, 1980, p. 195) para a compreensão dos sentidos apresentados num telejornal. Assim, é impossível compreender os sentidos do telejornal visando somente à análise de conteúdo, ou à compreensão das técnicas e tecnologias utilizadas. É preciso olhar também para o contexto socioantropológico.

⁵² “Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias” (BOURDIEU, 1997, p. 57).

Neste trabalho propomo-nos o desafio de compreender os processos de produção de sentido, ou seja, “reconstituir a produção através das marcas contidas (...) nos textos” (VERÓN, 1980, p. 205). Para isso, não pode haver análise de um texto em si mesmo, nem pode haver uma abordagem absoluta de um determinado conjunto textual. Os textos comportam uma multiplicidade de leituras, ou seja, um texto é o elo de diversas cadeias; por isso, o sentido semiótico é multidimensional (VERÓN, 1980, p. 206).

Um viés de estudos existentes sobre o telejornalismo é a perspectiva de gênero, na qual são destacados o informativo e o opinativo. O gênero, em televisão, deve ser compreendido como “um feixe de traços de conteúdo da comunicação televisiva que só se atualiza e realiza quando, sobre ele, se projeta uma forma de conteúdo e de expressão – representada pela articulação entre subgêneros e formatos, esses sim procedimentos de construção discursiva que obedecem a uma série de regras de seleção e combinação” (DUARTE, 2006, p. 22). Esses estudos, em linhas gerais, buscam distinguir o telejornalismo dos demais gêneros, tais como a ficção e *reality shows*.

A recente publicação de uma série de pesquisas sobre o telejornalismo, organizada por Alfredo Vizeu, Flávio Porcello e Célia Mota (2006), destaca a importância de um impulso na investigação sobre o telejornal “como o mais importante meio de informação da população brasileira neste início de século”. São vários estudos que demonstram filiações teóricas diversas, os quais têm a preocupação de fortalecer a investigação em torno do mesmo objeto: o telejornalismo e seus processos de construção. Trazemos para o nosso texto aquelas que possuem alguma contribuição para olhar o telejornalismo como dispositivo.

Uma das abordagens que integra o estudo é desenvolvida por Aline Maria Lins (2006). Seguindo os passos teóricos da crítica genética, a autora descreve o processo de produção do telejornal com a preocupação voltada para as tensões entre os trabalhos de coleta e a edição do material. Afirma que o fazer telejornalístico é um “processo como movimento, resultado de relações e significações, que se estabelecem nos vários momentos do seu percurso construtor”(LINS, 2006, p. 169). Trata-se de um

processo de produção do telejornal, (...) um ato comunicativo complexo, compartilhado por vários autores em diferentes papéis e, também, por vários leitores. Esse processo coletivo é não-linear e permeado por diversas linguagens: a verbal, a visual e a que denominamos sonora ambiental (música, ruídos, falas) (LINS, 2006, p. 174).

Um aspecto para o qual Aline Lins (2006) chama a atenção no telejornal, como uma produção em processo, é a questão da autoria do material no telejornalismo. Quem é o autor? É o jornalista? É a equipe de edição? Ou será a instituição midiática? Lins aponta para a autoria coletiva como solução para o questionamento, coincidindo, neste aspecto, com outros pesquisadores.

Um grupo significativo de estudos trata das questões da linguagem nas investigações em telejornalismo⁵³, entre os quais está o de Iluska Coutinho (2006), que percebeu a notícia estruturada sobretudo como um drama cotidiano. Segundo a autora, isso ocorre por meio de uma linguagem que valoriza o conflito social. Partindo dos conceitos de drama e dramaturgia, os textos são construídos valorizando “a estrutura e o elemento dramáticos” (COUTINHO, 2006, p. 102).

A forma de apresentar os dramas se dá também pela construção de personagens, que se constituem como atores na representação do real. O que mais se destaca são os papéis de mocinho, vilão ou vítima, predominância que tem estreita ligação com o fato de que as narrativas “(...) trazem em si os registros ou conexões com a já tradicional luta Bem-Mal e, na medida do possível, utilizam-se da estória narrada para reforçar valores morais e de conduta” (COUTINHO, 2006, p. 121).

Coutinho (2006, p. 123) conclui no seu trabalho que a dramaturgia instala-se no telejornalismo por meio de uma série de operações, tais como encenação, caráter espetacular da atuação dos profissionais, organização das matérias editadas em texto e imagem; uso exacerbado dos recursos audiovisuais de “sobe som” e “vinhetas”, tom emocional dos textos, especialmente o do apresentador, e encadeamento ou paginação da edição do telejornal.

⁵³ Beatriz Becker (2006), com o estudo da estrutura narrativa do telejornal; Célia Mota (2006), tratando da linguagem textual e imagética e da relação entre si.

Outros autores já fizeram um esforço de análise do telejornalismo na perspectiva multidimensional, dos quais referimos especialmente dois deles: Eliseo Verón e Adriano Duarte Rodrigues.

Eliseo Verón, num trabalho no ano de 1983 – *Ele está lá, eu o vejo, ele me fala*⁵⁴, afirma que existe uma série de operações discursivas que definem o dispositivo de enunciação do jornal televisivo. Para compreender o telejornal em sua estrutura e funcionamento é necessário compreender sua colocação entre os suportes da informação e analisar as propriedades discursivas que decorrem do suporte significante. Além disso, ainda se deve levar em conta o contexto sociocultural onde se situam. Existem, portanto, segundo o autor, diversas dimensões que dizem respeito à especificidade do telejornal: os suportes, a estrutura dos discursos e o contexto sociocultural.

Os discursos sociais não podem ser compreendidos somente com base na análise dos enunciados, porque não são uma soma de atos de linguagem. Por isso, Verón assinala que os discursos sociais, em geral, são muito importantes para se compreender a construção do discurso no telejornal e destaca três fenômenos discursivos no telejornal para mostrar que o discurso é mais que um amontoado de frases: os “olhares”, a “voz” e o “corpo” são componentes importantes para se compreender o telejornal. Uma série de operações discursivas são possíveis através dos “olhares”, como a voz do apresentador, que é importante para a fidelização do telespectador, o qual se identifica mais com a voz do que com a verdade ou a seriedade das informações que comunica; além disso, a imagem do corpo é mostrada como o primeiro sentido no telejornal.

Verón, em seu estudo, aproxima a teoria triádica de Peirce ao afirmar a existência de três ordens fundamentais da significação, que, transpostas para o suporte audiovisual, intervêm na construção do jornal televisivo: a palavra, isto é, a linguagem (símbolo); a imagem, isto é, a ordem da analogia (o ícone); o contato, isto é, a confiança (o índice).

Alguns anos depois, Verón (1989) daria continuidade a essa reflexão em outro trabalho, que tem como título “*Espacios enunciativos del noticiario televisivo: un retorno del enunciado?*”. Ao fazer um balanço dos telejornais franceses, o autor lança um olhar diacrônico sobre eles e identifica três fases no seu desenvolvimento, as quais mostram a hegemonia de diferentes elementos nas diversas fases de sua história. Na primeira fase o conteúdo e a oralidade são fatores principais de credibilidade, a imagem

⁵⁴ “Il est là, je le vois, il me parle ” (tradução nossa).

do apresentador é fechada, com grau zero de expressão, e as imagens externas, anteriores ao videoteipe, são poucas e sem edição.

Na segunda fase Verón descreve que o apresentador nos olha e nos conta algo; o seu corpo é mais mostrado, destacando-se a sua gestualidade. A tela amplia-se e nela aparecem mais cores, luzes, sala e outros personagens, entre eles, especialistas e convidados. Em lugar do indicial, da informação, passa a ter destaque o icônico, com a ampliação do conteúdo da representação, que está a serviço de uma relação com o telespectador. Os dispositivos de contato, inclusive a instituição midiática, predominam sobre o conteúdo.

Na terceira fase há uma volta ao enunciado, principalmente nas reportagens pré-elaboradas e pré-gravadas, que agora substituem o enunciador, o qual mantinha fora de si, na informação, a credibilidade do noticiário. Recentemente, o autor acrescentou o que poderia ser uma quarta fase, a atual, na qual o noticiário vai além da informação. Isso se dá especialmente com base num procedimento de fundo semântico, com o que a imagem perde seu peso referencial (indicial), evocando o campo semântico designado pelo texto que a acompanha. Para o autor, “texto e imagem remetem um ao outro em um equilíbrio semântico fechado e circular”(VERÓN, 2004, p 173).

Adriano Duarte Rodrigues (1994) também lança mão do conceito de dispositivo ao falar do telejornal. Para ele, são diversos os dispositivos que atuam no espaço de interlocução e dos personagens que intervêm no processo enunciativo de um telejornal, entre os quais os que definem o discurso do genérico, dos jornalistas, dos correspondentes e dos convidados eventuais.

O genérico é como a moldura: é o dispositivo que separa o telejornal do restante da programação, dos comerciais. A música utilizada no telejornal, “além de exercer a função de enquadramento (...) desempenha também um papel indicial: funciona à maneira do toque da trombeta ou do clarim que o arauto fazia ecoar, do cimo das ameias do castelo, para congregar os destinatários dos decretos régios ou das notícias” (RODRIGUES, 1994, p. 149).

Os jornalistas utilizam-se de uma estratégia enunciativa muito importante, que é a do apagamento sistemático das marcas da enunciação pelo uso da terceira pessoa gramatical, o dispositivo lingüístico da não-pessoa. Os correspondentes ocupam o lugar dos jornalistas no momento da enunciação e somente para a sua entrada no telejornal são convidados na primeira pessoa. Os convidados não participam para dar sua opinião,

mas, sim, para falar como especialistas ou peritos de algum assunto, ou para dar testemunho como observadores privilegiados.

O jornalista, no telejornal, também recorre ao “agenciamento dos fatos através do trabalho de narrativização” Para isso vale-se de dois dispositivos fundamentais: o emprego das categorias do tempo lingüístico (passado, presente e futuro, a partir do presente, mas também em relação ao que vem antes e depois do fato narrado) e o recurso da elaboração de personagens da narração, que consiste na conversão tanto dos atores e dos agentes como dos enunciadores dos discursos relatados em personagens da narração jornalística, em *dramatis personae*.

5.3.2. Pistas para o estudo das reportagens no telejornalismo em uma emissora

Considerando a reportagem uma unidade de destaque no dispositivo telejornalístico, apontamos algumas pistas para formular uma alternativa de abordagem analítica no estudo da sua produção.

Aplica-se à reportagem a multidimensionalidade, pois para a sua produção ocorrem operações de ordem técnico-tecnológicas, de linguagem e socioantropológicas. Em cada dimensão são necessários recortes para a adequação da análise ao objeto de investigação, os quais podem ser materializados pela escolha das categorias em cada uma das dimensões. Na dimensão técnico-tecnológica propomo-nos observar as operações técnicas realizadas pelos profissionais que atuam nos variados espaços onde ocorre o processo de produção. Na dimensão semiolinguística chamamos a atenção para o processo de tematização e, na socioantropológica, para a protagonização dos sujeitos no processo de construção. Isso pode ser feito com base na observação dos produtos telejornalísticos denominados de “reportagens”.

Esse quadro tridimensional pode ser aplicado às reportagens de acordo com a idéia dos diferentes espaços de produção. Consideramos o “espaço-mundo” o lugar geográfico onde ocorrem os acontecimentos; trata-se de um *topos* fora da instituição

mediática. No “espaço-percurso” se dá a ação dos agentes midiáticos no cenário dos acontecimentos. Essas operações, além de capturar os acontecimentos, passam a fazer parte do mesmo; ali passam a operar principalmente os observadores no lugar dos observáveis.

O terceiro é o “espaço-mediação”, que se situa na própria instituição midiática, onde acontecem as operações de edição e enunciação. Os agentes da instituição operam textos e imagens na edição e na emissão, aproximando a recepção ao acontecimento. No “espaço-canal” encontram-se os bastidores da produção; neste a instituição opera o processo segundo as intenções, os motivos, os princípios, as crenças e os valores em jogo.

5.4. Dispositivo em rede – o “hiperdispositivo”

A preocupação que nos levou ao estudo das reportagens a partir da sua produção foi, inicialmente, a sensível diferença percebida, como telespectador, entre uma reportagem factual ou temática numa emissora local e a sua veiculação em rede. Que operações ocorrem na produção de uma reportagem em rede e como elas se materializam nos produtos do telejornalismo?

Com o advento das redes de microondas e dos satélites artificiais, diversos grupos de mídia passaram a investir na interligação de suas instituições. Esse processo deu-se no Brasil, especialmente na televisão, a partir do final da década de 1960. Vimos surgir inúmeras redes de televisão que se distribuem e concorrem em diferentes espaços do território brasileiro. Existem redes que agregam emissoras de outros concessionários, como a Rede Globo, mas outras que somente integram em sua rede emissoras de sua propriedade, do que é exemplo a Rede Brasil Sul de Televisão (RBS TV).

Castells (2000, p. 498) define a rede como um conjunto de nós interconectados. Na sociedade encontramos múltiplas redes sociais que funcionam nessa perspectiva.

Mance (2000) afirma que num tipo de rede assim há “uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele” (2000, p. 24).

Assim, os fluxos numa rede são dinâmicos e podem ser tridimensionais e todos os nós se comunicam com os demais, havendo uma interinfluência muito intensa entre os diferentes pontos, o que potencializa a capacidade do conjunto em cada nova fase. Nesse sentido, as redes são dinâmicas e indeterminadas, não têm centro e são entidades fluidas e indefinidas; perseguem os mesmos valores e objetivos; mantêm autonomia sem subordinação, cooperação, diversidade de lideranças, sem uma hierarquização piramidal, há descentralização e a possibilidade de sub-redes entre as partes (MARTINHO, 2006).

A rede da RBS TV materializa-se, por um lado, a partir de um centro de produção, enunciação e controle, denominado “cabeça-de-rede”, que tem ligada a si uma série de outros pontos periféricos, denominados de “afiliadas”. Trata-se de uma rede na lógica do aparelhamento ou da filiação, cujas pontas cumprem o que o centro do poder define. Por outro lado, a rede constitui-se por um padrão técnico do fazer telejornalismo, havendo um sistema de interdependência entre as instituições que privilegia a rede em detrimento das unidades das afiliadas. Quando a cobertura de algum acontecimento é de interesse da instituição cabeça-de-rede, ela coordena a ação dos agentes midiáticos das afiliadas, determinando as operações que devem ser realizadas para que o material possa ser inserido no momento da edição dos produtos. Ao contrário, se a produção se destina para veiculação regional/local, cada afiliada da RBS TV organiza a sua forma de produzir. É evidente que as operações exigidas pela rede aos poucos vão se tornando rotineiras entre as equipes das afiliadas.

Ao introduzir a questão da rede no nosso objeto de estudo, buscamos compreender as suas especificidades no processo de produção do telejornalismo. O funcionamento da televisão em rede tanto na produção quanto na enunciação dos seus noticiários, segundo o nosso entendimento, consiste numa série de operações no dispositivo que a distinguem de uma emissora que funciona de forma autônoma e independente.

A diferença localiza-se na ampliação dos espaços. Quando participam duas ou mais instituições na cobertura e produção do material para uma reportagem, ocorre uma duplicação ou, mesmo, triplicação de alguns espaços de produção, nos quais atuam vários agentes midiáticos, em várias equipes, em diferentes regiões do estado.

Buscando compreender a complexidade do processo produtivo do telejornalismo, especialmente com base em coberturas ao vivo, Mário Carlón (2004) refere-se ao que define como “hiperdispositivo”. Para o autor, nas transmissões ao vivo destacam-se o posicionamento das câmeras e os recursos tecnológicos, mais do que outras dimensões; praticamente desaparece a direção (espaço-canal) e não há, propriamente, uma autoria do material, pois o que se destaca é uma polifonia de textos. Carlón constata a presença de um “hiperdispositivo” a partir da interferência das transmissões no curso dos acontecimentos transmitidos e cita dois casos famosos em seu estudo do hiperdispositivo. O primeiro é um julgamento do caso Maria Soledad, na Argentina, que foi interrompido pela reação de telespectadores em razão do gesto de um dos juízes flagrado por uma câmera. O segundo aconteceu na transmissão ao vivo da luta de box de Tyson e Holyfield, quando as câmeras, mais bem posicionadas que o árbitro, flagraram a famosa mordida de Tyson na orelha do seu adversário; neste caso, com base no *replay*, o árbitro aplicou a punição ao infrator.

Para Carlón, o “hiperdispositivo é a articulación de dispositivos que permite generar un efecto de *feedback*” (2004, p. 77). Para nós, entretanto, o conceito de hiperdispositivo aplica-se de modo diferenciado, por se tratar da articulação de dispositivos que ocorrem num processo complexo de produção do telejornalismo em diferentes espaços de produção e instituições midiáticas, ou seja, trata-se de um dispositivo de produção em rede. A perspectiva que nos interessa é a articulação em rede midiática para produzir o telejornalismo. O percurso complexificado dos textos e imagens no dispositivo em rede interfere nos seus sentidos.

Capítulo 6

A tematização no telejornalismo

Neste capítulo queremos compreender as operações de tematização no processo de produção do telejornalismo em dispositivos midiáticos. Até o momento existem poucos estudos sobre a tematização propriamente dita, e os autores que se referem aos temas no jornalismo e seus efeitos na sociedade são, principalmente, Bird e Dardenne (1999), Weaver (1999), Wolf (2003), Luhmann (2005), Traquina (2005) e Correia (2004). Alguns deles trazem pistas sobre a tematização enquanto processo que integra a construção das notícias no jornalismo, mas em nenhum encontramos a tematização como objeto de estudo que diga respeito a um conjunto de operações de linguagem na perspectiva proposta para este trabalho.

A dimensão semiolinguística na produção do telejornalismo diz respeito à linguagem audiovisual e, dentro dela, às operações em textos, imagens e sonoridades.

6.1. A linguagem

Para Mark Poster (2000), a linguagem vem sofrendo alterações significativas pelos sistemas eletrônicos de comunicação. Para os cientistas sociais do século XIX, como Marx, mas também Durkheim e Weber, a ação é que determinaria as relações de poder na sociedade. Hoje, sobretudo pela compreensão de Foucault, a linguagem sobrepõe-se à ação e o poder passa a ser resultado da operação de técnicas de discurso.

Na era das comunicações a mídia é destaque na operação das técnicas de construção dessa nova linguagem como poder. Mark Poster encara os sistemas de comunicação eletrônica, num todo, como linguagens determinantes da vida dos indivíduos e dos grupos em todos os seus aspectos: social, econômico, cultural e político. Assim, os meios e as formas de comunicação constituem tipos de discursos determinantes das relações de poder e de dominação nas sociedades contemporâneas.

Estamos, portanto, diante de uma nova tese, ou seja, “o modo de informação decreta uma reconfiguração radical da linguagem, que constitui sujeitos fora do padrão do indivíduo racional e autônomo” (POSTER, 2000, p. 71) preconizado pela modernidade.

Entretanto, Fausto (2007) chama atenção para outra perspectiva na sociedade midiaticizada em que nos encontramos. Para o autor, a linguagem é a transformação da língua em fala, que inclui a produção de significados, não dependendo unicamente do trabalho racional do enunciador, que atua diretamente na produção da linguagem, mas também das imagens construídas pelo enunciador, bem como da imagem daquele de quem ou a quem se dirige a enunciação (p. 4). Trata-se, portanto, de uma co-enunciação.

Na perspectiva de Muniz Sodré (2001), a linguagem não se confunde e é mais ampla do que o objeto da língua da lingüística. Trata-se de uma articulação com três processos: a individualização que se constrói a partir da simulação do contato, da repetição de imagens e da forma como elas são construídas e, também, a construção do real operada pela televisão.

6.2. Os temas

Nos estudos do jornalismo, duas correntes de pensamento destacam-se entre aquelas que estudaram a presença dos temas nos produtos jornalísticos: a hipótese do *agenda-setting* e a teoria do *newsmaking*. Na primeira são destaque os valores-notícia, ao passo que na segunda são reveladas as práticas de produção jornalística, em que se encontram em destaque “a cultura profissional dos jornalistas; a organização do trabalho e dos processos de produção” (WOLF, 2003, p. 194). Nas duas teorizações encontramos os temas como um aspecto relevante.

A hipótese do *agenda-setting* preocupa-se menos com o poder persuasivo dos meios e mais com o fato de que estes, por realizarem a mediação entre os sujeitos e o mundo em que vivem, apresentam-lhes uma lista que define os tópicos sobre os quais se deve ter uma opinião e saber discutir a respeito, bem como as categorias em que se pode organizá-los num esquema hierárquico. Seu pressuposto fundamental é o de que o contato com os meios é que oferece grande parte da compreensão que as pessoas têm da realidade social (WOLF, 2003). De acordo com a *agenda-setting*, são os meios de comunicação social que, de modo decisivo, apresentam à comunidade os temas e as pessoas sobre os quais irá incidir o debate, existindo, desse modo, uma relação entre a agenda dos media e a agenda pública (CORREIA, 2004, p. 184). Nessa perspectiva, os media disponibilizam “uma arena pública, configurando os temas que são objeto de controvérsia em itens dotados de noticiabilidade” (CORREIA, 2004, p. 184). Weaver (1999), ao tratar do jornalismo e da produção das notícias, argumenta que, especialmente no jornalismo norte-americano, formulou-se uma técnica de produção da notícia contando uma “estória” em torno de um tema. Segundo o autor, cada reportagem é construída de acordo com uma unidade temática que visa informar e relatar sobre fatos da realidade.

Entretanto, a hipótese do *agenda-setting* é, para nós, insuficiente para compreender o processo de construção dos temas que nos interessam. Além de saber os temas ou a agenda da mídia, nos telejornais interessa-nos, sobretudo, saber como se dá e

quem participa do processo de tematização no telejornalismo, bem como a existência de diferentes níveis de temas.

Outra perspectiva de compreensão dos temas no jornalismo vem do paradigma teórico do *newsmaking*. Segundo João Carlos Correia (2004), trata-se de um paradigma jornalístico dominante, que é cultural, não natural, e se revela num conjunto de traços que dominam o processo jornalístico. Correia destaca algumas marcas desta cultura que podem ser encontradas na forma como o jornalismo impresso é apresentado:

A diminuição do número de parágrafos, a organização dos elementos da notícia, por uma ordem de importância decrescente, a universalização de um parágrafo chamado lead, a insistência nos verbos no pretérito perfeito, o uso de uma espécie de escrita branca, minutada, que agradasse a todos os clientes das agências noticiosas e a todas as classes de consumidores do produto noticioso, as exigências colocadas para assegurar a agradabilidade do relato com a utilização da frase curta e concisa, de preferência com não mais do que vinte palavras, a ordenação das palavras de acordo com um critério que enfatiza o quem sobre o quando, a necessidade de evitar abusar dos advérbios de modo, por dificultarem a leitura, o recurso aos verbos na voz ativa que conferem ao jornalismo uma personalidade própria, um estilo nervoso que reflita a urgência da atualidade, a escolha de um determinado tipo de ocorrências em prejuízo de outras, designadamente a seleção que privilegia os fatos sobre os temas (CORREIA, 2004, p. 195).

Essa cultura de produção dos jornais, na qual predominam as técnicas de produção das notícias, marca a forma como aparecem os temas no jornalismo, que podem não ter muito destaque, como diz o autor, porém interferem no significado da informação que o jornalismo produz; o que está em jogo é uma questão simbólica que advem, ao mesmo tempo, das técnicas, da linguagem, mas também dos temas escolhidos. A forma como as notícias são construídas e narradas, “os fatos, nomes, detalhes modificam-se quase diariamente, mas a estrutura na qual se enquadram – o sistema simbólico – é mais duradoura” (WEAVER, 1999, p. 265).

Para nós, tematizar é, em parte, a escolha de temas no processo jornalístico, mas é também o que ocorre no processo de reconstrução desses temas que entram em pauta. A tematização se dá em operações que acontecem em diferentes lugares, protagonizadas

por diferentes sujeitos; dá-se, antes de tudo, no interior dos processos sociais, com a participação de atores sociais, que refletem sua vida, seu cotidiano e sua cultura. Na sociedade, a tematização, em tese, pode acontecer em todas as instâncias, ou seja, as pessoas tematizam no espaço familiar, no espaço público e no espaço profissional. Nesses ambientes, a tematização, como todas as outras dimensões sociais, está permeada pela questão do poder, existindo a hegemonia de algumas forças, que, pelo seu discurso, expressam-se exercendo o poder de tematizar. Segundo Gomes (2004, p. 12), tematizar é “dar nomes às coisas é ordenar o mundo, é instituir os parâmetros pelos quais o vemos”. Assim, encontramos na sociedade, conforme Foucault, o discurso que se assume como uma tecnologia de poder, no qual as imagens, textos e sons são elementos que integram discursos de dominação, no sentido de que contribuem para a formulação das identidades do sujeito, impondo determinadas lógicas. No jornalismo podemos ver o mesmo tipo de operação, ou seja, na dimensão da linguagem são realizadas as escolhas temáticas que participam da nomeação do mundo.

Estudos apontam para a prática jornalística da escolha de um tema central para em torno dele desenvolver a reportagem (WEAVER, 1999). No telejornalismo, por exemplo, a temática central de uma reportagem é indicada exhaustivamente nas suas diferentes formas de enunciação, nas “chamadas” do telejornal que antecedem o programa, na sua “abertura” convidando o telespectador, bem como nos “ganchos” que ligam os diferentes blocos do telejornal e os títulos das reportagens (GOMES, 2004).

De um modo geral, a produção jornalística está mais voltada para cobrir fatos ou acontecimentos e, menos, para os temas presentes na sociedade que estes sugerem. Os temas que não possuem um “protagonista claro, ou não se traduzem em eventos dotados de uma ação facilmente reconhecível pela sua temporalidade forte, e que requerem, por isso, análise e espírito crítico são remetidos para gêneros opinativos e analíticos, menos suscetíveis de serem objeto de manchetes” (CORREIA, 2004, p. 206).

6.3. A tematização

Tematizar implica uma série de operações que são realizadas em torno dos temas que integram um produto jornalístico; trata-se de um processo do qual participam diversos sujeitos sociais. Para Correia (2004, p. 215), a seleção dos temas da agenda jornalística já não é definida apenas pelos centros de emissão, em condições de uma estrutura piramidal puramente assimétrica; há a participação do público na recepção, contribuindo com a seleção dos temas que passam a integrar a agenda do jornalismo numa sociedade.

Para Francis James (1989, p. 92), “a tematização torna os factos pensáveis”. Segundo o autor, a tematização parece depender tanto da atualidade como do jornalista, do quadro conceptual e dos procedimentos utilizados para integrar os fatos escolhidos num esquema que, sobre a base de uma relação de semelhança ou de contraste, unifica-os entre si e harmoniza-os com o tema fixado.

Nicklas Luhmann (2005) localiza no jornalismo um poder de destaque. Em parte, isso se dá pelo fato de se referir ao que é de fora da comunicação pelos temas que escolhe. Afirma que “os temas são necessidades das quais a comunicação não pode se desviar. Eles representam a heterorreferência da comunicação” (2005, p. 30). Ainda em relação aos temas, registra que têm outra função, que é a da recursividade, ou seja, um tema lançado possibilita mais comunicação, levando-a que a sociedade interaja e multiplique a comunicação, que volta para os meios para gerar ainda mais comunicação. Luhmann não está preocupado com que as mensagens sejam positivas ou negativas; o que interessa é que os temas sejam conhecidos e que produzam mais comunicação. Há, nestes casos, a possibilidade de superar estereótipos, pois a comunicação de um estereótipo não é o fim da comunicação. Para Luhmann, a comunicação é importante porque cumpre o seu papel de heterorreferência, de acoplamento estrutural e a possibilidade da recursividade. Essa compreensão possibilita-nos perceber a real e concreta participação, ainda que limitada, da sociedade na tematização.

Em cada grupo social sobressaem-se os temas dos que detêm a força hegemônica. Essa é a proposição de Alfred Schutz ao afirmar que a atenção do ator em relação ao mundo que o rodeia conduz a que tenha algo como relevante ou não. Segundo João Carlos Correia (2004), Schutz concebeu

três tipos ideais de atores sociais – o homem da rua, o perito, e o cidadão bem informado – o primeiro apenas se preocupará com as zonas de relevância que dizem respeito à sua esfera imediata de atividade, entendendo-as como um dado, considerando-as independentemente da sua origem ou estrutura; o perito apenas se debruçará sobre problemas preestabelecidos que dizem respeito ao seu campo de atividade e de investigação, até porque ao tornar-se um perito, escolheu um determinado sistema de relevâncias e não outro; finalmente, o cidadão bem informado – de que o jornalista, o líder de opinião e o consumidor de informação constituem um exemplo – encontra-se colocado num domínio situado entre o homem da rua e o perito, escolhendo ele próprio os quadros de referência e as zonas de relevância aos quais adere tendo a consciência perfeita de que são mutáveis (CORREIA, 2004, p. 185).

É evidente que na sociedade, por um lado, as diferentes culturas constituem os seus sistemas de relevância, mas, por outro, a mídia apresenta uma crescente capacidade de distribuição social do conhecimento, a qual altera os sistemas de relevância dos atores sociais.

6.4. Pistas para o estudo da tematização no telejornalismo

Para compreender a tematização em sua amplitude no telejornalismo propomos ir além das proposições teóricas do *agenda-setting* e do *newsmaking*, que possibilitaram refletir sobre importantes questões no jornalismo até agora. Para isso torna-se necessário elencar diversos aspectos, entre eles: como se dá a tematização; quem participa do processo; a forma como aparece e, sobretudo, os diferentes níveis em que se manifesta.

O primeiro aspecto que destacamos é a tematização como um processo. Nesse sentido, podem ser destacados os temas que emergem da sociedade, seus diferentes grupos, que são muito mais do que aqueles considerados pelos critérios de seleção dos

jornalistas a partir do *agenda-setting*. Mesmo quando os temas selecionados aparecem nas reportagens, podem ser localizados outros, secundários, dos quais nem sempre os jornalistas têm consciência. As questões que se colocam são: Como foram parar aí? Que processo é esse?

O segundo aspecto para compreensão da tematização no telejornalismo diz respeito à participação de uma multiplicidade de sujeitos. Notamos que a polifonia (MACHADO, 2003) no telejornalismo também contribui para configurar uma diversidade de temas em seu interior. Os sujeitos que atuam na tematização numa reportagem são, principalmente, aqueles que participam dos fatos e acontecimentos objetos de cobertura de jornalistas; são as fontes, que em diversas situações aparecem como sujeitos coletivos.

O terceiro aspecto diz respeito à forma como os temas se materializam na reportagem, ou seja, na escrita, na oralidade, nos índices e ícones das imagens e, também, na forma de construção das narrativas. O quarto aspecto refere-se a diferentes níveis de tematização. Buscando compreender o processo de construção dos temas no telejornalismo, encontramos diferentes níveis de tematizações, que se apresentam como esclarecedoras para este estudo.

Um primeiro nível de tematização encontra-se no mundo vivido dos sujeitos midiáticos e, neste caso, pode ser compreendido com base no conceito de relevância proposto por Alfred Schutz⁵⁵. Trata-se de olhares de diferentes atores, ou seja, cada tipo de ator possui sua zona de relevância, de modo que o que é relevante para um não o é, necessariamente, para outro. Essa contribuição possibilita-nos perceber o que é relevante e como isso se manifesta em temas propostos segundo diferentes mundos culturais. Neste nível é comum os grupos sociais conduzirem seus acontecimentos de modo que os temas de sua relevância sejam ofertados destacadamente e, assim, sejam midiáticos. Esse nível de tematização aparece pelas ações protagonizadas pelos sujeitos envolvidos no acontecimento, dizendo respeito ao seu dia-a-dia e sendo constituída conforme as dimensões de sua vida. A vida da comunidade é atravessada por uma série de temas e de processos que podem ser classificados em diferentes dimensões: ações instrumentais, organização política, dimensão normativa ou valorativa; os processos temporais nos diferentes espaços e territórios sociais, os vínculos afetivos – parentesco, instituições de contenção social, a dimensão cultural e

⁵⁵ A sua teoria da comunicação foi recentemente objeto de estudo por João Carlos Correia (2005).

imaginária. Essas dimensões são como “generadoras de sentido y valor en la construcción de prácticas institucionales, de redes y de vínculos que constituyen algo similar a un cultivo o un tejido (invisible?) de interdependências en las tramas sociales” (VIZER, 2003. p. 265).

Um outro nível de tematização é aquele que depende diretamente das instituições midiáticas e de seus profissionais, que operam as técnicas de produção do telejornalismo. Este tipo de tematização se expressa nas pautas do jornalismo, na nomeação do evento, nos “títulos”, nas “escaladas” e nos “ganchos” que aparecem nos telejornais. Aqui as contribuições de Niklas Luhmann (2005) e de Alfred Schutz são importantes para compreendermos o processo de construção dos temas nos meios de comunicação, especialmente no telejornalismo. Para Luhmann, os temas possuem algumas funções bem evidentes, ou seja, a escolha de temas no telejornalismo é a maneira que os meios de comunicação têm de se referir à sociedade. Enquanto sistema, a comunicação auto-referencia-se para se manter, mas também mantém um acoplamento estrutural por meio da comunicação com outros sistemas, selecionando os temas para comunicá-los aos outros sistemas e à sociedade em geral. Para Schutz (CORREIA, 2004, p. 185), o jornalista encontra-se no seu mundo e possui a sua zona de relevância diante do mundo.

João Carlos Correia remete a questão para uma associação entre o mundo da vida e a conformação da linguagem dos profissionais: “Assim, graças à sua identificação com o sentido popular, o jornalista esforça-se em identificar quais os temas, pessoas e interesses que se revelam mais apelativos para os consumidores de informação” (2004, p. 190).

Francis James (1989) menciona dois tipos de tratamentos temáticos pelos agentes midiáticos: aqueles que estão ligados aos acontecimentos, que dominam no jornalismo, e aqueles que se constituem em grandes unidades temáticas. “Estas grandes unidades são diferentes dos acontecimentos pelo facto de serem frequentemente alheias aos tempos fortes que marcam a actualidade e definidas, já não pela sua brevidade, mas sim pelo seu carácter duradouro” (1989, p. 92). O autor refere ainda que, ao se tratar de um problema atual, isso

confere um estatuto temático às unidades que supostamente compõem o seu nível latente, apresentando-se a tematização como a recolha e a organização dessa actualidade em termos temáticos, e tema, ao mesmo tempo como um quadro permitindo a unificação de acontecimentos distintos e uma construção conceptual resultante de um agrupamento de factos heterogéneos, dado como representativo de um ou de todos os seus aspectos (JAMES, 1989, p. 92).

Outro nível de tematização que ainda pode ser notado no processo de reflexão sobre o jornalismo é aquele que se situa no campo dos sentidos, onde se encontram os temas que dizem respeito às caracterizações dos sujeitos na narrativa jornalística. Verón (1980), especialmente na sua “semiose social”, fornece pistas para compreendermos a tematização nesta perspectiva ao tratar de caracterizações, modelos, estereótipos no telejornalismo. Contudo, remete, necessariamente, o olhar para as “determinações sociais” da linguagem, que são fundamentais para a compreensão dos diferentes temas que caracterizam os sujeitos sociais midiáticos por meio dos produtos do telejornalismo.

A inscrição das falas, enriquecidas pelas imagens, condiciona, em boa medida, as temáticas midiáticas, que aparecem entre semantizações, iconicidades e metáforas, nem sempre muito evidentes; assim, para encontrá-las é preciso adentrar nos sentidos dos textos e das imagens. Trata-se, basicamente, de operações na construção dos textos e das imagens pelos agentes midiáticos. Quanto mais o espaço de reportagem for ocupado pela instituição midiática e seus agentes, tanto mais estão presentes temáticas definidas segundo a visão da instituição e dos profissionais a respeito dos sujeitos nas reportagens. Em oposição, um maior espaço para a fala e a imagem dos sujeitos midiáticos possibilita um aumento das temáticas de sua vida e de seus significados nas reportagens.

Nesse processo produtivo do jornalismo, em geral, e do telejornalismo, em particular, notamos uma preocupação em adequar a linguagem para a compreensão do telespectador médio, com base no senso comum, o que, segundo Correia, faz a mídia “correr o risco de configurar as suas narrativas no sentido de acentuar o conformismo. A própria objetivização que resulta dos processos de tipificação desencadeados pelos

jornalistas pode redundar em estereótipos fundados em generalizações falsas” (2004, p. 190).

Nesse sentido, acreditamos que o estudo da tematização no jornalismo em geral e, nomeadamente, no telejornalismo traz uma contribuição importante para a compreensão do processo de construção dos produtos do telejornalismo sobre os indígenas caingangues no Rio Grande do Sul.

Capítulo 7

O protagonismo midiático

Para compreender o dispositivo midiático, em nosso caso, a televisão, o telejornal e a reportagem, destacamos agora o protagonismo midiático. Trata-se da dimensão socioantropológica que integra o processo produtivo na televisão, onde se dá uma correlação de forças entre os diversos sujeitos envolvidos.

7.1. O protagonismo social

O protagonismo é um conceito que tem origem grega, com o termo designando o “lutador principal de um torneio”. Mais tarde, segundo Gohn (2005), passou a ser usado para designar os atores principais de um enredo teatral ou os personagens principais de uma trama literária. Recentemente, “as ciências humanas não só se apropriaram do termo ator como passaram a utilizar o próprio termo protagonismo para os atores que configuram as ações de um movimento social” (2005, p. 9), mas também passou a ser

utilizado largamente na sociedade política. O protagonismo é um conceito cujo significado é relacional, na medida em que só pode ser compreendido na relação dos diferentes sujeitos envolvidos num acontecimento.

O protagonismo social é, para Fernández (1999), “la capacidad de actuación de los grupos sociales para superar sus problemas de pobreza” (1999, p. 341). O autor faz referência à *Poética* de Aristóteles, onde o conceito de protagonismo “está tomado de la teoría dramática” como o drama significando ação transformadora. “Según esta concepción dramática, la pobreza y los males sociales del subdesarrollo constituyen un escenario socio-existencial de adversidad que en tanto es dinámico puede ser transformado” (FERNÁNDEZ, 1999, p. 341). Além disso, a concepção do conflito dramático destaca o papel do protagonista em ação na transformação da condição socioexistencial.

Um dos aspectos destacados por Fernández é o protagonismo como uma força endógena do grupo social, ao invés de esperar que a solução venha de agentes externos. Quando o grupo espera a solução dos problemas por agentes externos, isso “lleva a una actitud de desconfianza en las propias fuerzas grupales y hacia una cultura asistencialista y paternalista” (1999, p. 342).

Em seu discurso engajado no desenvolvimento da América Latina, o autor destaca a importância de se incentivar a capacidade protagonista dos atores sociais também na difusão de informações. Até há pouco tivemos o modelo difusionista de comunicação, pelo qual só tinham voz os técnicos e os especialistas, razão por que não logrou muitos resultados. Para a viabilização do protagonismo o autor destaca dois fatores importantes: a autoconfiança e a revalorização do *éthos* social (FERNÁNDEZ, 1999, p. 346-347).

7.2. O protagonismo midiático

O protagonismo que nos interessa neste estudo é aquele que acontece no processo de midiaticização dos indígenas no telejornalismo. O jornalismo, como uma construção social não possui como primeira preocupação transpor o protagonismo

social, para a mídia. Por isso, o nosso esforço neste capítulo é buscar elementos para compreender o protagonismo e como funciona nos processos de midiaticização.

A relação entre a mídia e o movimento social nos últimos tempos tem sido conflitiva, principalmente em razão de divergências político-ideológicas existentes na sociedade. Todavia, Correia (2004) chama a atenção de outras duas questões na relação entre o jornalismo e os protagonistas do movimento social. A primeira refere-se à legitimidade pública dos protagonistas como condição para que o assunto mereça a atenção da mídia. Assim, um grupo social com um protagonismo insuficiente terá mais dificuldade para que seus atos sejam midiaticizados. Registra o autor que eles terão de “sintonizar com os valores-notícia vigentes no sistema mediático” (CORREIA, 2004, p. 206) para que sejam pautados pela mídia. A outra questão que o autor apresenta é que os movimentos sociais, geralmente, realizam ações coletivas, o que tende

a ser minimizado em detrimento das ações que podem ser relatadas como uma estória com princípio, meio e fim, dotada de um protagonista forte. Resulta deste fato que movimentos sociais, os quais geralmente enfatizam assuntos que requerem uma análise e a formulação de uma opinião, tendem a ser marginalizados até disporem de protagonistas noticiáveis (CORREIA, 2004, p. 207).

Ao estabelecer a relação entre jornalismo e movimento social, a linguagem passa a ser outro fator importante para se compreender o que ocorre nesta relação. Para uma série de autores, a linguagem, e também a linguagem midiática, só é entendida nos seus aspectos de dominação. Em Bourdieu, Foucault e na Escola Crítica não aparece a linguagem na perspectiva da resistência. Assim, o “discurso pode ser o lugar da exclusão e do encerramento, a forma que os poderes tomam para interdizerem e excluïrem. Porém, a linguagem surge-nos, ela própria, como o lugar do interesse humano numa sociedade que alargue a livre comunicação” (CORREIA, 2004, p. 31). Seguindo esta reflexão, o autor refere-se ao iluminismo, no qual a linguagem deixou de ser originária de um único lugar; agora, ela surge a partir da multiplicação das vozes, visto que não mais se permite a uma linguagem o caráter de reprodução da dominação. Nesse sentido, “se o poder vem de todo o lado, ele não é idêntico nem igualmente

perigoso. A linguagem não é apenas espaço de dominação ou de normatização com vista ao equilíbrio do sistema” (CORREIA, 2004, p. 32).

Para Martin-Barbero (2004), acontece a protagonização de um tipo de atores no social e de outro tipo de atores na tela da televisão, ou seja, nos eventos protagonizam diferentes atores sociais, ao passo que na tela quem protagoniza são os comunicadores. O dispositivo midiático exerce uma mediação significativa entre a ação que se dá no social e aquela que é levada para a tela da televisão. Nesse processo acontece a ressemantização do evento e de seus significados. Para o autor, com a diminuição dos espaços de expressão na sociedade, a televisão e outras mídias acabam por realizar a difusão do que se passa, ou, pelo menos, uma representação do que se passa na sociedade. Estamos diante de uma nova forma de cidadania, ou seja, ser midiaticizado significa ter a possibilidade de ser visto e ouvido (MARTIN-BARBERO, 2004, p. 35). Nesse sentido, muitas ações na sociedade são protagonizadas para se adequar à midiaticização, porém isso não é suficiente para que tenham seu lugar garantido na mídia.

Os meios de comunicação, como instituições, constroem, dominam e controlam as mensagens que veiculam. As instituições midiáticas são aquelas que autorizam ou não a participação de atores externos a elas, concedem ou não a fala a especialistas, ao mesmo tempo em que se designam como ator que se envolve no drama (RODRIGUES, 1994).

O protagonismo de grupos sociais em programas televisivos, conforme Fernández (1999), pode ser compreendido com base em diferentes gêneros discursivos. Para o autor, os gêneros formatam a matéria de modo diverso, mas também põem em contato o emissor com o telespectador. Esse contato entre emissor e receptor por meio do gênero “implica um conjunto de expectativas y de reglas de interpretación por parte del televidente, constituidas por su memoria cultural-personal y grupal – acerca de esse género” (1999, p. 350). Nossa preocupação neste estudo é com as operações de construção inerentes a cada um dos gêneros discursivos.

Para compreender e localizar o protagonismo dos diferentes agentes sociais no telejornalismo, Fernández (1999) oferece-nos uma classificação das reportagens, que é a formalização de diferentes gêneros discursivos. Para o autor, as reportagens, conforme o tema, podem ser do tipo informativo, de denúncia, antropológicas, didáticas e agonais. Cada uma delas tem suas características discursivas e nelas os agentes realizam operações distintas, o que determina as diferenças entre elas.

O manejo tecnicamente apropriado dos recursos narrativos para a elaboração da reportagem é o que permite construir diferencialmente um tipo de reportagem televisiva ou outro. É dizer, aqui intervêm não só as boas intenções do realizador senão as destrezas técnicas apreendidas pelo comunicador elaborador do programa, ou do segmento de programa (1999, p. 363).

Na reportagem informativa os problemas ou as adversidades das pessoas são descritas e o povo aparece, sobretudo, como vítima ou como beneficiário; há um comunicador que protagoniza informando objetivamente, relatando o acontecimento. As reportagens antropológicas referem-se às questões antropológico-culturais das pessoas. A relação da reportagem com a temática em questão é muito mais de observação, ou seja, as pessoas são como que objetos a serem observados e reportados na televisão, e o comunicador cumpre o papel de observar e relatar o observado. Neste tipo de reportagem há um espaço para protagonização no sentido de mostrar ou contar algo da cultura, da história na forma de testemunho e que seja significativo em matéria de relato e de imagem.

A reportagem didática é mais comum em programas na perspectiva de difusão de conhecimentos e aborda um determinado aspecto da vida ou do trabalho. Neste caso, o povo é visto como quem não sabe, ou seja, como aluno, e o comunicador aparece na tela como o professor que ensina. É utilizada para programas de educação a distância, aos quais o povo acompanha em salas de vídeo.

Na reportagem agonal o povo é apresentado enfrentando o problema ou a adversidade em questão, é o protagonista da ação; por sua vez, o comunicador tem o papel de comunicar o protagonismo das pessoas. Os principais recursos narrativos utilizados são o relato do comunicador, o relato das pessoas, as imagens da ação e o seu resultado.

Na reportagem *agonal* aparece um relato com a forma e a estrutura dramática (que apresenta a ação dos atores para transformar uma situação de adversidade) fazendo comparecer os protagonistas com sua própria narração testemunhal, se é possível com sua própria atuação, e as obras realizadas por sua atuação. Na estrutura dramática comparece televisivamente (...) um processo de mudança com atores que enfrentam situações, ante as quais opera o re-conhecimento e a identificação emocional. Essa luta transformadora é uma forma de épica cotidiana. Então comparece uma energia que pode expandir-se e motivar mais energia no telespectador (FERNÁNDEZ, 1999, p. 362-363).

As reportagens de denúncia, por sua vez, são feitas a partir de um problema ou de uma situação que é objeto de denúncia e nelas as pessoas aparecem, sobretudo, como vítimas de algo ou alguém. Neste caso, o comunicador é apresentado como protagonista da ação de denúncia que relata a situação, mas também convida à participação o povo como testemunha.

O realizador, além do seu relato narrativo, introduz palavras e frases de efeito para outorgar credibilidade aos fatos apresentados; na reportagem de denúncia, o protagonismo se desloca ao jornalista que revela a opinião pública um fato irregular ou uma situação de adversidade, que deve ser corrigida por alguma autoridade pertinente; assim a reportagem de denúncia é *consistente* com uma sociedade onde a atividade social de resolução está nas mãos dos setores dirigentes (FERNÁNDEZ, 1999, p. 362).

Nos programas telejornalísticos são mais comuns as reportagens do tipo informacional, denúncia e agonais; poucas vezes se percebe uma reportagem didática ou antropológica, especialmente quando se refere à midiatização de grupos sociais.

Segundo Fernández (1999), o protagonismo social do povo, no momento de ser reportado pela televisão, desaparece na maioria das reportagens; o que aparece em destaque na midiatização é o protagonismo dos agentes midiáticos, que podem ser vistos protagonizando especialmente nas reportagens de tipo informativo, de denúncia e

do tipo didático. Por sua vez, ao povo é permitido protagonizar nas reportagens antropológicas e agonais, porém ainda sob a tutela narrativa do comunicador que vai lhe conceder espaço de narração. Para Fernández, a reportagem agonal é a que melhor contribui com o protagonismo do povo, a qual aparece com mais frequência em programas dirigidos por entidades de defesa das minorias étnicas, bem como de categorias e grupos que buscam um desenvolvimento social.

O que vai determinar o tipo de reportagem é o acontecimento e as operações discursivas realizadas. Na definição do tipo de acontecimento operam os sujeitos midiáticos, porém nas operações protagoniza a instituição midiática.

A ação da mídia em relação a grupos sociais populares existe, inclusive, quando ficam ausentes da tela e das pautas do jornalismo, mas, sobretudo, quando são midiáticos. A sua ausência aparece semantizada como signo de desvalorização, como falta de visibilidade pública e importância social. Porém, quando mostrados, são representados por meio de imagens acompanhadas de textos carregados de qualificações, sem que tenham a oportunidade de testemunhar sobre sua condição. Fernández (1999) afirma que os grupos populares são geralmente representados como vítimas ou como beneficiários, mas também aparecem lutando contra as adversidades, momento em que são midiáticos como perturbadores da ordem social.

Aparecer como vítima de uma adversidade ou aparecer lutando contra a adversidade, diz o autor, “depende de las situaciones, y en algunas ocasiones es una decisión más libre que depende de la sensibilidad profesional del propio productor de TV para trabajar con un determinado género televisivo” (1999, p. 351). A outra imagem que Fernández destaca a respeito da mediação de grupos populares é a de beneficiários de um bem outorgado por um agente ou uma agência social, caso em que aparecem como protagonistas os beneficiadores. Nos dois casos citados, como vítimas ou como beneficiários, as pessoas aparecem passivas. Contudo, existe também a forma dos setores populares aparecerem atuando, porém, quando isso acontece, são mostrados como “quebrantadores del orden social: ladrones, criminales, drogadictos, etc” (FERNÁNDEZ, 1999, p. 352). Tudo isso revela as imagens e os imaginários que predominam na televisão a respeito de grupos populares. Por outro lado, o comparecimento dos grupos populares na televisão é semantizado “como outorgando um re-conocimiento y una valoración ante los demás y ante sí mismo, básica para la seguridad en el desempeño como actor social público y relevante” (p. 354).

O protagonismo de alguns atores sociais pode aparecer mais facilmente em alguns gêneros televisivos do que em outros. No telejornalismo aparece principalmente o protagonismo dos dirigentes sociais; o povo, quando aparece, vem estereotipado pelos imaginários negativos descritos acima. Nos *magazines* é maior a presença do protagonismo dos grupos sociais. Os *talk shows* são considerados por alguns como uma forma de valorização de formas subjetivas de enfrentar a vida social, desvalorizando o protagonismo social. As grandes reportagens são apropriadas para apresentar “o protagonismo de agencias y grupos que están luchando por superar esas adversidades, y en cuyas iniciativas a menudo se encuentra una alta motivación al altruísmo, y gran creatividad en la implementación de soluciones exitosas” (FERNÁNDEZ, 1999, p. 359). Os microprogramas podem ser temáticos e facilitar a apresentação de diferentes grupos, porém passam despercebidos na televisão entre os programas de maior duração. Outro formato de microprograma, segundo o autor, é aquele das mensagens institucionais que integram campanhas de doações.

Capítulo 8

Um dispositivo de análise

No presente capítulo apresentamos o dispositivo analítico, enquanto um conceito metodológico, que nos serve de instrumento para descrever, analisar e interpretar o material empírico selecionado para esta pesquisa. Trata-se de um dispositivo de análise construído com base nos conceitos teórico-epistemológicos mobilizados anteriormente. Constituem este dispositivo os gêneros discursivos no telejornalismo, as dimensões técnico-tecnológica (com destaque para os espaços produtivos), semiolinguística (os diversos níveis de tematização) e socioantropológica (a protagonização dos sujeitos envolvidos no processo produtivo das reportagens). O dispositivo encontra-se detalhado nos Quadros 7 e 8 que ajudarão a estabelecer correlações entre os diferentes aspectos apontados e, assim, possibilitar a compreensão da midiatização através dos produtos do telejornalismo em rede, na parte seguinte deste trabalho.

Gêneros discursivos do telejornalismo diferenciado conforme as três dimensões do dispositivo		
Operações na dimensão técnico-tecnológica (rotinas)	Operações na dimensão semiolingüística (temas e temáticas – três níveis).	Operações na dimensão socioantropológica
1) Espaços (onde) produtivos (quatro espaços)	2) Tempo de fala e imagem (duração) nas reportagens	3) Protagonismo dos sujeitos – (três tipos)

Quadro 7 – Dispositivo de análise 1

8.1. Os gêneros discursivos em reportagens

As reportagens podem ser classificadas conforme diferentes gêneros discursivos. Lembramos aqueles descritos por Fernández (1999) e que são encontrados na amostra desta pesquisa: os gêneros informativo, agonal e de denúncia. Enquanto no “gênero informativo” os agentes midiáticos destacam os acontecimentos descrevendo-os a partir dos aspectos de sua relevância, no “gênero agonal” aparecem mais os sujeitos sociais, que são apresentados enfrentando seus problemas e adversidades. Por sua vez, no gênero “de denúncia” o acontecimento é narrado visando mover os dirigentes da sociedade para a solução do problema.

Nossa interpretação nos levou a concluir que esses gêneros se distinguem entre si pelo tipo de acontecimento, dos temas presentes e das operações diferenciadas que ocorrem em cada uma das dimensões operativas de produção que dependem, em parte, da posição da instituição midiática e seus agentes e das relações que acontecem no processo de produção das reportagens.

8.2. As dimensões do dispositivo

Compreendemos o dispositivo midiático na perspectiva triádica, constituído pelas dimensões técnico-tecnológica, semiolinguística e socioantropológica. Enquanto na primeira são destaque as técnicas, ou seja, as rotinas produtivas, mas também a institucionalidade midiática e as condições tecnológicas para a produção midiática, na dimensão semio-linguística estão presentes as questões da linguagem midiático-televisiva, que envolve, especialmente a tematização, e na dimensão socioantropológica destacamos os sujeitos e sua protagonização no processo produtivo e enunciativo das reportagens.

8.2.1. Operações na dimensão técnico-tecnológica - os espaços de produção no telejornalismo em rede

Na dimensão técnico-tecnológica ocorrem operações em diferentes espaços de produção. Para essa formulação consideramos, sobretudo, as contribuições de Eric Fouquier e Eliseo Verón (1985), mas também de Herreros (1998), que pensaram o processo produtivo segundo diferentes topologias nas quais se destacam diferentes atores no processo.

No dispositivo analítico estamos propondo quatro espaços de produção do material telejornalístico: o “espaço-mundo”, o “espaço-percurso”, o “espaço-mediação” e o “espaço-canal”.

O “espaço-mundo” é o *topos* dos acontecimentos que se localiza fora da instituição midiática, ou seja, em lugares diferentes dos seus espaços internos, especialmente do estúdio. Ali operam, destacadamente, os sujeitos envolvidos no acontecimento, porém, quando ingressam neste espaço os agentes da instituição midiática para realizar a cobertura, eles interferem, tornando-se também operadores neste espaço.

ESPAÇOS	OPERAÇÕES de produção na dimensão técnico-tecnológica	Operações na dimensão semiolingüística	Operações na dimensão socioantropológica
Espaço-mundo	- Operações geradoras dos acontecimentos por parte de sujeitos sociais, a presença da equipe de reportagem no cenário e as operações de adequação dos eventos por parte dos sujeitos para a facilitação da sua midiatização.	- Operações de linguagem dos agentes sociais.	- Participação dos sujeitos sociais e operadores midiáticos.
Espaço-percurso	- Operações da equipe de reportagem no local do acontecimento.	- Operações de relato do repórter no local do evento (boletim) e as operações de gravação de imagens e captação de vozes pelo operador de câmera.	- Manifesta-se o poder dos agentes midiáticos na seleção e numa primeira construção de textos e de imagens.
Espaço-mediação	- Operações de edição. Na rede este espaço se amplia, porque na sua edição participam duas ou mais emissoras.	- Operações de construção da narrativa midiática do acontecimento e a escolha das imagens e vozes do mundo vivido, para compor a matéria. Inserção do texto em <i>off</i> .	- Nesse espaço operam os agentes midiáticos, dele são excluídos totalmente os demais sujeitos do acontecimento.
Espaço-canal	Decisões de gerenciamento da instituição midiática e do telejornalismo, político-administrativas, pauta, etc. Na rede este espaço se amplia, pois as decisões para a construção de uma reportagem são tomadas em duas ou mais emissoras.	- Operações para a construção da pauta.	Decisões da instituição midiática cabeça-de-rede sobre as demais, na rede.

Quadro 8 – Dispositivo de análise 2

Nesse espaço, portanto, acontecem as operações realizadas pelos sujeitos sociais no cenário do acontecimento e que caracterizam os diferentes tipos de acontecimentos a serem cobertos pela mídia, como um evento agendado, o desenrolar de um conflito entre pessoas ou grupos, uma tragédia, etc. Nem todos os acontecimentos considerados importantes pelos sujeitos dos acontecimentos são assim considerados pela instituição midiática, porém a presença dos agentes midiáticos num acontecimento conduz a que as cenas se organizem de forma a facilitar a sua midiatização e influir no discurso que se materializa na reportagem. Nesse espaço do mundo da vida os agentes protagonistas dos acontecimentos vão acumulando experiência na sua relação com os agentes midiáticos, o que, por um lado, facilita o trabalho de cobertura, mas, por outro, visa a influenciar os produtores das reportagens. Esse espaço é destacadamente visibilizado, ainda que fragmentado, por meio das imagens externas nas reportagens.

O “espaço-percurso” também se localiza no cenário dos acontecimentos e nele operam principalmente os agentes midiáticos, que manifestam um ponto de vista, segundo uma cronologia, uma geografia e um ritmo. É onde os agentes midiáticos manifestam a proposta de um olhar que deseja orientar o olhar dos telespectadores. É nesse espaço que é proposta ao telespectador uma viagem para o interior do lugar do evento. O papel da câmera é localizar aquilo que vai ser mostrado e deixar de lado o que não vai ser mostrado.

Nesse espaço os agentes midiáticos recolhem e constroem os primeiros materiais para compor a reportagem. O repórter, nesses momentos, produz o seu primeiro texto para a gravação do “boletim”, relatando o evento com base em informações que possuía anteriormente e daquelas que obteve a partir dos contatos com os sujeitos em *off* no local. Em reportagens mais longas são encontrados mais do que uma “passagem” ou “boletim”. Esse é o espaço, por excelência, dos operadores de câmera, que escolhem, gravam e significam por meio das imagens que constroem.

Nas reportagens do telejornalismo produzido em rede é muito comum encontrar o envolvimento de mais de uma emissora e, portanto, mais de uma equipe cobrindo eventos em regiões diferentes para uma mesma reportagem.

O terceiro *topos* é o “espaço-mediação”, onde acontecem as operações mediadoras de edição e enunciação; neste lugar o material gravado é transformado em produto para ser veiculado. São os agentes da instituição que operam textos e imagens na edição e na emissão, aproximando a recepção ao acontecimento. O apresentador

cumpra a função de mediador, ora olhando para os convidados, ora chamando a atenção para as cenas e situando o acontecimento no espaço e no tempo. Nesse espaço mediador entre o mundo vivido e o mundo mostrado (produto) se dá a construção da reportagem propriamente dita. Na edição do material encontra-se em destaque o texto, que apresenta uma narrativa do evento, mediado pela instituição. O texto é constituído, normalmente, pelas sonoras, ou seja, as vozes captadas no “espaço-mundo” e o material de arquivo, ou, ainda, outras gravações realizadas para responder a demandas suscitadas no evento; o “boletim”, também gravado pelo repórter no local do evento e, principalmente, pelo texto narrativo, introduzido em *off* no momento da edição. O texto narrativo é geralmente introduzido pelo mesmo repórter que foi a campo, o qual facilita a compreensão do evento pelo telespectador, pois possibilita a sua localização no tempo e no espaço. Em relação à seleção das imagens que vão compor o material para o telejornal, o primeiro critério para integrar o material é a qualidade e o conteúdo das imagens. As imagens com participação dos sujeitos na voz e outras que sejam consideradas boas são geralmente colocadas numa seqüência que contribua com a lógica do texto que as acompanha.

Na enunciação ocorrem, ainda, diversas operações que podem modificar, em grande medida, o significado de uma reportagem. Um tipo de operação se dá por meio das “escaladas” no início do telejornal e dos “ganchos” entre os blocos que o compõe, operações que visam anunciar a reportagem, uma espécie de aviso para que o telespectador a aguarde. A forma como essa “escalada” e os “ganchos” são construídos e anunciados também carrega os sentidos construídos. Outro tipo de operação acontece no início da reportagem, com a “cabeça” da matéria, que guia o telespectador para o sentido que a instituição midiática deseja passar. No final da matéria, em algumas há ainda um “fechamento”, no qual, freqüentemente, acontecem diálogos entre os apresentadores (âncoras) dos telejornais visando reforçar alguns sentidos veiculados. Outra operação que ocorre freqüentemente é a participação do repórter ao vivo, pelo telefone, isso quando há um evento em andamento no momento do telejornal e não existem condições de fazer chegar o material para a produção de uma reportagem.

No processo de produção das reportagens em uma rede de televisão, o “espaço-mediação” amplia-se, pois interagem os agentes de duas ou mais instituições da rede no processo de edição e enunciação. O material produzido em rede pode contar com a participação de diversas instituições no processo, porém no processo de edição,

normalmente, duas delas interferem mais diretamente. A instituição central, que denominamos de “cabeça-de-rede”, participa em todas elas, pois é ali que o programa é gerado e onde se localizam o editor do programa e a coordenação do jornalismo da rede. Todavia, é comum que o material seja editado por uma das emissoras do interior que participou da coleta, numa prática de descentralização de algumas tarefas. A edição do material para a rede por uma emissora do interior é orientada, acompanhada e revisada pela direção dos programas. O cuidado principal desse esforço de acompanhamento é dedicado aos textos, para que estejam adequados à linha editorial do programa e aos interesses institucionais em relação à sociedade e à concorrência no mercado.

Entretanto, é nos bastidores da produção que se encontra o “espaço-canal”. Ali se dá o comando de todo o processo pelos responsáveis, o que é feito segundo as intenções, os motivos, os princípios, as crenças e os valores em jogo. É ali que os dispositivos televisivo e telejornalístico são pensados e planejadas as estratégias de ação. Fouquier e Verón (1985) dizem que nesse espaço não atuam mais os atores, mas, sim, os autores da construção. Trata-se do espaço da organização institucional/empresarial, que, possuindo seus interesses, seus vínculos econômicos, políticos, sociais, culturais e ideológicos, toma as decisões em favor da realização dos seus objetivos e metas. Cada instituição possui em sua organização midiática uma hierarquia, um organograma de cargos, funções e responsabilidades para dar conta da produção e veiculação dos produtos midiáticos, que são a razão de ser de uma instituição deste tipo. Numa instituição em rede, além de o percurso do processo de produção ser mais longo, há também um envolvimento de um maior número de emissoras e agentes no processo de produção.

Em todos os espaços operam agentes midiáticos. No “espaço-mundo” eles se encontram em interação com os sujeitos do acontecimento, ao passo que no “espaço-percurso” acontece somente com aqueles que emprestam a sua imagem e sua voz para a gravação das sonoras. Nos outros dois espaços onde a instituição midiática opera em rede desaparece a interação com os sujeitos dos acontecimentos. No “espaço-mediação”, onde ocorrem as escolhas dos fragmentos do mundo vivido para integrar o produto do telejornalismo a ser mostrado, os agentes da edição operam com a interferência direta do “espaço-canal”, por ser o momento da adequação dos textos que narram o acontecimento à orientação institucional, ao telejornal, ao lugar dentro dele e

ao espaço de tempo destinado. Sobre essa parte da produção há um controle maior do “espaço-canal”.

8.2.2. Operações na dimensão semiolingüística – os níveis de tematização

As operações de tematização são realizadas em diferentes espaços e por diferentes sujeitos, gerando, assim, diferentes níveis de tematização. Consideramos três diferentes níveis: os temas presentes na vida dos sujeitos em ação, aqueles presentes na proposta de pauta das instituições midiáticas e o nível temático que diz respeito à caracterização dos sujeitos sociais por meio do discurso jornalístico. Os temas são encontrados nas imagens e nas falas dos sujeitos envolvidos no processo produtivo do material telejornalístico. Não estamos interessados na análise do conteúdo destes textos, mas em verificar os temas presentes.

O primeiro nível temático pode ser encontrado, sobretudo, nos fragmentos de imagens e falas no primeiro espaço onde se realizam os eventos a serem midiaticizados. Ali existe uma variedade de temas possíveis, a qual possui a amplitude da vida dos sujeitos envolvidos, significando que, em tese, tudo pode ser objeto de tematização no telejornalismo, porém nem tudo é captado pela câmera e pelo microfone. A participação dos sujeitos no processo de construção de uma reportagem possibilita a tematização sobre eles, bem como os seus interesses e relevâncias. Para as lideranças dos indígenas, por exemplo, interessam mais aqueles temas que dizem respeito aos seus projetos político-culturais, ao passo que, para os agentes midiáticos, interessam os aspectos que têm relação com a sociedade (telespectadores), dos quais muitas vezes se destacam mais aspectos curiosos a respeito dos sujeitos na reportagem do que a informação propriamente dita sobre o evento. Ainda, quando aparecem os agentes do Estado, percebe-se o seu intento para manter a ordem, bem como a harmonização das partes envolvidas nos conflitos.

No “espaço-percurso” tomam forma, especialmente, os temas escolhidos pelos agentes midiáticos nas operações de definição da pauta do telejornal. Neste espaço, os temas são explicitados no “boletim”, mas também em cenas que lhe dizem respeito.

Aparece em primeiro lugar o grande tema proposto pela instituição midiática para a feitura da reportagem, mas também temas complementares, que brotam da interação da equipe com os sujeitos no acontecimento. Outra operação em que aparecem os temas escolhidos para compor a reportagem é a captura das imagens e dos sons pelo operador de câmera. Neste material que vai compor a reportagem são evidentes também temáticas antes não pensadas pela instituição.

O terceiro nível de tematização é percebido no “espaço-mediação”, onde a temática da pauta é retrabalhada de acordo com o material recolhido, com os temas complementares que foram contemplados, visando à sua adequação para a recepção. É nesse momento que, por meio da narrativa em *off*, os agentes midiáticos adequam o discurso à visão de mundo hegemônica na sociedade. Com base nesses textos introduzidos no momento da edição, podem ser percebidos os estereótipos, ou seja, aqueles temas que caracterizam os sujeitos em ação. É onde se revelam os imaginários sociais presentes também nos agentes midiáticos, por meio de metáforas e semantizações.

No “espaço-canal” se dá a decisão da pauta para um telejornal, porém uma pauta é sempre provisória, visto que no momento da construção da reportagem podem ocorrer alterações de percurso que exigem mudanças, as quais podem acarretar a substituição de uma matéria por outra, ou a redução de tamanho das já previstas.

8.2.3. Operações de produção na dimensão socioantropológica – a protagonização dos diferentes sujeitos

Os sujeitos envolvidos na construção das reportagens operam nos diferentes espaços, gerando o material do telejornalismo. Trata-se das condições socioantropológicas da produção midiática no dispositivo. Propusemo-nos observar isso principalmente pela quantificação do tempo de imagem e fala dos diferentes sujeitos que integram o processo produtivo das reportagens.

Num acontecimento operam os agentes envolvidos diretamente, porém a chegada da equipe de reportagem modifica substancialmente o seu comportamento em

vista da midiaticização. Os agentes não midiáticos, nesse sentido, podem ser considerados participantes do processo de sua midiaticização.

No “espaço-percurso” os operadores midiáticos comandam o processo de gravação, pois são eles que produzem e gravam os textos e escolhem o que gravar. No momento das tomadas de imagens e sonoridades dos eventos, os operadores midiáticos mostram-se generosos na gravação de cenas, porém nem tudo é aproveitado na edição do material. Outro aspecto que depende dos operadores e pode modificar os significados que terão as imagens são os enquadramentos, os movimentos mecânicos e óticos da câmera, que geram diferentes planos e perspectivas. São os agentes midiáticos também que concedem a palavra a alguns, geralmente escolhidos por eles, para gravar as “sonoras”, contudo depende deles a perspectiva de tomada das vozes, que tanto podem ser feitas a partir de entrevistas, como da captação de discursos, de conversas isoladas, gritaria, etc.

No processo de edição, no “espaço-mediação” protagonizam os agentes midiáticos. A produção se dá conforme o material recolhido por ocasião da cobertura, mas também com material retirado de arquivo, material complementar de acordo com as demandas da primeira cobertura e, ainda, dos textos narrativos (em *off* e dos âncoras) produzidos para organizar o encadeamento da história ou do evento. Quando se trata de uma produção numa emissora para veicular em seu telejornal, o processo é mais simples, ao passo que um processo de produção em rede há um envolvimento de um número maior de agentes e instâncias. Além dos agentes das emissoras que cobrem os eventos, outros participam na edição do material, como os que ocupam os postos no “espaço-canal”, que são os agentes da direção do jornalismo em cada emissora e na emissora cabeça-de-rede, os quais comandam o processo.

8.3. Análises empíricas

Os quadros descritos anteriormente visam as análises empíricas que interessam neste estudo sobre os indígenas caingangues na RBS TV. O passo seguinte é a constituição da amostra e a classificação das reportagens conforme os gêneros

discursivos encontrados. Em seguida serão observadas as operações de produção que ocorrem em diferentes espaços, que tematizam e destinam tempos de imagem e de fala aos sujeitos participantes no processo produtivo. Essas produções ocorrem conforme as três dimensões apontadas para compreender o dispositivo midiático e, nele, o processo de midiatização que ocorre em seu interior.

As análises empíricas, em primeiro lugar, voltam-se para a tematização e os temas presentes na midiatização onde buscamos descrever e analisar as operações de tematização em cada espaço e os temas presentes nos textos das reportagens. Nesta análise os sujeitos (a dimensão socioantropológica) são contemplados conforme a divisão técnica do trabalho e o mundo mostrado. Em segundo lugar, as análises recaem sobre os sujeitos que participam e protagonizam no processo de produção, cujas marcas podem ser encontradas nos produtos analisados pela quantificação do tempo de imagem e fala nas reportagens.

Terceira Parte – A pesquisa

Introdução

Após a descrição dos contextos, na primeira parte, e as contribuições teóricas que situam o nosso objeto de investigação, na segunda, vamos, agora, adequar a amostra ao dispositivo analítico, descrevendo o material empírico, estabelecendo as relações entre os diferentes elementos que aparecem nos produtos e no processo de produção do telejornalismo da Rede Brasil Sul de Televisão (RBS TV) sobre os indígenas caingangues no Rio Grande do Sul. Para compreender o processo de midiaticização no telejornalismo utilizamos a técnica de análise de produtos do telejornalismo informativo e a observação participante.

Esta parte final consta de quatro capítulos. O primeiro refere-se à configuração do *corpus* empírico, apontando os critérios para as escolhas realizadas, buscando adequá-las à problemática da nossa pesquisa. No segundo capítulo realizamos a descrição do material, levando em conta os espaços produtivos, os tempos de midiaticização, bem como os temas que aparecem nos diversos níveis tematizadores. O terceiro capítulo está voltado para a descrição da observação participante e, no último, realizamos a análise qualitativa buscando compreender a tematização e a protagonização dos indígenas caingangues na RBS TV.

Capítulo 9

Configuração do *corpus* empírico

O *corpus* empírico da pesquisa é constituído de reportagens do telejornalismo da RBS TV produzidas e que circularam nos telejornais da sua rede de televisão no Rio Grande do Sul. Para a construção da amostra foram seguidos critérios objetivos, a fim de que fosse representativa do universo da produção telejornalística da RBS TV sobre os indígenas caingangues no território gaúcho.

9.1. Critérios de seleção da amostra

Para caracterizar os produtos da rede, observamos como primeiro critério que o material selecionado para a análise tivesse a participação do maior número possível de instituições midiáticas da rede, pois o foco de análise está voltado para os processos midiáticos em rede. A maior parte do material telejornalístico da rede e a totalidade do material sobre os indígenas têm a participação de, no mínimo, duas instituições em cada

reportagem⁵⁶: uma delas é a cabeça-de-rede e a outra, uma das emissoras que cobrem as regiões do interior do estado. Todo o processo é coordenado pela instituição cabeça-de-rede, que é a RBS TV de Porto Alegre. As instituições da RBS TV do interior, além de produzirem o seu telejornal local, exibido em dois blocos no *Jornal do Almoço*⁵⁷ e num bloco no *RBS Notícias*, contribuem na produção dos telejornais da rede. Considerando esse critério, integram a amostra somente os produtos telejornalísticos da RBS TV que foram produzidos por duas ou mais emissoras e que circularam no espaço dos telejornais em rede.

O segundo critério é a inclusão na amostra do maior número de comunidades indígenas caingangues existentes no Rio Grande do Sul. Algumas delas estão em maior evidência na cobertura pela rede de televisão do que outras, o que se deve especialmente a alguns fatores, tais como o tamanho da comunidade, a sua importância política, o apoio recebido, mas também os problemas e conflitos nelas existentes.

Outro critério é a escolha dos telejornais dos quais foi extraído o material para análise. Entre os telejornais da rede foram selecionados aqueles que têm uma efetiva participação das suas instituições no interior e alcançam a maior audiência no telejornalismo da rede, no caso, o *Jornal do Almoço* e o *RBS Notícias*. Os dois programas mantêm a mesma proporcionalidade de tempo de programação em cada uma das emissoras e de tempo da rede.

O quarto critério que norteou a seleção do material empírico para análise foi a questão do formato dos produtos desses programas. Nossa opção foi pelo formato reportagem ou notícia, ao qual denominamos de “reportagem”, para contemplar as matérias que aparecem como reportagens, mas também as que se caracterizam como notas ou notícias⁵⁸. Optamos por caracterizá-los desta forma também porque, observando a programação dos telejornais da RBS TV, percebemos que algumas reportagens exibidas numa das emissoras do interior facilmente se tornam notas quando veiculadas na rede.

⁵⁶ A única situação em que não há participação das emissoras da rede na produção é quando todo o processo acontece na emissora cabeça-de-rede, o que raras vezes é o caso na cobertura de acontecimentos indígenas.

⁵⁷ A rede mantém, como regra geral, dois blocos para cada uma das emissoras do interior no *Jornal do Almoço*, porém, aos poucos, aquelas instituições que possuem condições operacionais, pessoal e demanda de informação local são liberadas para ocupar um espaço maior no telejornal.

⁵⁸ Geralmente uma reportagem torna-se nota ou notícia para se adequar ao tempo existente no telejornal. Isso ocorre especialmente quando um evento mais significativo ocorre e passa a integrar o programa.

O quinto critério refere-se ao período da circulação dos produtos do telejornalismo, abrangendo um ano, que vai do Dia do Índio de 2004, 19 de abril, até o Dia do Índio, de 2005. Observamos, ainda, um critério complementar, que foi de que o material estivesse, o mais possível, distribuído ao longo dos meses daquele período. Neste aspecto tivemos alguma dificuldade, pois houve uma maior concentração de material no primeiro semestre de 2004 e menos no segundo, além de nenhuma matéria ter sido localizada nos primeiros meses de 2005, com exceção daquela do Dia do Índio. A concentração de reportagens no início de 2004 deveu-se, sobretudo, ao conflito ocorrido entre indígenas na comunidade do Ligeiro em Charrua, que levou a causa indígena a ser apresentada pela rede de televisão em seus telejornais.

O sexto critério seguido para a seleção do material foi o da multiplicidade temática envolvida na cobertura da causa indígena, com o que buscamos contemplar a multiplicidade temática abordada pelas instituições midiáticas da rede sobre a causa indígena caingangue no Rio Grande do Sul.

Os critérios para a construção do *corpus* empírico de nossa pesquisa podem ser definidos, segundo Verón (2004), como as condições de produção dos produtos por meio dos quais os indígenas cainganges são midiaticizados na RBS TV, mas também como definições metodológicas que orientam a pesquisa. São eles: a participação de duas ou mais emissoras da RBS TV no seu processo de produção das reportagens; tratar sobre os cainganges no maior número de suas comunidades; ter sido veiculado no *Jornal do Almoço* ou no *RBS Notícias*; no período de um ano entre o Dia do Índio de 2004 e o de 2005 e contemplar uma diversidade temática, ou seja, tratar de temas diferentes. Estão, portanto, excluídos os produtos telejornalísticos produzidos por uma das emissoras para o seus programas regionais, aqueles que foram veiculados em outros programas telejornalísticos, os que possuem outros formatos, como comentários e entrevistas, que tenham circulado fora do período definido e que contemplem temas repetidos.

De acordo com esses critérios, foram selecionadas as reportagens da amostra que descrevemos em seguida.

9.2. A composição da amostra

A amostra é composta por oito reportagens produzidas e veiculadas em rede de televisão no Rio Grande do Sul. A seleção deu-se com base nos arquivos disponíveis⁵⁹.

Reportagem	Temas
1*	Condições de atendimento no posto de saúde
2*	Conflito indígena
3*	Operação de desarmamento
4**	Morte de vereador
5*	Treinamento de agentes de saúde
6*	“Invasão” da sede da Funai em Passo Fundo
7**	Dia do Índio de 2004
8**	Dia do Índio de 2005

* Arquivo da RBS TV

** Arquivo pessoal

Quadro 9 – Amostra das reportagens conforme os arquivos

A amostra foi extraída do *Jornal do Almoço* e do *RBS Notícias*. São reportagens produzidas por várias equipes de reportagem localizadas em diferentes regiões do estado, envolvendo oito comunidades indígenas e abrangendo dez municípios diferentes. Uma das comunidades indígenas, a do Ligeiro, em Charrua, foi objeto de duas matérias que compõem esta amostra. O mesmo aconteceu com a comunidade de

⁵⁹ Algumas reportagens foram selecionadas com base no arquivo disponibilizado pela RBS TV e outras foram escolhidas do nosso arquivo pessoal, que foi sendo constituído a partir do início do doutoramento, no ano de 2004.

Guarita, porém a sua abrangência se estende por vários municípios, atingindo diferentes grupos dentro de uma mesma reserva (Quadro 10).

Reportagem	Comunidade indígena	Município
1	Votouro	Benjamim Constant
2	Ligeiro	Charrua
3	Ligeiro	Charrua
4	Ventarra	Getúlio Vargas
5	Guarita	Redentora
6	Vicente Dutra	Vicente Dutra/P. Fundo
7	Guarita, Lomba do Pinheiro e Caciue Doble	Tentente Portela, Porto Alegre e Caciue Doble
8	Lajeado	Lajeado

Quadro10 – Relação das comunidades indígenas e municípios contemplados nas reportagens

Todas as reportagens foram produzidas com material recolhido em coberturas jornalísticas fora da instituição midiática, o que se deu pelo deslocamento de equipes de reportagem. Somente um dos acontecimentos não ocorreu em área indígena, pois deu-se na sede da Funai em Passo Fundo.

No processo produtivo deste material estiveram envolvidas as emissoras da RBS TV de Erechim, de Passo Fundo, Santa Rosa e Santa Cruz do Sul no interior do estado e da RBS TV de Porto Alegre, que é a cabeça-de-rede, localizada na capital do estado. Em quatro reportagens está presente a RBS TV de Passo Fundo⁶⁰; em três, a de Erechim, em uma delas, a RBS TV de Santa Rosa e, em outra, a de Santa Cruz do Sul.

⁶⁰ A RBS TV de Passo Fundo destaca-se na cobertura da realidade indígena, por um lado, pela proximidade das áreas indígenas localizadas nos municípios de Charrua, Água Santa, Nonoai, Planalto, Ronda Alta, Engenho Velho e Constantina, e, por outro por se encontrar nesta mesma cidade a sede da Funai no Rio Grande do Sul.

Em todas, porém, há a participação da instituição midiática de Porto Alegre, o que constitui a produção em rede.

A produção e a veiculação do material envolvem as instituições próximas às comunidades indígenas, porém encontram-se presentes também instituições midiáticas como a RBS TV de Santa Cruz e de Porto Alegre cobrindo eventos indígenas. Embora não existam comunidades tradicionais nestas regiões, elas o fazem em acampamentos indígenas provisórios em áreas urbanas (Quadro 11).

Reportagem	Instituições midiáticas envolvidas	Programa
1	RBS TV de Erechim e RBS TV de Porto Alegre	RBS Notícias
2	RBS TV de Passo Fundo e RBS TV de Porto Alegre	RBS Notícias
3	RBS TV de Passo Fundo e RBS TV de Porto Alegre	RBS Notícias
4	RBS TV de Erechim e RBS TV de Porto Alegre	Jornal do Almoço
5	RBS TV de Santa Rosa e RBS TV de Porto Alegre	Jornal do Almoço
6	RBS TV de Passo Fundo e RBS TV de Porto Alegre	Jornal do Almoço
7	RBS TV de Passo Fundo, RBS TV de Erechim e RBS TV de Porto Alegre	Jornal do Almoço
8	RBS TV de Santa Cruz do Sul RBS TV de Porto Alegre	Jornal do Almoço

Quadro11 – Instituições midiáticas da RBS TV envolvidas na produção das reportagens

As três primeiras reportagens foram gravadas do telejornal *RBS Notícias* e as outras cinco, do *Jornal do Almoço*⁶¹. As duas últimas são reportagens em comemoração ao Dia do Índio⁶², logo, trata-se de material planejado e produzido com antecedência, o que, em tese, permite um tempo maior para a sua produção.

Serão objeto de nossa análise as reportagens, não a sua inserção no telejornal⁶³, o que ainda permanece como desafio a ser concretizado em outros estudos. Outras reportagens sobre os indígenas foram produzidas e veiculadas pela rede, mas não constam do *corpus*⁶⁴. Há, ainda, aquelas que foram produzidas e veiculadas nas emissoras da rede espalhadas no interior do estado, próximo às reservas indígenas, porém também não fazem parte da amostra.

Nas seções seguintes organizamos a amostra conforme duas perspectivas, a primeira com base no foco factual ou temático das reportagens e a segunda conforme o seu gênero discursivo.

9.3. Organização da amostra conforme os acontecimentos ou temas

O *corpus* empírico é constituído por dois tipos de reportagem, que classificamos conforme o seu processo de produção. Assistindo aos telejornais da rede, constatamos que se evidenciam duas situações: uma que acontece quando o processo de produção ocorre por iniciativa de uma das instituições no interior, havendo num segundo momento a participação da emissora cabeça-de-rede, e a outra quando o processo é

⁶¹ No *Jornal do Almoço* são apresentadas matérias mais longas e comemorativas, como as que consideramos temáticas e que foram veiculadas no Dia do Índio.

⁶² O dia 19 de abril foi instituído como Dia do Índio no Brasil pelo presidente Getúlio Vargas, no ano de 1943.

⁶³ Isso se deve, fundamentalmente, ao fato de o material ter sido recolhido em arquivo da emissora e em arquivo pessoal, onde não estavam disponíveis os telejornais por inteiro, o que possibilitaria observar também diversos outros aspectos, tais como localização dentro do telejornal, se houve ou não chamada no início do telejornal, etc.

⁶⁴ A RBS TV de Porto Alegre possui em seu arquivo as reportagens veiculadas. Segundo César Freitas, diretor de Jornalismo da rede, elas podem ser disponibilizadas para a pesquisa. Porém, no momento em que tivemos acesso à relação das reportagens daquele período, o número delas era inferior àquele que havíamos gravado no momento da veiculação e que já havíamos analisado em pesquisa exploratória no arquivo pessoal.

planejado pela instituição cabeça-de-rede, envolvendo, num segundo momento, emissoras do interior no seu processo produtivo. Na primeira situação o material é geralmente produzido com base em acontecimentos factuais, ao passo que na segunda a produção se dá em torno de grandes unidades temáticas (JAMES, 1989), que não têm vínculo direto com algum acontecimento factual. O primeiro tipo denominamos de “reportagens factuais” e o segundo de “reportagens temáticas”.

A diferença entre as duas amostras está nas operações técnicas de produção, ou seja, as rotinas de produção dos agentes no seu processo de produção.

9.3.1. Reportagens factuais

As “reportagens factuais” são as seis primeiras matérias da amostra (Quadro 12 que estão voltadas à cobertura de fatos ou acontecimentos protagonizados por indígenas ou outros sujeitos. A produção deste tipo de material ocorre geralmente por iniciativa das instituições que integram a rede a partir do local/regional, as quais protagonizam os primeiros passos do processo jornalístico ao proporem uma matéria da região a ser inserida na pauta da rede. Neste caso, a instituição proponente localiza as fontes, coleta o material, mas a edição do material ocorre num processo que envolve, geralmente, o editor do telejornal na emissora cabeça-de-rede, o qual orienta a produção para adequá-lo ao formato, ao tempo e, ainda, à linha editorial do programa.

Além disso, geralmente a cabeça-de-rede, no momento da veiculação, acrescenta “chamadas”, que são enunciadas no início dos telejornais; “ganchos”, que são aquelas chamadas realizadas no final dos blocos anteriores; “cabeça”, que é a introdução da reportagem feita pelo âncora, e um “fechamento” à reportagem também apresentada pelos âncoras, onde, às vezes, ocorrem alguns diálogos improvisados entre os âncoras que apresentam o telejornal⁶⁵.

⁶⁵ Em diversas ocasiões, o evento que foi motivo de matéria para a rede gera outra matéria, que é aproveitada na programação do telejornalismo local/regional. Nesses casos, a matéria produzida para veiculação local/regional é geralmente mais longa e possibilita maior participação do sujeitos da ação. O curioso é que os telespectadores dos telejornais da RBS TV no interior do estado assistem, assim, a duas reportagens sobre o mesmo evento, às vezes apenas um pouco diferentes, mas outras vezes significativamente diferentes entre si, num mesmo telejornal, ou, às vezes, no dia seguinte. Isso será objeto de uma investigação que pretendemos realizar proximamente.

Reportagem	Temas
1	Condições de atendimento no posto de saúde
2	Conflito indígena
3	Operação de desarmamento
4	Morte de vereador
5	Treinamento de agentes de saúde
6	“Invasão” da sede da Funai em Passo Fundo

Quadro12 – Amostra das reportagens factuais

Nessa situação produtiva de reportagens do telejornalismo na rede o dispositivo midiático reconfigura-se, complexificando o processo produtivo e alterando os espaços produtivos, pois estão envolvidos agentes de duas emissoras - uma do interior e a outra da capital - no processo produtivo de uma mesma reportagem.

O mundo vivido está repleto de fatos e acontecimentos que podem ser considerados relevantes pelos agentes midiáticos. Nessa situação produtiva os acontecimentos dependem dos sujeitos sociais, mas a sua escolha para a midiatização depende dos agentes midiáticos. Quando o acontecimento interessa, ou seja, é relevante para os agentes midiáticos, geralmente a instituição próxima desloca uma equipe para realizar a cobertura no local; se a pauta pode também ser relevante para a rede, é oferecida para a construção dos telejornais da rede. Neste espaço não há interferência direta da emissora cabeça-de-rede, que indiretamente se faz presente pelas orientações introjetadas em cada profissional que atua na rede⁶⁶. O mesmo acontece no “espaço-percurso”, pois se dá também no local do evento onde a equipe realiza a cobertura. Por outro lado, no “espaço-mediação” e no “espaço-canal”, além da atuação da emissora do interior, interfere diretamente na produção a emissora cabeça-de-rede, ou seja, o

⁶⁶ Pierre Bourdieu conceituou essa prática que vai sendo introjetada na vida das pessoas de um certo campo profissional de *habitus*, que segundo o autor “é um conhecimento adquirido e também um *haver*, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural” (1998, p. 61).

dispositivo reconfigura-se, entrando em ação o que denominamos de “hiperdispositivo” (Quadro 13).

Espaços	Participação das instituições midiáticas
Espaço-mundo	Instituição midiática do interior do estado
Espaço-percurso	Instituição midiática do interior do estado
Espaço-mediação	Instituição midiática do interior do estado e a instituição midiática cabeça-de-rede na capital do estado
Espaço-canal	Emissora do interior do estado e emissora cabeça-de-rede na capital do estado

Quadro 13 – Participação das instituições midiáticas no processo produtivo nas reportagens factuais conforme os espaços

Como se dá essa produção a distância envolvendo duas emissoras? No processo produtivo do telejornalismo em rede, a RBS TV possui um sistema de comunicação interno que interliga todas as emissoras da rede. Em três horários diários todas as emissoras entram em conexão para propor e discutir matérias e também para que a emissora cabeça-de-rede passe as orientações às equipes espalhadas pelo interior do estado, especialmente as que se referem às matérias selecionadas para os telejornais. Cabe à emissora do interior adequar o material às orientações para poder introduzi-lo na programação. São objeto principal das orientações superiores as imagens, mas, sobretudo, o texto, que passa pela revisão e aprovação da editoria do telejornal, localizada na emissora central. Isso será demonstrado mais claramente na abordagem das observações de campo realizadas e na interpretação das práticas de jornalismo da RBS TV. Entretanto, já podemos adiantar que, agindo assim, a instituição cabeça-de-rede ordena o dizer e demonstra que se sobrepõe à realidade⁶⁷ e à ação dos jornalistas⁶⁸.

⁶⁷ Conforme a teoria da notícia que compreende o jornalismo como o espelho da realidade.

Nas decisões no processo de produção das reportagens há também a participação dos dirigentes da instituição local/regional, o que se dá diretamente, por meio do planejamento da cobertura, nos espaços “mundo” e “percurso” na construção do material proposto para a rede. A cabeça-de-rede participa na análise do material e na orientação para a sua adequação ao tempo no telejornal, que pode se modificar várias vezes no decorrer de um mesmo dia, em razão da dinâmica de novos acontecimentos que possam vir a acontecer e disputar espaço no telejornal.

Metade das reportagens desta parte da amostra foi veiculada no *RBS Notícias*, onde mais aparecem as reportagens deste tipo. Esse telejornal apresenta a síntese do dia, tendo as emissoras do interior possuem mais facilidade de propor matérias para a sua pauta⁶⁹.

9.3.2. Reportagens temáticas

A amostra das matérias temáticas é constituída por duas reportagens, que possuem características comemorativas ou temáticas, enunciadas no Dia do Índio de 2004 e de 2005, respectivamente⁷⁰. São as duas últimas reportagens entre as oito selecionadas.

O processo de produção das “reportagens temáticas” é organizado a partir da instituição cabeça-de-rede, mas envolve também uma ou mais emissoras do interior no

⁶⁸ Conforme outra teoria da notícia que compreende o trabalho dos jornalistas como controladores de e senhores das escolhas que fazem e, ainda, outra teoria que vê as notícias como o resultado da organização profissional dos jornalistas.

⁶⁹ No mês de março de 2007, a RBS TV de Passo Fundo conseguiu inserir sete matérias, sobre diferentes assuntos, no *RBS Notícias*, uma das emissoras mais produtivas da rede no interior do estado.

⁷⁰ Para verificar a regularidade deste tipo de material acompanhamos a veiculação de reportagens pela RBS TV também no Dia do Índio em 2006 e 2007, ocasião em que fizemos as observações de campo sobre o modo de produção desse material. Em 2006 a instituição midiática voltou-se para a visita do presidente da República aos indígenas da reserva do Guarita, em Tenente Portela, e em 2007 fez uma reportagem para falar das dificuldades das crianças indígenas. O acompanhamento do processo de produção do material para o Dia do Índio, que será detalhada em capítulo subsequente, revela a importância das decisões na confecção da pauta, pois é neste momento que a instituição define o tipo de abordagem que será feito nas reportagens. Assim, por exemplo, pudemos constatar que em diferentes anos foram dados diferentes enfoques para o Dia do Índio. Em 2004 a reportagem é positiva sobre a relação do Estado com os indígenas e também em relação aos indígenas, apesar das suas dificuldades; de 2005, a matéria é completamente negativa em relação às condições em que vivem os indígenas e denuncia a completa ausência do Estado; em 2006 há novamente um enfoque positivo, com a inauguração da luz na reserva do Guarita pelo presidente Lula; em 2007 a decisão da rede foi destacar os aspectos negativos para as crianças nas aldeias indígenas, especialmente no aspecto da preservação da cultura e do idioma.

seu processo produtivo. Esse tipo de situação ocorre geralmente em matérias temáticas ou comemorativas⁷¹, que permitem um planejamento mais detalhado e uma produção mais cuidadosa, pois podem ser previstas com antecedência. Desta situação produtiva constituímos a parte da amostra que denominamos como “reportagens temáticas” (Quadro 14).

Reportagem	Temas
1	Dia do Índio de 2004
2	Dia do Índio de 2005

Quadro 14 – Amostra das reportagens temáticas

Nesta situação produtiva do telejornalismo em rede o dispositivo toma outra configuração, constatando-se uma centralização ainda maior do processo produtivo na emissora cabeça-de-rede. As emissoras do interior funcionam como uma espécie de agência de notícias⁷² para a instituição cabeça-de-rede, porém com tarefas predeterminadas e orientadas para os fins definidos pela direção do jornalismo da rede.

Na questão dos espaços produtivos, a participação de duas ou mais emissoras da rede no processo produtivo de uma reportagem altera substancialmente o funcionamento do dispositivo. Acreditamos que tais alterações acarretam que, em parte, as reportagens sejam como são. Este tipo de reconfiguração do dispositivo deve-se, em parte, à sua ampliação, tornando-se um “hiperdispositivo”, mas, também, pela inversão do processo de produção do telejornalismo. Grande parte da cobertura telejornalística

⁷¹ São comuns as datas comemorativas, tais como Dia do Índio, Dia do Idoso, entre outras, mas também séries temáticas de reportagens sobre estiagem, frio, corrupção, desperdício de dinheiro público, violência, etc. Durante o período de doutoramento pudemos acompanhar o Dia do Índio na RBS TV durante quatro anos, entre 2004 e 2007. A amostra das reportagens temáticas contempla o Dia do Índio de 2004 e 2005. Observações de campo foram feitas por ocasião da produção de material para o Dia do Índio de 2006 e 2007.

⁷² Conforme Mouillaud (1997, p. 118-119).

parte de um acontecimento que deve ser coberto e do qual surge material para uma reportagem. Na situação que estamos descrevendo há uma inversão do processo: num primeiro momento se dá o planejamento da cobertura de uma data ou uma temática, a partir do que são distribuídas as tarefas para cobertura em diferentes regiões; então acontecem a edição e a veiculação do material.

Espaços	Participação das instituições midiáticas
Espaço-canal	A instituição cabeça-de-rede e uma ou mais instituições do interior
Espaço-mundo	Uma ou mais instituições midiáticas do interior do Estado
Espaço-percurso	Uma ou mais instituições midiáticas do interior do Estado
Espaço-mediação	Instituição cabeça-de-rede e uma das instituições do interior escolhida pela cabeça-de-rede

Quadro 15 – Participação das instituições midiáticas da RBS TV nas reportagens temáticas.

O Quadro 15 expressa uma inversão na posição que ocupam os diferentes espaços no processo produtivo. Em primeiro lugar aparece o “espaço-canal”, em virtude da importância que ocupam o planejamento e a centralidade institucional da rede no processo produtivo deste tipo de reportagem. Ali quem protagoniza é a instituição cabeça-de-rede, que planeja a produção e a veiculação das reportagens dessa situação; o destaque é dado à organização da produção das reportagens deste tipo em rede. A iniciativa é da emissora cabeça-de-rede, mas conta com a participação direta das emissoras do interior, para que as matérias tenham abrangência estadual. Uma ou mais

emissoras são escolhidas para participar, as quais atuam também no planejamento, porém complementar ao que a cabeça-de-rede pretende com o material a ser produzido. Um exemplo de reportagem desse tipo, muito comum na rede, é a cobertura de manifestações sociais que ocorrem simultaneamente em várias regiões do estado, ou temas em torno dos quais são produzidas séries de reportagens, tais como o desemprego, violência no trânsito, etc.

No “espaço-mundo” se dá o acesso às fontes e aos locais de filmagens para a realização das tarefas distribuídas pela emissora cabeça-de-rede às emissoras do interior. No “espaço-percurso” dá-se o mesmo, ou seja, são reunidas as versões de imagens e boletins para uma mesma reportagem. Quando da participação de mais de uma emissora do interior na produção de uma reportagem deste tipo, ocorre uma ampliação desses espaços, que não se restringem a uma fonte, a um local, ou a uma equipe de reportagem.

No “espaço-mediação” ocorrem duas possibilidades: uma é quando o material é editado pela cabeça-de-rede e a outra, quando o é por uma das instituições do interior que participaram da coleta do material no “espaço-mundo” e “espaço-percurso”⁷³. O que ocorre, geralmente, em razão da urgência, na redação da emissora cabeça-de-rede é que a edição do material fica por conta de uma das emissoras do interior. Quando isso acontece, a partir daí segue o processo descrito nas “reportagens factuais”.

9.4. A amostra conforme os gêneros discursivos

Nas reportagens que compõem a amostra foram localizados três diferentes gêneros discursivos: o “informativo”, o “agonal” e “denúncia”. A definição sobre o gênero discursivo que cada uma das reportagens comporta foi tomada com base na sua

⁷³ Um exemplo disso é o processo de produção da reportagem número sete, na qual foram envolvidas as emissoras de Passo Fundo, Erechim e Porto Alegre e suas equipes de reportagem. Uma delas fez a edição do material veiculado.

temática central, enunciada pela instituição midiática, mas também pela observação de cada matéria como um todo⁷⁴.

Gêneros discursivos	Reportagens	Duração
Informativo	Morte de vereador Treinamento de agentes de saúde Dia do índio de 2004 Dia do índio de 2005	9min e 44s
Agonal	Conflito entre indígenas em Charrua Operação desarmamento da Brigada Militar Invasão da Funai	2min e 41s
Denúncia	Condições de atendimento no posto de saúde	1min e 17s

Quadro 16 – Classificação das reportagens da amostra conforme o gênero discursivo

O gênero discursivo predominante no telejornalismo da RBS TV sobre os indígenas caingangues é o “informativo”. São quatro as matérias que classificamos neste gênero: a que se refere à morte do vereador indígena, a que versa sobre a formação de agentes para o cuidado da saúde de crianças indígenas e as duas reportagens temáticas sobre o Dia do Índio. O tempo dedicado às reportagens informativas totaliza 9min e 44s.

O gênero discursivo “agonal” aparece em seguida com três reportagens que retratam, sobretudo, situações conflitivas: sobre o conflito na Reserva do Ligeiro, a ocupação militar da mesma reserva e a “invasão” da sede da Funai em Passo Fundo. O gênero agonal é aquele que privilegia a ação dos indígenas no “espaço-mundo”. O tempo das três reportagens somadas é de 2min e 41s.

⁷⁴ No interior de cada uma delas podem ser encontrados outros gêneros discursivos. Para esta análise optamos por caracterizá-las pelo gênero predominante.

O gênero “denúncia” encontra-se em uma das reportagens da amostra. A denúncia diz respeito às condições da água no Posto de Saúde na Reserva de Votouro em Benjamim Constant e ocupa o tempo de 1min e 17s.

Capítulo 10

Análises descritivas de carácter quantitativo das reportagens

As análises descritivas das reportagens são basicamente quantitativas e obedecem à orientação dos quadros analíticos descritos, bem como das duas perspectivas de organização da amostra: gêneros discursivos e o tipo de reportagem factual e temática. O percurso descritivo volta-se, em primeiro lugar, para a compreensão dos espaços e técnicas de produção em cada um dos materiais classificados conforme os gêneros discursivos; em seguida, para a descrição do tempo de circulação e produção das reportagens; o terceiro passo compreende a descrição dos temas e do processo de tematização, seguida pela descrição do tempo de participação dos diferentes sujeitos nas falas e imagens que compõem o material empírico.

10.1. Os espaços e técnicas de produção nos gêneros discursivos

Na dimensão técnico-tecnológica do dispositivo são descritas as técnicas e rotinas de produção, bem como os espaços onde acontecem as operações produtivas em cada um dos gêneros discursivos. As relações entre o conceito de dispositivos e o de gênero nos foram cruzados na análise, e resultaram nas seguintes três categorias conceituais:

10.1.1. Gênero informativo

No gênero “informativo” não encontramos uma situação especial nas técnicas e rotinas de produção por parte dos agentes midiáticos. Encontramos uma rotina para a produção das notícias em televisão que é mais facilmente seguida nas reportagens deste gênero.

Os acontecimentos ou temas objetos de cobertura midiática numa perspectiva informativa são aqueles que podemos considerar numa situação de normalidade, perante os quais a instituição midiática não toma uma posição explícita. O que determina que a reportagem tenha este tipo de gênero é, predominantemente, o acontecimento, ou seja o tipo de acontecimento define o tipo de gênero e é definido pelos sujeitos sociais que protagonizam nos acontecimentos no “espaço-mundo”. Contudo, é a instituição midiática que decide pela sua cobertura ou não. No “espaço-percurso” os agentes midiáticos controlam mais facilmente o espaço da cena e dispõem de um leque maior de escolhas para colher as informações que desejam. No “espaço-mediação”, da edição, o trabalho se dá segundo uma maior rotinização, na medida em que se aplica a tradicional fórmula de reportagem, na qual estejam os principais elementos de uma reportagem em vista do tempo que terá no telejornal. Neste caso a participação do “espaço-canal” da rede é menor, pois não envolve conflito e há menor vigilância sobre o texto nas reportagens.

10.1.2. Gênero agonal

Os acontecimentos que são objeto de cobertura midiática numa perspectiva agonal são aqueles que podemos considerar excepcionais, ou fora da normalidade, nos quais a instituição midiática, por meio dos seus agentes, envolve-se mais e onde podemos notar o seu posicionamento. O que determina que a reportagem tenha este tipo de gênero é, predominantemente, o acontecimento no “espaço-mundo”, mas conta também a participação da instituição midiática nos demais espaços.

Neste gênero se revelam algumas situações especiais no processo de produção das reportagens. A primeira é que os acontecimentos não são tão previsíveis quanto os do gênero “informativo”, pois trata-se, geralmente, de acontecimentos inesperados, o que não permite um agendamento prévio. Em segundo lugar, por se tratar de uma situação de conflito, há uma preocupação maior no espaço institucional midiático, a qual se justifica pelos interesses que a empresa midiática possui na sociedade, bem como pelo envolvimento de pessoas, grupos ou instituições que se encontram em confronto sociopolítico, que pode se prolongar em processos nos tribunais, onde a reportagem pode tanto ser citada como prova ou como distorção de algo que tenha acontecido.

Este tipo de reportagem tem razoável destaque nos telejornais porque responde à possibilidade do drama e do espetáculo. Quando a instituição midiática possui algum interesse no conflito, é este um motivo a mais para a sua midiatização; logo, o seu interesse passa a operar na produção do material, principalmente no “espaço-percurso”, com a seleção das imagens, das vozes e a produção do “boletim”. O interesse da instituição midiática vai orientar a ação da equipe de reportagem na perspectiva de reunir dizeres e imagens que reforcem o interesse em jogo. No “espaço-mediação” aumenta o controle sobre textos e imagens, especialmente quando se trata de equipe de uma das instituições no interior.

10.1.3. Gênero denúncia

As reportagens de “denúncia” contam com a participação direta de agentes sociais não midiáticos, que algumas vezes não passam de fontes anônimas, mas, em outras, fazem questão de revelar a sua identidade ao explicitarem a sua denúncia. A denúncia em torno de algo ou alguém torna-se o acontecimento a ser midiaticizado. Nessa perspectiva, podemos afirmar que ela surge no “espaço-mundo” e chega à mídia, que, por sua vez, faz a mediação para que ela chegue ao seu destino, seja a sociedade, sejam as autoridades nela constituídas. É muito comum os agentes midiáticos participarem da denúncia, assumindo-a; neste caso, a mídia aparece como agente que intervém diretamente no social, participando da denúncia.

No “espaço-percurso” aparecem muito mais os denunciadores do que os denunciados ou as vítimas do problema, o que pode ser uma estratégia da instituição para a continuidade do assunto em reportagens subseqüentes.

No “espaço-mediação” há uma intervenção maior do “espaço-canal” das emissoras, pois trata-se de situação de conflito onde também encontram-se interesses da própria instituição. Este tipo de reportagem tem obtido cada vez mais espaço midiático, o que pode revelar que a mídia, além de ser um agente comunicacional e econômico, também é um ator político e ideológico na sociedade.

10.2. O tempo nas reportagens conforme os gêneros discursivos

Aqui destacamos dois sentidos do tempo nas reportagens: o primeiro diz respeito ao tempo enquanto duração das reportagens, ou seja, o tempo de circulação; o segundo busca compreender o tempo na produção. Quanto ao tempo de circulação, existem dados objetivos nos materiais da amostra; no de produção, entretanto, não temos condições de ir além de algumas observações gerais, visto que para um maior detalhamento exige-se um acompanhamento mais detalhado das rotinas de produção das reportagens.

Em termos gerais, as reportagens do gênero discursivo “informativo” são mais longas do que as outras (Tabela 2). Em nossa amostra, somente uma delas, a primeira, possui duração inferior das que integram a amostra nos outros gêneros. Nesta classificação se encontram tanto reportagens factuais como temáticas. Se observarmos as factuais, as duas primeiras, teremos um tempo muito próximo ao do gênero agonial, porém nas duas reportagens temáticas do Dia do Índio notamos uma acentuada diferença de tempo quanto à duração.

Tabela 2 – Tempo das reportagens do gênero informativo

Reportagens do gênero informativo	Duração
Morte de vereador	1min e 05s
Treinamento de agentes de saúde	1min e 27s
Dia do índio de 2004	4min e 25s
Dia do índio de 2005	2min e 47s
TOTAL	9min e 44s

A produção das reportagens de televisão acontece sob fortes pressões de diversas ordens, entre as quais a questão do tempo. Nas reportagens informativas da amostra somente uma não era previsível, aquela sobre a morte do vereador; as demais, especialmente as duas sobre o Dia do Índio, foram produzidas com antecedência. A outra, sobre o treinamento, também possui as características de uma matéria agendada com dia e hora para a realização da cobertura.

O tipo de reportagem produzida sobre a morte do vereador revela uma produção feita somente a partir do velório, sem uma investigação aprofundada como exigiria em se tratando de um vereador do PT encontrado morto numa cascata, depois de ter desaparecido do hospital. A informação que a reportagem passa é tão-somente que um

vereador do PT foi encontrado morto e foi velado numa comunidade indígena, porém sem aprofundar as causas da morte.

As reportagens do gênero “agonal” ocupam o segundo lugar em matéria do tempo de duração do material; são reportagens que têm, em média, menos de um minuto de duração (Tabela 3). Entre elas está a menor de todas as reportagens da amostra da pesquisa, esta com 16 segundos.

Tabela 3 – Tempo das reportagens do gênero agonal

Reportagens do gênero agonal	Duração
Conflito entre indígenas em Charrua	1min e 25s
Operação desarmamento da Brigada Militar “Invasão” da Funai	1min 16s
TOTAL	2min e 41s

Na produção destas reportagens existe um elevado grau de imprevisibilidade, especialmente quando são feitas no momento do acontecimento. Na primeira, o alto grau de imprevisibilidade e a dificuldade de acesso ao local levaram a que a reportagem se desse sobre o relato do conflito, não sobre o conflito propriamente dito. Tanto os indígenas quanto os agentes midiáticos falam do conflito que aconteceu, e as imagens mostram os locais e algumas marcas causadas por disparos de armas de fogo. Na segunda, a operação da Brigada Militar pôde ser prevista de um dia para o outro, o que possibilitou a sua cobertura no momento mesmo em que a operação se desenrolava. Na terceira, trata-se da ocupação da sede da Funai, que se estendeu de um dia para o outro, o que também diminuiu a questão da imprevisibilidade.

Entre as reportagens da amostra somente uma delas foi classificada como do gênero “denúncia” (Tabela 4), possuindo uma duração menor que a média das informativas, mas acima da média das agonais.

Tabela 4 – Tempo da reportagem do gênero denúncia

Reportagem do gênero de nência	Duração
Condições de atendimento no posto de saúde	1min e 17s

A cobertura da equipe de reportagem aconteceu no Posto de Saúde da comunidade indígena, onde trabalham os agentes de saúde que são os denunciadores. Esta cobertura se deu pela denúncia chegada à instituição midiática, que realizou uma cobertura dando visão a ela. Qual era o interesse dos agentes de saúde ao fazer a denúncia? E quais os interesses da instituição midiática ao veicular a denúncia? Certamente não eram os mesmos.

10.3. Os sujeitos e seus tempos nas reportagens

Para viabilizar a descrição do tempo de fala e de imagens nas reportagens destacamos os três grupos de sujeitos que aparecem na amostra: os indígenas, os agentes da RBS TV e outros, que são os agentes do Estado. Como indígenas consideramos aqueles que residem nas reservas ou aqueles identificados pela instituição midiática em outros locais, tais como acampamentos provisórios ou ações realizadas fora dos seus espaços tradicionais. Como agentes da RBS TV consideramos os integrantes das equipes de reportagem, editores, direção de jornalismo e direção geral

das instituições. Os “outros” que aparecem nas reportagens sobre os indígenas são os agentes do Estado, especialmente os responsáveis pelas políticas indigenistas, mas também da segurança, do Judiciário e do Ministério Público federal.

Os resultados quantitativos são apresentados em tabelas, que apresentam o tempo medido em segundos, e em figuras, as quais sintetizam e visualizam o tempo medido em percentagem.

10.3.1. O tempo dos sujeitos nas reportagens da amostra

Apresentamos agora a descrição das reportagens com base num processo de desconstrução que realizamos. Verificamos o tempo das vozes e das imagens que as compõem, seguindo a classificação das duas parcelas de nossa amostra: reportagens factuais e temáticas.

As matérias que constituem a amostra da pesquisa possuem, reunidas, a duração de 822 segundos. As seis “reportagens factuais” somam 390 segundos e as duas temáticas, 432 segundos.

10.3.1.1. O tempo de fala nas reportagens

No processo de produção das reportagens são agenciadas diferentes vozes, que podem ser ouvidas em vários momentos de sua exibição. Apesar da importância das imagens, são muito destacadas as falas no telejornalismo noticioso da RBS TV. A forma de produzir as reportagens conduz a que as vozes acompanhem as imagens durante o tempo todo⁷⁵, havendo uma multiplicidade de falas referente a uma multiplicidade de imagens.

Os sujeitos que ocupam o maior tempo de fala nas reportagens factuais são os agentes da instituição midiática. A participação dos indígenas é pequena em relação ao

⁷⁵ Em toda a amostra somente em uma reportagem houve uma inserção da voz de um grupo cantando, enquanto eram reprisadas, em forma de *clip*, imagens da reportagem. Isso ocorreu na reportagem de número oito da amostra.

tempo de voz dos agentes midiáticos, o mesmo acontecendo com os agentes do Estado. A fala dos indígenas aparece em tempo menor do que a destes últimos (Tabela 5 e Figura 4).

Tabela 5 - O tempo de fala dos sujeitos nas reportagens factuais

Nº da reportagem	Indígenas		RBS TV		Outros		Total
	Seg.	%	Seg.	%	Seg.	%	Seg.
1	6	7,79	50	64,94	21	27,27	77
2	14	16,47	71	83,53	-	-	85
3	-	-	48	80,00	12	20,00	60
4	3	4,62	62	95,38	-	-	65
5	17	19,54	52	59,77	18	20,69	87
6	-	-	16	100,00	-	-	16
Total	40"	10,25%	299"	76,67%	51"	13,08%	390"

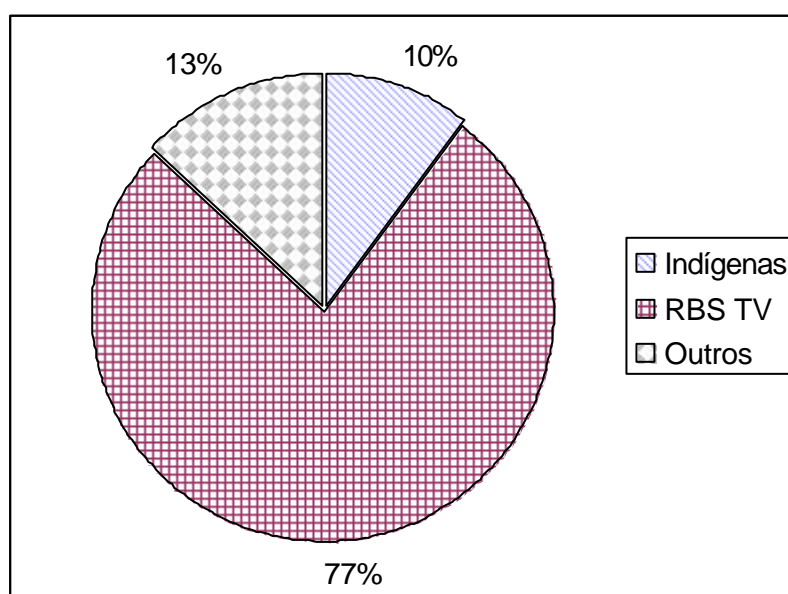


Figura 4 – O percentual de fala dos sujeitos nas reportagens factuais

Nas “reportagens temáticas” a instituição midiática mantém um percentual do tempo de fala relativamente alto, porém notamos uma elevação destacada da participação dos indígenas e uma redução da participação dos agentes do Estado (Tabela 6 e Figura 5). O aumento da participação indígena se dá, em parte, pelo tipo de temática proposta para as reportagens do Dia do Índio, as quais, geralmente, versam sobre as condições de vida dos povos indígenas, ao passo que as factuais abordam acontecimentos indígenas e sua relação com a sociedade no entorno.

Tabela 6 – O tempo de fala dos sujeitos nas reportagens temáticas

Nº da reportagem	Indígenas		RBS TV		Outros		Total
	Seg.	%	Seg.	%	Seg.	%	Seg.
01	42	15,85	211	79,63	12	4,52	265
02	73	43,71	94	56,29	-	-	167
Total	115”	26,62%	305”	70,60%	12”	2,78%	432”

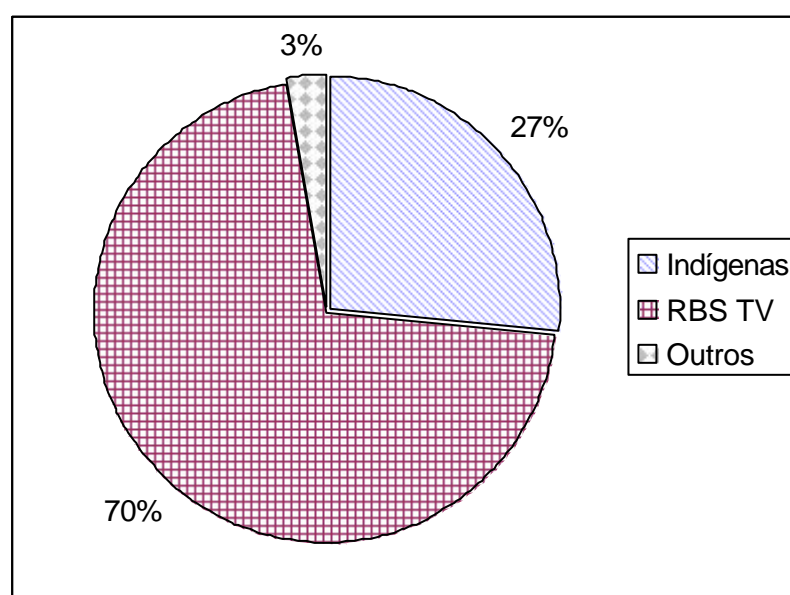


Figura 5 - O percentual de fala dos sujeitos nas reportagens temáticas

O tempo de voz dos diferentes sujeitos em cada tipo de reportagem aponta para uma superioridade de tempo da instituição midiática em relação aos demais sujeitos (Tabela 7 e Figura 6). Nas “reportagens factuais” a RBS TV possui 77% do tempo de fala; os indígenas, 10%, e os outros sujeitos participam com 13% de voz. Já, nas reportagens temáticas, o tempo de fala da RBS TV cai para 70%, os indígenas sobem para 27% e os outros sujeitos aparecem com 3% do tempo de voz. Nas médias agrupadas do percentual do tempo de fala nas reportagens factuais e temáticas os dados apontam a RBS TV com 73%, os indígenas com 19% e os outros sujeitos com 8%⁷⁶.

Tabela 7 – Médias agrupadas do tempo de fala dos sujeitos nas reportagens das duas amostras

	Indígenas		RBS TV		Outros		Total
Tipo de reportagem	Seg.	%	Seg.	%	Seg.	%	Seg.
Factuais	40	10,25	299	76,67	51	13,08	390
Temáticas	115	26,62	305	70,60	12	2,78	432
Total	155”	18,86%	604”	73,48%	63”	7,66%	822”

⁷⁶ Esses percentuais estão próximos daqueles demonstrados em pesquisa exploratória realizada para a qualificação do projeto de pesquisa. Os resultados daquela pesquisa partiram de uma amostra aleatória de 13 reportagens da RBS TV daquele mesmo ano, que apontam os seguintes percentuais do tempo de voz: a instituição midiática com 79,5% do tempo, seguida pelos indígenas, com 14,1%, e das outras instituições, com 6,4%.

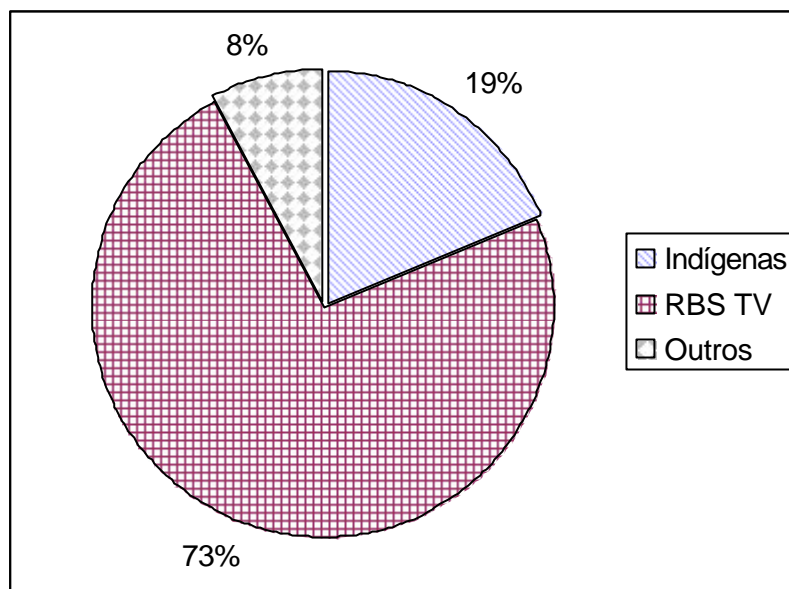


Figura 6 – Médias agrupadas do percentual de fala dos sujeitos nas reportagens das duas amostras

10.3.1.1.1. A fala dos indígenas

A fala dos indígenas em reportagens sobre eles é reduzida. Nas factuais, em duas delas, três e seis, não há nenhuma participação dos indígenas. Trata-se de duas temáticas conflitivas, ou seja, respectivamente, da presença da tropa de operações especiais da Brigada Militar na Reserva do Ligeiro, em Charrua, para solução de conflito entre grupos rivais indígenas, e da “invasão” da sede da Funai em Passo Fundo pelos caingangues de Vicente Dutra, reivindicando demarcação de área indígena naquele município.

Na reportagem de número quatro, também de característica conflitiva, que possui como temática central a morte e o velório de vereador indígena do Partido dos Trabalhadores, os indígenas são ouvidos muito pouco. Nesta, a sua participação é percebida em 4,6%, sendo o restante do tempo ocupado por agentes midiáticos.

Na temática sobre as condições da água no Posto de Saúde da Reserva de Votouro, em Benjamim Constant, na reportagem número um, a participação dos indígenas sobe para 7,7%, porém a participação dos outros agentes, no caso, agentes de saúde (dentista e médica), é de 27,2%. A participação dos indígenas passa a ser maior

nas reportagens sobre o conflito em Charrua (16,4%) e sobre a capacitação de agentes de saúde indígena, para melhorar o cuidado das mães com a saúde das crianças na reserva do Guarita em Redentora. Em relação ao conflito na comunidade do Ligeiro, o tempo é maior, para dar conta das razões colocadas pelos dois grupos indígenas rivais no conflito, e na reportagem de Redentora, para dar conta da ação das agentes de saúde indígena na sua prática de visitação às mães de crianças. A reportagem sobre o conflito em Charrua foi a primeira de uma série que se seguiu no ano de 2004, nas quais a voz dos indígenas foi diminuindo até desaparecer em algumas, como no caso da três das reportagens factuais.

Nas reportagens temáticas notamos uma diferença acentuada na participação dos indígenas: no Dia do Índio de 2004 participam com 15,8%, ao passo que no de 2005 detêm uma presença de 43,7% do tempo. A primeira é uma matéria mais planejada, que conta com a participação de três emissoras que recolheram material e uma referência a quatro comunidades indígenas, ao passo que a de número dois contou com material recolhido por uma emissora num acampamento provisório, em beira de estrada. Na reportagem de número um percebemos uma prática comum dos agentes midiáticos, que vão ao local do evento para a partir dele relatá-lo, ao passo que na de número dois houve uma mudança na cobertura: o repórter da RBS TV de Santa Cruz do Sul não aparece, não fala no local da cobertura e somente segura o microfone para captar a voz dos indígenas⁷⁷; assim, todo o texto da instituição midiática é introduzido em *off* na edição da reportagem.

Entre os sujeitos indígenas que possuem o direito de voz nas reportagens prevalecem as autoridades indígenas, que falam em situações mais gerais a respeito da comunidade, de suas dificuldades e relação com o Estado. Entre todas as matérias em que há participação de voz dos indígenas, somente em uma não há a participação de caciques, especialmente, naquela em que a temática é a saúde das crianças e a formação de agentes de saúde. Algumas falas aparecem entrecortadas, como resultado da edição de trechos de uma fala maior. Antes de continuar, deixamos em aberto uma questão: A primazia dos caciques nas falas indígenas deve-se ao espaço que a mídia lhes concede como autoridades constituídas e/ou porque eles concentram o poder nas comunidades, onde o machismo ainda é muito acentuado?

⁷⁷ Há a possibilidade de o material ter sido recolhido somente pelo cinegrafista que se deslocou ao local.

10.3.1.1.2. A fala dos agentes da RBS TV

Nas oito reportagens que compõem a amostra, os agentes da instituição midiática falam numa média de 73,4% do tempo. Nas factuais, a menor participação da instituição midiática numa reportagem é na de número cinco, que trata da questão da saúde das crianças e da formação de agentes indígenas para a visitação das famílias onde existem crianças. Os agentes institucionais midiáticos ocupam 59,7% do tempo. A outra reportagem em que houve pequena participação da instituição midiática foi a de número um, na cobertura do conflito entre dois grupos rivais na Reserva do Ligeiro em Charrua; neste caso, o percentual de voz da RBS TV ficou em 64,9%. Nas demais matérias factuais, os agentes midiáticos ocupam mais de 80% do tempo, chegando, inclusive, a ocupar 100% do tempo na matéria de número seis, que trata da ocupação da sede da Funai por um grupo de indígenas.

Nas matérias temáticas há uma participação diversa da instituição midiática nas reportagens. No Dia do Índio de 2004 há uma participação um pouco acima da média, ou seja, 79,6%, ao passo que naquela produzida para o Dia do Índio de 2005 o tempo ocupado diminui acentuadamente, caindo para 56,2%. Aparentemente, isso se deve a um menor planejamento desta pauta, mas também ao tipo de cobertura feito, que foi *in loco*, no acampamento provisório dos indígenas. Diferentemente da maioria das reportagens, não há participação do repórter no local, o que abre espaço para uma maior participação dos indígenas.

10.3.1.1.3. A fala dos outros sujeitos

Nas reportagens de nossa amostra, além das vozes indígenas e dos agentes midiáticos, há a participação de outros sujeitos. Os únicos sujeitos não indígenas e não midiáticos que falam no material sobre os caingangues na RBS TV são agentes do Estado: Polícia Militar, procurador-geral da República, funcionários da Funai, funcionários da Funasa e agentes das secretarias de Estado.

Nas reportagens factuais há participação de outros sujeitos nas de número um, três e cinco: a um e a cinco tratam de questões ligadas à saúde e a três diz respeito à presença da Brigada Militar, que interveio numa situação de conflito interno.

Aquelas que têm ausência de outros sujeitos são as que possuem como temáticas o conflito interno (2), a morte de vereador (4) e a ocupação da Funai (6). Nas reportagens que mostram a presença de outros sujeitos, em todas há maior percentual (acima de 20%) do que o dos indígenas, porém a ausência em outras três baixa a média para 13%. Nas reportagens temáticas acontece a mesma situação: em uma existe a ausência dos agentes do Estado e, em outra, há essa presença, porém pequena; na matéria exibida no ano de 2004 há uma presença significativa, porém com pequena participação na voz (4,5%). O curioso é que na matéria em que verificamos ausência dos agentes do Estado há uma insistente cobrança por ações do mesmo em favor dos indígenas.

10.3.1.2. O tempo de imagem nas reportagens

O tempo de imagem é apresentado em tabelas, que apresentam o tempo medido em segundos e percentuais, e figuras, que sintetizam e visualizam o tempo medido em percentagem⁷⁸. Para chegar aos resultados expostos foram consideradas as imagens dos indígenas, dos agentes da instituição midiática (RBS TV) e de outros sujeitos presentes nas reportagens. Nesta tríplice classificação consideramos os sujeitos, mas também as coisas e lugares que aparecem relacionados com cada um dos diferentes grupos de sujeitos.

O tempo de imagem de cada tipo de sujeito nas reportagens difere do tempo de voz que encontramos no material do telejornalismo. Em matéria de imagem, nas factuais o destaque são os indígenas, que ocupam a tela em quase metade do tempo; no restante, os tempos de imagem da instituição midiática e dos agentes do Estado praticamente se equivalem (Tabela 8 e Figura 7).

⁷⁸ A contabilização do tempo de imagens de cada tipo de ator nas reportagens é complexa, pois existem imagens em que diversos sujeitos aparecem juntos. Para contabilizar o tempo de imagem nas reportagens em análise foi utilizado o critério “sujeitos destaque na imagem”.

Tabela 8 - O tempo de imagem dos sujeitos nas reportagens factuais

Nº da reportagem	Indígenas		RBS TV		Outros		Total
	Seg.	%	Seg.	%	Seg.	%	Seg.
01	18	23,38	14	18,18	45	58,44	77
02	48	56,47	26	30,59	11	12,94	85
03	18	30,00	14	23,33	28	46,67	60
04	35	53,85	30	46,15	-	-	65
05	54	62,07	15	17,24	18	20,69	87
06	16	100,00	-	-	-	-	16
Total	189	48,47	99	25,38	102	26,15	390

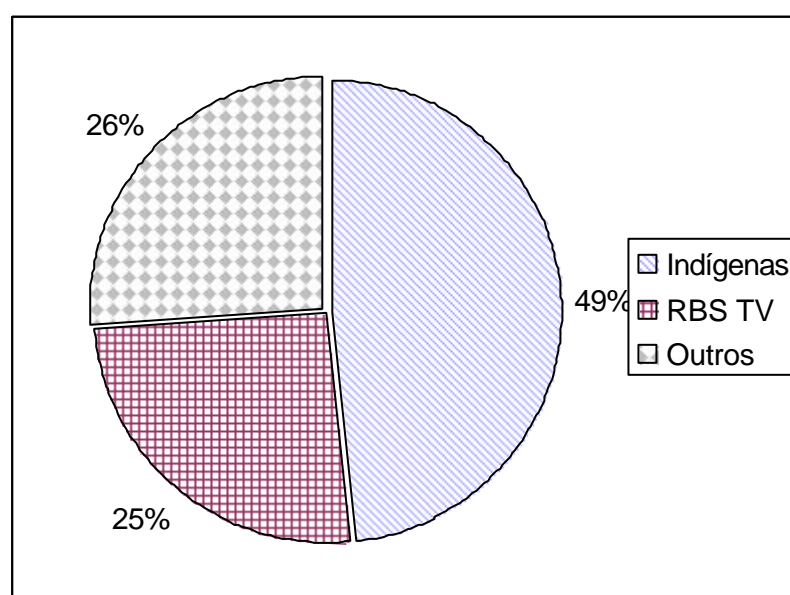


Figura 7 – O percentual de imagem dos sujeitos nas reportagens factuais

Nas reportagens temáticas os indígenas são ainda mais destacados nas imagens, chegando próximo de ocupar três quartos do tempo das matérias sobre eles, ao passo que a instituição midiática mantém um percentual próximo de um quarto do tempo; quanto aos agentes do Estado, praticamente inexistem nesse tipo de reportagens.

Tabela 9 - O tempo de imagem dos sujeitos nas reportagens temáticas

Nº da reportagem	Indígenas		RBS TV		Outros		Total
	Seg.	%	Seg.	%	Seg.	%	Seg.
01	185	69,81	67	25,28	13	4,91	265
02	132	79,04	35	20,96	-	-	167
Total	317	73,38	102	23,61	13	3,01	432

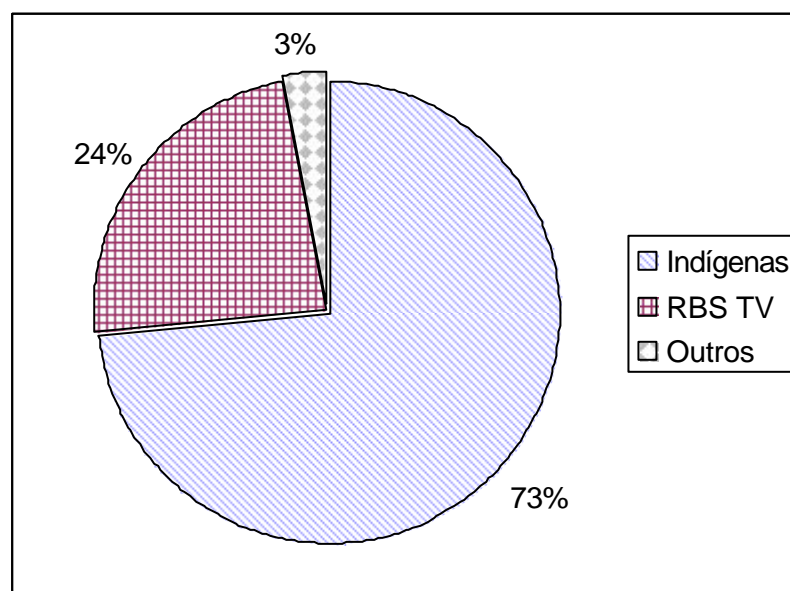


Figura 8 – O percentual de imagem dos sujeitos nas reportagens temáticas

Nas seis matérias factuais temos uma média de 48,5% de imagens dos indígenas, 25,4% de imagens dos agentes da instituição midiática e 26,1% de outros sujeitos (Tabela 10).

Nas duas reportagens temáticas veiculadas, totalizamos uma média de 73,4% de imagens dos indígenas, 23,6% da RBS TV e 3,0% de outros agentes (Tabela 10). Em relação às factuais, houve um aumento significativo de imagens dos indígenas em detrimento dos outros sujeitos, com a instituição midiática permanecendo na faixa de 20 a 25%.

Na média geral temos os seguintes percentuais: os indígenas detêm 61,6% de imagem, os agentes midiáticos da RBS TV, 24,4%, e os outros sujeitos, 14,0%⁷⁹ (Tabela 10 e Figura 9).

Tabela nº 10 – Média geral do tempo das imagens nas reportagens das duas amostras

	Indígenas		RBS TV		Outros		Total
Tipo de reportagem	Seg.	%	Seg.	%	Seg.	%	Seg.
Factuais	189	48,47	99	25,38	102	26,15	390
Temáticas	317	73,38	102	23,61	13	3,01	432
Total	506	61,56	201	24,45	115	13,99	822”

⁷⁹ Em pesquisa exploratória para a qualificação do projeto, com uma outra amostra, os dados sobre o tempo da imagem dos diferentes sujeitos apontam para os indígenas com 48,5% do tempo, ao passo que os agentes midiáticos (repórteres e âncoras) obtiveram 43,3%; os outros agentes tiveram 8,2% do tempo de imagem.

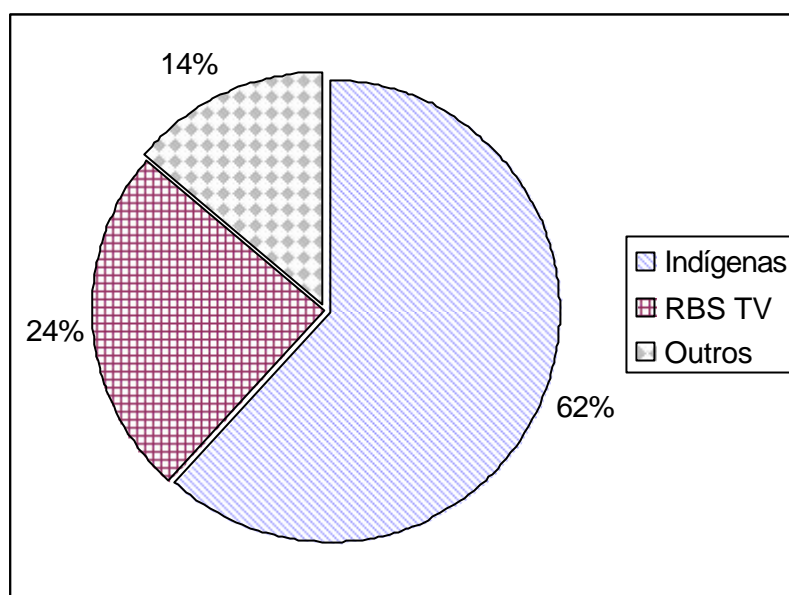


Figura 9 – Média geral dos percentuais de imagem dos sujeitos nas reportagens das duas amostras

10.3.1.2.1. As imagens dos indígenas

Nas reportagens em análise os indígenas são os sujeitos mais visibilizados na tela: em termos gerais, são mostrados em 61,6% do tempo, bem acima do tempo ocupado pela instituição midiática e por outros agentes. Porém, quando separamos as matérias factuais das temáticas, percebemos que há uma significativa mudança no percentual de exposição dos indígenas nos telejornais: nas factuais os indígenas aparecem em 48,5% do tempo, ao passo que nas matérias temáticas são representados em 73,4% do tempo de imagem. Nas factuais os indígenas são mostrados em todas as reportagens, com percentuais a partir de 23,3%, na primeira reportagem, até 100%, na sexta. A menor representação se dá na matéria que trata do problema da água na reserva e de seus reflexos para o atendimento dos indígenas no Posto de Saúde, caso em que os indígenas aparecem reduzidamente. O maior percentual de representação dos indígenas numa matéria encontra-se naquela que trata da “invasão” da sede da Funai pelos indígenas de Vicente Dutra, os quais reivindicavam a demarcação de uma área naquele

município. Na matéria de número três a participação dos indígenas reduz-se para 30%, o que se deve, em grande parte, à presença ostensiva da Brigada Militar na reserva de Charrua para intermediar o conflito entre grupos rivais. Nas outras matérias a presença indígena permanece em torno dos 60%, ou seja, próximo da média geral.

Nas reportagens temáticas os indígenas são mostrados em todas as matérias. Na primeira, do Dia do Índio de 2004, têm uma visibilidade de 69,8% e, na do ano de 2005, de 73,4%. O tempo de imagem na reportagem de 2004 é menor em virtude da presença de imagens de agentes do Estado, totalmente ausentes na de 2005.

Os indígenas aparecem em imagens no momento da entrevista, mas também em grupos, bem como as suas coisas e locais. Entre os indígenas que aparecem falando predominam as lideranças, entre as quais estão os caciques outras lideranças. São muito comuns as imagens que mostram os indígenas em grupos: caminhando, em reunião, em assembléia, em manifestações, etc.

10.3.1.2.2. As imagens dos agentes da RBS TV⁸⁰

Nas matérias que compõem a amostra em análise os agentes da instituição midiática aparecem na tela em 24,4% do tempo; nas factuais esse percentual é de 25,3% e, nas temáticas, de 23,6%. A presença da instituição na tela modifica-se muito pouco de um tipo de matéria para outro, porém, se atentarmos para o interior de cada tipo, vemos diferenças de uma reportagem para outra. Nas factuais, por exemplo, na reportagem seis a instituição midiática está completamente ausente nas imagens, ao passo que na de número quatro ocupa 46,1%, ou seja, quase a metade do tempo da reportagem. As duas matérias em que há mais imagens dos agentes da RBS TV são as que mostram problemas ou conflitos, casos em que aumenta a presença do repórter no

⁸⁰ Da amostra da pesquisa, em algumas reportagens não faz parte a introdução da mesma feita pelo âncora no momento da sua veiculação, nem a escalada no início dos telejornais e os ganchos na passagem de um bloco para outro. Nesse sentido, o tempo de visualização dos agentes da RBS TV nestas reportagens teria alguns segundos de acréscimo. Nem o arquivo da RBS TV nem o pessoal incluem essa parte, que só seriam captados com a gravação do telejornal completo.

local do evento para relatar os acontecimentos, dando, assim, maior visibilidade à instituição midiática na reportagem.

10.3.1.2.3. As imagens dos outros sujeitos

As imagens dos “outros sujeitos” são as que representam não-indígenas e não pertencentes à instituição midiática, ou seja, aqueles que aparecem nas matérias por concessão dos agentes da RBS TV. No caso da amostra em análise, são os outros sujeitos presentes no local do evento⁸¹. A presença destes sujeitos em imagens corresponde a 13,9% do total das imagens utilizadas na amostra; nas reportagens factuais esse percentual é de 26,1% e, nas temáticas, de 3,0%. Nas reportagens factuais há um percentual significativo de imagens que mostram a presença do Estado, ao passo que nas temáticas há uma insignificante presença destas.

Nas matérias factuais os outros agentes estão completamente ausentes em duas reportagens: na de número quatro, que trata da morte do vereador do PT, e na de número seis, que trata da ocupação da sede da Funai em Passo Fundo. No primeiro caso a repórter diz “a polícia está investigando”, mas não aparece nenhum agente policial; no segundo caso, mesmo que as imagens tenham sido captadas no interior da sede da Funai, não aparece nenhum agente da instituição. Na matéria de número dois, o percentual da presença de outros sujeitos nas imagens é de 12,9%, ou seja, é uma presença pequena, porém na seguinte, na qual a Brigada Militar se encontra na reserva, o percentual sobe para 46,6%. Na reportagem um, que trata da questão da água no Posto de Saúde, as imagens principais e o maior tempo delas são dedicados aos outros sujeitos (dentista e médica), as quais chegam a 58,4%, ou seja, mais da metade da matéria. Outro percentual elevado da presença de outros agentes encontramos na reportagem de número três, que chega a 46,6% da matéria. Com a descrição dos percentuais de imagem e voz dos sujeitos, a questão que permaneceu é: A que se devem as diferenças

⁸¹ Os outros agentes presentes nas reportagens são aqueles que estiveram no local dos acontecimentos midiáticos. Em nenhuma matéria houve a inclusão de agentes procurados pela instituição midiática fora do local dos acontecimentos.

de tempo dos sujeitos nas reportagens? Essa resposta buscaremos pela verificação do tempo de fala e imagem dos sujeitos nos diferentes gêneros discursivos.

10.3.2. Tempo de fala dos sujeitos nas reportagens do gênero informativo

Nas quatro reportagens do gênero informativo localizamos a maior parte do tempo de midiatização dos indígenas no telejornalismo da RBS TV. Nestas eles falam nas duas reportagens sobre o Dia do Índio, com 15,85% e 43,71% do tempo, respectivamente; na que trata da morte do vereador os indígenas são quase excluídos da fala, ficando com apenas 4,62% e aquela sobre o treinamento dos agentes de saúde, falam 19,54% do tempo. Porém, existe uma situação nas reportagens sobre o Dia do Índio que precisa ser entendida: na de 2004 o percentual de participação indígena é de 15,85%, mas na do ano seguinte esse percentual sobe para 43,71% do tempo.

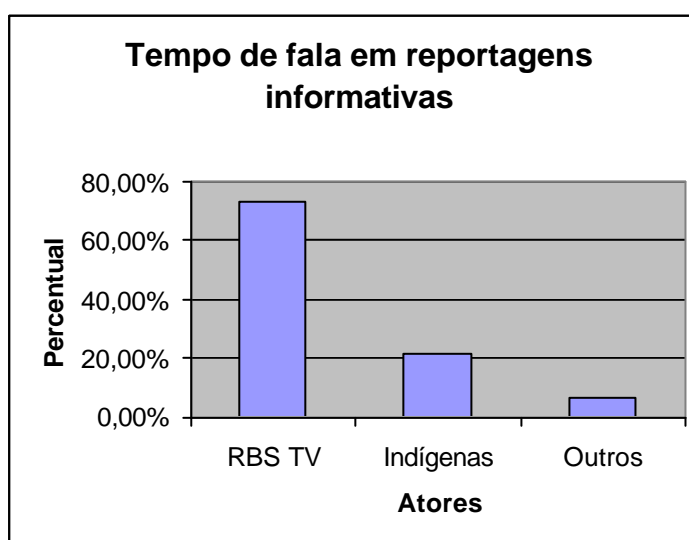


Figura 10 - O tempo de fala dos sujeitos conforme o gênero informativo

O tempo de fala dos agentes da RBS TV nas reportagens do gênero informativo mantém relação com o dos indígenas, ou seja, naquelas em que os indígenas falam pouco a instituição fala muito; inversamente, à medida que os indígenas aumentam a sua participação, diminui o tempo dos agentes da mídia. Na reportagem que trata da morte do vereador a instituição midiática fala 95,38% do tempo e, naquela sobre a formação dos agentes de saúde, 59,77%, nas do Dia do Índio, falam 79,63% e de 56,29% do tempo.

Os outros agentes participam apenas em duas reportagens: na sobre o treinamento dos agentes de saúde, falam em 20,69% do tempo e na sobre o Dia do Índio de 2004, com 4,52%. Na reportagem sobre a morte do vereador só os indígenas estavam no velório e, na do Dia do Índio de 2005, não havia outros agentes no acampamento provisório. Nas reportagens que se referem a problemas indígenas não há participação de outros sujeitos, como é o caso da veiculada sobre a morte do vereador e do Dia do Índio de 2005. Porém, quando a solução pode ser midiaticizada, nela aparecem em destaque os agentes do Estado, como no caso do treinamento de agentes de saúde, para resolver os problemas de desnutrição e desidratação de crianças indígenas, e na outra reportagem do Dia do Índio, com inauguração do sistema de água em Guarita e promessas de infra-estrutura da reserva da Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre.

10.3.3. Tempo de imagem dos sujeitos nas reportagens do gênero informativo

O tempo de imagem dos sujeitos nas reportagens não mantém uma correlação com o seu tempo de fala. Nas reportagens informativas os indígenas aparecem de forma crescente, seguindo a ordem das reportagens: na que trata da morte do vereador, são mostrados em 53,85% do tempo; na do treinamento dos agentes de saúde, em 62,07% do tempo e, nas do Dia do Índio, com 69,81% e 79,04% do tempo, respectivamente (Figura 11).

Os agentes midiáticos aparecem naquela que trata da morte do vereador em 46,15%; na sobre o treinamento dos agentes de saúde, em 17,24% do tempo; na sobre o Dia do Índio, com 25,28% e 20,96% do tempo de reportagem. Portanto, o tempo dos agentes midiáticos é praticamente inverso ao dos indígenas.

Os outros presentes não aparecem nas reportagens sobre a morte do vereador e do Dia do Índio de 2005; naquela sobre o treinamento dos agentes de saúde, são mostrados em 20,69% e na do Dia do Índio de 2004, com 4,91% do tempo de imagem.

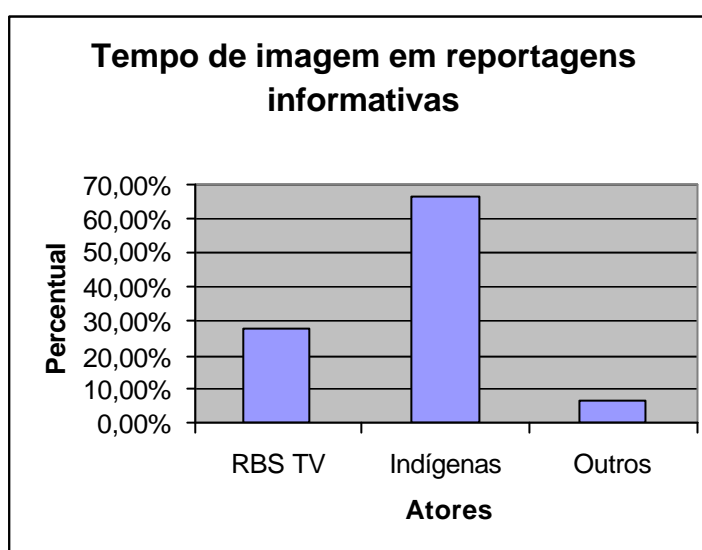


Figura 11 – O tempo de imagem dos sujeitos conforme o gênero informativo

Nas reportagens do gênero informativo os indígenas detêm o maior tempo de fala e de imagem entre todos os demais gêneros discursivos, permitindo-nos observar que, se trata, destacadamente, de informação, sem conflito e sem denúncia, a eles é concedido maior tempo de fala e de imagem.

10.3.4. Tempo de fala dos sujeitos nas reportagens do gênero agonai (Figura 12)

Nestas reportagens os indígenas falam naquela sobre o conflito em Charrua, com 16,47% do tempo; nas demais aos indígenas não é concedida a fala, o que faz a média de participação deles cair para 5,49% neste gênero discursivo.

Os agentes da instituição midiática falam em 83,53% do tempo no conflito em Charrua, em 80,00% na reportagem do desarmamento e em 100% naquela sobre a “invasão” da Funai.

Os agentes das instituições do Estado falam em 20% do tempo de uma delas e nas demais não há participação.

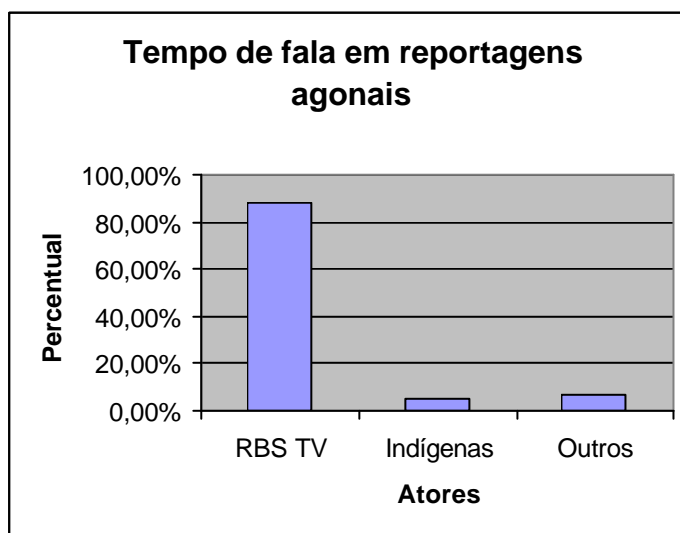


Figura 12 - O tempo de fala dos sujeitos conforme o gênero agonai

10.3.5. Tempo de imagem dos sujeitos nas reportagens do gênero agonai (Figura 13)

Nas reportagens agonais os indígenas são visibilizados em 56,47% na matéria sobre o conflito em Charrua, 30% do tempo de naquela sobre o desarmamento e 100% do tempo na reportagem sobre a “invasão” da Funai.

Os agentes da RBS TV estão na tela em duas das três matérias, com 30,59% e 23,33% do tempo, mas ausentes na que foi feita sobre a ocupação da sede da Funai.

Os outros sujeitos são mostrados em 12,94% e 46,67% do tempo, mas na matéria sobre a “invasão” da Funai não há imagem referente a estes.

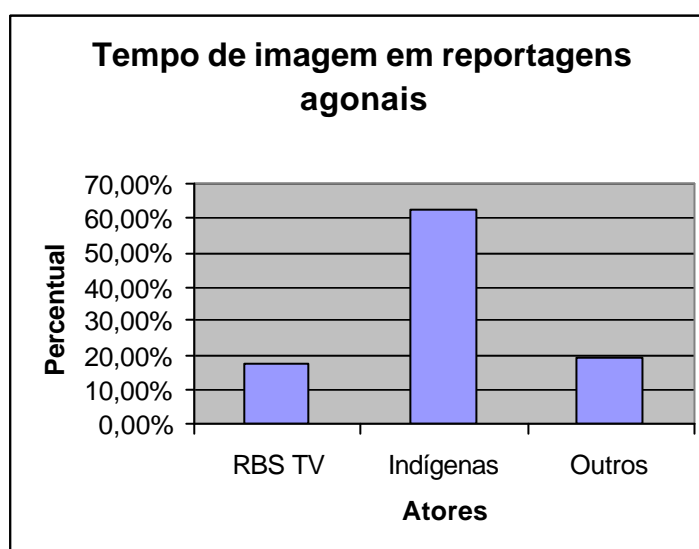


Figura 13 – O tempo de imagem dos sujeitos conforme o gênero agonai

Nas reportagens agonais a participação dos indígenas nas falas praticamente desaparece, ao passo que aumenta a presença dos agentes midiáticos. Em relação às

imagens, há uma pequena diminuição em relação às informativas, porém, ainda assim, superam os 60% do tempo.

10.3.6. Tempo de fala dos sujeitos nas reportagens do gênero denúncia (Figura 14)

Na reportagem de denúncia os indígenas participam com apenas 7,79% do tempo de fala, ainda assim superior ao do gênero agonal, porém bem inferior ao observado no gênero informativo.

Nesta reportagem quem protagoniza na denúncia é a instituição midiática, com 64,95% do tempo de fala.

Os outros sujeitos presentes na reportagem são os portadores da denúncia contra o Estado, os quais detêm 27,27% do tempo de fala. Contudo, a reportagem encerra sem a fala dos denunciados.

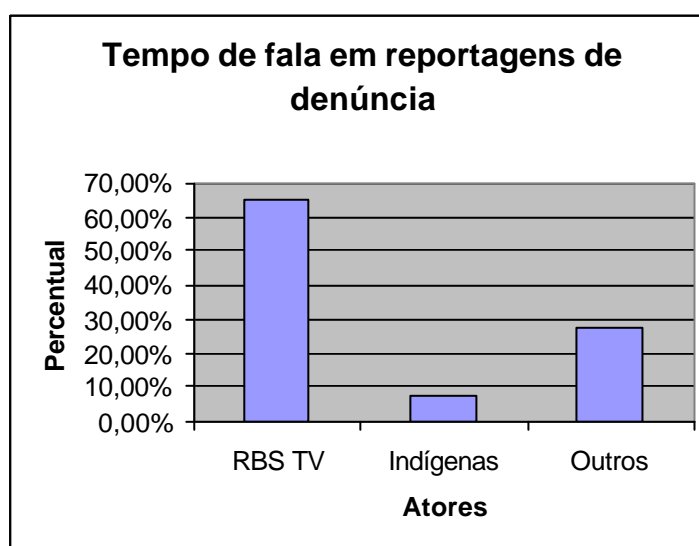


Figura 14 – O tempo de fala dos sujeitos conforme o gênero de denúncia

10.3.7. Tempo de imagem dos sujeitos nas reportagens do gênero denúncia (Figura 15)

Na reportagem de denúncia os indígenas têm pouco tempo de tela, sendo mostrados em 23,38% da reportagem. Este é o gênero no qual eles menos aparecem, o que se deve a não aparecerem como denunciadores nem como denunciados, apenas como vítimas.

Os agentes da RBS TV aparecem em 18,18% do tempo de imagem, percentual próximo ao que ocupam nas reportagens agonais.

Os outros sujeitos, aqueles que fazem a denúncia, aparecem em 58,44% do tempo da matéria, o maior percentual entre todos os gêneros. Como afirmamos anteriormente, isso se deve ao fato de serem os denunciadores, porém não são os que mais ocupam o tempo de fala.

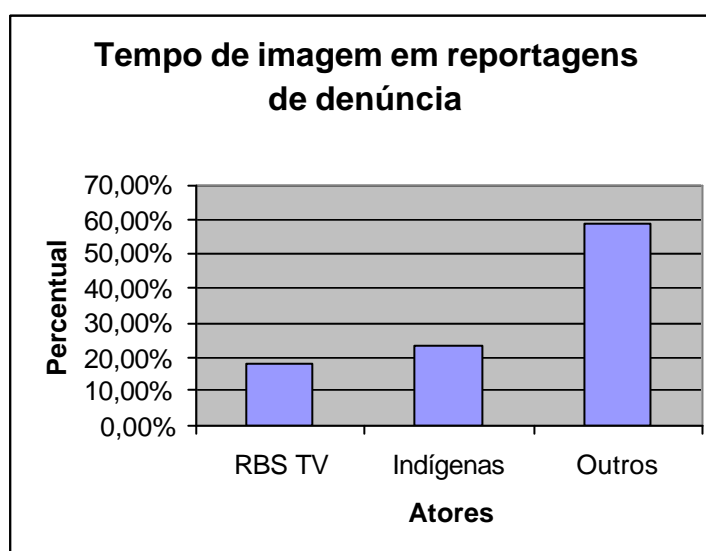


Figura 15 – O tempo de imagem dos sujeitos conforme o gênero de denúncia

A participação dos indígenas nas falas em reportagens conforme o gênero (Tabela 11) é maior no informativo e diminui acentuadamente no denúncia e mais ainda no agonal. Por sua vez, os agentes da RBS TV têm maior participação no gênero

agonal, diminuindo um pouco no gênero informativo e mais no denúncia. Os outros sujeitos possuem alto percentual de participação na denúncia, porém, bem menor nos outros gêneros.

Tabela 11 – Percentual de fala dos sujeitos nas reportagens conforme o gênero

	Média nas reportagens	Gênero informativo	Gênero agonal	Gênero denúncia
Indígenas	18,86%	20,93%	5,49%	7,79%
Agentes da RBS TV	73,48%	72,76%	87,84%	64,95%
Outros agentes	7,66%	6,30%	6,66%	27,27%

A participação dos indígenas em imagens nas reportagens conforme o gênero (Tabela 12) é maior também no informativo e diminui um pouco no agonal e, acentuadamente, no de denúncia. O maior tempo de imagem dos agentes da RBS TV encontra-se no informativo; nos outros, é menor, havendo uma quase equivalência entre si. Os outros sujeitos, possuem alto percentual de participação na denúncia, maior participação em reportagens e reduzida participação nos demais gêneros.

Tabela 12 – Percentual de imagem dos sujeitos nas reportagens conforme o gênero

	Média nas reportagens	Gênero informativo	Gênero agonal	Gênero denúncia
Indígenas	61,56%	66,19%	62,15%	23,38%
Agentes da RBS TV	24,45%	27,40%	17,97%	18,18%
Outros agentes	13,99%	6,40%	19,87%	58,44%

10.4. Os temas e as tematizações

Nesta seção voltamos a nossa atenção para as reportagens selecionadas, buscando compreender a dimensão semiolinguística no telejornalismo da RBS TV, por meio dos temas e do processo de tematização no processo produtivo.

Para compreender esse processo propusemos três níveis de tematização que podem ser percebidos no telejornalismo. No primeiro nível encontram-se as tematizações que dizem respeito ao mundo vivido pelos sujeitos do lugar; no segundo, as tematizações propostas pela instituição midiática na construção da pauta nos telejornais e, no terceiro, as que dizem respeito às caracterizações dos sujeitos sociais na narrativa jornalística, por meio de metáforas, semantizações e iconicidades presentes nos textos e imagens do telejornalismo.

O primeiro nível de tematização é encontrado no mundo vivido dos indígenas, no “espaço-mundo” dos sujeitos indígenas midiáticos em reportagens. O segundo nível de tematização proposto é aquele onde estão diretamente envolvidas as instituições midiáticas e os seus profissionais. O terceiro nível de tematização, no qual se encontram os temas que dizem respeito às caracterizações dos sujeitos sociais na narrativa jornalística, situa-se no espaço onde atuam os agentes midiáticos, que na linguagem trazem presentes determinações sociais importantes para compreendermos os diferentes temas que caracterizam os sujeitos sociais midiáticos por meio dos produtos do telejornalismo.

A inscrição das falas, enriquecidas pelas imagens, condiciona, em boa medida, as temáticas midiáticas, que aparecem entre semantizações, iconicidades e metáforas, nem sempre tão evidentes. Trata-se, basicamente, de operações na construção dos textos e das imagens realizadas pelos agentes midiáticos. Para encontrá-las é preciso adentrar nos textos e nas imagens, mas também nos seus sentidos.

A descrição dos temas nas reportagens que apresentamos é feita conforme os diferentes níveis, porém em cada um dos gêneros discursivos encontrados nas reportagens. Cada um dos níveis de tematização ocorre em diferentes espaços e é o resultado de operações de produção realizadas pelos agentes da instituição midiática, o

que nos leva a concluir que a ampliação dos espaços da instituição no processo produtivo da rede reforça a possibilidade, por um lado, da presença de temas propostos pela instituição em detrimento daqueles presentes no mundo vivido pelos sujeitos e, por outro, da ampliação da caracterização negativa dos sujeitos da ação.

10.4.1. Os temas a partir do mundo da vida (nível 1)

Os temas do nível 1 dizem respeito ao mundo mostrado dos indígenas, porém não representam a totalidade do seu mundo da vida, e são resultado das escolhas feitas pela instituição midiática para contar a história em torno do tema principal. Esses temas são agregados pela instituição midiática como auxiliares e contribuem para dar sentido ao tema proposto para a construção da reportagem. Por meio deles podemos encontrar alguns dos significados culturais dos indígenas, porém esses nem sempre estão explícitos nas vozes e imagens das reportagens.

Os temas do nível 1 que podem ser encontrados nas reportagens do gênero informativo são resultado de escolhas que os agentes fazem na perspectiva de informar o telespectador sobre o tema geral (nível 2) escolhido pela instituição midiática.

Uma diferença existente entre as reportagens factuais e temáticas é que, nas primeiras, há uma aproximação maior dos temas do mundo da vida entre si e com a temática proposta pela instituição midiática do que nas segundas, ao passo que, nas segundas há uma maior diversidade de temas, pois, são reunidos numa reportagem diversos temas, que poderiam compor diferentes reportagens.

Os temas que aparecem encontram-se descritos no Quadro 17.

Reportagem	Temas a partir do mundo da vida (Nível 1)
Morte de vereador	<ul style="list-style-type: none"> - Morte de indígena – vereador do PT de Benjamim Constant do Sul. Corpo encontrado em uma cascata. - A polícia e a famílias suspeitam de assassinato. - Velório na reserva de Ventarra em Getúlio Vargas. - Doença, internação e fuga do hospital. - Vereador deixa mulher e quatro filhos.
Treinamento de agentes de saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Mortalidade infantil em 2001 vitimou 18 crianças com menos de um ano de idade. - Curso para 16 indígenas. Três deles serão contratados pela Prefeitura de Redentora. - Os professores não são indígenas - Capacitação de agentes de saúde indígenas para visitar as mães nas casas da reserva. - Ação e resultados do trabalho dos indígenas.
Dia do Índio de 2004	<ul style="list-style-type: none"> - Inauguração do sistema de abastecimento de água tratada - Investimento da Funasa de 1 milhão de reais. - “Plano de Saúde da Família” – visita familiar de médicos, dentistas e agentes de saúde. - Tragédia – morte de 15 crianças em 2000, por desidratação e desnutrição. - Renda familiar com artesanato e agricultura, porém falta assistência para a agricultura. - Futebol de crianças. - Êxodo rural indígena provocado pela estiagem na agricultura. - Histórico populacional indígena no RS. - Acampamentos provisórios. - Indígenas na cidade de Porto Alegre – 67 famílias - Orçamento Participativo. - Fome Zero. - Busca de emprego. - Falta de qualificação profissional - Promessa de infra-estrutura - Lavouras de soja com rendimento bom e aquisição de máquinas e implementos agrícolas e distribuição de renda em Cacique Doble. - Consumismo. - Não-discriminação.
Dia do Índio de 2005	<ul style="list-style-type: none"> - Cinco anos de acampamento provisório para venda de artesanato. - Barracos precários, chove dentro, sem energia e sem água potável. - Uma torneira pública para abastecimento do acampamento. - Perigo da rodovia, principalmente para crianças. Existem 25 delas e uma já foi atropelada e morreu. - Mãe com cinco filhos. - A renda mensal vem do artesanato e é, em média, R\$ 25,00 por pessoa. - Pouca alimentação, principalmente falta leite para as crianças, que só ganham chá. - Artesanato. - Abandono da Funai e falta de assistência. - Itinerância para vender artesanato. - Funai (voz do âncora) diz que os recursos que existem são para os indígenas das aldeias.

Quadro 17 – Temas do Nível 1 nas reportagens do gênero informativo

No gênero discursivo agonial é também encontrada uma diversidade de temas nas reportagens, nelas introduzidos principalmente pelas escolhas dos agentes midiáticos para contar a história, a ação ou o conflito em questão. Todavia, neste gênero discursivo, como há um envolvimento maior dos sujeitos não midiáticos na ação midiaticizada, notamos sua influência direta na introdução de alguns temas, visto que, a característica da ação ou a caracterização da ação para a mídia contribuem para o que será visto segundo o mundo dos sujeitos.

Os temas que aparecem encontram-se descritos no Quadro 18

Reportagens	Temas a partir do mundo da vida
(Nível 1)	
Conflito entre indígenas em Charrua	<ul style="list-style-type: none"> - Briga pela liderança na aldeia - Indígenas que são contra o cacique foram presos na cadeia da aldeia e outros foram expulsos da reserva. - Indígenas armados e tiros. - Marcas dos disparos das armas de fogo nas paredes das casas. - Indígenas do lado do cacique presos no posto da Brigada Militar foram resgatados por 40 índios. - Cacique tem consciência que descumpriu lei dos brancos. - Carta anônima fazendo denúncias, entregue para a Brigada Militar. - Apreensão de armas.
Operação desarmamento da Brigada Militar	<ul style="list-style-type: none"> - Pelotão de operações especiais da polícia militar revista casas e matos em busca de armas. - Um avião e um helicóptero - 400 policiais fizeram a operação e deram segurança para a realização do plebiscito. - 250 policiais permanecem para o dia seguinte. - Campanha em assembléias dos dois grupos para decidir pela realização de um plebiscito, sob a vigilância da Brigada Militar. - O plebiscito para decidir por novas eleições para cacique foi vitorioso por quatro votos de vantagem.
“Invasão” da Funai	<ul style="list-style-type: none"> - “Invasão” da sede da Funai por 70 índios pintados do Movimento de Resistência Indígena. - Homens, mulheres e crianças. - Luta por terra em Vicente Dutra.

Quadro 18 – Temas do Nível 1 nas reportagens do gênero agonial

Na reportagem de denúncia os temas do mundo mostrados são mais próximos do tema geral da reportagem, pois os portadores da denúncia conduzem a equipe de reportagem para as coisas e pessoas que confirmam a denúncia. Nestes casos as imagens contribuem de forma muito evidente na denúncia feita.

Os temas contemplados encontram-se descritos no Quadro 19.

Reportagem	Temas a partir do mundo da vida
(Nível 1)	
Condições de atendimento no posto de saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Atendimento às 300 famílias de indígenas no Posto de Saúde está comprometido devido ao entupimento de canos de água. - Equipamento odontológico novo não pode ser instalado porque o novo reservatório de água não está ativado pela Funasa, apesar de estar pronto a um ano. - Atendimento dentário somente em casos de urgência somente com analgésicos. - Ameaça de paralisação total.

Quadro 19 – Temas do Nível 1 nas reportagens do gênero denúncia

10.4.2. Os temas propostos pela instituição midiática (nível 2)

São diversos os temas presentes nas reportagens propostas pelas instituições midiáticas que constituem a amostra, cuja seleção foi conduzida intencionalmente por nós para garantir uma maior abrangência de temáticas propostas pela RBS TV. Esses temas são anunciados na forma de “títulos” ou “chamadas” das reportagens, por meio das “escaladas”, dos “ganchos” e da apresentação das matérias pelos âncoras. Eles têm origem principalmente no “espaço-canal”, mas também podem surgir a partir do

“espaço-percurso”⁸², ou seja, pela intervenção dos agentes midiáticos no local dos acontecimentos.

Os temas propostos pela instituição midiática para a cobertura jornalística dos indígenas caingangues nas reportagens do gênero discursivo informativo são diversos (Quadro 20). Elas tratam da “morte do vereador”, do “treinamento de agentes para o cuidado das saúde infantil” e duas sobre o Dia do Índio. Consideramos as duas primeiras como reportagens factuais, por serem realizadas por ocasião de acontecimentos referidos, e as outras, temáticas, porque versam sobre a situação das comunidades indígenas em geral. Nas reportagens deste gênero discursivo a instituição midiática detém o controle quase total sobre o cenário. No “espaço-mundo” a cobertura jornalística torna-se o acontecimento, ou seja, é a instituição que faz acontecer.

Reportagens	Temas propostos pela instituição midiática (Nível 2)
Morte de vereador	- Morte de vereador com suspeita de assassinato.
Treinamento dos agentes de saúde	- Treinamento de indígenas como agentes de saúde visitantes nas casas, para vencer a mortalidade infantil.
Dia do Índio de 2004	- Dia do Índio 2004 – Problemas comuns nas aldeias e apresentação de algumas soluções.
Dia do Índio de 2005	- Dia do Índio 2005 – Abandono dos indígenas em acampamentos provisórios.

Quadro 20 – Temas do Nível 2 nas reportagens do gênero informativo

As três reportagens do gênero agonal referem-se a acontecimentos sociais nos quais a instituição midiática não possui o controle da situação, porém é ela que decide como se dará a cobertura e constrói o relato (Quadro 21). No nosso entender é neste tipo

⁸² O surgimento de temas que se tornam uma reportagem no “espaço-percurso” dá-se quando uma determinada reportagem faz surgir outra ou outras a partir dos temas encontrados no espaço-mundo.

de reportagem que são destaque a dramatização e a espetacularização dos acontecimentos, em detrimento das causas em questão.

Reportagens	Temas propostos pela instituição midiática	
	(Nível 2)	
Conflito entre indígenas em Charrua	- Conflito pela liderança indígena na reserva – entre grupos rivais.	
Operação desarmamento da Brigada Militar	- Operação de desarmamento e plebiscito por eleições.	
“Invasão” da Funai	- Invasão da sede da Funai em Passo Fundo.	

Quadro 21 – Temas do Nível 2 nas reportagens do gênero agonial

O tema da denúncia são as péssimas condições de atendimento no Posto de Saúde, o qual parte dos denunciadores e interessa à instituição (Quadro 22). Na sua configuração há a participação dos agentes midiáticos, mas também dos agentes denunciadores, que fizeram chegar a denúncia à instituição midiática.

Reportagem	Temas propostos pela instituição midiática	
	(Nível 2)	
Condições de atendimento no posto de saúde	- Falta de condições de funcionamento do Posto de Saúde na reserva de Votouro.	

Quadro 22 – Temas do Nível 2 nas reportagens do gênero denúncia

10.4.3. Os temas como caracterização dos sujeitos envolvidos (nível 3)

O terceiro nível de tematização no processo de produção do telejornalismo é aquele que diz respeito às caracterizações dos sujeitos sociais na narrativa jornalística.

Trata-se do imaginário social presente na narrativa jornalística, que aparece por meio do texto e das imagens nos produtos telejornalísticos. Este nível de tematização revela o jornalista como interpretante, atuando na subjetivação e na simbolização das materialidades destacadas nos outros níveis de tematização. Os níveis 1 e 2 comportam as objetividades que geridas pela instituição midiática são transformadas, no nível 3, em subjetividades, imaginários, metáforas e simbolismos.

Quando o gênero é o informativo, as principais caracterizações dos indígenas são negativas, pois são midiaticizados como vítimas ou beneficiários (Quadro 23). A vitimização dos indígenas aparece na discriminação, na doença, no desemprego, na falta de casa, de terra, no êxodo rural, etc. Contudo, não há referência aos vitimizadores. É destaque também a imagem do indígena beneficiário das políticas públicas, o que aconteceu, por exemplo, por ocasião de inaugurações e intermediações de agentes do Estado para a solução de conflitos, etc. Neste caso, são muito bem destacados os beneficiadores.

Além desse imaginário negativo, as reportagens mostram uma caracterização positiva, na medida em que se mostra o indígena como sujeito de ações em favor de sua comunidade, enquanto agentes de saúde, trabalhadores rurais e urbanos.

Reportagens	Temas a partir da caracterização dos sujeitos (Nível 3)
Morte de vereador	- Vítimas (o vereador, a família e os indígenas)
Treinamento de agentes de saúde	- Vítimas – não sabem cuidar da saúde - Sujeitos da ação.
Dia do Índio de 2004	- Vítimas (6x) – mortalidade infantil, pobreza, falta de assistência, ausência de infraestrutura, desemprego e desqualificação para o trabalho. - Beneficiados (2X) – Sistema de água e recursos públicos para infraestrutura e apoio na Lomba do Pinheiro em Porto Alegre. - Sujeitos da ação (2x) – trabalho na cidade e na agricultura.
Dia do Índio de 2005	- Vítimas (4x) – abandono, trânsito violento, falta alimentação e moradia precária. - Sujeitos da ação - artesanato.

Quadro 23 – Temas do Nível 3 nas reportagens do gênero informativo

No gênero discursivo agonal há uma caracterização dos indígenas numa perspectiva ainda mais negativa, pela desqualificação de seus conflitos internos, mas, sobretudo, de suas lutas para a reconquista de suas terras (Quadro 24). Outra caracterização observada nesta reportagem é a do indígena “primitivo e exótico”, como na ocupação da sede da Funai em Passo Fundo.

Reportagens	Temas a partir da caracterização dos sujeitos (Nível 3)
Conflito entre indígenas em Charrua	- Perturbadores da ordem (dos brancos).
Operação desarmamento da Brigada Militar	- Perturbadores da ordem.
“Invasão” da Funai	- Perturbadores da ordem e invasores da Funai. - Primitivos e exóticos.

Quadro 24 – Temas do Nível 3 nas reportagens do gênero agonal

No gênero discursivo denúncia os indígenas são mostrados como vítimas da falta de condições de funcionamento do posto de saúde, como revelado em filas e, quando são atendidos, ao receberem apenas analgésicos (Quadro 25).

Reportagem	Temas a partir da caracterização dos sujeitos (Nível 3)
Condições de atendimento no posto de saúde	- Vítimas.

Quadro 25 – Temas do Nível 3 nas reportagens do gênero denúncia

Neste terceiro nível de tematização elaboramos também uma tabela que possibilita verificar as caracterizações segundo as reportagens factuais e temáticas. As caracterizações dos indígenas de maior destaque nas reportagens factuais são aquelas

que mostram a ação dos sujeitos envolvidos. A característica mais evidenciada é a de “perturbadores da ordem”, com três evidências; em segundo lugar aparecem como vítimas, em duas situações, e, por fim, como “primitivos e exóticos”, na reportagem da “invasão” da sede da Funai, e como sujeitos da ação em prol de sua comunidade, com duas evidências.

A caracterização dos indígenas nas “reportagens temáticas” é muito mais expressiva, pois estas se voltam para suas comunidades. A imagem de maior destaque é a dos indígenas como “vítimas”, que pode ser percebida em dez situações nas reportagens em análise. Em seguida, aparecem os indígenas como beneficiários, ou seja, recebendo benefícios, em duas situações, e também como sujeitos de ação em benefício de suas comunidades, em duas oportunidades.

Tabela 13 – Temas que caracterizam os indígenas nas reportagens

Caracterizações ou Imaginários	Reportagens factuais	Reportagens temáticas	Total
Vítima	3	10	13
Perturbação da ordem social	3	-	3
Ação positiva na comunidade	1	2	3
Beneficiários	-	2	2
Primitivos e exóticos	1	-	1

A Tabela 13 possibilita-nos, ainda, verificar as caracterizações que mais são evidenciadas no conjunto da amostra. Constatamos, assim, que predominam na caracterização dos indígenas pelos jornalistas o indígena como vítima e como sujeitos de ação, por um lado negativa, mas, por outro, positiva.

Capítulo 11

A observação de campo

A observação de campo foi realizada após a coleta e descrição preliminar dos produtos do telejornalismo que compõem a amostra da pesquisa. A técnica da observação tem neste trabalho uma função complementar, que é a de auxiliar na compreensão e interpretação do material descrito, possibilitadas pelo acompanhamento das práticas jornalísticas da organização do trabalho e dos processos produtivos, segundo a teoria do *newsmaking*. A observação deu-se, sobretudo, das práticas de cobertura da RBS TV em acontecimentos indígenas, o que se tornou necessário em razão do lugar de onde olhamos o telejornalismo, ou seja, não somos jornalistas, mas investigamos sobre ele.

A observação foi realizada em dois momentos do nosso estudo: no Dia do Índio de 2006 e por ocasião das gravações na cobertura telejornalística para o dia 19 de abril de 2007⁸³. Nosso objetivo era compreender aspectos do processo de produção que não ficavam muito evidentes pela leitura dos produtos. Consideramos como processo de

⁸³ Em nossa pesquisa procuramos separar o período em que foi selecionada a amostra (2004 e 2005) do período da observação (2006 e 2007), evitando, assim, interferir no processo produtivo daquele material da amostra. Para viabilizar isso, os contatos para a observação participante somente foram feitos no momento em que a amostra já estava definida e já se encontrava na fase da descrição.

produção as operações nos diferentes espaços produtivos, porém nossa observação recaiu, especialmente, sobre a cobertura realizada nos locais dos acontecimentos. Nosso propósito foi a observação dos observadores midiáticos na cobertura dos eventos caingangues.

11.1. Dia do Índio de 2006⁸⁴

No dia 19 de abril de 2006 as observações foram realizadas na reserva indígena do Guarita, no município de Tenente Portela – RS⁸⁵, onde ocorreu a cobertura da Festa do Índio, com muitos convidados, mas um em especial, o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva⁸⁶. O momento alto da festa foi a inauguração da instalação de energia elétrica em 1.100 pontos (residências, escolas, centros comunitários, igrejas...), possibilitada pelo programa Luz Para Todos do governo federal.

Nesse dia as observações voltaram-se para duas equipes de reportagem da RBS TV, uma de Porto Alegre, com cinegrafista e repórter, que fez a cobertura para o *Jornal Nacional* da Rede Globo, e outra da RBS TV de Santa Rosa, com cinegrafista e repórter, com a responsabilidade de cobertura para a rede no Rio Grande do Sul⁸⁷.

As observações foram realizadas entre as 10h e o término do cerimonial, próximo às 13h, e consistiram num certo distanciamento, mas também numa aproximação conversacional, enquanto possível, com os agentes da RBS TV integrantes das equipes de cobertura.

⁸⁴ A observação deu-se no local do evento, não no processo de produção/edição daquele dia, pois era impossível, no mesmo dia, estar em Tenente Portela, Santa Rosa e Porto Alegre.

⁸⁵ Esta é a maior reserva indígena do Rio Grande do Sul e conta com mais de seis mil habitantes.

⁸⁶ A presença do presidente da República e de sua comitiva foi o destaque da cobertura feita pela imprensa em geral, nomeadamente também para a RBS TV, em detrimento dos indígenas e do Dia do Índio. Os beneficiadores são mais destacados do que os beneficiários, o que pode ser percebido, de modo geral, nestas ocasiões em que os indígenas recebem benefícios. São, pois, mais destacados os autores do benefício do que os beneficiários. Se, por um lado, o foco da produção jornalística estava voltado para a visita do presidente, por outro, diversos temas poderiam estar presentes na mídia, pois estavam lá, mas não foram midiaticizados naquele Dia do Índio, entre eles: a inauguração da primeira rádio comunitária em terra indígena no Brasil, as políticas governamentais para a questão indígena e a situação das comunidades indígenas no Rio Grande do Sul, especialmente aquela que estava sendo beneficiada com a instalação de energia elétrica. Abordando essas temáticas, muitos outros significados poderiam ter sido produzidos.

⁸⁷ Conforme as equipes da RBS TV presentes no evento.

A festa do índio na reserva do Guarita⁸⁸ foi a maior e mais significativa realizada naquele ano pelos indígenas no Rio Grande do Sul. Além do cerimonial de inauguração, houve almoço com churrasco para os indígenas e convidados⁸⁹.

A cobertura televisiva do acontecimento para a rede de emissoras da RBS TV no Rio Grande do Sul pela equipe de Santa Rosa começou com a preparação da participação, ao vivo, no *Jornal do Almoço*. Contatos preliminares, por telefone, entre a equipe de reportagem e a RBS TV mantiveram a direção do *Jornal do Almoço* em Porto Alegre informada sobre a programação, especialmente sobre o horário da chegada do presidente da República. Ficou visível e notória a coordenação do processo de cobertura por parte da direção de jornalismo de Porto Alegre, que orientou a equipe por meio do telefone celular. A equipe foi orientada para gravar o cerimonial oficial no palco montado para os discursos, deixando para segundo plano, ou seja, não gravando, a coletiva com os indígenas à tarde. Outra orientação que a equipe recebeu da Central de Jornalismo foi a de passar o texto da entrada ao vivo no *Jornal do Almoço* para revisão prévia⁹⁰.

Além da presença da equipe da RBS TV de Santa Rosa, a rede utilizou-se de satélite para captar o sinal do acontecimento, gerado pela Radiobrás. Com isso, a rede fez três tipos de transmissão no telejornalismo daquele dia: o primeiro foi o jornalismo produzido com participação da repórter ao vivo, por telefone, com um texto que havia sido preparado antes mesmo de o evento iniciar; o segundo foi o jornalismo totalmente

⁸⁸ Anteriormente foram feitas observações sobre a festa do índio em 2004 na reserva do Ligeiro no município de Charrua. Houve programação religiosa (batismo de crianças católicas); churrasco, com as famílias indígenas recebendo espetos de carne para o almoço; almoço para convidados; em seguida, aconteceram discursos de políticos (locais e estaduais) e dirigentes da Emater (empresa do Estado do RS). No final da tarde aconteceu um jogo de futebol entre a seleção dos indígenas caingangues do Ligeiro e o time juvenil do Guarani de Venâncio Aires, porém esta festa não teve a cobertura de nenhuma emissora da RBS TV.

⁸⁹ A comitiva presidencial não participou do almoço festivo e deslocou-se para o próximo compromisso na capital do estado.

⁹⁰ Essas decisões foram objeto de comentário entre as duas equipes que faziam a cobertura do evento. O texto que foi aprovado para a entrada ao vivo foi o seguinte: “Lula chegou à reserva do Guarita por volta das 11 horas da manhã. Centenas de índios correram até o campo onde o helicóptero pousou, para receber o presidente. De carro percorreu cerca de 400 metros até o palco oficial. Foi recepcionado com danças e música. No Dia do Índio ele veio à maior terra indígena do Rio Grande do Sul para inaugurar o Programa Luz Para Todos. Foram instaladas 1071 ligações residenciais de energia elétrica para 7.500 índios que moram no local. Lula também inaugura uma Rádio Comunitária, a primeira em terra indígena no Brasil. A programação será variada, com destaque para a cultura caingangue. Mais de cinco mil pessoas acompanham a solenidade. A segurança foi reforçada, mas não há sinais de protestos. Neste momento está falando um presidente de uma companhia de energia elétrica do estado. O presidente deverá permanecer na cidade por no máximo duas horas”. A elaboração e aprovação do texto deram-se em torno de uma hora antes da chegada do presidente da República ao local do evento.

ao vivo⁹¹, que incluiu o discurso do presidente da República, transmitido no *Jornal do Almoço* no momento mesmo em que estava sendo proferido⁹²; o terceiro foi a reportagem produzida para o *RBS Notícias* daquele dia. Além disso, a outra equipe de reportagem produziu e conseguiu uma inserção de 32s no *Jornal Nacional* da Rede Globo daquele dia.

11.2. Dia do Índio de 2007⁹³

A observação do processo de produção do material para o Dia do Índio de 2007 foi realizada no acompanhamento da equipe de reportagem da RBS TV de Passo Fundo na cobertura feita no dia 17 de abril na comunidade do Ligeiro, em Charrua, mas também num contato⁹⁴ com a equipe no dia 19 de abril, para conhecer as práticas da edição do material⁹⁵.

A coleta do material na comunidade do Ligeiro em Charrua foi feita por uma equipe constituída de um operador de câmera e um repórter, para ser veiculada na

⁹¹ As imagens e som ambiente foram gerados pelo sistema Radiobrás, que faz a cobertura dos eventos do governo, e aproveitadas no momento para o *Jornal do Almoço*. Estando no local, nem nós nem as equipes da RBS TV sabíamos que isso estava ocorrendo.

⁹² Não podemos afirmar que não tivesse produção, pois ainda implica o ângulo do cinegrafista, o movimento ótico (*zoom* da câmera) e, sobretudo, a escolha da parte do discurso que foi ao ar. A emissora abriu três momentos no *Jornal do Almoço* para mostrar o discurso de Lula ao vivo. A direção de jornalismo da instituição midiática não sabia o que Lula iria dizer, mas sabia o que estava sendo dito no momento da liberação da imagem e do áudio para o telespectador.

⁹³ O planejamento dessa observação de campo foi feito envolvendo os agentes da instituição midiática de Passo Fundo. O contato inicial foi com uma repórter, estudante do curso de Jornalismo da Universidade de Passo Fundo, que nos passou a informação da existência de pauta para o Dia do Índio e que o material iria ser recolhido com antecedência. Aguardando o retorno, em um segundo contato com a repórter, fomos informados de que já havia sido produzido um *case* pela RBS TV de Passo Fundo para a rede e que o material que iria ser produzido a partir de Charrua, seria para o Dia do Índio e sua veiculação pela instituição de Passo Fundo. Ficamos aguardando o contato para o dia da ida a campo, que aconteceu em 17 de abril, pela manhã, a partir de um telefonema do diretor de Jornalismo da emissora. Acompanhamos a equipe em veículo próprio até a comunidade indígena, onde o trabalho se desenvolveu entre 10h e 45min e 12h e 30min.

⁹⁴ Este contato foi bastante informal, o que ocorreu por ter falhado o que estava previsto, ou seja, acompanhar a edição do material, porém serviu para solucionar algumas dúvidas depois de ter visto o produto final.

⁹⁵ O material produzido pela RBS TV para o Dia do Índio, cujo processo acompanhamos, não obteve lugar na pauta do telejornal da rede, sendo exibido somente no espaço local/regional do *Jornal do Almoço* do dia 19 de abril de 2007.

RBS TV de Passo Fundo. A equipe deslocou-se para a comunidade indígena com a tarefa de colher os avanços conseguidos com a intervenção da Funai na reserva. Diferentemente da observação da cobertura do Dia do Índio, no ano anterior, a equipe não tinha a missão de cobrir um evento, mas, sim, de dar conta de uma pauta mais ampla, com indicação de temática mais específica. A matéria a ser feita foi inspirada na pauta que a RBS TV (cabeça-de-rede) propôs para uma reportagem na rede por ocasião do Dia do Índio deste ano⁹⁶, porém a equipe de telejornalismo da RBS TV de Passo Fundo, além de contribuir nesta matéria para a rede, decidiu dar um enfoque positivo, no caso, em relação às crianças indígenas, como contribuição da emissora de Passo Fundo à data⁹⁷ na região de sua cobertura.

A reserva do Ligeiro, em Charrua, desde meados de 2004 passou por diversas dificuldades, agravadas por conflitos internos. Nesse contexto, a RBS TV produziu diversas reportagens, veiculadas em rede nos últimos anos, das quais, inclusive, duas fazem parte da nossa amostra. A série de reportagens demonstra o conflito aparentemente motivado pela disputa da liderança na comunidade, porém nas matérias do telejornalismo outras questões aparecem, tais como a distribuição das terras no interior da reserva, o alcoolismo, práticas autoritárias e violentas na condução da comunidade, organização de milícias e armamento. Uma das pautas, que não integra o *corpus* de nossa amostra, foi sobre a intervenção da Funai, que destituiu o cacique e as lideranças em exercício no mês de julho de 2006. Atualmente, a reserva do Ligeiro encontra-se ainda sob intervenção, dirigida por um representante da Funai, que governa com um Conselho da Comunidade, porém sem a figura tradicional do cacique indígena. Além da Funai, encontram-se na reserva outros agentes externos, como da Brigada Militar, da Funasa, bem como professores não indígenas contratados pela Secretaria Estadual da Educação.

Na observação de campo acompanhamos os passos da equipe de reportagem para a coleta de imagens e vozes, bem como a construção dos textos dos relatos do

⁹⁶ A temática central do Dia do Índio de 2007 na rede estava pautada para destacar as dificuldades das crianças indígenas nas reservas. Para isso, a RBS TV de Passo Fundo produziu uma matéria menor com os indígenas acampados na BR 285 e próximos da Estação Rodoviária em Passo Fundo.

⁹⁷ A visita da equipe no dia 17 de abril que visava colher material para reportagem do Dia do Índio em 19 de abril rendeu mais uma matéria, sugerida pela diretora da escola, para o dia 18 de abril. A diretora informou que, no dia seguinte, aconteceriam as olimpíadas indígenas, para a qual a equipe retornou na manhã do dia seguinte. O material recolhido nesta incursão da equipe serviu para uma reportagem no *Jornal do Almoço* do dia 18 de abril, às vésperas do Dia do Índio.

repórter. Fizemos registros fotográficos para não perder a seqüência dos passos dados, do que destacamos o seguinte:

- próximo à reserva, distante 1km, o cinegrafista fez as primeiras imagens, visando captar uma imagem panorâmica da reserva, especialmente da vila onde se concentra a maior parte das residências das mais de trezentas famílias indígenas;
- na chegada, o primeiro contato foi com soldados da Brigada Militar, que ocupam a residência onde anteriormente morava o cacique, na entrada do núcleo central da comunidade. Eles indicaram a localização do interventor da Funai. Nesse momento o repórter informou que também necessitaria da participação deles na reportagem, para o que voltaria mais tarde;
- no encontro com o representante da Funai, a equipe de reportagem foi informada sobre as mudanças ocorridas na reserva após a nova forma de administração da comunidade. Falando da escola e do interesse da reportagem em destacar essa realidade, um indígena presente na sala relatou que a escola da comunidade indígena, naquele momento, recebia a visita de alunos e professores de uma escola do município de Charrua, como atividade preparatória para o Dia do Índio, o que motivou, de imediato, o deslocamento da equipe de reportagem;
- na escola a equipe deteve-se por mais tempo para coleta de material. Na chegada, enquanto o repórter foi colhendo relatos dos professores e também do interventor sobre a programação que a escola estava desenvolvendo, dos alunos e visitantes, e também sobre a obra de ampliação do prédio da escola, o cinegrafista gravou imagens em residências indígenas próximas, onde havia pessoas conversando, e de tudo que lhe chamava atenção, como, por exemplo, uma máquina agrícola, uma criança sem roupa, etc.;
- o próximo passo foi a gravação de imagens dos alunos visitantes, que estavam numa sala de aula, sentados no chão, assistindo a um vídeo gravado naquela manhã pelos professores, com um grupo de alunos indígenas, os quais, por meio de canções e mensagens, falavam da sua cultura e do Dia do Índio. Na mesma sala também estava uma mulher indígena, que fazia demonstrações sobre formas de confecção do artesanato, uma das formas tradicionais de sustentação material dos caingangues. Neste momento aconteceu a primeira entrevista, com uma menina (loira) visitante, sobre o que estava lhe chamando atenção na visita;

- em seguida a equipe de reportagem entrou em outra sala de aula, onde uma turma de alunos indígenas estava aprendendo a ler e escrever no idioma caingangue, tendo como professor um membro da comunidade indígena. Ali foram gravadas imagens do professor dando aula e dos alunos participando. A aula foi interrompida para entrevistar alunos e o professor;
- o passo seguinte foi a entrevista com a diretora da escola;
- no momento em que terminavam as aulas do turno da manhã, a equipe de reportagem gravou a passagem, ou relato do repórter no local, destacando as melhorias na escola, especialmente a ampliação do espaço físico;
- em seguida, o cinegrafista gravou a saída dos alunos da escola e fez imagens da parte ampliada do novo prédio;
- o cinegrafista sugeriu a um dos indígenas, que integra o Conselho da Comunidade e que acompanhava o interventor, que caminhasse por uma trilha e, depois, falasse ao repórter sobre os avanços na comunidade em razão da intervenção da Funai. Depois desta gravação, o repórter concluiu dizendo para o operador de câmera: “Rendeu pouco a entrevista com ele”;
- neste momento o repórter sugeriu ao interventor que chegasse em uma casa, próximo à escola, e conversasse com os indígenas no idioma caingangue, o que foi registrado pelo cinegrafista;
- à procura de indígenas que pudessem falar das mudanças acontecidas na comunidade a partir da intervenção, a equipe foi conduzida pelo representante da Funai a alguns. Os que falaram foram um professor indígena que almoçava em sua casa outro que estava espalhando feijão no campo de futebol, nos fundos da escola, para secá-lo ao sol;
- a última entrevista daquela cobertura foi com o interventor da Funai. Depois disso, ainda foram tomadas imagens e gravada mais uma passagem do repórter, tendo ao fundo uma roça de milho;
- em seguida foram feitas as despedidas na casa da Brigada Militar, onde almoçava também o interventor da Funai; a partir daí não houve mais a participação dos agentes militares na reportagem, conforme previsto inicialmente.

As primeiras pessoas contactadas pela equipe de reportagem na sua chegada à reserva foram os agentes interventores e aqueles que prestam serviços na comunidade.

Na ordem, os contatos foram com a Brigada Militar, o interventor da Funai, professores e diretora da escola. A partir desses primeiros contatos, os indígenas passaram a participar do processo de construção da reportagem, porém as pessoas escolhidas e todo o processo teve, do início ao fim, o acompanhamento do interventor da Funai.

Os indígenas da reserva do Ligeiro, sob intervenção, aparecem como coadjuvantes tanto na prática diária como no momento da cobertura feita pela equipe de reportagem da RBS TV. Na prática, o Conselho da Comunidade constituído por indígenas cumpre um papel de ajudante do interventor, que ali está em nome da Funai. Na escola os indígenas parecem ser um componente dos significados que os professores querem passar sobre o Dia do Índio aos visitantes. Tudo que existia na escola em preparação ao Dia do Índio era produto da ação direta dos professores, coadjuvados pelos indígenas. Os indígenas parecem espectadores do que os agentes externos fazem na reserva, o que fica muito evidente no momento da presença da equipe de reportagem, que é assediada pelas crianças, curiosas, que aparecem em quase todos os momentos da coleta de material. Esse papel secundário dos indígenas também se manifestou na ordem seguida pela equipe de reportagem para recolher o material.

Os indígenas despertam a curiosidade de quem os visita, chamam a atenção por serem diferentes e tudo ao seu redor atrai o interesse do cinegrafista. Em boa medida é isso que leva a que o material coletado vá além da pauta prevista. Outro aspecto que chamou atenção na observação dos observadores que fazíamos é a construção de algumas cenas para serem gravadas, como aconteceu na escola, com a participação dos professores, mas também nas demais cenas, com a participação do interventor e dos indígenas.

No dia seguinte à gravação do material, foi feita a edição da reportagem⁹⁸, que teve a participação do repórter e de um outro membro da equipe da RBS TV de Passo Fundo, o qual não participara da cobertura. Do total das gravações feitas foram aproveitados aproximadamente, 7%. O acompanhamento que realizamos à equipe ao “espaço-mundo” dos indígenas permite perceber quais foram as imagens e as falas que sobraram, das quais poderiam ser construídas outras reportagens sobre eles. Aqui, uma pergunta que permanece é sobre os critérios da inclusão/exclusão do material coletado. Certamente, esse é um componente importante de atribuição de sentidos ao material pela instituição midiática, que dependeu, em grande medida, da decisão no momento da

⁹⁸ Ao todo foram gravados, aproximadamente 50min na cobertura realizada na reserva do Ligeiro.

construção da pauta, mas também da edição. No caso, a pauta previa uma reportagem positiva dos resultados da intervenção administrativa da Funai na reserva e seus reflexos para a população em geral, mas, em particular, para as crianças.

Uma primeira versão da reportagem tinha uma extensão aproximada de 3min e 50s, porém no fechamento do telejornal foram cortados 20s, para adequar a matéria ao espaço do programa. A veiculação do material deu-se no *Jornal do Almoço* do Dia do Índio, em 19 de abril de 2007, num dos blocos destinados à programação local/regional na RBS TV de Passo Fundo. Nesta reportagem houve uma “cabeça” e também um fechamento, momento em que ocorreu um pequeno diálogo entre os dois apresentadores⁹⁹.

⁹⁹ No mesmo telejornal, para toda a rede foi veiculada a reportagem que a RBS TV de Passo Fundo ajudou a construir e cujo processo de produção não pudemos acompanhar. O material veiculado teve 2min e 25s e retrata os indígenas guaranis e caingangues em acampamentos provisórios, fora de suas aldeias: em Porto Alegre, Viamão e Passo Fundo.

Capítulo 12

A produção de sentidos no hiperdispositivo em rede

Este capítulo final da tese comporta a interpretação qualitativa dos dados descritos quantitativamente a partir dos produtos midiáticos do telejornalismo, complementados com as observações de campo. Não se trata de uma análise de conteúdo, pois não buscamos compreender a especificidade dos enunciados, mas, sim, de submeter os conteúdos à análise relacional no dispositivo.

A interpretação é feita com base no dispositivo analítico que construímos e que tem como porta de entrada os gêneros discursivos e as dimensões do dispositivo para compreender a tematização em textos e imagens produzidas com diferentes técnicas e espaços por sujeitos (atores) envolvidos e, também, a protagonização desses, que observamos, sobretudo, pelo seu tempo de mediação em espaços diversos.

Os produtos do telejornalismo da RBS TV que estamos analisando são produzidos por um esforço conjunto realizado em 12 instituições midiáticas distribuídas pelas diversas regiões do estado e que atuam em rede. Cada uma das emissoras da rede tem uma prática de produção de material, porém, quando o material é produzido para a rede, dele participam vários agentes, de várias instituições, processo que faz circular o

material (imagens e textos) entre diversas emissoras durante o processo de produção. Estão em jogo várias instituições e, em cada uma, os quatro espaços produtivos, de modo que estamos diante de um “hiperdispositivo”¹⁰⁰ telejornalístico, cujo funcionamento produtivo buscamos compreender.

Na cobertura da temática caingangue na RBS TV, que opera em “hiperdispositivo”, o “espaço-mundo” e o “espaço-percurso” situam-se, geralmente, em emissoras da rede que possuem sua localização no interior do estado. Há, porém, casos em que a emissora de Porto Alegre, que denominamos de “cabeça-de-rede”, atua nesses espaços, especialmente quando faz a cobertura de acontecimentos indígenas que se realizam na capital do estado, ou na região metropolitana de Porto Alegre. No material selecionado aparecem as emissoras da rede localizadas no interior do estado - em Santa Cruz do Sul, Santa Rosa, Erechim e Passo Fundo. Os dois outros espaços de produção do material para o telejornalismo da rede, o “espaço-mediação” e o “espaço-canal”, são compartilhados entre as emissoras, todavia sob a orientação da emissora cabeça-de-rede. O processo de produção em rede complexifica as operações de produção. Nele o “espaço-mediação” duplica-se, pois estão envolvidas a equipe de edição (emissora do interior) e a equipe de exibição no estúdio (emissora cabeça-de-rede), que enuncia o produto, acrescentando-lhe, geralmente, uma abertura e um fechamento. O “espaço-canal” também se duplica, visto que passam a participar do processo de produção duas ou mais instituições midiáticas.

O “espaço-mediação” é onde as operações dos agentes realizam a adequação dos textos que narram o acontecimento à orientação institucional, ao telejornal, ao lugar dentro dele e ao espaço de tempo destinado. Sobre esta parte da produção há, portanto, um controle maior da instituição, que denominamos de “espaço-canal”. Na rede são veiculadas, geralmente, matérias mais curtas do que nas emissoras locais, onde são cortadas, sobretudo, na ordem, as intervenções dos sujeitos no local do evento denominadas sonoras, a fala do repórter no local; porém, houve o caso de uma reportagem em que foi cortada a fala mediadora do repórter, substituída pelo âncora

¹⁰⁰ Para Carlón (2004), o conceito de hiperdispositivo é utilizado nos seus estudos buscando compreender programas transmitidos ao vivo, nos quais as transmissões interferem no acontecimento. Ele analisa dois casos famosos, um deles, a transmissão ao vivo de um júri popular na Argentina e o outro, da luta de box entre Tyson e Holyfield, na qual Tyson mordeu a orelha de Holyfield. No primeiro, o julgamento foi suspenso a partir de uma imagem flagrada por uma das câmeras que gerou mobilização de telespectadores e, no segundo, houve punição a partir das imagens captadas por uma das câmeras, que os árbitros não haviam visto.

apresentador do programa. Um exemplo disso é a reportagem sobre a ocupação da Funai, que é uma segunda versão construída com base numa reportagem veiculada na RBS TV de Passo Fundo. No caso, com o deslocamento para a rede perderam-se a entrevista com os indígenas e a participação do repórter no local.

12.1. Análise das falas e imagens

Na metodologia que utilizamos as falas e as imagens nas reportagens são elementos essenciais para a sua análise, porque são a principal materialização dos temas e do protagonismo que estamos buscando compreender.

No processo de produção das reportagens são agenciadas diferentes vozes, que podem ser ouvidas em vários momentos de sua exibição. Trata-se de uma polifonia de vozes que acompanham uma multiplicidade de imagens¹⁰¹. Que tipo de vozes são essas? Quais são as vozes que se sobressaem?

12.1.1. As falas dos sujeitos não midiáticos

As falas dos indígenas são inscritas a partir do “espaço-mundo”, porém aparecem de forma muito reduzida e recortada, impossibilitando os sujeitos como nomeadores do seu mundo. A voz indígena resume-se a pequenas frases colocadas nas reportagens para confirmar o relato da instituição midiática. Falam os homens, principalmente os caciques ou outras lideranças; raras são as vezes em que aparece a fala de um homem ou mulher indígena que não esteja investido de liderança. O mesmo acontece com a voz dos atores não indígenas de instituições não midiáticas, o que

¹⁰¹ São raras as reportagens em que aparece o som ambiente ou em que é introduzido um fundo musical em substituição a sujeitos que falam. Todo o tempo das reportagens é preenchido com vozes e imagens agenciadas pela instituição. Esse agenciamento de vozes e imagens que a instituição midiática realiza torna-se para nós um desafio. Em sessão de orientação ficou acertado que, num futuro bem próximo, enfrentaremos de forma compartilhada a tarefa de compreender essa capacidade das instituições midiáticas para nominar ou codificar os acontecimentos e, portanto, também para codificar o mundo através do agenciamento de vozes e imagens, ou seja, fragmentos da realidade. A hipótese para esse projeto futuro é de que os índices, os ícones e os símbolos utilizados na construção dos produtos do telejornalismo não suplantam a capacidade de nomeação ou codificação do mundo pelas instituições midiáticas.

demonstra que também às outras instituições, não apenas na cultura indígena, é delegado um lugar de indiciabilidades e iconicidades a ser nominado pela instituição midiática. Concluimos, assim, que a relação da instituição midiática com os indígenas, nesse sentido, não é diferente, ou seja, os indígenas recebem um tratamento semelhante ao dado aos demais grupos sociais.

Em sequência apresentamos as falas dos sujeitos não midiáticos, separadas da fala dos agentes midiáticos, o que possibilita verificar que elas não são incluídas no material telejornalístico para relatar, narrar ou nomear o mundo que está sendo apresentado, mas, simplesmente, para significar a presença dos agentes midiáticos no local dos acontecimentos. A única reportagem em que percebemos uma prática diferente é a de número dois das reportagens temáticas, na qual não há intervenção do repórter no local da cobertura, no acampamento provisório dos indígenas, o que possibilita o relato indígena, mas, mesmo assim, entrecortado.

A apresentação das falas dos sujeitos segue a classificação das reportagens factuais e temáticas.

a) As falas dos indígenas e dos outros sujeitos nas reportagens factuais

Reportagem 1 – Condições de atendimento no Posto de Saúde

Indígenas

Cheguei aqui, mas não tem como ele atender, daí tem que ficar assim, eles dão uns calmante, um remédio ali.... (Maria – mulher).

Outros

Acredito que nem a unidade devia estar funcionando. Inclusive, a equipe médica devia estar paralisada também, por falta da água está neste estado deplorável (Dentista).

Acho que é uma alternativa ou uma opção, da equipe da Secretaria da Saúde junto com a comunidade indígena, fechar. Acho que não tem mais como continuar (Médica).

Reportagem 2 – Conflito indígena

Indígenas

O Brasil está fazendo desarmamento e aqui está que nem uma favela do Rio de Janeiro (João dos Reis – Líder).

Nós erramos. Nós vamos nos apresentar à Justiça e vamos responder... (Danilo Braga – Cacique).

As pessoas não estão mais conseguindo nem dormir. As crianças se assustando. De noite é tiro e tiro por cima das casas (Ermínio Franco Reis – Líder).

Outros

(Não tem)

Reportagem 3 – Operação desarmamento

Indígenas

(Não tem)

Outros

Pelas informações elas (armas) foram retiradas hoje, muito cedo, daqui da reserva, mas não foram levadas para a cidade. Provavelmente estejam nos matos (Comandante da Polícia Militar).

Garantir uma certa tranquilidade a esta comunidade indígena (Procurador-Geral da República).

Reportagem 4 – Morte de vereador

Indígenas

Pensei que ele tinha vindo para casa. Não tinha mais notícia dele (João de Oliveira – Pai do indígena morto).

Outros

(não tem)

Reportagem 5 – Treinamento de agentes de saúde

Indígenas

Meu nome é Gilda Sales (Indígena em treinamento).

É bom pra mim também, porque também tenho família. Orientar as mães para as crianças desenvolver melhor (Gilda Sales – agente de saúde).

Aprendi cuidar dele e dar as vacinas nele e fazer brincadeira (Maristela – mãe indígena).

Outros

Especificamente na área indígena se trabalha com os visitantes também sendo indígenas. Uma vez que eles conhecem a sua própria cultura, eles sabem como lidar com a família indígena. Conhecem suas culturas e suas tradições. E ainda tem a questão da língua, porque tem indígenas que não falam o português (Marli Alérico – Enfermeira).

Reportagem 6 – “Invasão” da sede da Funai

Indígenas
(não tem)

Outros
(não tem)

b) As falas dos indígenas e outros nas reportagens temáticas

Reportagem 1 – Dia do Índio de 2004

Indígenas

Nós povos indígenas somos agricultores. Sabemos como se planta. Uma coisa que falta é melhorar a assistência na agricultura (Carlinhos Alfaiate – Cacique).

Feliz Dia dos Índios (meninos).

A gente plantava na lavoura, mas quando dá seca não dá nada. Morre todas as nossas plantas. Aí a gente resolveu de sair atrás de nosso trabalho (Zilio – Cacique).

Não dá para a gente comprar tudo né (Nair – mulher).

Eu gostaria que cada índio tivesse oportunidade que os brancos têm (Moisés).

Todo mundo tem eletrodomésticos, tem o seu carro. Anda bem vestido. Porque hoje em dia tudo gira em torno da questão financeira (Cacique).

Outros

Ainda tem mortalidade infantil muito alta nas comunidades indígenas, muito acima da média nacional (Antônio Dílson Fernandes – Coordenador Regional da Funasa).

A construção de residências, escola, posto de saúde e centro cultural (Luiz Antônio Brener – secretário dos Direitos Humanos de POA).

Reportagem 2 – Dia do Índio de 2005

Indígenas

Nos barracos chove, quando o tempo está se aprontando a gente já está preocupado. Isso aí chama atenção das famílias e uma preocupação com as crianças. As crianças se molham e isso vai trazer as epidemias de doenças, uma epidemia de qualquer tipo de doença (Cacique).

Tenho medo que eles fiquem desnutridos, sem o leite. Às vezes eu troco os tipo de chá para não fazer mal, só um tipo de chá. Dou um tipo amanhã e outro depois de amanhã. Eles vão indo assim, devagarinho (Mãe).

Isso é bastante doído pois as crianças acostumadas com leite (Pai).

Nós até agora não recebemos nenhuma assistência por parte da Funai. Isso a gente não teve até agora. Por exemplo se viesse um funcionário da Funai para ver o que a gente está precisando aqui. Nós não temos assistência de cesta básica, nós nunca tivemos assistência por parte da Funai. Nós estamos completamente desdeixado pela Funai. É lamentável falar isso da Funai. (A fala é composta por vários recortes de uma fala mais ampla, o que é perceptível pela mudança do tom de voz em diferentes trechos da fala) – (Cacique).

(Canção indígena acompanhada com o som de chocalhos) – (grupo sem suas imagens).

Outros

(não tem)

Essas vozes aparecem esvaziadas de contexto e testemunhalidade, de modo que por meio delas é muito difícil compreender a temática central da reportagem. Na gravação dessas vozes é também prática corrente nas coberturas jornalísticas para a televisão que os interlocutores do repórter nas entrevistas sejam orientados a não olhar para a câmera, o que significa não olhar para o telespectador, ou seja, não conversar com quem assiste ao telejornal. Assim, evita-se que ocupem o espaço de mediação, que é próprio da instituição e dos seus agentes, os quais falam para o telespectador.

12.1.2. A fala dos agentes midiáticos no “boletim”

No “espaço-percurso”, na forma do “boletim”, a fala dominante é a dos repórteres, que se encontram na condição de observadores ao fazerem o relato dos acontecimentos. São as falas dos observadores midiáticos que constroem o fio condutor da reportagem, dando sentido às imagens e aos dizeres originados no nível do acontecimento. Em quase todas as reportagens aparece o repórter no local do evento, relatando o acontecimento; é o repórter que fala, à sua maneira, da sua experiência no encontro com os sujeitos envolvidos no evento e, de certa forma, ao fazer a costura entre os dizeres, realiza o primeiro trabalho de construção do acontecimento enquanto imaginário. Corroboramos, dessa forma, estudos anteriores que revelam que as falas construídas nesse processo não representam a realidade do mundo vivido, mas, sim, uma outra realidade, construída a partir de imaginários.

a) O relato (boletim) dos agentes midiáticos nas reportagens factuais

Reportagem 1 – Condições de atendimento no Posto de Saúde

Boletim

Com o atendimento médico e odontológico comprometido os funcionários do posto têm duas opções, continuar atendendo os pacientes usando água contaminada ou fechar a unidade até que o reservatório seja liberado.

Reportagem 2 – Conflito indígena

Boletim

Depois do tiroteio quatro índios foram presos e quatro espingardas, apreendidas. Os caingangues foram levados ao posto da Brigada Militar, mas numa operação ousada foram resgatados por outros 40 índios armados. O cacique admite que descumpriu a lei dos brancos.

A briga pela liderança começou há um mês. De um lado está o grupo do cacique e do outro o grupo dos caingangues que foram expulsos da aldeia. Os índios que se opõem ao cacique dizem que estão sendo punidos. Dez deles foram presos na cadeia da reserva. Com medo, eles se recusam a falar.

Reportagem 3 – Operação de desarmamento

Boletim

594 índios participaram do plebiscito. Por uma diferença de 4 votos ficou decidido que haverá uma eleição para cacique na reserva. A escolha deverá ser feita amanhã de manhã.

Reportagem 4 – Morte de vereador

Boletim

O corpo foi encontrado por um pescador, no sábado, por volta das 4 horas da tarde, entre pedras na cascata das andorinhas em Nonoai.

No bolso da calça tinha uma carteira com o título de eleitor, o que facilitou a identificação. A polícia ainda não descarta a hipótese de homicídio.

Reportagem 5 – Treinamento de agentes de saúde

Boletim

O programa é pioneiro no estado em área indígena. As visitadoras vão de casa em casa para orientar as mães no desenvolvimento das crianças nos primeiros anos de vida. Tudo isto para evitar problemas como o da mortalidade infantil, que alcançou altos índices em 2001.

Reportagem 6 – “Invasão” da sede da Funai

Boletim

(não tem)

b) O relato (boletim) dos agentes midiáticos nas reportagens temáticas

Reportagem 1 – Dia do Índio de 2004

Pelo menos três vezes por semana as casas da aldeia são visitadas por equipes do PSF, Programa de Saúde da Família do governo federal. O grupo é formado por médicos, enfermeiras, dentistas e agentes de saúde. O sistema de saúde que é modelo para outras tribos nem sempre foi assim.

Na última semana seis aldeias da reserva ganharam um sistema de abastecimento de água. A Funasa e os municípios investiram cerca de um milhão de reais. Cada comunidade ganhou um sistema de captação, reserva e distribuição de água potável. Mesmo com tantas melhorias, conforme os especialistas, muitas coisas ainda precisam ser feitas para melhorar a qualidade de vida dos índios que vivem no estado.

No Rio Grande do Sul as comunidades indígenas estão espalhadas em mais de 30 municípios e localidades. Os índios residem em reservas ou acampamentos, temporários ou provisórios. Na capital são 67 famílias de guaranis e caingangues. Nesta área que os indígenas conseguiram junto ao Orçamento Participativo na zona leste da capital vivem 25 famílias.

Reportagem 2 – Dia do Índio de 2005

(não tem)

12.1.3. A fala dos agentes midiáticos na nota coberta e dos âncoras

A instituição midiática fala em diversos espaços de produção. Anteriormente foram descritas as falas no local dos acontecimentos; agora, contemplamos aquelas realizadas na edição. Neste, que denominamos de “espaço-mediação”, são inscritas as falas dos repórteres, em *off* ou “nota coberta”, bem como dos âncoras no momento da exibição das reportagens, os quais situam e nominam o acontecimento para o telespectador. Esse processo é orientado pela direção dos programas da instituição cabeça-de-rede, que não tem participação direta nos espaços anteriores, e, às vezes, por agentes que não participam da cobertura feita até então. Com essa participação, a instituição midiática orienta a recepção para a interpretação das imagens. Em algumas reportagens os repórteres são quase os únicos a falar em nome da instituição midiática, ao passo que em outras são os âncoras que fazem o relato e situam o evento para o receptor.

a) As falas em *off* e dos âncoras nas reportagens factuais

Reportagem 1 – Condições de atendimento no posto de saúde

Nota coberta

Há quarenta dias o dentista do posto de saúde da reserva do Votouro está atendendo apenas casos de urgência. A sujeira da água que abastecia a unidade entupiu o canos do equipamento odontológico. Dona Maria foi até o consultório, mas teve que voltar para casa sem atendimento.

Um equipamento novo já foi comprado para o consultório, mas ele só vai ser instalado quando a água estiver em condições.

O reservatório de água tratada que deveria abastecer as mais de 300 famílias caingangues da reserva está pronto a um ano e meio, mas ainda não foi ativado. Segundo o cacique de Votouro, falta a Funasa autorizar o funcionamento da caixa d'água.

Âncora

(não tem)

Reportagem 2 – Conflito indígena

Nota coberta

Paredes cravadas de balas.

Os tiros que atingiram estas casas do município de Charrua foram disparados por índios da reserva do Ligeiro que fica apenas a 15 km da cidade.

O alvo era esse caingangue expulso da reserva.

Nesta carta anônima entregue à Brigada Militar, um índio relata o armamento que há dentro da reserva. Segundo ele, são pistolas, espingardas e até uma escopeta. Segundo outro caingangue, ontem houve tiroteio dentro da aldeia.

Âncora

Tensão na reserva do Ligeiro no norte do estado. Índios caingangues andam armados e trocam tiros na disputa pela liderança da aldeia. O conflito já ultrapassou os limites da reserva.

Reportagem 3 – Operação de desarmamento

Nota coberta

O comboio militar chegou a reserva do Ligeiro pela manhã. Duas aeronaves: um helicóptero e um avião foram usados na operação. Os quatrocentos PMs revistaram todas as quatrocentas casas da aldeia. Vasculharam o mato, mas nenhuma arma de fogo foi encontrada.

Separados apenas por policiais militares, os dois grupos rivais em conflito desde o mês passado pela liderança da comunidade indígena ficaram frente a frente hoje. O plebiscito foi organizado para definir se haveria uma eleição para cacique.

250 PMs continuam até amanhã de manhã na reserva.

Âncora

(não tem)

Reportagem 4 – Morte de vereador

Nota coberta

O velório aconteceu na reserva de Ventarra no município de Erebango, onde moram parentes do vereador de 39 anos.

Segundo a família, ele ficou doente e foi internado em Nonoai no dia 23 de junho. De acordo com o registro do hospital, ele fugiu no dia seguinte sem receber alta.

A família do caingangue tem a mesma desconfiança. A polícia aguarda o resultado da necropsia. O vereador deixa mulher e quatro filhos.

Âncora

Mistério também no norte do estado, o corpo do vereador do PT Neves Farias de Benjamim Constant do Sul foi enterrado hoje. O índio caingangue foi encontrado morto perto de uma cascata em Nonoai. A polícia suspeita que ele tenha sido assassinado.

Reportagem 5 – Treinamento de agentes de saúde

Nota coberta

Durante duas semanas 16 índios foram capacitados para realizar o trabalho de visitas às famílias da reserva.

Há três anos 18 crianças com menos de um ano de idade morreram de desnutrição na reserva do Guarita. E o problema ainda preocupa este ano. Foram oito casos.

Maristela descobriu que, com a implantação do programa na reserva, o carinho é fundamental nesta fase da vida da criança.

A partir de janeiro de 2005, três participantes do curso vão ser contratadas pelo município de Redentora. Cada um vai visitar, pelo menos, 40 famílias na reserva.

Âncora

(não tem)

Reportagem 6 – “Invasão” da sede da Funai

(não tem)

Âncora

Setenta índios invadiram o prédio da Funai de Passo Fundo, por volta das 11 horas da manhã de ontem.

O grupo é ligado ao Movimento de Resistência Indígena e pede a demarcação de uma reserva em Vicente Dutra, na região Norte. Hoje os índios dividem uma área com 60 colonos no mesmo município.

b) As falas em *off* e dos âncoras nas reportagens temáticas

Reportagem 1 – Dia do Índio de 2004

Nota coberta

Em 2000 a reserva do Guarita, em Redentora, passou por uma tragédia. Quinze crianças da aldeia morreram por desidratação e desnutrição provocada por uma alimentação inadequada. A situação só começou a mudar a partir deste ano.

Outra preocupação da comunidade é com a renda familiar.

Mesmo com dificuldades a aldeia luta para enfrentar os desafios. Os meninos que se divertem com o esporte mais brasileiro de todos, mandam uma mensagem para os índios que vivem no estado.

Eles já foram os donos da terra. Eram 5 milhões na época do descobrimento. Hoje aqui no estado não passam de 24 mil. O cacique Zílio tem lutado para preservar a cultura de seus ancestrais caingangues. Apesar de ter deixado sua comunidade onde nasceu a 20 anos. Ele chegou na capital vindo da reserva de Nonoai no norte do estado. Não conseguia mais sobreviver da terra.

Dona Nair faz parte do grupo que veio em busca de uma vida melhor para os filhos. Sobrevive vendendo artesanato, mas a vida é difícil.

Na aldeia da Lomba do Pinheiro, assim como ela, muitos dependem de doações do programa Fome Zero para alimentar as crianças, porque não conseguem trabalhar, falta qualificação, emprego. Moisés é exceção, tem carteira assinada.

Uma notícia no Dia do Índio é que em breve a aldeia vai ganhar casas de alvenaria e infraestrutura. O dinheiro vem da Espanha.

Mas o melhor presente, dizem eles, é não ser discriminado, ter respeito e um lugar para plantar e colher os frutos de uma vida digna....

... como na reserva de Cacique Doble no norte do estado. Lá os caingangues investem no cultivo de soja nos últimos 5 anos, com o que já colheram compraram cinco tratores e uma plantadeira. Crescimento que ajudou a mudar a realidade da maioria dos 650 moradores da aldeia.

Âncora

No Dia do Índio, um presente aguardado por um século traz vida nova a uma tribo na região norte do estado. Os mais de 6 mil índios da reserva do Guarita, em Redentora, finalmente recebem água tratada para a aldeia.

É, muitas tribos aí enfrentam dificuldades ainda hoje. Dificuldades que infelizmente são muito comuns nas aldeias. Isso obriga comunidades deixarem o campo em busca de espaço nas cidades, onde enfrentam, também, outros desafios da vida urbana.

Reportagem 2 – Dia do Índio de 2005

Nota coberta

Em Lajeado os índios vivem sobre o chão batido, sem energia elétrica e nem água. Existe uma única torneira no acampamento.

As 25 crianças do acampamento enfrentam o risco diário da rodovia. Uma menina já foi atropelada. Nenhuma família aqui ganha mais do R\$ 100,00 por mês. A média é R\$ 25,00. Dinheiro que conseguem com a venda dos balaios, cestas, colares e artesanato típico que produzem. O dinheiro é tão pouco que muitas vezes não dá nem para a comida. Há cinco meses o chá substitui o leite na mamadeira da pequena Miriana, de apenas 7 meses. Ela tem mais quatro irmãos.

A vida é difícil, o cacique se queixa da ajuda que não tem.

Há cinco anos a vida é assim por aqui. Um dia após o outro tentando sobreviver ao descaso, à falta de ajuda e a indiferença.

7 segundos (Canção indígena com chocalhos) – com retomada de imagens mostradas anteriormente.

Âncora

No Dia do Índio não existe muito para comemorar. Veja conosco.

Segundo o administrador da Funai no Rio Grande do Sul, Neri Ribeiro, os recursos da Funai são mínimos, até para atender o índios que moram nas aldeias e não sobra dinheiro para os grupos que vivem nos centros urbanos. Ele disse que há uma preocupação com os índios, mas, por enquanto, não pode fazer nada.

Esses índios que vimos na reportagem pertencem a várias reservas e saem em acampamentos para poderem vender o artesanato que produzem. Normalmente cada família passa de 6 meses a um ano no acampamento e aí acontece o sistema de rodízio.

Quanto ao texto que acompanha as imagens, resultado da inscrição de outras vozes na reportagem pela instituição midiática, chamam a atenção a fragmentação das falas e também o esvaziamento do contexto das falas dos sujeitos não midiáticos, bem como a falta de testemunhalidade dos depoimentos incluídos. O acontecimento é geralmente relatado como um unidade fechada, isolada, sem relação com outras situações do contexto. A forma sintética das reportagens televisivas dificulta um maior aprofundamento dos temas. A redução ou a exclusão das vozes dos sujeitos protagonistas envolvidos no acontecimento não permite que aquilo que é visibilizado por eles, bem como seus significados culturais, integre a reportagem. O repórter, por sua vez, relata operando práticas introjetadas no jornalismo que dificultam uma ampliação do material. A presença de uma reportagem nos telejornais da rede é condicionada ao tempo destinado, de modo que é muito comum ver um mesmo tema ser tratado de forma mais ampliada no espaço do telejornal local/regional, do que na rede em nível estadual.

A inscrição das vozes dos sujeitos, a partir dos eventos, no material produzido ocorre mediante a concessão ou autorização da instituição midiática, o que se dá ao mesmo tempo em que ela própria se autoriza e se inclui no drama, transformando-se no lugar de codificação do mundo.

12.1.4. As imagens inseridas nos espaços de produção em rede

As imagens são imprescindíveis para o telejornalismo. Para Foucault, o dizer não consegue dizer tudo que se pode ver (DELEUZE, 2005). As visibilidades de um grupo social ou de uma formação histórica complementam o enunciável. A televisão é o veículo que nos últimos anos tem se sobressaído em relação às outras mídias pela ampla capacidade de dizer e mostrar.

Para que as reportagens mantenham a característica informativa, necessitam de atualidade e ligação com os referidos temas e acontecimentos. Nesse sentido, todas as imagens utilizadas nas reportagens remetem para o critério de atualidade, pois em nenhuma delas parece ter havido inserção de imagens de arquivo. Em relação à midiaticização dos indígenas, as imagens possuem grande destaque nos telejornais da RBS TV.

No “espaço-mundo” são reunidas imagens com base nas escolhas dos agentes midiáticos no local do evento, das quais resultam as imagens dos indígenas que se sobressaem nas reportagens. Há um destaque para as imagens que mostram indígenas em grupos, o que é percebido nas reportagens sobre conflitos internos na reserva de Charrua, na qual eles protagonizam cenas espetaculares, com provocações, ameaças, mas também cenas que dão conta do plebiscito realizado, acampamentos em beira de estradas, bem como protestos, negociações e reivindicações.

A tomada das imagens dos indígenas em grupos também acontece em inaugurações, tais como a que ocorreu no Dia do Índio de 2004 em Redentora, quando indígenas assistiram ao cerimonial de inauguração de um sistema de água potável, protagonizado pelas instituições do Estado responsáveis pelas comunidades indígenas. Isso também é frequente em feiras de artesanato e em momentos de solidariedade, como demonstrado no velório do vereador indígena. Contudo, as imagens apontam também para as práticas dos indígenas em seu dia-a-dia, em que são mostrados em grupos

mesmo quando vivem fora das suas reservas. Ainda, mostram-se crianças brincando em frente às casas e juntas na escola; por sua vez, as mulheres, quando aparecem, estão em grupos e acompanhadas pelos filhos pequenos.

As reportagens também contemplam imagens de indígenas de forma individualizada, o que acontece quando são convidados a falar. Nesses casos estão em evidência os homens, que aparecem como caciques das reservas ou como outras lideranças das comunidades.

Os indígenas aparecem ainda entre outros agentes, entre os quais estão os agentes midiáticos, que aparecem em imagens conversando com eles; outros agentes mostrados entre os indígenas são os das instituições ligadas ao Estado, dentre as quais se destacam nas reportagens em análise a Funai, a Funasa, a Secretaria de Direitos Humanos de Porto Alegre, o Ministério Público Federal, Brigada Militar e Delegacia de Polícia. Além de imagens dos indígenas e de agentes não midiáticos, são mostrados as casas, roças, igrejas, salão, máquinas agrícolas, carros, o artesanato, o armamento, documentos, abaixo-assinados, acampamentos provisórios de indígenas fora das reservas, barracos de lona, fotografia, etc.

Possuem destaque imagens que revelam a pobreza de suas residências, vestimentas, crianças brincando de pés no chão, lideranças queixando-se da pouca ajuda que recebem e aquelas que revelam características de um passado primitivo.

No “espaço-percurso” no qual a instituição relata o acontecimento, a imagem principal é a do repórter fazendo a sua intervenção no local do evento, que aparece em primeiro plano. Quando existem imagens de segundo plano durante o relato do repórter, são destacadas as de outros agentes, ou de coisas e lugares no local do evento. Estas imagens são secundárias, quase neutras, e, no nosso entender, destinam-se para confirmar a presença da equipe no local do acontecimento.

No “espaço-mediação” são reunidas imagens diversas, que passam a integrar o material produzido para corroborar o texto ou ilustrar o produto midiático. Nesse momento também são inseridas as imagens coletadas, mas que não necessariamente têm ligação com o evento pautado pela emissora. No processo de edição do material têm preferência as imagens boas, ou espetaculares, reunidas no momento da cobertura.

Algumas das imagens inseridas no produto final são indiciais e outras, icônicas. Imagens indiciais são aquelas que podem ser vinculadas ao evento específico e que ajudam a informar sobre o que está versando a reportagem. As imagens utilizadas são

mais icônicas do que indiciais, o que revela que não têm como principal objetivo a informação, mas, sim, recortar, classificar, nomear e qualificar o mundo. Imagens icônicas são as que fazem referência aos indígenas e suas condições de vida, mas pouco ao acontecimento que foi tematizado pela instituição midiática. Entre estas estão aquelas que apresentam os indígenas em grupos nas em situações já descritas anteriormente. As imagens sobre coisas e lugares dos indígenas são as que mais se afastam do objetivo informacional sobre o evento. As imagens icônicas desviam a reportagem do objetivo informacional, fazendo dela um discurso de qualificação dos indígenas e do seu mundo.

Algumas imagens utilizadas contribuem para que percebamos a instituição midiática como participante do “drama” midiaticizado. É bastante comum os repórteres aparecerem em imagens junto com os indígenas enquanto a narração em *off* é feita. Nesse sentido, a instituição passa a participar da cena midiaticizada como ator no mundo mostrado.

12.2. A tematização

Na dimensão semiolingüística interessa-nos o processo de tematização e os temas nas reportagens sobre os indígenas caingangues no telejornalismo da RBS TV no Rio Grande do Sul. A escolha do tema da midiaticização dos caingangues para esta tese possibilitou uma série de decisões que orientaram a sua construção e orientam a sua leitura; da mesma forma, a escolha temática nas reportagens visa orientar o telespectador. O tema caingangue é um dos que são midiaticizados pela RBS TV. Entrar na pauta, significa disputar com outros temas o espaço midiático. Assim, podemos compreender a ausência de certos acontecimentos ou temas indígenas nas pautas jornalísticas, tais como a sua luta pela reconquista de seus territórios tradicionais. Entretanto, inquieta-nos ainda a seguinte questão: O que faz com que os caingangues sejam expressivamente midiaticizados na RBS TV como uma minoria étnica no Rio Grande do Sul? No interior deste grande tema buscamos observar os temas e os processos de construção temática que acontecem em seu entorno no telejornalismo da rede.

O discurso sobre os indígenas no telejornalismo é um discurso heterorreferencial, ou seja, o que aparece na mídia sobre eles é discurso de não-indígenas. Desde 1500 os indígenas e sua cultura, foram objeto de tematização da sociedade que os nomeava. A designação de “índios” e, especificamente, a de “bugre”, no Rio Grande do Sul, são resultado de um olhar heterorreferencial. Essa prática aconteceu desde o Império, nos poderes políticos constituídos na República, mas também na literatura, no cinema e, mais recentemente, na televisão.

No dispositivo midiático televisivo a sua representação, inicialmente, era muito dependente do imaginário presente na literatura e no cinema, mas, com o avanço tecnológico, o deslocamento de equipamentos para os seus espaços tradicionais permitiu que o processo de tematização não dependesse unicamente da linguagem oral (nos primeiros anos), passando a contar também com as imagens do seu mundo da vida.

Interessa-nos a tematização operada no interior do “hiperdispositivo”, no que contam as rotinas produtivas, as técnicas e os espaços de produção. O foco principal nesta seção diz respeito às operações de linguagem e sua relação com os diferentes sujeitos envolvidos.

No processo de produção do telejornalismo, a tematização acontece por meio do dizer e do mostrar (DELEUZE, 2005), ou seja, pela nomeação do mundo operada pelos diferentes sujeitos envolvidos. Por eles o mundo é recortado e dele são arrancadas algumas partes, como migalhas para serem instituídas em outro tipo de existência, com ordenações e hierarquizações, inserções ou exclusões.

É por meio da tematização que muitos significados são atribuídos ao que é mostrado sobre os indígenas caingangues. Isso se dá principalmente pelos textos (falas) que são portadores mais objetivos dos temas, sendo nomeados pela instituição, mas também pelas imagens, que são selecionadas por sujeitos que já possuem um imaginário social e, de acordo com sua subjetividade (dois tipos de imagens), enquadram, focalizam e selecionam aquelas que integram o produto final. Apesar disso, as imagens são polissêmicas, o que permite uma significação também por parte do receptor.

A seleção dos temas no telejornalismo não depende unicamente da instituição midiática e de seus agentes, apesar de estar nela o controle do processo. Trata-se de um processo social que envolve vários sujeitos, o que faz dele um discurso polifônico com uma pluralidade temática. Todos os sujeitos envolvidos no processo de construção de

uma reportagem participam dele buscando destacar o que consideram relevante no acontecimento ou do tema da reportagem.

Como se trata do encontro de culturas diferentes, a dos profissionais, do Estado e dos indígenas, há uma diferença muito grande no que é relevante para uma e para outra cultura. Por exemplo, a cultura jornalística é urbana e a cultura indígena é ainda essencialmente rural; entre os jornalistas ainda predomina uma visão de que os indígenas se encontram num estágio atrasado de civilização, ao passo que entre estes se nota uma consciência fragilizada de sua cultura inferiorizada e do lugar que ela ocupa em relação à sociedade e ao Estado. O que existe em comum é a midiaticização: tanto os profissionais da mídia quanto os indígenas, bem como os outros sujeitos envolvidos nas reportagens, desejam que os acontecimentos ou sua participação seja midiaticizada, porém cada um buscando destacar as suas relevâncias.

A participação dos diversos sujeitos numa reportagem em diferentes espaços onde acontecem as operações de produção gera os diferentes níveis de tematização. O primeiro deles situa-se no mundo da vida dos indígenas, onde eles aparecem como os principais sujeitos protagonistas dos temas. O segundo nível considerado é o da instituição midiática na construção da pauta dos telejornais, e o terceiro nível diz respeito à caracterização dos indígenas nas reportagens conforme a subjetividade dos jornalistas.

O primeiro nível de tematização, situado no “espaço-mundo”, revela muitos temas (VIZER, 2003), alguns dos quais são captados pelos agentes midiáticos e transformados em falas, ao passo que outros são captados em imagens. Os temas presentes nas falas dos agentes midiáticos sofrem uma reelaboração, visto que alguns são gravados no local do evento e outros são introduzidos no momento da edição do material (*off*), porém os temas presentes nas imagens são colhidos pelo operador de câmera. As que serão utilizadas são as que se referem mais diretamente às temáticas propostas pela instituição, ou aquelas que chamam a sua atenção; quando chamam a atenção são aproveitadas e a fala em *off* pode contemplá-las. Nisso reside a possibilidade de participação dos indígenas na produção das reportagens, pela organização de cenas que atraíam não só a atenção do cinegrafista, mas também, posteriormente, do editor, para mantê-las no corpo das reportagens. Essas imagens são índices do que foi feito, porém são construção tanto dos indígenas, para serem captadas,

como da instituição midiática, pela seleção e pelos cortes que sofrem no processo de produção.

Alguns desses temas, mais conhecidos pelos agentes midiáticos, são introduzidos nas reportagens a partir do planejamento da instituição; outros, em razão do estranhamento que causam à equipe de reportagem presente numa realidade diferente da sua; outros, ainda, pela capacidade dos indígenas de oferecer temáticas segundo suas estratégias midiáticas. Nesse contexto se situam aquelas temáticas que dizem respeito aos seus projetos político-culturais, tais como a luta pela preservação da cultura, a busca pelos territórios perdidos e a preservação do idioma caingangue¹⁰². Todavia, quando essas temáticas são objeto de reportagem pela instituição midiática, são representadas negativamente, ou seja, os indígenas são mostrados como perturbadores da ordem social. Em reportagens que não integram o *corpus* empírico de nossa análise, onde a reconquista dos territórios indígenas foi tema, ela é tratada como problema para os agricultores, que se vêem obrigados a sair das terras para deixar os indígenas ocupá-las, não do ponto de vista dos indígenas e de suas lutas. Aliás, eles nem aparecem nessas reportagens.

O segundo nível de tematização envolve diretamente as instituições midiáticas e os seus profissionais, pois trata-se dos temas propostos na organização das pautas, o que já vem sendo analisado na teoria do *agenda setting* e dos “valores-notícia”. Este nível de tematização ocorre no “espaço-canal”. Pela escolha do tema da pauta a instituição midiática diz e mostra na reportagem o que lhe interessa e o que interessa para a recepção. Os temas escolhidos buscam encontrar ressonância no meio social, o que faz com que um mesmo tema permaneça sendo destaque em vários telejornais, quando não por vários meses. Um exemplo disso são os acontecimentos midiáticos a partir da reserva do Ligeiro, em Charrua, que desde 2004 foi palco de fatos em torno dos quais foram produzidas várias reportagens, que tiveram tratamento quase novelesco pela RBS TV – e a novela ainda não terminou. Trata-se do conflito de lideranças e da intervenção da Funai na reserva.

No terceiro nível de tematização encontram-se os temas que dizem respeito às caracterizações dos sujeitos sociais na narrativa jornalística, os quais são inscritos em todo o processo produtivo das matérias. Essa tematização é construída com base no

¹⁰² Na amostra das reportagens factuais, somente a menor, com apenas 16s, refere-se a um destes temas.

imaginário¹⁰³ predominantemente negativo da sociedade a respeito dos indígenas, que é apresentado na televisão por meio da fala do repórter no local do evento, na voz em *off* e pelos apresentadores do telejornal, mas também por meio das imagens, visando, assim, estabelecer uma relação com os receptores.

Em relação aos indígenas, as mentes dos telespectadores e dos profissionais de comunicação encontram-se povoadas por um vasto imaginário, que pode ser encontrado nos produtos construídos por esses profissionais.

Analisadas as evidências nas reportagens da amostra, destaca-se o imaginário do indígena como vítima. No nosso entender, isso é reflexo do passado recente, em que os indígenas e suas comunidades foram praticamente dizimados por negligência do Estado, mas também pela busca insaciável das riquezas naturais em suas reservas e, ainda, pela mentalidade de cultura superior que existe entre os não-indígenas.

O segundo tema mais destacado é o indígena como perturbador da ordem social, que aparece, sobretudo, nas “reportagens factuais” sobre os conflitos internos nas comunidades, as quais são muito midiaticizadas, e nas ações que realizam para fazer valer seus direitos. Estas últimas, quando aparecem na mídia, são totalmente negativas para os indígenas, sendo geralmente construídas segundo a ótica de outros sujeitos ou instituições da sociedade. Entretanto, nas “reportagens temáticas” - no Dia do Índio - eles também são representados como sujeitos em ação na defesa de suas comunidades, especialmente na luta por recursos junto ao Estado, mas também nos momentos de conflito interno, para fazer valer as tradições indígenas.

Outro imaginário que povoa as mentes, tanto dos telespectadores quanto dos profissionais de mídia, é de os indígenas já possuírem muitas posses e continuarem recebendo benefícios do Estado. A imagem dos indígenas como beneficiários do Estado acompanha o processo de midiaticização, principalmente porque é na ocasião da entrega de benefícios para as comunidades que eles são pautados no telejornalismo. Lembramos que na maior parte do material de nossa análise fica evidente que a instituição midiática se deslocou para uma comunidade indígena para acompanhar o beneficiador.

Uma outra imagem material chama a atenção dos profissionais da mídia e conduz a que a reforcem como um estereótipo: é a imagem dos indígenas pintados, usando cocares de penas de aves. Os caingangues pintam o corpo e usam adornos

¹⁰³ Conforme sentido de imagem proposto por Gomes (1999), ou seja, imagem construída socialmente, não no sentido material. Essa imagem, no caso indígena, vem associada a um estereótipo.

primitivos em algumas danças ou em ações que realizam. As danças ocorrem em festividades, ao passo que a estratégia visual é utilizada em ações que integram suas lutas, principalmente na reconquista de seus territórios. Essa imagem causa um impacto nos profissionais, que normalmente a utilizam amplamente na construção de uma reportagem. Foi o caso da ocupação da Funai em Passo Fundo, quando tal imagem foi destacada na reportagem em 100% do tempo. Assim, ao destacar o primitivismo, a televisão apresenta o indígena como sem história, pertencente a uma sociedade cujo estágio de desenvolvimento civilizatório cristalizou-se no tempo.

O “hiperdispositivo” orienta o processo de tematização no percurso que faz o material telejornalístico dentro da rede. Na nossa compreensão, à medida que o material recolhido nos locais dos eventos pelos agentes midiáticos se afasta do cenário do acontecimento, vai sendo construído e, portanto, modificado o rol dos temas que podem ser encontrados. O processo produtivo em rede aumenta a distância entre o acontecimento e a circulação dos produtos do telejornalismo sobre eles, aumentando, assim, a capacidade de tematização dos agentes e da instituição midiática e diminuindo a força tematizadora dos indígenas.

A escolha dos temas na midiática dos indígenas revela um processo de construção social. Os temas localizados nas reportagens não refletem a totalidade dos existentes na realidade (espelho), pois não são o resultado somente das escolhas dos jornalistas (*gatekeeper*) nem são somente o resultado da ação dos jornalistas no interior de uma organização (organizacional). Os temas são, sim, o resultado de uma “construção social”, “de processos de interação social entre jornalistas, entre os jornalistas e suas fontes de informação” (TRAQUINA, 2005), porém com uma forte presença institucional, que impõe ordem no espaço e no tempo e constrange a ação dos jornalistas. Nesse sentido, uma instituição midiática em rede potencializa a sua intenção na construção das reportagens e dos seus temas, limitando em muito a ação da sociedade e dos profissionais para representar os acontecimentos e os temas sociais: por um lado, pelo poder da rede em dizer e mostrar e, por outro, pela diminuição do tamanho das reportagens. Uma representação mais local e regional apresenta um menor potencial constrangedor social e profissional por parte da instituição midiática, com as reportagens tendendo a ser mais longas, além de conterem mais vozes dos sujeitos da ação.

12.2.1. Gêneros discursivos

A tematização de Nível 2, como temas da pauta do telejornal nominados pela instituição midiática, conduz para operações diferenciadas que geram o que denominamos “gênero discursivo”. No nosso entender, essas técnicas de produção interferem significativamente nos sentidos produzidos pelas reportagens. Dentre os diferentes recursos narrativos presentes no discurso televisivo em relação a grupos populares (FERNÁNDEZ, 1999), utilizamos três que se destacam no *corpus* de nossa análise: o informativo, o agonal e o denúncia.

Na midiáticação de um tema escolhido pela instituição midiática estão embutidas operações de produção que limitam ou possibilitam a tematização por parte dos sujeitos envolvidos nas reportagens. A limitação pode ser percebida ao ser introduzido na pauta do telejornal o tema da ocupação da Funai pelos indígenas. Nesta matéria a instituição midiática mobilizou suas operações nos diferentes espaços para ocupar o máximo de tempo de fala e fazer uso do seu poder de nomear o acontecimento, garantindo, assim, através da sua fala, que os significados não contribuíssem para alimentar a desordem social que estava em curso pela atitude dos indígenas. Entretanto, nas imagens, que são polissêmicas, os indígenas que visavam fazer pressão sobre a Funai, aparecem em 100% do tempo, enfeitados com pinturas e cocares e ocupando a sede da Funai.

Em outra situação podemos notar um maior espaço de tematização dos indígenas na reportagem do Dia do Índio de 2005. Nesta, que classificamos como reportagem temática, não factual, nem agonal ou de denúncia, as vozes dos indígenas são as únicas a terem lugar a partir dos espaços de cobertura. Eles ocupam 43,71% do tempo de fala na reportagem e introduzem diversos temas, como suas condições no acampamento provisório, residências precárias, saúde das crianças, alimentação e ausência de assistência por parte da Funai. Em relação às imagens, eles aparecem em 79,04 % do tempo, ocupando também um tempo bem superior à média de imagens nas reportagens, que é de 61,56%.

12.2.2. Reportagens factuais e temáticas

As reportagens da amostra foram construídas pela instituição midiática, umas com o foco voltado para os temas comemorativos; outras, para os acontecimentos factuais. As reportagens temáticas tratam do Dia do Índio e as factuais, de temas diversos dos indígenas e suas relações com a sociedade e o Estado. Essa classificação também foi feita com base nos temas de Nível 2, os propostos pela instituição para a pauta dos telejornais.

Entre as reportagens temáticas é destaque o tema do Dia do Índio, que a instituição lembra uma vez por ano, assim como tantas outras datas comemorativas. Os temas que aparecem em seu interior dependem do tipo de perspectiva que a instituição midiática atribui ao material. No nosso entender, isso depende muito da conjuntura do momento em relação aos governos, especialmente o federal, mas também do planejamento e de sua execução. No ano de 2004 houve uma cobertura positiva e otimista em relação aos governos e bem planejada, com a participação de três equipes de reportagem em três reservas indígenas; no ano de 2005, o material produzido parece não ter recebido o mesmo cuidado no seu planejamento, revelando ter sido feito às pressas num acampamento provisório, por um cinegrafista, que, porém, colheu entre os indígenas as suas queixas, principalmente contra os órgãos do governo federal que cuidam das políticas indigenistas.

Nas reportagens temáticas o foco da reportagem está voltado para o Dia do Índio, porém em sua produção é introduzida uma vasta relação de temas a partir do mundo da vida, ao passo que nas reportagens factuais os temas propostos pela instituição midiática indicam acontecimentos que revelam informações da interação dos indígenas com a sociedade ou o Estado, sendo bem menor a relação dos temas a partir do mundo dos indígenas.

A maior parte dessas temáticas passa a integrar as reportagens pela apropriação que a instituição midiática faz, agregando-as ao seu discurso em razão da sua presença no lugar do evento. Porém, algumas delas entram nas reportagens pela capacidade criativa dos indígenas, que muitas vezes decorre do conhecimento que foram adquirindo com o passar dos anos por sua freqüente mediação. Portanto, eles sabem o que interessa e o que não interessa à instituição midiática sobre eles.

Tanto nas “reportagens factuais” quanto nas “temáticas”, as imagens geralmente complementam o processo de tematização guiado pelos textos. Esses temas são introduzidos no material, principalmente, no “espaço-mundo”, no “espaço-percurso” e no “espaço-mediação”.

12.3. O protagonismo

No protagonismo midiático está em jogo a questão do poder e da relação de forças entre os diferentes sujeitos envolvidos no processo. A questão fundamental que se coloca é como esse poder é exercido no processo de mediação dos indígenas. E ainda: Quais são os espaços onde a instituição midiática protagoniza no dizer e no mostrar? Os indígenas possuem lugar no processo de produção para incluir o seu dizer e o seu mostrar nas reportagens?

O protagonismo de sujeitos sociais na mídia depende do lugar que os sujeitos envolvidos ocupam na sociedade e do processo de produção do material telejornalístico. Quanto ao lugar dos indígenas na sociedade, já foi evidenciado na primeira parte da tese. Porém, quanto ao processo de produção, após tê-lo descrito quantitativamente no capítulo anterior, vamos agora fazê-lo de forma qualitativa, destacando o protagonismo conforme a tipologia das reportagens, bem como o gênero discursivo utilizado.

Na sociedade, os grupos protagonizam dando destaque maior às ações sócio-políticas, ao passo que na mídia o processo telejornalístico dá-se segundo um outro modo, que é o “modo da informação” que opera através da linguagem. Portanto, o protagonismo na mídia passa pela questão do poder de dizer e mostrar, o qual está,

destacadamente, com a instituição midiática. Assim, podemos compreender a perda do protagonismo dos indígenas quando transferidos para a tela da televisão. Como se dá isso?

Com base na categoria do tempo de midiaticização dos diferentes sujeitos sociais, concluímos que os indígenas falam pouco e aparecem muito, ou seja, a RBS TV organiza o dizer de forma que os indígenas pouco falem e organiza o mostrar de forma que os indígenas sejam os sujeitos que mais apareçam nas reportagens.

12.3.1. O protagonismo conforme reportagens factuais e temáticas

A protagonização dos indígenas é diferente em reportagens factuais e temáticas, como já foi demonstrado por meio dos percentuais de fala e de imagens e que agora vamos analisar.

12.3.1.1. Análise das falas

Os dados revelam que, quando as reportagens são feitas num contexto que revela uma relação dos indígenas com a sociedade e o Estado, o que ocorre mais nas “reportagens factuais”, a sua fala é menor, ou seja, 10,25%, ao passo que nas temáticas é de 26,62%. No entanto, as mudanças no tempo só podem ser captadas numa perspectiva relacional, ou seja, o tempo numa reportagem é distribuído entre os diferentes sujeitos envolvidos; logo se diminui ou aumenta o tempo dos indígenas, aumenta ou diminui o tempo de outros envolvidos. Nas falas os outros sujeitos são os da instituição midiática, que não modificam muito o seu tempo de um tipo para outro, ou seja, de 76,67% nas “factuais” para 70,60% nas “temáticas”, e os do Estado, que falam 13,08% nas “factuais” e 2,78% nas “temáticas”, havendo aí uma grande alteração. Portanto, os indígenas detêm um menor tempo de fala nas “factuais” porque a instituição fala mais, e os outros falam mais e possuem mais tempo de fala nas “temáticas” porque tanto a instituição midiática como os outros falam menos.

O mais importante aqui é que esse movimento de distribuição de tempo se dá de forma bem clara entre um e outro tipo de reportagem, o que significa que estão em jogo

diferentes operações para produzir um e outro tipo de reportagem. Nas “temáticas” parece haver uma valorização maior do povo indígena como grupo étnico, mas, sobretudo, uma maior liberdade das equipes de reportagem, pois tudo que é localizável, de certa maneira, é aproveitado para midiaticizar o Dia do Índio. Esse é um dos motivos que levam a que as reportagens “temáticas” sejam bem mais longas do que as “factuais”.

Nas reportagens “factuais” os indígenas aparecem em interação mais explícita com outros sujeitos, o que faz o tempo de fala da instituição midiática ser superior ao tempo ocupado pelos indígenas, principais sujeitos da ação midiaticizada: quase quatro vezes superior ao tempo destes. Esses dados revelam que a instituição midiática fala durante a maior parte do tempo e, também, fala durante o tempo em que os indígenas são mostrados, significando que opera em todos os espaços do processo de produção. Por sua vez, os indígenas e outros sujeitos envolvidos ficam restritos ao espaço do acontecimento, ou “espaço-mundo”.

12.3.1.2. Análise das imagens

O manejo do tempo das imagens no processo de produção, em linhas gerais mantém os mesmos movimentos produtivos vistos anteriormente. Os indígenas aparecem em 48,5% do tempo nas factuais e 73,4% na temáticas, ao passo que o tempo de imagem dos agentes da instituição midiática permanece praticamente estável de um tipo para outro, de 25,38% para 23,61%; o tempo de imagem dos outros sujeitos possui uma variação significativa: de 26,15% para 3,01%.

Os indígenas são os sujeitos mais destacados, porém notamos uma diferença acentuada entre a sua visibilização nos dois tipos de reportagens em análise. O tempo de imagem que a instituição midiática concede aos outros é partilhado com os indígenas; logo, se aumenta o tempo dos indígenas, diminui o tempo dos agentes do estado, e vice-versa.

12.3.2. Protagonismo conforme o gênero discursivo

Por meio dos diferentes gêneros discursivos utilizados pelos agentes midiáticos buscamos compreender a variação dos níveis de participação dos diferentes sujeitos presentes nas reportagens. No nosso entender, em torno de cada gênero discursivo destacado se constitui um dispositivo diferenciado, no qual se realizam operações que configuram diferentes discursos. Diante de um determinado tipo de acontecimento, a instituição midiática põe em prática determinadas operações, que configuram um dispositivo específico aplicado em acontecimentos do mesmo gênero. O ponto de partida é o tempo, mas interessam também as operações em cada gênero discursivo nas reportagens.

12.3.2.1. Protagonização através da fala conforme o gênero discursivo

Para compreender a protagonização dos indígenas no telejornalismo da RBS TV demonstramos a variação do nível de sua participação por meio da fala nos diferentes gêneros discursivos apontados e as operações de sua produção.

12.3.2.1.1. Fala no gênero informativo

Tratando-se da fala dos indígenas nas reportagens onde predomina o gênero discursivo informativo, vemos grandes diferenças no tempo de participação, que vai desde 4,62% , na reportagem sobre a morte do vereador, até 43,71%, na reportagem sobre o Dia do Índio de 2005. O pouco tempo de fala dos indígenas na primeira pode ser explicado por ter sido feita no velório, mas também por não terem sido dadas explicações para a morte do vereador. Não havia interesse em ouvir as explicações dos indígenas sobre a morte de um indígena vereador do PT? Por que também não foram ouvidas outras vozes? Por que essa reportagem apareceu isoladamente e não houve continuidade da matéria nos dias seguintes? São perguntas que permanecem sem resposta.

A diferença de tempo de voz entre as duas reportagens do Dia do Índio pode ser compreendida pela forma como foram construídas. Naquela em que os indígenas possuem apenas 15,85% do tempo de fala, no Dia do Índio de 2004, houve a participação de três emissoras da RBS TV (Passo Fundo, Erechim e Porto Alegre) e de três repórteres destas instituições midiáticas, além de participarem dois agentes do Estado. Os indígenas aparecem nas reportagens como espectadores de inaugurações e como expositores de seu artesanato; as poucas falas ficam resumidas a pequenas frases de cinco indígenas e um grupo de crianças, que, a pedido do repórter, em uníssono, pronunciaram o dizer “Feliz Dia dos Índios”.

Na reportagem informativa sobre a formação dos agentes de saúde houve apenas a participação de uma agente de saúde indígena e de uma mãe beneficiada com o trabalho. O tempo de fala dos indígenas foi de 19,54%, ou seja, duas frases que não chegam a 15 palavras. Os indígenas e a sua preparação para atuarem como agentes de saúde eram o destaque no acontecimento, porém o maior tempo de fala foi dado à instituição midiática e aos agentes do Estado.

12.3.2.1.2. Fala no gênero agonai

Nas três reportagens agonais os indígenas têm acesso ao microfone somente em uma delas, com 16,47%; em contrapartida, os agentes midiáticos falam em todas elas acima de 80% do tempo, chegando a 100% numa. Portanto, quanto mais os indígenas controlam a ação daquilo que está sendo midiaticizado, tanto mais a instituição midiática exerce o seu poder de organizar o dizer sobre eles.

12.3.2.1.3. A fala no gênero denúncia

Na reportagem de denúncia os indígenas têm acesso ao microfone por pouco tempo, ou seja, aos verdadeiramente prejudicados pelos problemas nos equipamentos na

Unidade de Saúde somente é dada a fala em 7,79% da reportagem. Portanto, a denúncia é midiaticizada a partir da fala dos agentes do Estado e da própria instituição midiática.

12.3.2.2. Protagonização através da imagem conforme o gênero discursivo

Quando se trata das imagens nas reportagens, há uma maior participação dos indígenas.

12.3.2.2.1. As imagens no gênero informativo

Nas reportagens do gênero informativo os indígenas aparecem acima de 70% nas que midiaticizam o Dia do Índio, 62,07% naquela sobre o treinamento dos agentes de saúde e com 53,85%, naquela sobre a morte do vereador.

12.3.2.2.2. As imagens no gênero agonial

Nestas reportagens a participação dos indígenas vai desde 30% do tempo de imagem até 100%. Na reportagem sobre o desarmamento eles são pouco visibilizados, porque a equipe de reportagem fez a cobertura dando ênfase à operação militar, logo, deixou os indígenas e seu conflito em segundo lugar. Na reportagem sobre o conflito há um tempo maior de visibilização por conterem imagens espetaculares de marcas de balas, armamento, carta anônima e de indígenas, com depoimentos de ambas as partes envolvidas no conflito. Na reportagem sobre a ocupação da Funai só aparecem eles, o que só é compreensível pela produção em rede. A matéria construída inicialmente era bem extensa e assim fora veiculada na televisão local de Passo Fundo, mas com a sua inserção na pauta da rede acabou virando uma “nota coberta” com 100% de imagens dos indígenas. Essa mudança, certamente, deve-se à disputa do tema com outras temáticas no telejornal daquele dia.

12.3.2.2.3. As imagens no gênero denúncia

Na única reportagem de denúncia observamos que a participação dos indígenas na tela é ainda menor, pois aparecem em 23,38% da reportagem. O destaque, na verdade, são os agentes do Estado, que foram os preferidos dos agentes midiáticos para falar sobre os problemas existentes no atendimento da saúde dos indígenas.

* * *

O que mais contribui para os sentidos produzidos na reportagem são as operações dos agentes da instituição midiática: em primeiro lugar estão as escolhas feitas para a cobertura; em segundo as escolhas na cobertura. Nas escolhas feitas para a cobertura contam as operações de deslocamento da equipe de reportagem, como, por exemplo, o horário de chegada ao local em relação ao desenrolar do acontecimento. Isso interfere significativamente nas imagens que serão gravadas, mas também pode interferir no relato que o repórter construirá sobre o acontecimento.

Nas escolhas na cobertura contam as operações de conceder ou não tempo de fala e de imagem aos sujeitos envolvidos no acontecimento. Nas reportagens informativas e de denúncia o tempo de fala dos indígenas está próximo de um terço do tempo de imagem que eles possuem, ao passo que, quando as reportagens são de denúncia, o tempo de imagem é cerca de doze vezes superior ao tempo de fala. Portanto, no gênero agonial, onde aparece o conflito, a instituição que controla o dispositivo dá visibilidade aos indígenas, todavia concede-lhes pouco tempo de fala para que possam relatar ou narrar o acontecimento.

12.3.3. Relação entre o tempo de fala, os espaços de produção e o gênero discursivo

Um olhar para as operações de produção em relação às falas nos diferentes espaços produtivos (“espaço-mundo”, “espaço-percurso” e “espaço-mediação”) nas reportagens de cada um dos três gêneros discursivos (agonial, informativo e de

denúncia) revela que o “espaço-mundo” participa com 21,3% nas reportagens agonais, 25,5% nas informativas e 33,3% nas de denúncia. O “espaço-percurso” contribui com 29,8% nas agonais, 17,9% nas informativas e 16,7% nas de denúncia. O “espaço-mediação” participa com 48,9% nas reportagens agonais, 56,6% nas informativas e 50,0% nas de denúncia.

Tabela 14 – Relação entre espaços midiáticos e gêneros discursivos

	Espaço-mundo	Espaço-percurso	Espaço-mediação
Gênero agonal	21,3%	29,8%	48,9%
Gênero informativo	25,5%	17,9%	56,6%
Gênero denúncia	33,3%	16,7%	50,0%

Esse olhar sobre as falas por esse viés confirma, por um lado, a destacada diferença da contribuição de cada um dos espaços na produção de uma reportagem na RBS TV, ou seja, há uma superioridade de falas no “espaço-mediação” onde opera a instituição midiática, mas, especialmente, o “hiperdispositivo” da rede, e uma diminuição de participação do “espaço-mundo” e do “espaço-percurso”, onde operam os sujeitos do acontecimento e a equipe de cobertura. Concluímos, assim, que o espaço mais destacado na produção das reportagens da RBS TV em rede é o da “mediação”, onde ocorre a edição e a enunciação, ou seja, a transformação do material do acontecimento num produto telejornalístico; em segundo lugar encontra-se o “espaço-mundo” e, em terceiro, o “espaço-percurso”. Esta regularidade é quebrada somente nas reportagens do gênero agonal, nas quais o tempo do “espaço-percurso” aumenta significativamente; neste gênero é a participação do repórter no local do evento que aumenta, o que possibilita aos dois espaços iniciais somados suplantarem o tempo do “espaço-mediação”.

Entretanto, notam-se também mudanças significativas nos percentuais em relação aos sujeitos no “espaço-mundo”, quando se trata da reportagem de denúncia,

visto que aos sujeitos denunciadores é concedida uma fala mais extensa, e no “espaço-mediação”, onde se nota uma participação maior dos agentes midiáticos através da notacoberta. No gênero informativo há um destaque para a apresentação dos âncoras nas reportagens, que no fechamento se estendem em comentários.

* * *

Quanto mais o espaço de reportagem for ocupado pela instituição midiática e seus agentes, tanto mais estarão presentes temáticas definidas segundo a visão da instituição e dos profissionais a respeito dos indígenas. O hiperdispositivo, aumentando o espaço midiático, aumenta os espaços de atuação dos seus agentes, ou seja, quanto mais longe do cenário dos acontecimentos o produto telejornalístico é finalizado, maior é o tempo de voz dos agentes da instituição midiática, em detrimento dos principais sujeitos da ação social. É o caso da ocupação da sede da Funai em Passo Fundo, em que na emissora local foi veiculada uma reportagem mais ampla, com “boletim”, “sonoras” e “nota coberta”, mas, ao ser passado para a cabeça-de-rede, o material ficou somente em 16 segundos, com a fala do âncora em *off* durante todo o tempo da reportagem. Outra reportagem em que não se ouve a voz dos indígenas é a que mostra a presença ostensiva da Polícia Militar, com helicóptero, avião, cavalos, tropa de soldados e diversas viaturas; neste caso, as imagens do aparato militar e dos soldados com fardamento para atuar na selva dominaram a reportagem e guiaram o texto da mesma.

Quanto maior o controle dos indígenas sobre os acontecimentos, o que ocorre especialmente naqueles em que as reportagens são do gênero agonal ou do tipo temático comemorativo, maiores são as possibilidades de aumentar o seu protagonismo midiático, como também de garantir a presença de suas temáticas no material informativo. Isso ocorre ainda com o maior conhecimento que os indígenas vão adquirindo em relação ao processo de produção, pois os acontecimentos sobre os quais eles têm o controle são organizados para que sintonizem com os valores notícias vigentes entre os profissionais midiáticos. Em situações de conflito aumenta o tempo de sua midiatização em imagens, porém o seu tempo de fala diminui, visto que nesta situação as imagens são o lugar da protagonização indígena.

Na relação de forças entre a instituição midiática e os sujeitos midiatizados prevalecem as operações de produção, sobre as quais a instituição midiática mantém o

controle. Logo, o que temos, geralmente, é o agente midiático assumindo a fala dos indígenas, porém com a sua interpretação. É também a instituição midiática que seleciona as imagens do mundo indígena, que destaca temas presentes na fala ou apresenta novos temas. Este tipo de temática às vezes gera outra reportagem, se for relevante para os profissionais da reportagem.

Conclusões

Construímos o processo de tese buscando superar as compreensões parcializadas existentes nos estudos comunicacionais. Buscamos ir além dos estudos sociológicos da comunicação, daqueles aos quais somente interessam as bases tecnológicas dos meios de comunicação e também da análise de conteúdo, ou simplesmente das questões de linguagem. Elaboramos uma proposição teórico-epistemológica abrangente, que nos possibilitasse perceber diferentes dimensões implicadas num mesmo objeto comunicacional. Propusemo-nos também a uma perspectiva metodológica que nos possibilitasse compreender os produtos do telejornalismo construído no interior de instituições midiáticas em rede, pois, na atualidade, a maior parte do telejornalismo brasileiro é produzida e circula em instituições que se organizam dessa forma.

O objetivo principal da pesquisa foi compreender a midiatização dos indígenas caingangues no processo de produção do telejornalismo da RBS TV como dispositivo midiático em rede, delimitado geograficamente ao Rio Grande do Sul. Para isso, analisamos o processo de produção das oito reportagens sobre os caingangues com base nas marcas de sua produção percebidas em seu interior e por meio da observação participante. Na análise da produção destacamos os diferentes gêneros discursivos informativo, agonal e denúncia, mas e as operações das quais resultam as “reportagens factuais” e “temáticas”. Em cada gênero discursivo destacamos a dimensão técnico-tecnológica, a semiolinguística e a socioantropológica que constituem o dispositivo,

bem como as operações que ocorrem em cada uma, destacando as variações de espaços produtivos, tempos e temas de midiaticização, por meio das quais observamos a tematização e a protagonização dos caingangues no telejornalismo da RBS TV.

Concentramos o nosso esforço nos processos midiáticos que ocorrem na produção do telejornalismo com base no conceito de dispositivo midiático. Delimitamos o nosso objeto de estudo a uma rede de televisão, a RBS TV, o seu telejornalismo informativo, a reportagem, sua produção nos dois principais telejornais - *Jornal do Almoço* e o *RBS Notícias* - sobre os caingangues no estado. Formulamos este trabalho seguindo o caminho sugerido por Mauro Wolf (2003), que afirma ter havido um avanço nos procedimentos investigativos na atualidade, os quais se voltam para a reconstrução dos processos midiáticos por meio de metodologias integradas e complexas.

Com Traquina (2005) refizemos o percurso das principais teorias do jornalismo utilizadas até hoje para explicar as notícias, que são as seguintes: a teoria do espelho, do *gatekeeper*; a teoria organizacional, da ação política, e o paradigma da construção social das notícias por meio das teorias estruturalista e etnoconstrucionista. Como ele e tantos outros, fizemos a opção pelo paradigma da notícia como construção social, o que buscamos evidenciar durante o trabalho desde as primeiras linhas da introdução, pela forma como fomos estruturando a tese, especialmente os contextos, amplamente descritos na primeira parte, assim como pelas categorias utilizadas e pela forma como refletimos sobre elas, pelos sujeitos envolvidos e pelo destaque dado para as suas vozes e imagens no processo de construção.

As nossas análises tiveram como porta de entrada os gêneros discursivos nas reportagens, que possibilitaram organizá-las conforme o tipo de discurso. As reportagens classificadas conforme o gênero possuem características próprias, que são o resultado de operações de produção que envolvem mais do que linguagem. Utilizamos também a classificação das reportagens a partir do seu objeto de cobertura, ou seja, foi muito fecunda também a organização da amostra em reportagens “factuais” e “temáticas”.

A opção por analisar a televisão e as reportagens do telejornalismo na perspectiva do dispositivo midiático possibilitou-nos um olhar ampliado para o processo de produção nos produtos, por meio das dimensões que se encontram em permanente interação, do qual as reportagens são o resultado. Cada uma das dimensões trouxe elementos para a compreensão do nosso objeto de estudo; olhando-as em interação, elas

podem fornecer respostas mais completas às perguntas feitas, ao passo que, isoladamente, aproximam-se mais de outros campos do conhecimento. O dispositivo midiático multidimensional possibilitou-nos compreender os processos que envolvem um objeto midiático e telejornalístico como o nosso, que exige olhares mais amplos para compreendê-lo, num processo social de produção. Numa dessas miradas encontramos a ampliação do processo de produção verticalizado na rede, no qual se destacam as operações técnico-tecnológicas; noutra mirada encontram-se os processos de linguagem e socioantropológicos na perspectiva horizontal.

Na dimensão técnico-tecnológica permanecemos mais atentos às operações realizadas no processo de produção na organização midiática em rede, as quais se encontram diluídas em diversos espaços e são realizadas por múltiplos agentes midiáticos. Numa instituição midiática que não vincula sua produção e enunciação telejornalística a uma rede, são quatro os espaços produtivos do telejornalismo, mas, no caso do processo produtivo em rede, alguns desses espaços são duplicados, o que complexifica o processo produtivo. Isso acontece porque normalmente estão envolvidas duas ou mais instituições no processo de produção, cuja ampliação ou complexificação se dá, destacadamente, no “espaço-mediação”, onde acontece a edição das reportagens, e também no “espaço-canal”, onde se localiza o comando da rede e são definidas a programação da emissora, a pauta do telejornalismo, as temáticas preferenciais, bem como o tempo e o espaço de cada informação.

A dimensão técnico-tecnológica orienta o processo produtivo das reportagens, influenciando também as outras dimensões, em razão de diversos fatores, entre eles o lugar que ocupa hoje, o desenvolvimento tecnológico nos meios de comunicação, e pela influência desta dimensão na formação dos profissionais, que é destacadamente mais tecnológica do que teórico-reflexiva. Isso se deve, em grande parte, ao modelo midiático hegemônico, privado e comercial, no Brasil e, de resto, também em boa parte dos países. Nesta perspectiva, a produção telejornalística também é orientada pelo sistema de mídia que produz os seus produtos na perspectiva da comercialização e do conseqüente lucro.

Esse modelo de mídia e de jornalismo aumenta a protagonização da instituição midiática no processo produtivo das reportagens. A rede de televisão, ou seja, o “hiperdispositivo”, é um dos fatores determinantes na construção dos seus produtos telejornalísticos, o que reforça ainda mais a finalidade comercial do processo. O

telejornalismo em rede, neste modelo, surge com a promessa de realizar a integração nacional, porém, na prática - e alguns estudos anteriores já concluíram nesse sentido -, a integração acontece menos pela informação e mais pelo mercado publicitário, que acompanha e se sobrepõe neste modelo ao telejornalismo. As instituições midiáticas em rede possuem abrangência regional ou nacional, bem como os instrumentos de *marketing* para captar investidores e cooptar consumidores e, assim, maximizar os seus lucros. Esse processo despersonaliza e descontextualiza a informação, visto que é tirada do seu mundo e aprimorada longe dele para integrar a programação do telejornalismo como oferta de produtos telejornalísticos.

O jornalismo tematiza e conta histórias em torno dos temas e acontecimentos escolhidos para serem midiaticizados. Os caingangues é um dos temas escolhidos pelo jornalismo da RBS TV, por representarem um outro diferente, que às vezes aparece na sua forma primitiva e exótica, mas também porque se encontram em ação, ora desestabilizando o Estado ou a sociedade, ora revelando seus conflitos internos. Ainda, por saberem promover os acontecimentos, pois conhecem parte dos códigos do telejornalismo, tornam-nos midiaticizáveis com maior facilidade. Os indígenas já aprenderam a sintonizar com os valores-notícia vigentes e, assim, chamar a atenção para aspectos visuais, entre eles, a pintura do corpo e a utilização de instrumentos de luta, bem como a mobilizar um grande número de pessoas em suas manifestações.

O tema caingangue é amplo e materializa-se nas reportagens em diversos subtemas escolhidos pela instituição midiática (Nível 2). O principal eixo em torno do qual acontece a tematização dos indígenas pela RBS TV é a relação deles com o Estado e a sociedade próxima. Nesse sentido, eles são midiaticizados sobretudo pela relação existente. Todas as reportagens da amostra tiveram sua temática construída conforme essa interação que se constituiu, como fica evidente quando observamos as “reportagens factuais” e, com menor destaque, as “reportagens temáticas”, apesar de se voltarem para temas escolhidos para lembrar o Dia do Índio.

Alguns temas são recorrentes na cobertura da causa indígena¹⁰⁴, ao passo que outros poucas vezes integram a pauta dos telejornais¹⁰⁵. Essa é uma opção da linha editorial do telejornalismo da instituição. Os temas pautados visam relatar e narrar

¹⁰⁴ Os temas mais recorrentes na pauta dos telejornais sobre os indígenas caingangues são conflitos, ações ou omissões do Estado junto aos indígenas, tragédias, etc.

¹⁰⁵ Entre eles estão a luta pela terra, questões que envolvem a defesa de sua cultura e do idioma, preconceitos, violências físicas, etc.

acontecimentos da atualidade, sem se ocupar com os contextos históricos, econômicos, sociais e políticos, até porque o espaço destinado à cobertura da causa indígena nos telejornais não permite aprofundar os temas em pauta.

Os acontecimentos e temas que envolvem somente grupos indígenas (Nível 1) são pouco relevantes para serem midiáticos pela instituição midiática e não foram localizados na amostra desta pesquisa. Aos indígenas resta contar a sua versão e tentar protagonizar naqueles momentos de fala que lhes são concedidos por ocasião de reportagens que tratam de temáticas relacionais, ou por meio das imagens destacadas nas reportagens.

Os temas que dizem respeito às caracterizações dos indígenas na narrativa jornalística (Nível 3) são bastante evidentes e apresentam um sentido em relação ao mundo e à cultura dos indígenas, porém marcadamente negativo. Essas tematizações são inscritas principalmente no “espaço-mediação”, distante do local do acontecimento, ou seja, pelos agentes da instituição midiática; são construídas de acordo com o imaginário existente sobre os indígenas, que é apresentado pela voz *in off* e pelos apresentadores. Os principais imaginários negativos apresentados por meio de imagens e falas são os indígenas como vítimas, como perturbadores da ordem, como beneficiários e como primitivos e exóticos.

O imaginário construído sobre os indígenas depende, fundamentalmente, do imaginário social, mas também dos interesses da emissora na disputa pela audiência e pelo mercado publicitário. A conjugação desses dois fatores conduz a que os agentes reforcem, por meio do material produzido sobre os indígenas, os diversos imaginários que aparecem nesse nível temático.

Em relação à protagonização no telejornalismo, concluímos que os principais protagonistas são os agentes midiáticos e que os sujeitos que protagonizam os acontecimentos encontram pouca possibilidade de protagonização na cena midiática. O tempo de fala e o tempo de imagem demonstram o controle do processo de produção pela instituição midiática. Diante disso, a possibilidade que os indígenas têm de protagonizar na mídia por meio da fala é muito pequena, porém nas reportagens temáticas do Dia do Índio, nas do gênero discursivo agonial e nas imagens de um modo geral aumenta consideravelmente o seu protagonismo midiático.

Em diferentes espaços de produção protagonizam diferentes sujeitos, do que decorrem também os diferentes níveis de tematizações no processo de construção das

reportagens. Contudo, é flagrante a supremacia da instituição midiática, que atua em todos os espaços da produção, ao passo que os indígenas e outros sujeitos que frequentam algumas matérias têm a possibilidade da participação, ou de protagonização, somente no momento da cobertura dos eventos no “espaço-mundo”. Pela protagonização fica evidente também o destaque dado para os níveis de tematização onde operam os agentes midiáticos. Tanto nas inscrições de imagens quanto nas inscrições das falas nas reportagens é a instituição midiática quem concede e autoriza a participação de sujeitos não midiáticos, ao mesmo tempo em que ela própria se autoriza, se inclui no drama e se auto-referencia.

No espaço-mundo, por meio da protagonização de diferentes sujeitos, principalmente dos indígenas, mas também dos agentes das instituições do Estado, ocorrem tematizações que aparecem nas reportagens como de segunda ordem, porque nelas não há destacada participação dos agentes midiáticos. Por força da participação deste tipo de sujeitos, são atribuídos significados diferentes ao material midiático daquele pretendido pela instituição por meio de seus agentes. Essa atribuição de significados se dá, portanto, num processo de disputa e de interinfluências para definir o que mais vai aparecer ou significar no material gravado pelos agentes da instituição.

Esses temas, de maneira geral, são desconhecidos pelos agentes midiáticos, portanto não pautados, mas passam a circular no processo de construção das reportagens e tornam-se opção no momento da construção do produto final, dependendo da capacidade de influência dos sujeitos do acontecimento sobre os agentes midiáticos. Às vezes, esses temas passam a interessar tanto à equipe de reportagem que se tornam uma outra reportagem em dias subsequentes.

Em relação às operações de produção que geram as falas em cada um dos espaços produtivos, constatamos que os produtos do telejornalismo sobre os caingangues são resultado, sobretudo, da construção no “espaço-mediação” (51,8%), seguido pelo “espaço-mundo” (26,7%) e “espaço-percurso” (21,4%), ou seja, as falas da instituição midiática são mais destacadas longe do espaço do acontecimento e da cobertura do acontecimento. No nosso entender, isso se deve em grande medida ao “modo de informação” estruturado em rede na RBS TV no Rio Grande do Sul. Porém, um olhar para as reportagens do gênero agonal, por exemplo, nas quais os indígenas controlam o acontecimento, mostra que essa regularidade é modificada, na medida em que o tempo no “espaço-percurso” aumenta, porque nesse gênero o relato do repórter,

mais próximo do contexto do acontecimento, recebe mais tempo no conjunto da reportagem.

As conclusões deste trabalho não têm a pretensão de universalidade, porém são vários os elementos que apontam no sentido de que as práticas operatórias na midiatização dos indígenas são comuns a outras coberturas telejornalísticas, porém, necessitam ser testadas. Ao mesmo tempo que respondemos as questões propostas no trabalho, outras, que surgiram no processo de investigação, ainda permanecem sem resposta e indicam para novos desafios de investigação. As que permanecem em aberto são aquelas que dizem respeito a comparação entre produtos do telejornalismo da rede sobre acontecimentos ou temas construídos e veiculados em instituição midiática do interior e os produzidos (modificados) e veiculados no complexo da rede. Buscaremos responder às seguintes questões em pesquisa que desenvolveremos. Quais são as diferenças entre a midiatização local e regional (rede) a respeito de um mesmo tema ou acontecimento na Rede Brasil Sul de Televisão? Quais são condições sociais de produção que deixam suas marcas nos produtos do telejornalismo produzido em diferentes níveis (local e regional) de uma mesma rede de televisão? Porém, ainda outros desafios que foram suscitados por este trabalho, permanecem. Entre eles as estratégias midiáticas de participação nos processos sociais segundo lógicas da mídia na construção dos acontecimentos midiatizados, mas também, no processo de midiatização, enquanto um acontecimento.

Esperamos com esta pesquisa contribuir com o conhecimento teórico-epistemológico nos estudos comunicacionais e, também, na formação de novos profissionais, dos que já estão no mercado de trabalho, bem como dos atuais e futuros concessionários de televisão, que têm o telejornalismo como um dos principais gêneros. Por fim, também desejamos contribuir com os telespectadores em geral e com os indígenas em especial, que consomem diariamente as notícias, para que vejam e ouçam com mais proveito os telejornais.

Referências

- ARAÚJO, Inesita. *A reconversão do olhar*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2000.
- Televisão e indianidade. *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, n. 315, p. 13-21, Jan/fev 2001.
- Lugar de interlocução, lugar de luta, discurso e transformação social na saúde indígena. In: INTERCOM, 2002. *Anais*.
- *Mercado simbólico: interlocução, luta e poder: um modelo de comunicação para políticas públicas*. Tese (Doutorado em Comunicação) Escola de Comunicação da UFRJ, Rio de Janeiro, 2002a.
- AUMONT, Jacques. *A imagem*. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1995.
- BAKHTINE, Mikhail. *La poétique de Dostoievski*. Paris: Éditions du Seuil, 1970.
- BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo. *Manual de telejornalismo – Os segredos da notícia na TV*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- BARROS, Armando Martins. Formação de professores guarani Mby'á: o sujeito da imagem e o objeto do olhar. In: INTERCOM, 2003. *Anais*.
- BECKER, Ítala Irene Basile. *O índio kaingáng no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1995.
- BECKER, Beatriz. 500 anos do descobrimento nos noticiários da TV. In: VIZEU, Alfredo, PORCELLO, Flávio; MOTA, Célia (Org.). *Telejornalismo: a nova praça pública*. Florianópolis: Insular, 2006. p. 65-97.

BIRD, Elizabeth; DARDENNE, Robert. Mito, registo e estórias: explorando as qualidade narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*. 2. ed. Lisboa: Veja, 1999. p. 263-277.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1985.

BITTENCOURT, Maurício Pimentel Ho mem. *Diálogo parcial: uma análise da cobertura da imprensa para a questão indígena brasileira*. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Escola de Comunicação da USP, São Paulo, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

--- *O poder simbólico*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRAGA, José Luiz. Sobre a conversação. FAUSTO NETO, Antônio; PORTO, Sérgio Dayrell; BRAGA, José Luiz (Org.). *Comunicação Cultura & Política*. Rio de Janeiro: Diadorim. 1994. p. 289-308.

--- Constituição do campo de comunicação. In: FAUSTO NETO, Antônio; PRADO, José Luiz Aidar; PORTO, Sérgio Dayrel (Org.). *Campo da Comunicação: caracterização, problematização e perspectivas*. João Pessoa: Editora Universitária, 2001. p. 11-39.

--- Sobre « mediatização » como processo interacional de referência. In : COMPÓS, GT Comunicação e Sociabilidade, Bauru. 2006, *CD-ROM*.

BREED, Warren. Controlo social na redacção: uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*. 2. ed. Lisboa: Veja, 1999. p. 152-166.

BUENO, Sérgio Augusto Ruck. *Dependência de campos e discurso engajado: o caso RBS Notícias*, Dissertação Mestrado em Comunicação na UFRGS, Porto Alegre, 1999.

CANAVILHAS, João. A internet como memória. *BOCC*, 2004

--- *Blogues políticos em Portugal: o dispositivo criou novos actores?*. Disponível em www.bocc.ubi.pt, Acesso em: 30 out. 2005.

CARINI, Joel João. *Estado, índios e colonos: o conflito na reserva indígena de Serrinha norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora UPF, 2005.

CARLÓN, Mario. *Sobre lo televisivo: dispositivos, discursos y sujetos*. Buenos Aires: La Crujía Ediciones, 2004.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000

CHALVON-DEMERSAY, Sabine. Ficção e experiência. In: ABRANTES, José Carlos; DAYAN, Daniel (Org.). *Televisão: das audiências aos públicos*. Lisboa: Horizontes, 2006. p. 51-71.

CHAMPAGNE, Patrick. A visão mediática. In: BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p.63-79.

CHARAUDEAU, Patrick. *Le discours d'information médiatique: la construction du miroir social*. Paris: Nathan – Institut National de l'Audiovisuel, 1997.

CORREIA, Fernando. *Os jornalistas e as notícias*. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.

CORREIA, João Carlos. *Jornalismo e espaço público*. 2. ed. Covilhã/Portugal: Universidade da Beira Interior, 2002.

--- *Comunicação e cidadania: Os media e a fragmentação do espaço público nas sociedades pluralistas*. Lisboa: Horizontes, 2004.

--- *Sociedade e comunicação: estudos sobre jornalismo e identidades*. Covilhã – Portugal: UBI, 2005.

--- *A teoria da comunicação de Alfred Schutz*. Lisboa: Horizontes, 2005a.

--- *Os mass medias entre o sistema e o mundo da vida*. Disponível em: <http://www.bocc.pt>. 14 p.

--- Regresso ao “Arrastão de Lisboa”: reflexões sobre epistemologia do jornalismo. In: VIZEU, Alfredo, PORCELLO, Flávio; MOTA, Célia (Org.). *Telejornalismo: a nova praça pública*. Florianópolis: Insular, 2006. p. 193-219.

COUTINHO, Iluska. *Telejornal e narrativa dramática: um olhar sobre a estrutura da informação em TV*. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; MOTA, Célia (Org.). *Telejornalismo – a nova praça pública*. Florianópolis: Insular, 2006. p. 99-124.

COUTO, Angélica Coronel. *O discurso cidadão no campo das mídias: um estudo comparativo entre RBS Notícias e Jornal da TVE Segunda Edição*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação), Unisinos, São Leopoldo, 2005.

CRUZ, Dulce Márcia. *Televisão e negócio: a RBS em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996.

CURADO, Olga. *A notícia na TV: o dia-a-dia de que faz telejornalismo*. São Paulo: Alegro, 2002.

DAYAN, Daniel. Dar atenção à atenção: um olhar sobre as audiências e os públicos. In: ABRANTES, José Carlos; DAYAN, Daniel (Org.). *Televisão: das audiências aos públicos*. Lisboa: Horizontes, 2006. p. 23-26.

--- Televisão, o quase-público. In: ABRANTES, José Carlos; DAYAN, Daniel (Org.). *Televisão: das audiências aos públicos*. Lisboa: Horizontes, 2006b. p. 29-49.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005

DUARTE, Elizabeth Bastos. *Televisão: ensaios metodológicos*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

--- Reflexões sobre os gêneros e formatos televisivos. In: DUARTE, Elizabeth Bastos; CASTRO, Maria Lídia Dias de. *Televisão: entre o mercado e a academia*. Porto Alegre: Sulina, 2006. p. 19-30.

DUARTE, Josué. *A notícia na bolsa: RBS e Abril em busca de investidores*. Disponível em: [http:// observatorio.ultimosegundo.ig.com.br](http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br), Acesso em: 20 jan. 2006a.

DUBOIS, Philippe. *Cinema, vídeo, Godard*. Portugal: Ed. Cosac Naif, 2004.

FAUSTO NETO, Antônio. A pesquisa vista de dentro de casa. In: (Org. ?) *Tensões e objetos da pesquisa em comunicação*. Porto Alegre: Compós/Sulina, 2002. p. 21-35.

--- *Mudanças da medusa? A enunciação midiaticizada e sua incompletude*. In: SEMINÁRIO PROSUL, 2007, São Leopoldo, Unisinos, CD ROM.

FECHINE, Yvana. Standig apart – *Facing Faces*: notas sobre vídeo-instalação e enunciação – enunciação e regimes enunciativos. Universidade Católica de Pernambuco, [Sd.]

FERREIRA, Gil. Mídia e libertação de identidades na cultura contemporânea. *Media & Jornalismo*, Coimbra: Minerva, n.3, p. 113-124, 2003.

--- Identidade e políticas de reconhecimento social na sociedade de rede. SOPCOM, 4. Portugal, 2005. *Livro de atas*, p. 713-723.

FERREIRA, Jairo Getulio. *Campos de significação e conhecimento em dispositivos digitais: análise das interações discursivas em listas de discussão*. Tese (Doutorado em Informática na Educação) UFRGS, Porto Alegre, 2002.

--- O jornalismo como campo: do homogêneo ao heterogêneo. *Fronteiras – Estudos midiáticos*, v. IV, n 1, jun. 2002a.

--- O conceito de dispositivo: explorando dimensões de análise. *Ecos Revista*. Pelotas: Universidade Católica, v. 7, n. 2, jul./dez. 2003.

--- *Uma abordagem triádica dos dispositivos midiáticos*, 2006. Mimeografado.

--- Relações, intersecções e fluxos entre dispositivos, processos sociais e comunicação: um novo esboço sobre midiaticização. In: SEMINÁRIO PROSUL, 2007, São Leopoldo, Unisinos, CD ROM.

--- Notícias sobre as ONGs: uma conjuntura aberta pelos dispositivos midiáticos na web. In: FERREIRA, Jairo; VIZER, Eduardo (Org.). *Mídia e movimentos sociais: Linguagens e coletivos em ação*. São Paulo: Paulus, 2007a. p. 133-148.

FERNÁNDEZ, Valério Fuenzalida. Televisão: gêneros televisivos e cultura do protagonismo. In: SUNKEL, Guillermo (Coord.). *El consumo cultural em América Latina: Construcción teórica y líneas de investigación*. Santafé de Bogotá – Colômbia: Andrés Bello, 1999. p. 339-370.

FIDALGO, Antônio. O modo de informação de Mark Poster. *BOCC*, 2001.

FISKE, John. *Television culture: popular pleasures and politics*. 3. ed. London: TJ Press, 1991.

FONTANILLE, Jacques. *Significação e visibilidade: exercícios práticos*. Porto Alegre: Sulina, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Lisboa: Relógio d'Água, 1997.

FOUQUIER, Eric e VERÓN, Eliseo. *Les spectacles scientifiques télévisés: figure de la production e de la réception* Paris: La Documentation Française (Ministère de la Culture), 1985.

FREIRE, Maria José Alfaro. A representação do índio na imprensa brasileira: o caso Payakã. In: INTERCOM, 2000.

FROTA, Mônica. *Taking Aim e a aldeia global: A apropriação cultural e política da tecnologia de vídeo pelos índios kayapós*. Disponível em: WWW.mnemocikne.com.br/osbrasisindigenas/frota.htm. Acesso em: 1995.

GARCEZ, Walkari. *O local no telejornalismo da RBS: a integração da TV Bagé*. Dissertação (Mestrado em Comunicação), PUC. Porto Alegre, 1998.

GARCIA CANCLINI, Nestor. *Culturas híbridas*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

GEHLEN, Arnold. *A alma na era da técnica: problemas de psicologia social na sociedade industrializada*. Lisboa: Livros do Brasil, [sd.].

GOHN, Maria da Glória. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2005

GOMES, Mayra Rodrigues. *Jornalismo e filosofia da comunicação*. São Paulo: Escrituras, 2004.

GOMES, Pedro Gilberto, O processo de midiatização da sociedade. São Leopoldo: PPG de Comunicação da UNISINOS. 2007. Mimeografado.

GOMES, Wilson. O estado da arte dos cursos brasileiros de pós-graduação em comunicação. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo, v. XXIII, n 2, 2000. p. 121-137.

--- *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

GUARESCHI, Pedrinho; BIZ, Osvaldo. *Mídia & democracia*. 2. ed. Porto Alegre: Evangraf, 2005.

GROSSWILER, Paul. *Method is the message: rethinking McLuhan through critical theory*. Montréal: Black Rose Books, 1998.

HALL, Stuart. Encoding/decoding. In: MARRIS, Paul; THORNHAM, Sue. *Media studies*. Edimburgh – Inglaterra: Eimburgh University Press, 1996.

--- *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HEGEL. G. W. Friedrich. *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis: Vozes, 1992.

HERREROS, Mariano Cebrián. *Información televisiva: mediaciones, contenidos, expresión y programación* Madrid: Editorial Síntesis, 1998.

JAMES, Francis. A evolução da imagem na informação televisiva em França: um relance histórico. *Revista Comunicação e Linguagens*, Lisboa: Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens, n. 9, p. 91-96, maio 1989.

KAPUSCINSKY, Ryszard. Disponível em www.jornalismo-ufsc.br/arquivo/noticias/. Acesso em: 8 jan. 2008.

KLEIN, Otavio José. Os indígenas kaingáangs no telejornalismo da RBS TV no Rio Grande do Sul: análise da produção. In: *Atas da ALAIC 2006 – GT de Meios Comunitários e Cidadania*, 2006. Disponível em: www.unirevista.unisinos.br. Acesso em: set. 2007.

LIMA, Maria Goretti Leite. *O índio na mídia impressa em Roraima*. Dissertação de (Mestrado em Comunicação), Unicamp, Campinas, 2001.

LINS, Aline Maria Grego. A construção telejornalística sob o olhar processual. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; MOTA, Célia (Org.). *Telejornalismo: a nova praça pública*. Florianópolis: Insular, 2006. p. 167-191.

LUHMANN, Niklas. *A realidade dos meios de comunicação*. São Paulo: Paulus, 2005.

MACHADO, Arlindo. *A televisão levada a sério*. 3. ed. São Paulo: Editora Senac, 2003.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.

- MANCE, Euclides. *A revolução das redes. A colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARCON, Telmo (Coord.). *História e cultura kaingáng no sul do Brasil*. Passo Fundo: Ediupf, 1994.
- MARRE, Jacques. A construção do objeto científico na investigação empírica. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO OESTE DO PARANÁ. Fundação Universidade do Oeste do Paraná. Cascavel, 1991.
- MARTIN-BARBERO. Jesús. Razón técnica y razón política: espacios e tiempos no pensados. *Revista Latinoamericana de Ciências de la Comunicación*, Bogotá, ano I, n.1 –p. 22-37, jul./dic, 2004.
- *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- MARTINHO, Cássio. *Algumas palavras sobre rede*. Disponível em: www.rits.org.br/redes_teste/rd_tmcs_fev2006.cfm. Acesso em: 27 fev. 2006.
- MATA, Maria Cristina. De la cultura massiva a la cultura midiática. In: *Diálogos de la comunicación*. Lima FELAFACS, p. 80-91, [sd.].
- MEAD, George-Herbert. *Mind, self and society*. Chicago: The Chicago University Press, 1969.
- GLOBO. *Jornal Nacional: a notícia faz história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- MEUNIER, Jean-Pierre. Dispositif et théories de la communication: deux concepts en rapport de détermination. *Hermes, Cognition, Communication, Politique*. Paris: CNRS Éditions, n. 25, p. 83-91, 1999.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 9-27.
- MOTA, Célia Ladeira. O gesto e a palavra: representações sobre cidadania no telejornal. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; MOTA, Célia (Org.). *Telejornalismo: a nova praça pública*. Florianópolis: Insular, 2006. p. 125-143.
- MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- NASCIMENTO, Ernilda Souza. *Há vida na história dos outros*. Chapecó: Argos, 2001
- NONNENMACHER, Marisa Schneider. *Aldeamentos Kaingang no Rio Grande do Sul (século XIX)*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

- NUNES FILHO, Pedro. *Processos de significação: hipermídia, ciberespaço e publicações digitais*, 2003. Mimeografado.
- PATERNOSTRO, Vera Íris. *O texto na TV: Manual de telejornalismo*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- PEIRCE, Charles S. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- PERAYA, Daniel. Médiation et médiatisation: le campus virtuel. *Hermes*, Paris : CNRS Éditions, n. 25, p. 153-167, 1999.
- PEREIRA JUNIOR, Alfredo Eurico Vizeu. *Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo*. 4 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.
- PHILIPS, Susan Urmston. Algumas fontes de variabilidade cultural na ordenação da fala. In: RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro M. (Org.). *Sociolinguística Interacional: Antropologia, lingüística e sociologia em análise do discurso*. Porto Alegre: AGE, 1998. p. 16-30.
- POSTER, Mark. *A segunda era dos média*. Oeiras – Portugal: Celta, 2000.
- ROCHBERG-HALTON. *Maining and modernity: social theory and the pragmatic attitude*. Chicago: University of Chicago Press, 1986.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. Inovação técnica e sociedade. *Revista Comunicação e Linguagens*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, n. 4, dez. 1986.
- Do dispositivo televisivo. *Revista Comunicação e Linguagens*, Lisboa: Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens, n. 9, maio 1989, p. 61-65.
- *Comunicação e cultura: a experiência cultural na era da informação*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.
- O discurso mediático. Lisboa, 1996. p. 33-45. Mimeografado.
- As novas tecnologias da informação e a experiência. *BOCC*, 1998.
- *A partitura invisível: para uma abordagem interactiva da linguagem*. Lisboa: Colibri, 2001.
- SANTAELLA, Lucia; WINFRIED, Nöth. *Imagem: cognição, semiótica, mídia*. São Paulo: Iluminaras, 2005.
- SANTOS, Suzy dos. *RBS: convergência das teles e da TV a cabo*. Dissertação Mestrado em Comunicação na UFRGS, Porto Alegre, 1999.

- SCARDUELLI, Paulo. *Network de bombachas: os segredos da TV regional da RBS*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - ECA/USP, São Paulo, 1996.
- SECRETARIA DA SAÚDE. *População indígena no Estado do Rio Grande do Sul*. Disponível em www.saude.rs.gov.br/noticia, Acesso em: 23 de ago., 2006.
- SERRA, Paulo. On-line e off-line: concordâncias, oposições e complementaridades. In: BRAGA, Adriana (Org.). *CMC, identidades e gênero: Teoria e método*. Covilhã – PT: Ubi, 2005. p. 117-146 (versão on-line)
- SILVERSTONE, Roger. *Televisión y vida cotidiana*. Buenos Aires: Amorrortu, 1996.
- *Por que estudar a mídia?* São Paulo: Loyola, 2002.
- SMITH, Jim. Nacionalismo, Globalización y movimientos sociales. In: IBARRA, Pedro; TEJERINA, Benjamin (Org.). *Los movimientos sociales: transformaciones políticas e câmbio cultural*. Madrid: Trotta. 1998, p. 321-336.
- SOARES, Marcelo Vicente Cancio. *Origem das notícias no telejornalismo regional: investigação e análise da produção da informação em quatro telejornais de Mato Grosso do Sul*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - ECA/USP, São Paulo, 2002.
- SODRÉ, Muniz. *O monopólio da fala: Função e linguagem da televisão no Brasil*. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2001
- *Antropológica do espelho*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- SOUSA SANTOS, Boaventura. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 8. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2002
- SOUZA, Carlos Alberto de. *O fundo do espelho é outro: quem liga a RBS liga a Globo*. Itajaí: Editora da Univali, 1999.
- STUMPF, Ida Regina; CAPPARELLI, Sérgio (Org.). *Teses e dissertações em Comunicação no Brasil (1997-1999): resumos*. Porto Alegre: PPGCOM/UFRGS, 2001.
- SQUIRRA, Sebastião C. de Moraes. *Aprender telejornalismo: produção e técnica*. São Paulo: Brasiliense, 1990
- *O século dourado: a comunicação eletrônica nos EUA*. São Paulo: Summus, 1995.
- TEDESCO, João Carlos; MARCON, Telmo. As transformações na agricultura e as terras indígenas. In: MARCON, Telmo. *História e cultura kaingáng no sul do Brasil*. Passo Fundo: Ediupf, 1994. p. 163-199.
- TOMMASINO et al. *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos kaingáng*. Londrina: Editora da Universidade de Londrina, 2004.

- TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. 2. ed. Lisboa: Veja, 1999.
- *O estudo do jornalismo no século XX*. 3 ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2005.
- VAZ, Paulo. Mediação e tecnologia. *Revista da Famecos*, Porto Alegre, n. 16, p. 45-58, 2001.
- VERÓN, Eliseo. *A produção de sentido*. São Paulo: Cultrix, 1980.
- Il est là, je le vois, il me parle. *Communications*, Paris, n. 38, p. 98-120. 1983
- *La semiosis social: fragmentos de uma teoria de la discursividad*. Barcelona: Gedisa Editorial, 1988.
- Espacios enunciativos del noticiero televisivo: um retorno del enunciado. *Bulletin CERTEIC*, Paris: Universidade de Lille, n. 10, p. 28-35.1989
- Esquema para el análisis de la mediatización. *Diálogos de la Comunicación*, Lima: FELAFACS, n. 48 p. 9-17, 1997.
- Los públicos entre producción y recepción: problemas para una teoría del reconocimiento, 2001a. Mimeografado.
- *El cuerpo de las imágenes*. Bogotá-Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2001b.
- *Fragmentos de um tecido*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.
- Os públicos entre produção e recepção: problemas para uma teoria do reconhecimento. In: ABRANTES, José Carlos; DAYAN, Daniel (Org.). *Televisão: das audiências aos públicos*. Lisboa: Horizontes, 2006. p. 113-126.
- VIZER, Eduardo. *La trama (in)visible de la vida social: comunicación, sentido y realidad*. Buenos Aires: La Crujia Ediciones, 2003.
- VIZEU, Alfredo. *O lado oculto do telejornalismo*. Florianópolis: Calandra, 2005.
- VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; MOTA, Célia (Org.). *Telejornalismo: a nova praça pública*. Florianópolis: Insular, 2006.
- WALTHER-BENSE, Elisabeth. *A teoria geral dos signos*. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- WEAVER, Paul. As notícias de jornal e as notícias de televisão. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. 2. ed. Lisboa: Veja, 1999. p. 294-305.

WOLFER, Maria Georgina. *Análise de telejornais diários produzidos no Rio de Janeiro em outubro de 1981*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - UFRJ, Rio de Janeiro, 1982.

WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.